



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

A MUSEOLOGIA NA ILHA DE SÃO MIGUEL: 1974-2008

Sílvia Maria Borba Fonseca e Sousa

Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para obtenção do grau de Mestre em Património, Museologia e Desenvolvimento, sob a orientação do Professor Doutor Rui Américo de Sousa Martins.

Ponta Delgada

2009

- Ao meu marido, Manuel Francisco e aos meus filhos João Miguel e Tiago Miguel, pelas palavras de estímulo, pelos silêncios e sorrisos luminosos.
- Aos meus pais, pelo seu amor sem limites.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus a força e capacidade de resistência que me deu.

Agradeço ao Professor Doutor Rui de Sousa Martins a disponibilidade e empenho que colocou na orientação desta dissertação. O meu reconhecimento em particular pelos conhecimentos e experiência que me transmitiu ao longo deste percurso.

No momento de conclusão deste trabalho o meu sincero agradecimento a todos quantos me auxiliaram com a sua orientação, apoio e provas de amizade.

- Professora Doutora Alice Semedo
- Professor Doutor Victor Hugo Forjaz
- Dra. Ibéria Serpa
- Dra. Maria de Lurdes Pacheco
- Dra. Paula Sousa Pedro
- Dra. Sandy Carreiro
- Dra. Susana Tiago
- Dra. Zulmira Teves
- Dr. António Oliveira
- Dr. Armando Soares
- Dr. Duarte Melo
- Dr. Hermano Teodoro
- Dr. João Carlos Carreiro
- Dr. José Carlos Barbosa Carreiro

- Dr. José de Almeida Mello
- Dr. José Miguel
- Dr. Luís Almeida
- Dr. Mário Moura
- Dr. Ricardo Silva
- Dr. Sérgio Diogo Caetano
- Dr. Tomás Borba Vieira
- Eng. António Pacheco
- Eng. Hermano Mota
- Eng. João Ponte
- Padre José Alfredo Borges
- Padre José Cabral
- Padre Nemésio Medeiros
- Padre Norberto da Cunha Pacheco
- Tenente Sérgio Resendes
- D. Adelina
- D. Cármen Santos
- D. Filomena e D. Luísa
- D. Manuela Vieira
- D. Maria da Conceição Vieira
- D. Maria de Fátima Medeiros Vieira
- D. Maria Oliveira
- D. Maria do Rosário Aragão
- Sr. António Vieira
- Sr. Carlos Ponte

- Sr. Egberto Mendes
- Sr. Floriberto Correia
- Sr. Frederico Mendonça
- Sr. Gilberto Bernardo
- Sr. Gualberto Rita
- Sr. João Benevides
- Sr. João Carlos Macedo
- Sr. João dos Santos
- Sr. João José Correia de Medeiros
- Sr. Manuel de Oliveira
- Sr. Manuel João Melo
- Sr. Octávio Medeiros
- Sr. Roberto Sousa

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
1. O tema e a problemática do trabalho	9
2. As fontes de estudo da museologia na ilha de São Miguel	15
I - OBJECTOS, COLECÇÕES, MUSEUS, MUSEOLOGIA E PATRIMONIO CULTURAL	19
1. Objectos e Colecções	19
2. Museus: espaços de salvaguarda de objectos e de produção de conhecimento	25
3. Museu e Museologia: novos paradigmas	32
4. Políticas Patrimoniais e Museológicas: Legislação Portuguesa	43
4.1. Políticas Patrimoniais e Museológicas nos Açores	50
II - PROCESSOS MUSEOLÓGICOS EM SÃO MIGUEL: 1974 - 2008	64
1. Museu Carlos Machado	64
1.1. Igreja do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada: Núcleo de Arte Sacra	70
2. Museu Rural da Casa de Povo de Vila Franca do Campo	71
3. Museu da Ribeira Chã	72
3.1. <i>Museu de Arte Sacra e Etnografia</i>	75
3.2. <i>Museu Agrícola e Quintal Etnográfico e de Endemismo Açórico</i>	78
3.3. Núcleo Museológico da Cultura do Pastel nos Açores	80
3.4. <i>Museu do Vinho</i>	81
3.5. Casa Maria dos Anjos Melo	82

4. Museu de Vila Franca do Campo	84
4.1. Transportes Populares	90
4.2. Central Hidroelétrica da Praia: Fábrica da Praia	91
4.3. Olaria e Forno do Mestre António Batata	92
4.4. Forno Colectivo de Loiça de Manuel Jacinto Carvalho	94
4.5. Moagem S. José	94
5. Museu do Chá da Mafoma	95
6. Sacristia Museu da Igreja Matriz de São Sebastião	99
7. Museu Municipal da Ribeira Grande	102
7.1. Arcano Místico	114
8. Museu do Ananás	119
9. Museu Municipal do Nordeste	122
10. Museu Municipal de Lagoa	124
10.1. Tenda de Ferreiro Ferrador dos Benevides	129
10.2. Tanoaria do Mestre João Carlos dos Santos	131
10.3. Museu do Presépio Açoriano	133
10.4. O Alambique do Malassada	135
11. Museu da Fábrica de Cerâmica Vieira	137
12. Museu Local do Pico da Pedra	140
13. Museu Militar dos Açores	143
14. Cantinho Etnográfico	146
15. Museu Etnográfico do Cabouco	148
16. Núcleo Museológico de Fenais da Luz	150
17. Fábrica de Chá da Gorreana	153

18. Núcleo Museológico da Pesca Artesanal	155
19. Oficina Museu	157
20. Núcleos Museológicos de Água de Pau	160
20.1. Museu das Lavadeiras	161
20.2. Núcleos Museológicos da Casa da Junta	161
21. Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores	163
22. Núcleo Museológico da Covoada	167
23. Museu do Chá do Porto Formoso	169
24. Moinho de Vento da Tia Faleira	172
25. Museu Etnográfico de São Pedro Nordestino	176
26. Espaço Museu do Banco Comercial dos Açores	176
27. Museu do Tabaco da Maia	178
28. Casas do Pescador	184
28. 1. Casa do Pescador de Água de Pau	187
28. 2. Casa do Pescador dos Mosteiros	188
28. 3. Casa do Pescador de Rabo de Peixe	189
29. Museu do Trigo da Povoação	189
30. Centro Cultural da Caloura	193
31. Museu da Emigração Açoreana	198
32. Parque Natural da Ribeira dos Caldeirões	202
33. Espaço Museológico da Delegação do Banco de Portugal nos Açores	204
34. Núcleo Museológico da Achada	206
35. Museu de Arte Sacra da Igreja de São Lázaro	207
36. Museu da Sinaga	208

37. Casa Museu Rural da Lombinha da Maia	209
38. Gruta do Carvão	210
39. Pólo Museológico do Coliseu Micaelense	217
40. Sala Museológica da Igreja de Nossa Senhora da Conceição	220
III - CARACTERIZAÇÃO DA REALIDADE MUSEOLÓGICA DA ILHA DE S. MIGUEL	222
1. Caracterização gráfica e análise	222
IV - CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS	247
V - FONTES	251
ANEXOS	I
Anexo A: Lista de espaços museológicos de São Miguel considerados.	II
Anexo B: Lista de espaços museológicos considerados, por ilha.	VI
Anexo C: Pessoas contactadas relativamente aos espaços museológicos de São Miguel.	X
Anexo D: Fichas de identificação e registo fotográfico das instituições.	XVII
Anexo E: O Museu Carlos Machado 1876-1974 - Síntese.	LXXIV
Anexo F: Registo fotográfico <i>Museu Móvel</i> .	LXXXIX
Anexo G: Registo fotográfico de atrelado em Merseyside. <i>National Museums & Galleries</i>	XC
Anexo H: Exposições Temporárias do Museu Local do Pico da Pedra 1993-2007.	XCI
Anexo I: Lista de espaços da Oficina Museu em 2008.	XCIII

INTRODUÇÃO

1. O tema e a problemática do trabalho

Este estudo sobre a museologia na ilha de São Miguel, de 1974 a 2008, confrontou-se, desde logo, com a definição do campo de análise, ou seja, com a diversidade de espaços e processos museológicos a considerar, e com a pluralidade de factores que contribuíram para a formação e desenvolvimento de museus micaelenses, públicos e privados.

Deste modo, no nosso quadro teórico de análise partimos da problemática do objecto e do acto de coleccionar, abordámos a relação entre museus e antropologia e considerámos a evolução recente dos conceitos de museu e museologia.

Desde os anos sessenta do século XX, que inúmeras transformações se têm vindo a verificar no domínio da museologia e dos museus, quer no campo teórico, quer no prático. Essas transformações, que vieram questionar o modelo tradicional de museu, entendido como uma colecção, um edifício e um público, estão de modo particular ligadas a três aspectos: o papel social do museu num mundo em acelerada transformação; a valorização da investigação como função base da instituição museal; a função de comunicação do museu, nomeadamente através da exposição.

Nas últimas cinco décadas, fruto da reflexão colectiva realizada em reuniões de trabalho, encontros, conferências e seminários, surgiram, por todo o mundo, novos modelos museais, operando o conceito alargado de património e centrando o seu objectivo no desenvolvimento da comunidade.¹ Neste âmbito, os museus foram enquadrados num processo de desenvolvimento

¹ Neste âmbito destacamos as iniciativas que surgiram entre 1971 e 1974, que conduziram à criação do Ecomuseu Le Creusot Montceau *Les Mines*, sob a direcção de Marcel Evrard e o apoio de Hugues de Varine-Bohan e Georges Henri-Rivière, e a definição, por este último, do conceito de ecomuseu, que foi alvo de alguns aperfeiçoamentos ao longo do tempo, e de muitas reflexões de modo particular no seio do ICOM. Paralelamente, e do outro lado do Atlântico, salientamos a realização uma mesa-redonda, em Santiago do Chile, em 1972, organizada pela UNESCO, no âmbito da qual surgiu o conceito de *museu integral*, cujos princípios são semelhantes aos do ecomuseu europeu. De referir ainda, a Declaração de Quebec, em 1984, e a Declaração de Caracas, em 1992. Rivière, 1993; Primo, 1999.

das comunidades, constituindo-se como uma consciência colectiva, para garantir uma evolução sustentada. Assumiu-se a necessidade de alargar as funções dos museus, para que estes passassem a ter uma função social, que vá de encontro às aspirações das comunidades, intervindo activamente no seu desenvolvimento.

Essa nova dimensão social rompeu com o modelo tradicional de museu, e fez alargar o seu espaço de actuação, interpelando-o a adoptar um património colectivo, em vez de colecções, um território, em vez de um edifício, e uma comunidade, em vez de um público.

Segundo os paradigmas que preconizam a função social do museu, este passou a ser visto como um agente de desenvolvimento da comunidade onde se insere, em que o conceito de património foi alargado à imaterialidade e ao meio ambiente, onde se procurou a interdisciplinaridade e a participação da população nos processos museológicos, de forma a transformar os museus em agentes de democratização da cultura.

Neste sentido, um pouco por todo o mundo têm sido levadas a cabo várias experiências, as quais, cada uma à sua maneira, têm contribuído para a renovação museológica, verificando-se, de um modo geral, o alargamento da intervenção social das instituições museológicas junto das comunidades locais, participando e promovendo o seu desenvolvimento, e a ampliação do conceito de museu, que passou a considerar não só os testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, mas também as funções museológicas de investigação, conservação, exposição e comunicação.

A valorização da investigação, como função base da instituição museu, tem também, sido alvo de particular atenção, no âmbito das recentes orientações museológicas. Para além do valor e dos significados inerentes aos objectos, que fazem parte de determinado contexto cultural, a investigação permite alcançar um conhecimento alargado das realidades que lhe são inerentes.

Deste modo, no âmbito do processo museológico, para além da recolha e preservação de objectos, indicadores de memória, referentes patrimoniais, tornou-se necessário classificá-los e

interpretá-los, atribuindo-lhes uma grelha de valores culturais, de forma a que possibilitem uma leitura da realidade social, em determinado tempo e espaço, ou da mudança social que ocorreu, e contribuam para a construção do presente.

De salientar porém, no contexto da investigação museológica, a necessidade de ter consciência das múltiplas leituras possíveis que se podem realizar, sobre os bens culturais musealizados, as quais são historicamente condicionadas e datadas.

A função comunicacional do museu tem também merecido especial destaque nas recentes orientações museológicas. O museu tem vindo a assumir, cada vez mais, um papel de interventor social, constituindo a comunicação o centro da actividade museológica.

Os elementos do património que integrem um museu deverão ser sujeitos a um processo de preservação, pesquisa e comunicação, de modo a que se transformem em herança cultural e definidores de identidades.

De acordo com a *Declaração de Caracas, a função museológica é, fundamentalmente, um processo de comunicação que explica e orienta as actividades específicas do Museu, tais como a colecção, conservação e exibição do património cultural e natural. Isto significa que os museus não são somente fontes de informação ou instrumentos de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento da interacção da comunidade com o processo e com os produtos culturais.*²

No âmbito do processo museológico, a função de comunicação tornou-se essencial, pois é através desta, que se restituirá os objectos patrimoniais preservados e interpretados à comunidade, ao público, produzindo-se conhecimento, a partir dos mesmos.

No domínio da museologia, a exposição, independentemente da sua natureza, constitui a forma de comunicação mais frequente, a qual tem sofrido ao longo do tempo muitas transformações, quer por factores de ordem externa aos museus, nomeadamente a nível do

² Primo, 1999: 214.

desenvolvimento e utilização de novas tecnologias, quer por factores de ordem interna, através da aplicação de conhecimentos museológicos, tendo em vista uma comunicação mais directa e eficaz com o público.

O museu tem vindo a assumir-se então, cada vez mais, como um espaço de comunicação que transmite mensagens através da linguagem específica das exposições, na articulação de testemunhos, de significados, ideias e emoções, produzindo discursos sobre a cultura, a vida e a natureza, isto tudo para o seu receptor, ou seja, o seu público.³

Em suma, o museu deve ser um espaço de relação dos indivíduos e das comunidades com o seu património. Deve proporcionar elos de integração social, tendo em conta nos seus discursos e linguagens expositivas, os diferentes códigos culturais das comunidades que produziram e usaram os bens culturais, permitindo o seu reconhecimento e a sua valorização. Dito de outro modo, e segundo Francisca Hernández Hernández, *El museo se nos presenta como un proceso de comunicación y como una forma de lenguaje significativa (...) En primer lugar, el museo, a través de su propia estructura, se convierte en el medio o emisor del mensaje de los signos, propio de la sintaxis. En un segundo momento, el museo trata de ofrecernos una serie de contenidos bien organizados que forman la base discursiva y semiótica del mismo; es decir, el museo pretende comunicarnos algo y, para ello, se sirve de la semántica, donde tienen lugar las relaciones entre signos e objetos. Y, por último, el receptor o público trata de dar sentido al objeto, interpretando su significado y aplicándolo a la situación cultural en que se mueve, propio de la pragmática, dándose una relación entre signos y el público.*⁴

Atendendo aos paradigmas conceptuais a que nos acabamos de referir, abordaremos então o nosso objecto de estudo: a museologia na ilha de São Miguel.

³ Outro canal de comunicação de um museu pode ser o seu próprio edifício. Cf. “O factor semântico do museu como edifício arquitectónico”; Hernández, 1998: 23-31.

⁴ Hernández, 1998: 22.

No século XX, a partir da década de setenta, e à semelhança do que aconteceu por todo o país,⁵ nos Açores assistiu-se a um acentuar da consciência e valorização patrimoniais, que se reflectiram em novas experiências museológicas locais.⁶ De registar o papel de relevo que assumiram desde logo a Universidade dos Açores e as autarquias, na salvaguarda e valorização do património cultural.

Em São Miguel, a maior ilha do arquipélago dos Açores, situada no grupo oriental, esta realidade é marcante, verificando-se, desde a década de setenta do século XX, um acentuado crescimento por toda a ilha de instituições de carácter museológico. Será portanto no período de 1974 a 2008, que centraremos a nossa análise, considerando o conjunto de espaços museológicos existentes no contexto micaelense⁷.

Da diversidade de realidades que encontrámos em São Miguel, e independentemente da sua designação, considerámos aquelas que se enquadravam no âmbito do conceito de museu, segundo as orientações do International Council of Museums⁸ (ICOM), e da Lei-quadro dos museus portugueses⁹, tendo ainda em conta as recentes orientações da *Nova Museologia*. Ou seja, associada à acção de recolha e preservação patrimonial, apresentavam, de forma mais ou menos desenvolvida, funções museológicas de investigação, conservação e comunicação, bem

⁵ Como exemplo veja-se o caso do Alto Minho: Botelho, 2007.

⁶ De registar, como veremos adiante, a criação de dois museus nos Açores, no século XIX, o *Museu Terceirense*, que abriu ao público a 28 de Setembro de 1879, na ilha Terceira e o *Museu Açoriano*, que abriu ao público a 10 de Junho de 1880, em São Miguel. Ainda antes do período que contemplamos neste trabalho, mas já no século XX, foi criado o *Museu do Seminário de Angra*, em 1900, e o *Museu de Angra do Heroísmo*, a 30 de Março de 1949. *Açores. Roteiros dos Museus*. 1998; *Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese dos Açores*. 1900. Martins, 2003.

⁷ Anexo A: Lista de espaços museológicos de São Miguel.

⁸ *A museum is a non-profit, permanent institution in the service of society and its development, open to the public, which acquires, conserves, researches, communicates and exhibits the tangible and intangible heritage of humanity and its environment for the purposes of education, study and enjoyment*. International Council of Museums, 2007.

⁹ *Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos; b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade. 2 - Consideram-se museus as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas na presente lei para o museu, ainda que o respectivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico*. Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto; in *Diário da República*, I Série - A – Número 195. 19 de Agosto de 2004.

como acções de promoção do desenvolvimento da comunidade em que se inseriam e, em alguns casos, da sua participação nas dinâmicas museológicas.

Seleccionado o nosso objecto de estudo, definidas as realidades museológicas a observar e delineado o período temporal a considerar, orientámos a nossa pesquisa no sentido de analisar os diferentes processos museológicos, procurando responder às seguintes questões:

- Que factores contribuíram para a formação de museus públicos, privados e do terceiro sector, na ilha de São Miguel, e como têm influenciado as diferentes etapas do processo de vida social de cada um deles?

Neste sentido, demos atenção às trajectórias sociais, motivações, perspectivas teóricas e representações da realidade, dos responsáveis das instituições consideradas.

- De que forma estes factores fundamentam a selecção dos objectos e a natureza das colecções, enquanto indicadores de memória, referentes patrimoniais e fontes de pesquisa?

- O processo social de cada instituição, as dinâmicas que lhe são inerentes e a sua história têm-se reflectido no tipo de museu, na sua organização, nas exposições, na equipa de trabalho, no edifício e nas actividades museológicas e científicas desenvolvidas?

- Que tipo de relações se estabelecem entre os museus, o território e a comunidade onde se integram, e o público?

2. As fontes de estudo da museologia na ilha de São Miguel

A selecção da ilha de São Miguel, como objecto de estudo, teve por base os seguintes factores:

- O nosso conhecimento e proximidade com a realidade e a temática;

- É nesta ilha que se localiza um dos pólos da Universidade dos Açores que, por acção do Centro de Estudos Etnológicos, do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, tem estado directamente envolvida em alguns processos museológicos. Para além disso, a nível da formação, esse departamento, no conjunto de cursos que tem ministrado, tem integrado as áreas de antropologia cultural, museologia e património cultural.

- A ilha de São Miguel, com uma área territorial de 744,6 km², uma população residente de 133 281 habitantes, e uma densidade populacional de 179 habitantes por km², em 2007, ser a ilha do arquipélago açoriano onde se regista, actualmente, o maior número de instituições de carácter museológico.¹⁰

Este último aspecto pode ser constatado na Figura 1, que evidencia a preponderância desta ilha face às restantes. De facto, São Miguel, com um total de 52 espaços museológicos, integra 50% dos existentes no arquipélago dos Açores.¹¹

¹⁰ Serviço Regional de Estatística dos Açores. 2008.

¹¹ Anexo B: Lista de espaços museológicos considerados, por ilha.

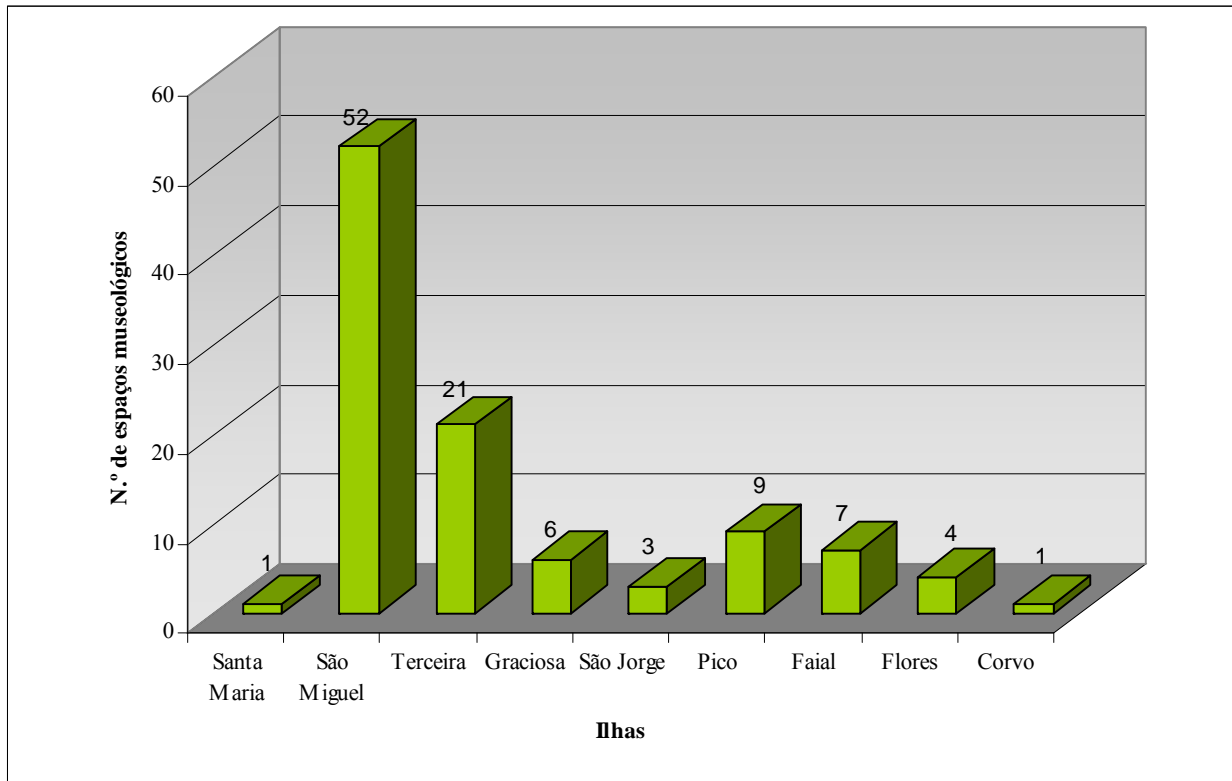


Figura 1 – Distribuição dos Espaços Museológicos nos Açores, por ilha.

De salientar que, da diversidade de espaços com que nos deparamos, na ilha de São Miguel, considerámos para este trabalho, todos os que se inseriam no âmbito do conceito alargado de museu, independentemente da sua natureza ou da designação que tomaram. Excluimos deste trabalho, iniciativas isoladas de coleccionismo particular, sem carácter museológico.

De modo a ter uma percepção mais pormenorizada da evolução dos espaços museológicos de São Miguel, considerámos o processo de criação das várias instituições, bem como o surgimento dos seus diversos pólos, na medida em que estes emergiram também, em períodos distintos, e com dinâmicas sociais e museológicas distintas.

No primeiro capítulo deste trabalho, efectuámos uma análise teórica, inicialmente centrada nos objectos, na formação de colecções, na dinâmica que se estabeleceu entre museus e antropologia e depois nas correntes museológicas que marcaram o período temporal deste trabalho. Realizámos também, uma abordagem às políticas patrimoniais e museológicas, nos

domínios nacionais e regional, pós 1974, que reflectem um alargamento da consciência e valorização patrimoniais.

No capítulo seguinte, centrámo-nos no estudo dos processos históricos e sociais, patrimoniais e museológicos concretizados em São Miguel, de 1974 até 2008 inclusive, em que procuramos responder às questões levantadas nas nossas hipóteses

Para a recolha de informação, sobre cada realidade, foi efectuada análise documental, nomeadamente em diversas obras publicadas, na Internet, e em arquivos de diversas instituições.

Ainda na fase de recolha de dados, visitámos todos os espaços considerados, para apreendermos no terreno, o estado de cada realidade e vivenciarmos a etapa actual do seu ciclo de vida. Em alguns casos, e sempre que foi possível, optamos por organizar as nossas visitas em dois períodos distintos. Num primeiro contacto, em visitas autónomas, onde se lançou um olhar para os espaços e as exposições permanentes, tentando perspectivar que tipo de relação comunicacional se estabelecia entre nós, como meros visitantes e a instituição. Num segundo momento, realizámos visitas com o acompanhamento dos responsáveis pelas instituições, altura em que efectuámos entrevistas semi-dirigidas que, partindo de uma abordagem informal, permitiram obter a informação pretendida.¹²

De salientar aqui, que pela natureza diversa das instituições consideradas, pela sua dimensão e tempo de vida, pelas particularidades inerentes a cada processo social e museológico, a documentação e as informações recolhidas foram muito dispare, em dimensão, conteúdos e forma.

¹² Inicialmente pensámos em aplicar inquéritos por questionário, porém, e atendendo à diversidade de realidades e à natureza e abrangência das informações pretendidas, optámos por recorrer às entrevistas semi-dirigidas. Anexo C: Pessoas contactadas relativamente aos espaços museológicos de São Miguel.

Todo o material recolhido foi sistematizado, revelando os elementos essenciais à realização da análise crítica. Para cada espaço foi preenchida uma ficha com informação sumária de identificação e registo fotográfico.¹³

Após o estudo de todos os processos museológicos considerados, e de acordo com uma lógica indutiva, no capítulo seguinte, caracterizámos a realidade museológica da ilha de São Miguel.

Finalmente, no último capítulo, de forma dedutiva, concluímos, perspectivando criticamente a evolução futura dos diferentes museus.

¹³ Anexo D: Fichas de identificação e registo fotográfico das instituições.

I – OBJECTOS, COLECÇÕES, MUSEUS, MUSEOLOGIA E PATRIMÓNIO CULTURAL

1. Objectos e Colecções

Uma colecção é constituída por *qualquer conjunto de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma protecção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público.*¹⁴ Desta definição de Pomiam excluem-se: exposições relacionadas com as fases de produção ou comercialização de bens materiais; acumulação de objectos formada ao acaso; conjuntos de objectos que não estão expostos.

No entanto, segundo o mesmo autor, a definição acima referida encerra um paradoxo, na medida em que, *por um lado, as peças de colecção são mantidas temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, mas, por outro lado, são submetidas a uma protecção especial, sendo por isso consideradas objectos preciosos.*¹⁵ Ou seja, se as consideramos preciosas, atribuímos-lhes um valor monetário, isto é, passam a ter *um valor de troca sem terem valor de uso.*¹⁶ Estas noções de valor de troca e valor de uso aplicam-se a todos os objectos, independentemente da sua tipologia.

Seguindo ainda esta perspectiva sobre o valor dos objectos, importa perceber de que forma é construído o valor de troca, ou seja, quais os motivos que levam à atribuição de graus de preciosidade. De acordo com Pomiam, a resposta a esta questão encontra-se parcialmente relacionada com aspectos psicológicos primários do comportamento humano, que se materializam por exemplo, em instintos de propriedade, de posse ou da propensão para acumular. Mas, podem ser ainda consideradas outras razões, como o facto de certos objectos serem

¹⁴ Pomiam, 1984: 53.

¹⁵ Idem: 54.

¹⁶ Idem.

considerados fontes de prazer estético, ou contribuírem para a aquisição de conhecimentos científicos ou históricos.¹⁷

Em suma, a posse de determinados objectos ou colecção, confere prestígio ao seu proprietário, pois testemunha o *gosto de quem as adquiriu, ou as suas profundas curiosidades intelectuais, ou ainda a riqueza da sua generosidade, ou todas estas qualidades conjuntamente*.¹⁸ Este processo de reconhecimento social, aliado à vontade de possuir determinado objecto para torná-lo uma peça de colecção, desencadeia um mecanismo de procura, atribuindo valor aos objectos, e criando um mercado.

Este fenómeno pode originar ainda pressão da sociedade sobre o Estado, impelindo-o a constituir colecções de objectos, de forma a possibilitar *o acesso a estes bens àqueles que não podem comprá-los nem possuem o prazer estético, nem os conhecimentos históricos e científicos, nem o prestígio*.¹⁹

Uma outra perspectiva que importa abordar diz respeito ao aparecimento de colecções em sociedades diferentes, onde as razões que invocamos anteriormente, relacionadas com o prazer estético, o conhecimento ou o prestígio, podem não ser válidas. Com efeito, a definição de colecção apresentada por Pomian é aplicável a outros contextos, como à civilização Egípcia, onde existiram colecções que foram encerradas em câmaras fúnebres, guardadas nos templos faraónicos ou nos palácios reais. No caso dos túmulos, as colecções que aí se encontravam reuniam inúmeras estatuetas, peças ornamentais e mobiliário fúnebre, produzidas não com funções de uso, mas para serem perpetuamente olhadas e admiradas pelos mortos. Constituídas por materiais raros e preciosos, esses objectos eram oferecidos e depositados nos túmulos, *para serem olhados por aqueles que habitam o além*.²⁰

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

Nos templos Gregos e Romanos, diversas *oferendas* eram acumuladas e expostas às divindades. Esses objectos oferecidos aos deuses, ao entrarem nos recintos sagrados deixavam de ter funções utilitárias, e adquiriam outras: estar expostos ao olhar (dos peregrinos, dos crentes, dos turistas). Ao mesmo tempo, estabelecia-se uma relação entre os objectos e os actos de culto, ou entre os objectos e as entidades divinas, que os tornava ainda mais preciosos. Independentemente do valor associado ao material de que eram constituídos, adquiriam uma nova dimensão e função: criar ou estreitar a relação dos homens, que realizavam as oferendas, com os deuses, aos quais eram ofertados em troca de graças.²¹

Outro exemplo de objectos coleccionados pelo simbolismo que lhes estava associado, eram as relíquias, objectos *que se crê tenham estado em contacto com um deus ou com um herói, ou que se pense que sejam vestígios de qualquer grande acontecimento do passado mítico ou simplesmente longínquo.*²² Embora conhecidas em civilizações como a Grega e a Romana, adquiriram maior projecção com o Cristianismo, e com a difusão do culto dos santos. Eram consideradas relíquias tanto partes do corpo de um santo, como objectos com que este havia contactado que, independentemente da sua natureza, conservavam a graça de que o santo era investido em vida. Essas relíquias integravam o espólio das igrejas e conventos e eram *expostas aos fiéis durante as cerimónias religiosas e levadas em procissões,*²³ que por seu lado, *não se contentavam em olhá-las, tocavam nos relicário e cobriam-nos de beijos.*²⁴ Além das relíquias, as igrejas possuíam e expunham outros objectos, como altares, cálices, casulas, candelabros, entre outros, dotando os espaços de verdadeiras colecções, expostas ao olhar dos crentes.

Todos estes exemplos, apesar da sua aparente diversidade, contêm semelhanças, pois referem-se a colecções formadas por objectos homogéneos sob um certo aspecto: *participam no*

²¹ Idem: 56-57.

²² Idem: 59.

²³ Idem: 60.

²⁴ Idem: 60.

*intercâmbio que une o mundo visível ao invisível.*²⁵ Nos casos do mobiliário funerário e das oferendas, estes unem o mundo visível ao invisível, nos outros exemplos verificamos o inverso, ou seja, através de imagens (esculturas, pinturas, ...) representam elementos do mundo invisível. Nesta última perspectiva, os objectos só conseguem assegurar essa ligação quando expostos ao olhar das pessoas, cumprindo a função de fazer a ponte entre o mundo visível e o invisível, entre o presente e o passado, entre *aqueles que os olham e o mundo que representam.*²⁶

A definição de colecção apresentada inicialmente, refere *um conjunto de objectos*, chamando a atenção para a noção da quantidade de objectos que constitui uma colecção. De acordo com Pomiam, não é possível quantificar ou definir um número mínimo de elementos para uma colecção, pois em geral, *o número de objectos que formam a colecção depende do local em que se acumulam, do estado da sociedade, das suas técnicas e do modo de vida, da sua capacidade de produzir e acumular o excedente, da importância que se atribui à comunicação entre o visível e o invisível através dos objectos.*²⁷ Assim sendo, o número de elementos que constitui uma colecção não é relevante e é variável no tempo e no espaço, sendo que, o realmente importante é *a função, e é esta que se exprime nos caracteres observáveis que definem a colecção.*²⁸

Outro aspecto importante, diz respeito ao acto de coleccionar. A este respeito, Pomiam refere *a hierarquia social que conduz necessariamente ao aparecimento das colecções.*²⁹ Dito de outro modo, não são os indivíduos que acumulam objectos que lhes agradam; são os *lugares sociais* que determinam as colecções.³⁰ O que implica um alargamento do âmbito de estudo sobre as colecções e os coleccionadores, que não deve cingir-se à esfera do indivíduo, baseando-se somente *no quadro conceptual de uma psicologia individual que explica tudo utilizando como referências noções como o “gosto”, o “interesse” ou ainda o “prazer estético”. (...) os*

²⁵ Idem: 66.

²⁶ Idem: 66.

²⁷ Idem: 67.

²⁸ Idem: 67.

²⁹ Idem: 74.

³⁰ Idem: 74-75.

*caracteres dos indivíduos, a sua maior ou menor sensibilidade, são importantes apenas na medida em que a organização da sociedade deixa um espaço livre ao jogo das diferenças individuais.*³¹

Não obstante a perspectiva defendida por Pomiam, importa também explorar a relação individual que se estabelece entre o objecto e o sujeito do acto de coleccionar. Cada individuo vive o acto de coleccionar de modo singular e particular, com diferenças de *intensidade, quer quanto à compulsão face à aquisição e posse do objecto, quer quanto ao empenhamento e recorrência da acção, quer ainda, quanto à exigência de partilha da experiência perante uma nova peça.*³²

A intensidade da relação que se estabelece entre o coleccionador e a sua colecção/objectos é caracterizada, por Antony Shelton como quase de obsessão, contrapondo-a à postura adoptada por alguns profissionais de instituições museológicas, *unlike the intellectual distance between museum curators and their collections, collectors, or so it is claimed, indulge in an ecstasy and passion that enables them to live though the objects they possess.*³³ Esta intensidade e forma de sentir, segundo o mesmo autor, transpõem o coleccionador para uma dimensão espacial situada *in an interstitial place, between the valuable and the invaluable, between past and present, between the near and the far, between reason and passion, between serial rationality and the fragments of memory, between absence and possession.*³⁴

No entanto, entre coleccionadores podem também identificadas algumas semelhanças, quer ao nível da colecção, tema, conteúdo ou forma, quer ao nível dos comportamentos e atitudes. Neste âmbito, importa referir o caso de colecções que, pela sua especificidade, só são possíveis quando inseridas em determinados contextos colectivos, pressupondo uma certa organização entre coleccionadores. Exemplo do que nos referimos são as colecções privadas de máquinas

³¹ Idem: 75.

³² Casqueira, 2001: 84.

³³ Shelton, 2001: 12.

³⁴ Idem: 12.

agrícolas, que passam a integrar uma colecção à medida que ficam desactualizadas ou desadequadas para o fim a que se destinam, e vão sendo substituídas por outras mais recentes. Os modelos substituídos muitas vezes marcam períodos e fases importantes da vida dos seus proprietários e por essa razão são guardados, reparados e restaurados, inicialmente como passatempo e posteriormente como instrumentos que garantem o reconhecimento entre os seus pares. Segundo Freitas Branco, *a busca de prestígio como forma de angariação de reconhecimento social traduz-se nas participações em desfiles organizados para o efeito. A incidência competitiva estimula por sua vez a formação de um associativismo específico.*³⁵

Embora haja uma barreira, por vezes ténue, entre o possuidor entusiasta e o coleccionador, ao prazer de possuir, conservar, motivados muitas vezes pelo gosto pessoal, acrescenta-se no caso do coleccionador, a procura de um maior número de exemplares que o diferencia e onde mais uma vez *o prestígio vem da posse aliada ao convívio enquadrado.*³⁶

Com efeito, o acto de coleccionar pode distinguir-se de um outro, porventura mais isento de significado: o de recolher, onde numa fase mais inicial ou primitiva, a colecção como que se faz a si própria, e resume-se apenas à aquisição/reunião de um conjunto de peças. Esta situação, poderá evoluir para a fase mais madura, da *colecção feita pelo coleccionador*,³⁷ onde os objectos são seleccionados, e o coleccionador está já preocupado não só com a especificidade de cada peça, mas com o conjunto da colecção.

Em consequência, existirão dois tipos de sujeitos, o colector ou recolector e o coleccionador. No primeiro, move-o a compulsão à acumulação, à procura, descoberta e posse, mas de uma forma não planeada. O segundo sujeito, assume a procura das peças com objectivos definidos, já

³⁵ Branco, 2005: 8.

³⁶ Idem: 12.

³⁷ Casqueira, 2001: 92.

existe um *profissionalismo assumido, exigindo actividades de gestão patrimonial e empresarial*.³⁸

2. Museus - espaços de salvaguarda de objectos e de produção de conhecimento

*Si le musée a été conçu, dès son origine, comme un lieu destiné à faire voir et à donner à voir des objets, il est aussi une institution qui delimita la frontière, toujours mouvante, entre ce qui est visible et ce qui ne peut être vu.*³⁹ Esta frase reflecte o papel que está destinado aos museus, na sua responsabilidade de transmissão de conhecimento através dos objectos, que não se limita aos seus aspectos e características visíveis, mas que a partir destes pretende dar a conhecer vivências, realidades e identidades.

Durante muitos anos, os museus, e particularmente aqueles que continham colecções de cariz etnográfico, encarregaram-se de efectuar recolhas de testemunhos e vestígios materiais, de várias épocas e períodos da história dos povos. Paralelamente, a sua acção, orientou-se ainda para o cumprimento dos seus objectivos iniciais, enquanto instituições: a salvaguarda do saber; a preservação da memória de processos, modos de exploração de recursos, produção de bens ou transformação de materiais e, a transmissão desse conhecimento aos públicos. A este respeito Freitas Branco refere que, “ao garantir a perpetuação de artefactos em museus, os etnólogos isolaram expressões materiais de cultura dos processos sociais em que eles se haviam inserido. A Sociedade passou a subproduto da Cultura, porque a concentração de acervos temáticos propiciou a comparação formal e estética. O confronto visual induziu a questionar preferencialmente a origem e o âmbito de expansão dos fenómenos ou traços culturais.”⁴⁰ Esta abordagem permitiu enquadrar o estudo da cultura material, e das tradições, enquanto resultado do comportamento colectivo.

³⁸ Idem.

³⁹ Dias, 1997: 7.

⁴⁰ Branco, 1989: 160.

Os objectos, enquanto testemunhos da realidade material, devem ser vistos como um produto da sociedade, e por esse motivo detentores de uma lógica que não deve ser descuidada, já que traduzem aspectos e especificidades dessa sociedade.

Este contexto, impõe que se faça uma reflexão sobre um aspecto de grande importância, e que diz respeito ao resultado da relação que se estabelece entre os objectos (colecções), os museus e a Antropologia. Já que, ao mesmo tempo que as colecções se tornavam instrumentos de conhecimento antropológico, o quadro teórico dessa disciplina interferia e influenciava o modo de apreender as colecções.

Para tentar perceber essa relação, reportamo-nos à segunda metade do século XIX, altura em que a Antropologia enquanto disciplina, ainda não se havia institucionalizado academicamente. Nessa fase, os museus, e as respectivas colecções (em particular as etnológicas), assumiam um papel de grande importância no processo de institucionalização e profissionalização da Antropologia, dado que forneciam o necessário suporte para a produção e divulgação do conhecimento antropológico, *o museu surge como a instituição de pesquisa, de ensino e de difusão do saber antropológico.*⁴¹

Foi nesse contexto, e com o objectivo da obtenção de legitimidade científica para a Antropologia, que surgiram os primeiros sistemas de classificação de objectos etnográficos. Tais sistemas, adoptaram modelos que assentavam na similaridade e na diferença, tendo como base as classificações em espécies e subespécies existentes nas colecções que integravam os domínios da Botânica e da Biologia. Este processo revelou-se fundamental, já que, *os objectos etnográficos deixam de ser curiosidades e adquirem o estatuto de documentos científicos. Essa mudança de categoria é operada pela inserção dos objectos numa sistemática de classificação. Eles só adquirem sentido, só se tornam fontes de informação e portanto veículos de conhecimento,*

⁴¹ Silva, 1997: 23.

*quando criteriosamente inseridos no respectivo sistema classificatório.*⁴² Foi nesta fase que a relação entre a Antropologia e os museus se acentuou, os museus tornaram-se laboratórios da experimentação e saber antropológico. Esta realidade tornou-se possível já que, os museus além de deterem fisicamente os objectos (que se assumiam como *fontes de informação*), apresentavam-se como os locais ideais para confrontar esses dados, testar as hipóteses e validar os resultados da investigação, satisfazendo as exigências metodológicas necessárias ao desenvolvimento científico da disciplina. De facto, ao longo do século XIX, os antropólogos consideraram primordial a importância desses laboratórios, que eram os museus e as respectivas colecções: *Les collections permettaient des observations multiples et répétées, ouvrant la voie à la comparaison et à la classification. (...) C'est cette combinaison d'observation rigoureuse et d'exacte description qui a permis l'essor de l'anthropologie et sa constitution en tant que champ d'études autonome.*⁴³

O espírito científico dominante tornou então necessário o aumento de objectos e das colecções dos museus. Por sua vez, a Antropologia fez assentar o seu quadro teórico na classificação dos objectos do museu, tendo por base a *reconstituição da evolução linear da humanidade; os objectos são as evidências, as provas dessa evolução; a exposição no museu (...) é a ilustração/demonstração das etapas sucessivas dessa evolução.*⁴⁴

Esta relação não significa apenas que os museus serviram de palco ao saber antropológico, nem tão pouco que se constituíram apenas como instrumentos, a partir dos quais se faria uma visualização da antropologia. Mas, podemos considerar que, os museus condicionaram a orientação teórica da Antropologia, já que, forçando o seu domínio de estudo, a impeliram ao encontro de uma lógica visual e espacial, que permitia o estudo dos fundamentos teóricos.

⁴² Idem: 24.

⁴³ Dias, 1997:10.

⁴⁴ Silva, 1997: 26.

Ao mesmo tempo que os museus assumiram esse papel no desenvolvimento da Antropologia como disciplina, cresceram enquanto instituições, diferenciando-se de colecções privadas, pelo carácter racional e científico que as governava, que se contraponha às predilecções individuais; pela objectividade, face à subjectividade; pela representação institucionalizada do conhecimento, face à interpretação e visão centrada na dimensão do indivíduo (coleccionador). Tendo em conta que, ao tratar e expor determinado objecto, estar-se-ia porventura a restringir o âmbito, àquilo ou àquele conhecimento institucionalizado, pois como refere Antony Shelton, *the possibility of different semiotic relationships is excluded as the object is collapsed into merely one representation among others. Museum representations seek to deny that the sign marks only arbitrary localization on meaning within an open ended process of signification, confining the epistemological value of all its objects to what Baudrillard has termed the counterfeit simulacra.*⁴⁵

Actualmente, numa época em que a democratização da cultura impôs novas regras e novas dinâmicas às instituições museológicas, verifica-se o que Mary Bouquet designa por *culture industry*.⁴⁶ Na perspectiva desta autora, *the commodification of culture and the politicisation of identity are broadly recognised as major issues, making museums much more dynamic places than they seemed to be fifty years ago.*⁴⁷

Esta questão remete-nos para uma análise da posição dos museus, perante os novos desafios (face a novos públicos, a privatizações, à importância relativa das colecções existentes) e as velhas relações (como com a antropologia), levando-nos ainda a equacionar o papel da antropologia nessas instituições, que extravasa a dimensão académica, do relacionamento construído entre os museus e as universidades, para uma dimensão que inclui, agora também, a participação na realização de exposições, e em acções de serviço educativo.

⁴⁵ Shelton, 2001: 14.

⁴⁶ Bouquet, 2001.

⁴⁷ Idem: 4.

Com efeito, actualmente inverteu-se o ciclo que governava a relação existente durante o século XIX e início do século XX, entre os museus e a antropologia, ou se quisermos, entre os museus e o conhecimento com base científica. Passou-se então, de uma fase em que os museus e as suas colecções eram o ponto de partida para a investigação, para outra que usa as instituições de carácter museológico como *site for illustrating research that has been carried out beyond its walls. In other words, the ethnographic museum is currently a place for exhibiting anthropological investigation rather than a site where anthropological knowledge is produced.*⁴⁸

No decorrer do século XX, museus e conhecimento antropológico, seguiram caminhos diferentes e acabaram por divergir, possivelmente movidos por objectivos distintos. O resultado deste afastamento, reflectiu-se então no desfasamento que se verifica actualmente, entre as representações patentes nos espaços museológicos e a sociedade onde se inserem e que os acolhe, *It is as if ethnographic museums have somehow been asleep for several decades and have only just woken up to the gap between their ways of display and the “external world”.*⁴⁹

Como consequência, as temáticas abordadas e expostas na generalidade dos espaços museológicos, particularmente nos de carácter etnográfico, reportam-se a um período definido no espaço e no tempo, *the role of the museums seems to celebrate the “beauty of the dead”, by creating and inventing an identity.*⁵⁰ Esta questão tem alguma relevância, na medida em que, a cristalização de determinadas temáticas ou a tipificação da forma de as transmitir, focalizadas num espaço e tempo definidos, resultam na supressão de outras épocas e das respectivas contribuições para a construção dos referentes identitários.

Nesta óptica, o desafio actual passa por refazer o relacionamento entre as instituições museológicas e a antropologia. Na opinião de Nélia Dias, dever-se-á perspectivar os museus, não

⁴⁸ Dias, 2001: 92.

⁴⁹ Idem: 95.

⁵⁰ Idem: 102.

apenas enquanto espaços de *popularização do conhecimento*,⁵¹ ou onde se criem exposições que reflectam ou ilustrem os resultados de estudos antropológicos, efectuados sobre outros referentes. A grande tarefa que se coloca à antropologia é realizar exposições com objectos, que abordem temáticas, que possam ser transmitidas apenas pelos objectos e através dos objectos expostos, *it is necessary to consider museums and exhibits as sites for presenting anthropological knowledge*.⁵²

Outro contributo importante, para a percepção do actual cenário de enquadramento do papel das instituições museológicas, parte de uma evolução dos trabalhos realizados, cerca de 1960, pelo filósofo francês Paul Ricoeur, que desenvolveu uma área do conhecimento que viria a designar-se como *antropologia filosófica*, *This anthropology, which he came to call an anthropology of the “capable person,” aims to give an account of the fundamental capabilities and vulnerabilities that human beings display in the activities that make up their lives*.⁵³

Na prossecução dos seus estudos na referida temática da antropologia filosófica, Ricoeur foi autor de uma alteração metodológica profunda, ao concluir que, para poder estudar de forma mais adequada a realidade humana, teria necessidade de combinar as descrições fenomenológicas (baseadas nos sentidos), com as descrições hermenêuticas (com recurso às interpretações). O trabalho que publicou em 1974, *The conflict of interpretations*, foi, segundo Antony Shelton, essencial para a discussão em torno das variantes do discurso antropológico que, com base nas diferenças em termos de atributos epistemológicos, possibilitou a distinção de três abordagens do conhecimento: os discursos operativos da cultura; os regimes disciplinares do conhecimento; e a filosofia crítica. Estas abordagens não convencionais partiram da assumpção

⁵¹ Idem.

⁵² Idem: 104.

⁵³ <http://plato.stanford.edu/entries/ricoeur/#3.4>. Stanford Encyclopedia of Philosophy. Último acesso: 2009-09-12.

que a evolução no domínio antropológico, foi sendo permeável às circunstâncias, às respostas que a sociedade procurava obter, e mesmo ao enquadramento nos regimes políticos vigentes.⁵⁴

Nesta óptica, a problematização do acto de percepção e o estabelecimento de causalidade, colocaram em questão a metodologia antropológica evolucionista (que, como já vimos, teve como base e desenvolvimento os modelos das ciências naturais, nos museus etnográficos e arqueológicos) e a construção das pessoas como objectos, *If anthropology must loose its methodological privilege, the relationship between it and its subject can no longer be considered pre-determined and must also, in each encounter it describes, be re-examined.*⁵⁵

Como reflexo e evolução desta corrente, surgiu na Europa, por volta de 1990, uma abordagem diferente e inovadora, que extravasou os limites disciplinares impostos à museologia e particularmente aos museus de carácter etnográfico, e que pretendia explorar a natureza das representações e as problemáticas dos significados, no contexto dos museus. Como objectivos, ambiciona-se explorar criticamente os assuntos, as temáticas e as respectivas abordagens, bem como explorar novas formas de exposição não convencional. Este novo tipo de abordagem, designada como *museologia crítica*, veio a representar mais do que uma simples transição, de considerações sobre os métodos, para os propósitos dos museus. *Critical museology fields a relentless incredulity to the meta-narratives of the institutionalised professions, sometimes with the purpose to democratise museum and gallery spaces, introduce a plurality of practices and develop new genres of exhibitions, which can engage with the panoply of wider critical cultural practices which have stimulated it.*⁵⁶

⁵⁴ Shelton, 2001b: 142-161.

⁵⁵ Idem: 145.

⁵⁶ Idem: 147.

3. Museu e Museologia – novos paradigmas

A palavra MUSEU, deriva de "*mouseion*", de origem grega, que significava “templo das musas”. Já em Alexandria, servia para designar o local destinado ao estudo das artes e das ciências.

Como vimos, quase tão antigo quanto o ser humano, o impulso de reunir objectos levou ao surgimento das primeiras colecções de bens materiais, organizadas em domínio privado, e destinadas, essencialmente, à fruição estética, conferindo também aos seus detentores prestígio social. Esses bens materiais assumiam valor pelo significado que lhes era atribuído, e o acesso aos mesmos tinha carácter contemplativo e restrito.

No contexto das revoluções sociais do século XVIII, surgiram os primeiros museus que, assumiram a responsabilidade pela preservação de objectos, que uma sociedade elegia como referentes patrimoniais, e que entendiam que os mesmos deveriam ser transmitidos ao futuro, ou seja, essas instituições passaram a ser guardiães de memória. Assistiu-se a uma grande transformação, pois muitas colecções privadas passaram a estar ao acesso do público em geral, foram consideradas património público e detinham um carácter de permanência.⁵⁷

Os primeiros museus públicos estavam marcados pela mistura de conceitos como contemplação, templo sagrado, templo de saber, representante de carácter nacional.

Esse paradigma de museu manteve-se até ao século XX, altura em que a sua identidade e existência começaram a ser postas em causa. Surgiu a necessidade de se pensar o modelo de museu, alargando o seu âmbito de acção para além da mera preservação de bens da cultura material.

⁵⁷ Como exemplo de colecções privadas que emergiram para o domínio público, dando lugar aos primeiros museus, refira-se a abertura ao público, ainda no século XVII, a 24 de Maio de 1683, do Museu Ashmolean, em Oxford, que teve o mérito de ter sido a primeira instituição museológica destinada especificamente a exposições públicas, organizadas para propósitos educativos. Já no século XVIII, refira-se, também como exemplo, o Museu Britânico, criado pelo Estado em 1753, que abriu ao público em 1759, e o Museu do Louvre, que abriu ao público a 10 de Agosto de 1793. Rivière, 1993: 71, 72.

A primeira definição oficial de museu foi produzida pelo *Comité Internacional de Museus*⁵⁸ (ICOM), que, em 1947, ao definir os seus estatutos, no artigo 3º, *reconoce la cualidad de museo a toda Institución permanente que conserva y presenta colecciones de objetos de carácter cultural o científico com fines de estudio, educación y deleite.*⁵⁹ A ideia de um museu, como instrumento necessário ao serviço da sociedade, começava então a emergir.

Em França, a partir da década de 60, do século XX, sob influência de Georges Henri Rivière, surgiram os ecomuseus, que reflectiam essa ideia. Henri Rivière começou por adaptar o modelo dos museus de ar livre escandinavos, ao caso francês, a fim de conservar os testemunhos do património arquitectónico rural daquele país, defendendo contudo a reconstrução dos espaços na sua forma original.

De salientar que, a conjuntura política, social, económica e cultural francesa nos anos sessenta, foi determinante para o aparecimento dos ecomuseus. Como referiu François Hubert, o *ecomuseu parece pues, nacer de un nuevo contexto social y cultural. Desde esta óptica, es concebido como oponiéndose al museo tradicional, templo de la cultura, universal e intemporal.*⁶⁰

Os primeiros ecomuseus⁶¹ nasceram ligados à gestão dos parques naturais regionais, pelo que, para além dos elementos culturais e arquitectónicos, a dimensão ecológica assumiu grande importância nessa fase. Tratava-se de reconstruir determinada zona, de acordo com fontes históricas, considerando a cultura, as tradições, a arquitectura e a ecologia locais, tendo sempre em atenção o relacionamento homem e meio ambiente, etnologia regional e ecologia.

⁵⁸ Criado em 1946, o ICOM é uma organização não-governamental que mantém relações formais com a UNESCO, executando parte de seu programa para museus, tendo status consultivo no Conselho Económico e Social da ONU. <http://icom.museum/international/> Último acesso em 2009-08-21.

⁵⁹ Hernández, 1994: 69. Os estatutos do ICOM foram alterados ao longo do tempo, primeiro em 1974, sendo ratificados pela 16ª Assembleia Geral, em 1989, em Haia, depois pela 18ª Assembleia Geral, em 1995, em Stavanger e mais recentemente, em Viena, em 2007. <http://icom.museum/international/> Último acesso em 2009-08-21.

⁶⁰ Hubert, 1993: 196.

⁶¹ Ecomuseus da “primeira geração” como designou François Hubert. Hubert, 1993.

Paralelamente ao que acontecia na Europa, também do outro lado do Atlântico se questionava o papel dos museus, particularmente na América Latina. Nesse âmbito, e por convocação da UNESCO, o *Conselho Internacional de Museus* organizou, em 1972, a designada *Mesa Redonda de Santiago do Chile*, da qual resultou a *Declaração de Santiago do Chile*, onde a missão social dos museus assumiu preponderância. De acordo com esse documento, o museu deveria desempenhar de forma determinante um papel de interventor social junto das comunidades locais, participando e contribuindo para o seu desenvolvimento. O museu deveria ser *uma instituição ao serviço da comunidade, da qual é parte integrante e que possui em si mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que serve; que o museu pode contribuir para levar essas comunidades a agir, situando a sua actividade no quadro histórico que permite esclarecer os problemas actuais (...) esta nova concepção não implica que se acabe com os museus actuais nem que se renuncie aos museus especializados mas que, pelo contrário, esta nova concepção permitirá aos museus desenvolverem-se e evoluírem de maneira mais racional e mais lógica a fim de melhor servir a sociedade.*⁶²

Um dos resultados mais importantes da *Mesa-Redonda de Santiago do Chile*, foi o conceito de *museu integral*, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto do seu meio material e cultural e entendido como vector de desenvolvimento sociocultural, como impulsionador da mudança e da educação.⁶³ O conceito de *museu integral* era muito parecido ao de ecomuseu europeu, mas no contexto da América Latina.

Na Europa, entre 1971 e 1974, desenvolveu-se a segunda geração de ecomuseus.⁶⁴ Nesta fase, o papel da comunidade em relação ao museu, a sua participação e envolvimento, tornaram-se fundamentais. Uma comunidade possuindo identidade própria como grupo social, tinha um

⁶² *Declaração de Santiago do Chile*. 1972. Primo, 1999: 96.

⁶³ Idem: 103.

⁶⁴ De acordo com a perspectiva de François Hubert. Hernández, 1998: 298.

património cultural a salvaguardar, pelo que o ecomuseu veio garantir a proximidade da comunidade ao seu património e a participação activa na sua gestão. Os testemunhos materiais eram familiares à comunidade, porque fizeram parte do seu passado, e adquiriram para ela um valor simbólico e uma significação relacionada com a sua história, os seus costumes e as suas práticas tradicionais ao longo do tempo. A comunidade via-se reflectida no ecomuseu, e dava-se a conhecer através dele, do seu património exposto. Para além disso, os ecomuseus dessa geração procuravam associar-se a outras comunidades locais, quer por razões financeiras, quer por ser uma forma de garantir a sua razão de ser.

Foi também nessa fase que Georges Henri Rivière, partindo da ideia de “territorialidade”, definiu ecomuseu⁶⁵. O ecomuseu preservaria, interpretaria e revelaria a história de uma região, desde as suas origens, sendo constituído por duas componentes fundamentais: o *museu do tempo* e o *museu espaço*. O primeiro, deveria estar instalado num edifício ligado à história ou à cultura de determinada localidade, a qual seria dada a conhecer cronologicamente, quer a nível da sua génese, quer da evolução da sua paisagem. Seria o núcleo central que deveria também criar as motivações para que o público visitasse o *museu espaço*. Este seria constituído pelos locais a visitar em toda a localidade.

Francisca Hernández Hernández referiu, acerca da ideia de territorialidade, *será este concepto antropológico de territorialidad, a través del cual una determinada población organiza sus relaciones sociales, históricas y simbólicas con el meio ambiente, el que otorgue toda su originalidad al ecomuseu (...) por eso, el ecomuseu se convierte en una expresión que possibilita las manifestaciones del hombre y la naturaleza, organizando en torno al museo del tiempo, una interpretación del espacio museístico que es, a la vez, laboratorio, conservatorio y escuela de una cultura común.*⁶⁶

⁶⁵ Proferida pela primeira vez pelo ministro do Meio Ambiente francês, Roger Poujade, a 3 de Setembro de 1971, no âmbito da *IX Conferência Geral de Museus* organizada pelo ICOM. Rivière, 1993.

⁶⁶ Hernández, 1998: 298.

De salientar que, neste contexto, e do ponto de vista das colecções, era defendida a ideia de um património quotidiano, vivido, que devia ser preservado *in situ*.⁶⁷ Ou seja, os valores patrimoniais seriam transpostos para o plano museológico, no próprio local onde se encontravam e, embora pudessem compreender *testemunhos móveis, não serão estes que o caracterizam, constituindo mesmo preocupação actual neste domínio a manutenção do seu relacionamento com os elementos conservados in loco*.⁶⁸

Acerca do conceito de ecomuseu, Henri Rivière referiu que, *o ecomuseu não tem uma definição acabada nem uma expressão fixa; ele é criado como um espelho onde a população se contempla para nele se reconhecer, onde ela procura a explicação do território a que está ligada, juntamente com as populações que a precederam na descontinuidade ou na continuidade das gerações*.⁶⁹ Ainda a respeito dessa definição evolutiva, referiu também, que *un écomusée est un instrument qu'un pouvoir et une population conçoivent, fabriquent et exploitent ensemble. Ce pouvoir, avec les experts, les facilités, les ressources qu'il fournit. Cette population, selon ses aspirations, ses savoirs, ses facultés d'approche*.⁷⁰

Nesta fase, sob a orientação de Marcel Evrard,⁷¹ e a colaboração de Georges Henri Rivière e Hugues de Varine, foi criado o *Museu do Homem e da Indústria*, em Le Creusot, que depois se converteu no *Ecomuseu da Comunidade Urbana de Le Creusot*. Segundo Varine, este projecto distinguiu-se dos museus tradicionais *uno, porque desaparece el concepto de colección permanente en favor de la idea de patrimonio comunitario y colectivo, e otro, porque será un consejo asesor de representantes de los distintos grupos de la comunidad urbana (usuarios, científicos y gestores) el que participe en la concepción, programación y control del museo*.⁷²

⁶⁷ Sob o ponto de vista conceptual importa diferenciar de *museus de sítio*, que se definem como organismos providos de autonomia, com modelos de organização e funcionamento idênticos aos dos museus, onde a singularidade se situa apenas na especificidade do seu acervo, situado predominantemente no domínio do património imóvel.

⁶⁸ Gouveia, 1992: 87.

⁶⁹ Pessoa, 2001: 34.

⁷⁰ Rivière, 1985: 182-183.

⁷¹ Do *Centro de Investigación, Animación Cultural y Creación para las Artes Plásticas* (CRACAP). Rivière, 1993.

⁷² Hernández, 1998: 299.

A partir de 1977, surgiu a terceira geração⁷³ de ecomuseus, reflexo da crise gerada pelas quebras industriais, que originou uma procura dos valores do passado, da tradição e do mundo rural, que eram então preservados nos ecomuseus.

Nessa terceira fase, deu-se mais importância ao meio ambiente social do que ao meio ambiente natural, desenvolveu-se também a ideia de património etnológico e preconizando-se uma filosofia da participação. A este respeito, François Hubert referiu que esta definição de ecomuseu, inspirou-se na ideia de *museu integral, al ponerse en evidencia la nueva función del museo que posee en sí mismo los elementos que le permiten participar en la formación de la concienciación de las comunidade que está unido.*⁷⁴

Muitos ecomuseus converteram-se nessa fase em centros de investigação de campo, constituindo verdadeiros auxiliares para as universidades, porém, todos circunscreveram a sua acção ao campo do património etnológico, o que restringiu outros campos de intervenção.

Ao longo do tempo, os ecomuseus proliferaram por vários países europeus, a ideia evoluiu devido à influência de novas realizações e por reflexões suscitadas no seio do ICOM.⁷⁵

Porém, e segundo François Hubert, registou-se nos vários ecomuseus que foram surgindo, a ausência de unidade nos projectos, nos métodos ou nos objectivos. Como referiu, *Si no hay un modelo de ecomuseu, es tal vez porque los conceptos no han sido aún definidos de manera científica y porque cada uno os adapta a su voluntad.*⁷⁶ Hugues de Varine manifestou-se também a este respeito, dizendo que o ecomuseu, *quant à son contenu, malgré les efforts de Georges Henri Rivière pour lui donner une forme et une signification, il varie d'un site à l'autre,*

⁷³ De acordo com a perspectiva de François Hubert. Hubert, 1993.

⁷⁴ Hubert, 1993: 200.

⁷⁵ François Hubert refere, de acordo com a perspectiva de Georges Henri Rivière, que a história dos ecomuseus é indissociável da história do ICOM. É importante também salientar aqui, a forte ligação de Georges Henri Rivière ao ICOM, do qual foi o primeiro director. Hubert, 1993: 196; Varine, 1993: 98-102.

⁷⁶ Hubert, 1993: 206.

*du centre d'interprétation à l'outil de développement, de la maison de parc au musée artisanal, du conservatoire ethnologique au centre de culture industrielle.*⁷⁷

Um facto parecia contudo inegável, com o surgimento dos ecomuseus *ya no volverá a ser el objeto lo que se encuentre en el centro de las preocupaciones del museo, sino que pasará a ser el sujeto social. La memoria colectiva se convierte en el principal patrimonio, y la interdisciplinarietà, en la regla de conducta de programas realizados con la participación de la población.*⁷⁸

Estas tendências foram postas em relevo pela *Declaração de Quebec*, em 1984, que estabeleceu os *Princípios de Base da Nova Museologia*, os quais foram adoptados no âmbito do *I Atelier Internacional de Ecomuseus/Nova Museologia*. Como consequência dessa declaração, foi criado, no ano seguinte, em Lisboa, o *Movimento Internacional para uma Nova Museologia*⁷⁹ (MINOM), aquando da realização do *II Atelier Internacional da Nova Museologia*.

Em 1992, vinte anos depois da *Declaração de Santiago do Chile*, a função social do museu foi reforçada, aquando da realização do Seminário *A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios*, no âmbito do qual foi produzida a *Declaração de Caracas*.⁸⁰ De acordo com esse documento, o museu apresentava-se, não só como uma instituição idónea para a valorização do património, mas, também, como instrumento útil para conseguir um desenvolvimento equilibrado e um maior bem-estar colectivo das comunidades.

Para além de preservar e estudar a memória de determinada comunidade, o museu deveria ter um papel de interventor social, constituindo a comunicação, através da exposição, o centro da actividade museológica.

De facto, e de acordo com a *Declaração de Caracas*, *a função museológica é, fundamentalmente, um processo de comunicação que explica e orienta as actividades específicas*

⁷⁷ Varine, 1985: 185.

⁷⁸ Varine, 1985: 185.

⁷⁹ Organização reconhecida como associada do ICOM, em 1987. Primo, 1999.

⁸⁰ Idem: 207-225.

*do Museu, tais como a colecção, conservação e exibição do património cultural e natural. Isto significa que os museus não são somente fontes de informação ou instrumentos de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento da interacção da comunidade com o processo e com os produtos culturais.*⁸¹

O museu passava então a ser entendido como um espaço de comunicação que transmitia mensagens através da linguagem específica das exposições, na articulação de testemunhos, de significados, ideias e emoções, produzindo discursos sobre a cultura, a vida e a natureza, isto tudo para o seu receptor, ou seja, o seu público.⁸²

Em suma, o museu deveria ser um espaço de relação dos indivíduos e das comunidades com o seu património. Deveria proporcionar elos de integração social, tendo em conta nos seus discursos e linguagens expositivas, os diferentes códigos culturais das comunidades que produziram e usaram os bens culturais, permitindo o seu reconhecimento e a sua valorização. Dito de outro modo, e segundo Francisca Hernández Hernández, *El museo se nos presenta como un proceso de comunicación y como una forma de lenguaje significativa (...) En primer lugar, el museo, a través de su propia estructura, se convierte en el medio o emisor del mensaje de los signos, propio de la sintaxis. En un segundo momento, el museo trata de ofrecernos una serie de contenidos bien organizados que forman la base discursiva y semiótica del mismo; es decir, el museo pretende comunicarnos algo y, para ello, se sirve de la semántica, donde tienen lugar las relaciones entre signos e objetos. Y, por último, el receptor o público trata de dar sentido al objeto, interpretando su significado y aplicándolo a la situación cultural en que se mueve, propio de la pragmática, dándose una relación entre signos y el público.*⁸³

De acordo com o percurso a que nos temos referido, o modelo de museu, de uma situação de crise de identidade, passou para uma realidade em que começaram a surgir novos paradigmas,

⁸¹ *Declaração de Caracas*. 1992; Primo, 1999: 214.

⁸² Outro canal de comunicação de um museu pode ser o seu próprio edifício. Hernández, 1998: 23-31.

⁸³ Hernández, 1998: 22.

com distintas designações, mas objectivos e práticas idênticas e que conduziram à alteração da definição de museu, expressa nos estatutos do ICOM. Em 1995, esse organismo considerava museu *uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que realiza investigações que dizem respeito aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire os mesmos, conserva-os, transmite-os e expõe-nos especialmente com intenções de estudo, de educação e de deleite.*⁸⁴

Esta definição reflecte a importância que começou a ser dada à função social do museu, instituição que deveria estar ao serviço da sociedade, ser agente de desenvolvimento e da democratização da cultura. De salientar também, o interesse crescente atribuído à preservação da identidade local, à perspectiva ecológica, que considerava o ser humano como fazendo parte do meio ambiente e à participação da população no desenvolvimento do processo museológico.

Foi alargado o âmbito conceptual de museu, e de objecto museológico, pois para além dos museus designados como tal, começaram também a ser consideradas outras realidades detentoras, total ou parcialmente, de características de museu.⁸⁵

Proliferaram os ecomuseus, museus de vizinhança, museus *in situ*, museus centralizados, museus multipolares, entre muitos outros.

De salientar, a tendência mundial para a criação de museus de tamanho médio e de museus locais, na medida em que estes proporcionam maior rentabilidade e eficácia social, cultural e económica. Como referiu Francisca Hernández Hernández⁸⁶, os museus de tamanho médio apresentam como principais características, o facto de se desenvolverem em pequenas unidades funcionais e descentralizadas, e, normalmente, exercerem a sua protecção dentro de um âmbito geográfico determinado, sendo suas prioridades a protecção, conservação e difusão do

⁸⁴ Primo, 1999: 28.

⁸⁵ Estatutos do ICOM, 7 de Julho de 1995, Art. 2º., 1. b). <http://icom.museum/international/> Último acesso em 2009-08-21.

Primo, 1999: 29.

⁸⁶ Hernández, 1994: 77-78.

património cultural. Quanto aos museus locais, que têm proliferado, abrangendo grande diversidade de colecções, a sua criação deve-se a diversas iniciativas públicas e privadas.

Os museus locais podem apresentar-se sob diversas formas institucionais e organizativas, mas no âmbito do processo museológico privilegiam sempre a relação homem / meio, e a participação da população local, proporcionando que o cidadão comum controle a forma de apropriação do património e a sua transformação em bem cultural, contribuindo para a definição da identidade da sua comunidade. De referir ainda, que o espólio dos museus locais integra não só bens culturais materiais, mas também, todos os aspectos imateriais da vida da colectividade.

Face às transformações que foram sendo consideradas, actualmente o museu é entendido como *a non-profit, permanent institution in the service of society and its development, open to the public, which acquires, conserves, researches, communicates and exhibits the tangible and intangible heritage of humanity and its environment for the purposes of education, study and enjoyment.*⁸⁷

A diversidade de organizações abrangidas nas recentes definições de museu, que constam nos estatutos do ICOM, permitem-nos trabalhar com uma variedade de processos museológicos, enquadrados institucionalmente de modos diversos e com diferentes níveis conceptuais.

Paralelamente à crise de identidade do modelo museal, a MUSEOLOGIA, disciplina tradicionalmente entendida como centrada no museu, e onde a formação museológica se baseava na transmissão de conhecimentos que se reduziam a documentar *la historia del museo y de sus colecciones y a enumerar sus funciones*⁸⁸, começou também a ser repensada.

⁸⁷ International Council of Museums. 2007. *Estatutos do ICOM*. Viena, Áustria. 24 de Agosto.

⁸⁸ Hernández, 1994: 72.

Para isso contribuíram diversas reflexões, que resultaram na concretização de vários documentos, que influenciaram a prática e o pensar museológico actual.⁸⁹

Em 1977, no âmbito do International Council of Museums, a museologia sofreu um grande impulso, com a criação do *International Committee for Museology (ICOFOM)*, que se constitui como um fórum internacional para o debate museológico. No âmbito desse organismo, o domínio da museologia foi alargado para além do estudo do próprio museu, embora, o seu principal centro de interesse se mantenha focalizado nas funções, actividades e papel que o museu tem na sociedade, como repositório da memória colectiva. Também tem sido dada grande atenção à inter relação entre a teoria e prática, bem como ao estudo de questões relativas aos profissionais dos museus.

Sintetizando, e reflexo de diversas contribuições, podemos considerar duas perspectivas da museologia: uma centrada no museu, em que a museologia é considerada uma ciência geral do museu, independente de outras áreas disciplinares, embora colaborante com elas, e que tem os seus próprios objectivos, a sua própria teoria, campo de actividade e métodos próprios; outra, que compreende uma visão ampla de museu. Esta última, defende que o museu deve romper com o conceito tradicional, colecções/edifício/público e a museologia deveria entender-se como *a ciencia global de lo que es museable y abarcaria el Universo e la Sociedad*.⁹⁰ A museologia não se limita apenas a interpretar os objectos, ela é entendida como o estudo de uma relação específica entre o homem e a realidade.

Preconiza-se assim, uma museologia virada para o sujeito social, e não para o objecto, onde o social é o objecto da gestão cultural, visando alcançar o desenvolvimento da comunidade onde o

⁸⁹ A este respeito, refira-se o *Seminário Regional da UNESCO, sobre a Função Educativa dos Museus*, realizado em 1958, no Rio de Janeiro; a *Mesa Redonda de Santiago*, realizada em 1972, no Chile, de onde resultou a *Declaração de Santiago do Chile*; o *I Atelier Internacional de Ecomuseus/Nova Museologia*, realizado em 1984, em Quebec, de que resultou a *Declaração de Quebec*; a *Reunião de Oaxtepec*, realizada em 1984, no México, de que resultou a *Declaração de Oaxtepec*; e a *Reunião de Caracas*, realizada em 1992, em Venezuela, de que resultou a *Declaração de Caracas*. Primo, 1999.

⁹⁰ Hernández, 1994: 72.

museu está inserido, e em que a participação da comunidade é imprescindível. Esta tem sido a perspectiva que mais adeptos tem atraído.

Tal como os museus, também a museologia vive hoje uma diversidade de práticas e de objectivos, sem com isso perder de vista a dinâmica da preservação patrimonial, finalidade da sua existência.

Neste sentido, actualmente, e de acordo com o ICOFOM, *museology is concerned with the theoretical approach to any individual or collective human activity related to the preservation, interpretation and communication of our cultural and natural heritage, and with the social context in which a specific man/object relationship takes place.*⁹¹

4. Políticas Patrimoniais e Museológicas: Legislação Portuguesa

O conceito de património, inicialmente associado à origem da palavra, remonta ao tempo do império romano, e era utilizado para referir bens de família, heranças, haveres privados e alienáveis. A definição de património, com a forma como hoje a reconhecemos, foi apresentada em 1974, por Hugues de Varine, que considerou três perspectivas: o meio ambiente do homem, o conjunto de conhecimentos acumulados pelo homem e o conjunto de bens materiais produzidos pelo homem.⁹² Desta forma, a utilização do conceito de património foi-se modificando e adaptando, de acordo com a evolução das ideias e valores dominantes nas sociedades.

A nível do património cultural, uma das faces mais visíveis da acção desenvolvida em prol da sua conservação resulta na legislação produzida. Em Portugal, a elaboração de um conjunto de diplomas legais associados ao património cultural e à necessidade da sua preservação, emergiram da consciencialização de que este bem é irrecuperável, dada a disponibilidade e os processos de

⁹¹ International Committee for Museology, <http://icom.museum/international/icofom.html>. Último acesso em 2009-08-21.

⁹² Hugues de Varine, 1974:12.

destruição rápida decorrentes da acção humana a que está sujeito, havendo também a noção de que, a reacção a tais ameaças era indispensável.

A partir de 1974, assistiu-se a uma reformulação dos documentos normativos então existentes, relativamente ao património cultural. Por decisão política, iniciou-se a construção de um quadro jurídico, que se apoiava desde logo, na redacção dada na Constituição da República, tanto na sua versão inicial, como nas alterações introduzidas pelas sucessivas revisões. Quanto ao próprio texto constitucional, este evoluiu de uma declaração inicial, que apontava para o dever de protecção do património cultural, para um conceito mais alargado, que incluía os parceiros e agentes culturais, articulando-o com a preservação da natureza e ambiente, ao mesmo tempo que o associava à identidade do povo português.⁹³

Assente nesta base, surgiu em 1985, a Lei de Bases do Património Cultural Português,⁹⁴ que articulava o consagrado na Constituição da República. Essa lei nasceu na sequência do trabalho desenvolvido por uma comissão, constituída com o objectivo de elaborar um anteprojecto de Lei do Património.⁹⁵ Tal comissão era formada por técnicos do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), que, em 1980, tinha sido criado com o objectivo de centralizar as políticas patrimoniais do Estado Português.

O trabalho desenvolvido por essa comissão teve por base as classificações, e a visão integrada do património, articuladas pelo Conselho da Europa e pela UNESCO. O contacto privilegiado que estes técnicos mantinham, em colóquios e encontros profissionais, e a proximidade com que reconheciam e acompanhavam os desenvolvimentos que ocorriam na envolvente exterior ao nosso país, concretizou-se no articulado da Lei n.º 13/85, a Lei de Bases do Património Cultural Português. Este diploma assentava em alguns princípios que apontavam para uma política global de património, e serviu de suporte à adopção de medidas de protecção

⁹³ *I Constituição da República Portuguesa*. 1976. Artigo 78º.

⁹⁴ Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, in *Diário da República*. I Série, Número 153. 6 de Julho de 1985.

⁹⁵ Despacho n.º 16/82, de 20 de Fevereiro, in *Diário da República*. I Série, Número 43. 20 de Fevereiro de 1982.

desse património. Do seu conteúdo, destacava-se o papel atribuído às associações de defesa do património, que, como parceiros privilegiados, passavam a ter assento no órgão consultivo do IPPC. Outro dos conteúdos que mereceu destaque, foi a transposição para o domínio interno, do princípio da equivalência das componentes material e imaterial do património,⁹⁶ conceito já veiculado pela documentação internacional.

A grande importância do diploma a que nos vimos referindo, adveio do esforço que este introduziu, de unificação dos princípios dispersos pela legislação anterior, que se centrava nas componentes arquitectónica, arqueológica e artística, e no alinhamento com a documentação internacional, designadamente das convenções ratificadas por Portugal. A este respeito, e pela sua importância, destacamos a adesão de Portugal à Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, em 1979.⁹⁷

Com a publicação da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, foi revogada a Lei n.º 13/85, cujo contributo efectivo para colocar em prática o seu objecto, se revelou diminuto em alguns aspectos, já que *por nunca ter sido regulamentada, pouco contribuiu para a preservação e salvaguarda do património edificado, facto agravado com a ausência de um inventário sistemático do património, o que impediu que o Estado promovesse a salvaguarda e valorização do património cultural disperso por todo o território nacional.*⁹⁸ A Lei n.º 107/2001 veio estabelecer as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, e alargar o conceito de património cultural, tornando-o mais amplo e integrador, abrangendo tanto

⁹⁶ Lei n.º 13/85, de 6 de Julho; in *Diário da República*. I Série, Número 153. 6 de Julho de 1985.

⁹⁷ A *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* foi adoptada na *Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura*, em 1972, e estabelecia quais os bens naturais e culturais que podiam vir a ser inscritos na *Lista do Património Mundial*, ao mesmo tempo que fixava os deveres dos estados membros quanto à identificação desses bens, assim como, o desempenho para a protecção e preservação dos mesmos. Ao assinar essa Convenção, cada Estado comprometia-se, não só a assegurar a conservação dos bens que se localizam no seu território, como a proteger o seu património cultural e natural. A sua característica mais importante foi a de reunir num mesmo documento noções de protecção da natureza e de preservação dos bens culturais, que pela abrangência e número de estados aderentes, constitui-se como um dos instrumentos legais internacionais mais universais, para a protecção do património cultural e natural. O Decreto n.º 49/79, de 6 de Junho; in *Diário da República*. I Série, Número 130. 6 de Junho de 1979.

⁹⁸ <http://www.ippar.pt>. Último acesso em 2009-02-24.

os bens materiais de interesse cultural relevante, móveis e imóveis, como os bens imateriais, como a língua portuguesa.⁹⁹

Para articular as várias competências e obrigações do Estado Português em matéria de gestão do património, até 1975 estiveram sob a alçada das sucessivas Divisões do Património Cultural, e de 1975 a 1978, passaram para a responsabilidade da Direcção-Geral do Património Cultural. Com a criação da Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural, por despacho da Secretaria de Estado da Cultura,¹⁰⁰ surgiu uma entidade central do Estado, com competência e vocação para a gestão do património, na sua concepção alargada, englobando o património cultural e o natural. O Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural não veio a concretizar-se e a comissão organizadora foi extinta pelo mesmo diploma que criou o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), em 1980.

Com a formação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC),¹⁰¹ foram-lhe transferidas todas as competências da Direcção-Geral do Património Cultural. A criação do IPPC revestiu-se de grande importância, dado que pela primeira vez, existia um organismo de base para o sector do património, no período pós 1974. As competências que lhe foram atribuídas reflectiam o sentido de responsabilidade colectiva (Estado e cidadãos), face à protecção do património cultural.¹⁰²

De referir aqui, no âmbito dos vários departamentos que o Instituto Português do Património Cultural integrava, a actividade que foi desenvolvida pelo Departamento de Etnologia, que incluía as secções de etnografia e de etnosociologia. Esse departamento, dirigido por Henrique Coutinho Gouveia, desempenhou um importante papel *no processo de construção de um quadro discursivo para o desenvolvimento dos museus locais e regionais, (...) para fomentar uma “ideia*

⁹⁹ Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro; in *Diário da República*. I Série-A, Número 209. 8 de Setembro de 2001.

¹⁰⁰ Despacho do Secretário de Estado da Cultura, 20 de Julho de 1977, in *Diário da República*, II Série, n.º 166. 20 de Julho de 1977.

¹⁰¹ Decreto-Lei n.º 59/80, de 3 de Abril; in *Diário da República*. I Série, Número 79. 3 de Abril de 1980.

¹⁰² O Decreto Regulamentar n.º 34/80, de 2 de Agosto, define as competências do IPPC.

*de museu” cuja origem e quadro ideológico estavam fortemente influenciados e condicionados pelos princípios da ecomuseologia.*¹⁰³ Em 1983, o Departamento de Etnologia iniciou uma campanha sobre os museus etnográficos, independentemente da sua tutela ou dimensão, relativa aos vários aspectos do trabalho museológico. Promoveu a realização de seminários e *workshops*, de forma a fornecer suportes técnicos aos museus locais e regionais, designadamente a nível da organização de colecções, inventário ou reservas, e proporcionou momentos de reflexão e discussão sobre os projectos museológicos locais e regionais. Em pouco tempo o impacto das acções daquele Departamento de Etnologia começou a ter reflexos, conseguindo alterar *a percepção sobre a forma como os pequenos museus locais deviam ser organizados, sobre aquilo que deviam fazer e muito especialmente, sobre o fim a que se destinavam (...) de pequenos museus centrados na sua colecção, passaram a ser entendidos como instituições orientadas para a comunidade, feitas pela população local para a população local.*¹⁰⁴

Em 1991, pelo Decreto-Lei n.º 278/91, de 9 de Agosto, foi criado o Instituto Português de Museus (IPM), que passou a deter a responsabilidade técnica e administrativa pelos museus do Estado, tarefas anteriormente sob o alçada do IPPC. A justificação para essa separação, no entender do texto legislativo, adveio do facto dos museus configurarem *uma realidade autónoma em relação ao demais património cultural que àquele Instituto compete salvaguardar e valorizar, tornando-se conveniente inseri-los numa perspectiva de desenvolvimento cultural local, regional, nacional e mesmo internacional em estreita ligação com outras entidades e em articulação com uma política museológica integrada, que simultaneamente optimize o museu de per si.*¹⁰⁵

Para fazer cumprir as obrigações nas áreas da conservação e restauro dos bens móveis integrados, de reconhecido valor histórico, artístico, técnico e científico, a 1 de Janeiro de 2000,

¹⁰³ Pimentel, 2005: 191.

¹⁰⁴ Idem: 192-193.

¹⁰⁵ Decreto-Lei n.º 278/91, de 9 de Agosto; in *Diário da República*. I Série-A, Número 182. 9 de Agosto de 1991.

foi criado o Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR), que ao mesmo tempo detinha, também, a responsabilidade de incentivar a investigação e experimentação no campo dos materiais e das técnicas de produção artística.

O Decreto-Lei n.º 398/99, de 13 de Outubro, ao aprovar a orgânica do Instituto Português de Museus, atribuiu-lhe a responsabilidade de definir o modelo de uma rede de museus portugueses, o respectivo enquadramento e os critérios de integração dos museus nessa rede. Assim, por Despacho Conjunto n.º 616/2000, nasceu, na dependência directa do IPM, a Rede Portuguesa de Museus (RPM). O objectivo principal desta estrutura foi a normalização do tecido museológico português, garantindo que os museus pudessem dar cumprimento cabal às *suas importantes funções, em termos de salvaguarda das memórias e heranças colectivas e da indispensável participação na vida social e cultural das comunidades.*¹⁰⁶

O texto deste diploma reconheceu ainda, explicitamente, a realidade museológica do país e a diversidade de iniciativas existentes, bem como a urgente necessidade de uma integração: *com a implementação da RPM, que o Estado, reconhecendo o dinamismo que os museus hoje representam, assuma a responsabilidade de estimular e qualificar, de forma integrada e respeitadora das diversidades, as iniciativas das entidades autárquicas e regionais, mas também da igreja, dos agentes privados e dos cidadãos em geral. Por isso, o modelo de RPM que se vai implementar terá de obedecer a um profundo conhecimento da realidade existente e ao diálogo permanente com as diversas entidades numa perspectiva de descentralização e transversalidade, respeitadora de normas precisas que contribuam decisivamente para o reordenamento cultural do País e para a correcção das suas assimetrias.*¹⁰⁷

¹⁰⁶ Despacho n.º 616/2000, de 17 de Maio; in *Diário da República*. II Série, Número 130. 5 de Junho de 2000.

¹⁰⁷ Idem.

A RPM assumiu-se como um sistema organizado de museus, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visava a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus.

As actividades que têm vindo a desenvolver, vão de encontro às atribuições que lhe foram cometidas no Despacho n.º 616/2000, designadamente a definição do modelo da Rede Portuguesa de Museus, a concepção e a aplicação do Regulamento de Adesão à RPM, a criação e a execução de programas de apoio técnico e financeiro à qualificação de museus e a promoção de acções de formação.

A necessidade de estabelecer ligações entre os vários interlocutores da actual realidade museológica, que já havia sido sentida e expressa aquando da criação do IPM, foi reforçada pela *articulação com os meios da investigação científica e da educação*¹⁰⁸ e o reconhecimento da influência dos museus *enquanto elementos propiciadores do desenvolvimento local, regional e nacional, aconselham a audição de entidades que desenvolvem iniciativas neste domínio, por forma a melhor definir prioridades e linhas de intervenção na construção e consolidação da realidade museológica portuguesa.*¹⁰⁹ Esta conjuntura, obrigou à reformulação do Conselho Consultivo, criado em 1991, dando lugar ao Conselho de Museus, órgão colegial directamente dependente do Ministro da Cultura, que assumiu funções consultivas no domínio da política museológica nacional, cuja criação, composição, competências e regime de funcionamento, foram objecto do Decreto-Lei n.º 228/2005, de 28 de Dezembro.

Um documento estruturante no domínio dos museus e da museologia, que teve como bases o conhecimento da realidade portuguesa, pelas acções desenvolvidas pelo IPM e pela RPM, no âmbito das suas funções, e as orientações internacionais nestas áreas, foi a Lei Quadro dos Museus Portugueses, aprovada pela Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto. Na sua preparação

¹⁰⁸ Decreto-Lei n.º 228/2005, de 28 de Dezembro; in *Diário da República*. I Série-A, Número 248. 28 de Dezembro de 2005.

¹⁰⁹ Idem.

colaboraram de forma envolvente representantes da Associação Portuguesa de Museologia (APOM), do International Council of Museum (ICOM), da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), directores de museus e docentes universitários.

Em 2007, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR) e o Instituto Português de Museus (IPM) fundiram-se, para dar lugar á criação do actual Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), que integra também a Rede Portuguesa de Museus. Esta nova estrutura, alargou ainda o seu âmbito de competências, tendo em conta a actuação no domínio do património imaterial, que não dispunha de enquadramento institucional no âmbito do Estado Português.

A criação do IMC, aprovada pelo Decreto-Lei 97/2007, de 31 de Março, reuniu num mesmo instituto, duas áreas de competências: a dos museus e a da conservação e restauro do património cultural móvel, *que resulta da necessidade de concentrar serviços mas, ao mesmo tempo, da vontade de dar condições ao IMC, para que, de forma crescente e progressiva, se vá afirmando cada vez mais como um serviço de referência, normativo e regulador, difusor de boas práticas e novas metodologias, em ambas as áreas.*¹¹⁰

4.1. Políticas Patrimoniais e Museológicas nos Açores

Uma análise à museologia na ilha de S. Miguel tem necessariamente de considerar o contexto arquipelágico em que esta se insere. Neste sentido, torna-se fundamental analisar a legislação regional, que reflecte as políticas preconizadas para o desenvolvimento museológico regional e a protecção do património cultural.

¹¹⁰ Decreto-Lei n.º 97/2007, de 29 de Março; in *Diário da República*. I Série, Número 63. 29 de Março de 2007.

Em 1974, existiam apenas três museus nos Açores, o Museu Carlos Machado¹¹¹ e o Museu Rural da Casa do Povo de Vila Franca do Campo¹¹², em S. Miguel, e o Museu de Angra do Heroísmo,¹¹³ na Terceira¹¹⁴. Nas restantes ilhas do arquipélago açoriano, não existiam instituições museológicas, pelo que o seu património cultural estava desprotegido.

A partir de 1976, com a instauração do Regime Autónimo e a formação do Primeiro Governo Regional dos Açores, iniciou-se um processo favorável à implementação de políticas de valorização e protecção do património cultural açoriano. Deste modo, pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 21/77¹¹⁵ o Governo Regional criou no Faial, o Museu da Horta, a fim de serem *recolhidos, conservados e expostos objectos de valor artístico, histórico, etnográfico e*

¹¹¹ O Museu Carlos Machado, surgiu em contexto escolar, no antigo Liceu de Ponta Delgada, por iniciativa do médico e professor Carlos Maria Gomes Machado, e abriu ao público a 10 de Junho de 1880, sendo as suas colecções iniciais de História Natural. Mais tarde, o âmbito da sua abrangência alargou-se a colecções de Arte e de Etnografia Regional. A partir da década de trinta do século XX, este museu passou a estar instalado no antigo Convento de Santo André. Em relação à sua tutela, a partir de 1890 ficou dependente do Município de Ponta Delgada, em 1930, com a aquisição do Convento de Santo André passou para a Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, em 1976, passou a estar sob a tutela da Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais e desde 2004 encontra-se dependente da Presidência do Governo, Direcção Regional da Cultura. *Roteiro dos museus dos Açores*. 2005.

¹¹² Criado em 1955, e constituído por miniaturas artesanais representativas de diversos ofícios. A colecção foi produzida por Manuel Severiano da Costa Almeida. Essa colecção foi adquirida para aquela museus pela Casa do Povo de Vila Franca do Campo, Junta Geral do Distrito, Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, F.N.A.T. e pela Junta Central das Casas do Povo. Até 2005 manteve-se na Casa do Povo de Vila Franca do Campo, altura em que, por questões funcionais, passou a integrar o espólio do Museu Municipal de Vila Franca do Campo. “Vila Franca do Campo e a sua Casa do Povo”. 1956, in *Mensário das Casas de Povo*. Ano X, n.º 116. Fevereiro. Lisboa, Junta Geral das Casas de Povo: 10, 11. Edição do Museu de Vila Franca do Campo. 2005.

¹¹³ Pela iniciativa de um grupo de intelectuais angrenses, o *Museu de Angra do Heroísmo*, foi criado oficialmente a 30 de Março de 1949, sob a égide da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, e em estreita relação com a constituição da agremiação cultural *Instituto Histórico da Ilha Terceira*. A sua colecção inicial era constituída por testemunhos da etnografia e da história local, e a inauguração do museu ocorreu em Julho de 1957. A Direcção do Museu, a Biblioteca e o Arquivo foram entregues a Manuel Baptista de Lima que, de 1949 a 1984, foi constituindo um numeroso e diversificado acervo. As primeiras instalações deste museu foram o Palácio Bettencourt, sendo transferido em 1969 para o antigo Convento de São Francisco. Em relação à tutela do *Museu de Angra do Heroísmo*, esta passou em 1978 da Secretaria de Estado da Cultura, Direcção-Geral do Património Cultural, para a Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais. Desde 2004 encontra-se dependente da Presidência do Governo, Direcção Regional da Cultura. *Roteiro dos museus dos Açores*. 2005.

¹¹⁴ De salientar a existência no século XIX do *Museu Terceirense*, que abriu ao público a 28 de Setembro de 1879, na ilha Terceira, por influência de um grupo de terceirenses emigrados no Rio de Janeiro. Martins, 2003: 341-386.

De registar também a criação em 1900 do *Museu do Seminário de Angra*, constituído por colecções de história natural, e que nasceu para apoiar as disciplinas de Física e História Natural, então leccionadas no Seminário de Angra. O médico terceirense Dr. José Augusto Nogueira Sampaio foi o grande impulsor da constituição deste museu, e após a sua morte a maior parte das suas colecções de História Natural foram doadas por seu filho, Dr. Alfredo Sampaio para aquele museu. *Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese dos Açores*. 1900: 30-31.

¹¹⁵ Decreto Regulamentar Regional n.º 21/77; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 7. 18 de Julho de 1977.

científico.¹¹⁶ Este constituiu o primeiro texto legislativo que regulamentou a criação e a existência de museus nos Açores.

Em Agosto do mesmo ano, pela Portaria n.º 23/77¹¹⁷, foi classificado nas Lajes do Pico um imóvel de interesse público, constituído por três barracões e oficina de ferreiro anexa, para possível museu monográfico das actividades baleeiras nos Açores.

Ainda em 1977, pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 25/77¹¹⁸, foram criadas em Santa Maria, Graciosa, Pico, S. Jorge, Flores e Corvo, *Casas de Etnografia*. Estas instituições, com funções museológicas, constituiriam também pólos de difusão cultural nas referidas ilhas, os quais deveriam ser repositórios vivos e dinâmicos da cultura popular açoriana.¹¹⁹

De salientar que, as *Casas de Etnografia* surgiram vocacionadas apenas para a recolha de testemunhos da sociedade tradicional rural, por ser considerado urgente este trabalho.

Em relação ao Decreto Regulamentar Regional n.º 25/77, importa referir que, através desse documento já se notava a preocupação de criar instituições museológicas em todas as ilhas do arquipélago, embora nem todas com a designação de museu.

Em 1978, pelo Despacho Normativo n.º 131/78¹²⁰, as referidas *Casas de Etnografia* passaram a estar afectas aos três Museus da Região, do seguinte modo: Museu Carlos Machado – *Casa de Etnografia* da ilha de Santa Maria; Museu de Angra do Heroísmo – *Casas de Etnografia* das ilhas Graciosa e S. Jorge; Museu da Horta – *Casas de Etnografia* das ilhas Pico, Flores e Corvo.

A estrutura que contemplava as *Casas de Etnografia*, não se concretizou contudo como o previsto, na medida em que surgiram outras experiências, nomeadamente o Museu Etnográfico da Graciosa,¹²¹ o Museu de Arte Sacra, em S. Jorge, o Museu dos Baleeiros e o Museu do Vinho,

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Portaria n.º 23/77; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 9. 20 de Agosto de 1977.

¹¹⁸ Decreto Regulamentar Regional n.º 25/77; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 12. 14 de Outubro de 1977.

¹¹⁹ De salientar, o importante papel que a etnóloga Margarida Ribeiro teve na criação das Casas de Etnografia. Martins, 2009: 11.

¹²⁰ Despacho Normativo n.º 131/78; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 41. 29 de Dezembro de 1978.

¹²¹ De salientar que, em 1986, este museu, ainda com o estatuto legislativo de Casa Etnográfica da Graciosa, iniciou espontaneamente e por iniciativa da sua directora, Maria Teodora de Borba, a edição do Boletim do Museu Etnográfico da Graciosa. *Boletim do Museu Etnográfico da Graciosa*. 1986. Nº 1. Dezembro. Edição do Museu Etnográfico da Ilha Graciosa.

ambos no Pico, e o Museu de Arte e Tradição Popular, nas Flores. Das Casas de Etnografia previstas, apenas foi criada a Casa de Etnografia de Santo Espírito, em Santa Maria. O Corvo não teve qualquer realização a esse nível.

Pelo Decreto-Lei n.º 408/78,¹²² os poderes de direcção e tutela referentes ao Museu de Angra do Heroísmo transitaram da Secretaria de Estado da Cultura, Direcção-Geral do Património Cultural, para o Governo da Região Autónoma dos Açores.

A preocupação por parte do Governo Regional Açoriano, com a valorização e protecção do património cultural, continuou a manifestar-se. Exemplo disso foi o Decreto Regulamentar Regional n.º 13/78/A e o Decreto Regional n.º 13/79/A.¹²³ O primeiro estabeleceu normas relativas à organização e estrutura da Secretaria Regional da Educação e Cultura e no Capítulo II, Secção V, definiu as competências da então Direcção Regional dos Assuntos Culturais, das quais destacamos: *a superintendência dos museus; o estudo da ampliação dos museus existentes, bem como a criação de outras instituições do género quando necessário; a promoção, organização e manutenção actualizada do “Inventário Artístico da Região Açores (IARA), com classificação das espécies artísticas, arqueológicas, etnográficas e documentais.*¹²⁴ No segundo documento legislativo, foi definido o Património Cultural da Região Açores, como *constituído pelo conjunto de bens móveis e imóveis que revistam interesse artístico, arquitectónico, paisagístico, histórico, etnológico, etnográfico, bibliográfico e arquivístico*¹²⁵, e foram estabelecidas normas relativas à sua protecção.

Já em 1980, o Decreto Regulamentar Regional n.º 54/80/A¹²⁶, veio estruturar as orgânicas do Museu Carlos Machado, do Museu de Angra do Heroísmo e do Museu da Horta.

¹²² Decreto-Lei n.º 408/78 de 19 de Dezembro de 1978; in *Diário da República*, I Série, n.º 290. 19 de Dezembro de 1978.

¹²³ Decreto Regulamentar Regional n.º 13/78/A; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 19. 19 de Julho de 1978. Decreto Regional n.º 13/79/A; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 23. 4 de Setembro de 1979.

¹²⁴ Decreto Regulamentar Regional n.º 13/78/A; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 19. 19 de Julho de 1978.

¹²⁵ Decreto Regional n.º 13/79/A; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 23. 4 de Setembro de 1979.

¹²⁶ Decreto Regulamentar Regional n.º 54/80/A; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 40. 4 de Dezembro de 1980.

Entretanto, fruto do movimento social e cultural iniciado com a Autonomia nos Açores, começaram também a surgir pequenos museus locais, públicos e privados, inclusive nas ilhas onde existiam os Museus Regionais.

Paralelamente a esta nova realidade, *a consciência dos problemas etnomuseológicos dos Açores foi crescendo, (...) e as críticas à estrutura museológica e aos seus fundamentos foram-se avolumando e a reformulação das normas em vigor tornou-se inevitável.*¹²⁷

Em 1990, a Direcção Regional dos Assuntos Culturais divulgou um projecto de legislação relativo aos museus e património museológico açoriano, que se concretizou no Decreto Regulamentar Regional n.º 40/91/A.¹²⁸ Esse documento legislativo estabeleceu o *Regime Geral dos Museus da Região Autónoma dos Açores*, na sua forma mais sistemática e abrangente e criou a rede regional de museus dos Açores, dependentes directamente da Direcção Regional da Cultura, que na altura incluía três Museus Regionais, em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta e cinco Museus de Ilha, em Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Pico e Flores. A criação de uma rede regional de museus constituiu um passo importante no sentido de criar uma organização museológica no arquipélago açoriano.

Do Decreto Regulamentar Regional n.º 40/91/A destacaram-se duas consequências. Em primeiro lugar, com a designação de Museu Regional, os três museus regionais continuavam a abranger o património cultural existente na Região. Em segundo lugar, a substituição das Casas de Etnografia por Museus de Ilha, que veio trazer uma importante mudança conceptual relativamente à natureza e aos objectivos desses organismos. Ao contrário das Casas de Etnografia, que apresentavam apenas reconstituições do interior doméstico tradicional, e objectos relativos às actividades agrícola e piscatória e aos ofícios tradicionais das localidades onde

¹²⁷ Martins, 1992: 43.

¹²⁸ Decreto Regulamentar Regional n.º 40/91/A; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 49. 5 de Dezembro de 1991. Este Decreto foi publicado no *Diário da República*, I Série –B, n.º 271. 25 de Novembro de 1991.

estavam inseridas, o Museu de Ilha era entendido como uma instituição de âmbito mais alargado, que deveria representar a ilha numa perspectiva evolutiva e globalizante.

Ainda de acordo com o mesmo documento legislativo, foi definido que em cada ilha apenas existiria um museu dependente da Direcção Regional da Cultura, e foi criada a *extensão do museu de ilha*. Deste modo, o *Museu do Pico* era apenas uma designação que passava a ter duas extensões, o Museu dos Baleeiros e o Museu do Vinho e a Casa de Etnografia do Corvo, passava a ser uma extensão do Museu das Flores.

Importa referir ainda, que o Decreto Regulamentar Regional n.º 40/91/A mencionava que a criação de museus por autarquias ou outras entidades públicas ou privadas, implicaria regulamentação própria.

O Decreto Regulamentar Regional n.º 29/96/A¹²⁹, de 26 de Junho, veio alterar o Decreto Regulamentar Regional n.º 40/91/A, reformulando a orgânica dos museus dependentes do Governo Regional dos Açores.

Em 1997, as Resoluções n.º 43/97¹³⁰, n.º 44/97¹³¹ e n.º 45/97¹³², todas de 13 de Março, vieram transferir, para a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, respectivamente, a gestão do Museu de Arte Sacra da Horta, a universalidade que integra todo o espólio afecto ao Museu da Indústria Baleeira de São Roque do Pico, e a universalidade que integra todo o espólio, mobiliário e direito de arrendamento do edifício onde estava instalada a Exposição Permanente do Vulcão dos Capelinhos.

Em 1998, considerando a necessidade de estabelecer um conjunto de medidas de apoio à manutenção e fruição do património baleeiro regional, foi criado o Decreto Legislativo Regional

¹²⁹ Decreto Regulamentar Regional n.º 29/96/A; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 28. 11 de Julho de 1996.

¹³⁰ Resolução n.º 43/97; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 11. 13 de Março de 1997.

¹³¹ Resolução n.º 44/97; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 11. 13 de Março de 1997.

¹³² Resolução n.º 45/97; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 11. 13 de Março de 1997.

n.º 13/98/A¹³³, que definiu e caracterizou o património baleeiro regional e estabeleceu medidas e apoios destinados à respectiva inventariação, recuperação, preservação e utilização.

Em 2000, o Decreto Regulamentar Regional n.º 36/2000/A¹³⁴, veio alterar a orgânica dos serviços externos da Direcção Regional da Cultura, nos quais estavam incluídos os museus regionais e de ilha, que tinham como atribuições *a recolha, conservação e exposição dos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, para fins de estudo, conservação educação e recreio*¹³⁵.

No âmbito deste decreto, foi criado na ilha do Pico um novo museu regional, o *Museu do Pico*, na medida em que, *o conjunto das três estruturas museológicas lá existentes atinge uma dimensão muito superior à dos museus de ilha*¹³⁶. De referir que, as estruturas acima mencionadas, consistiam nos três núcleos que compoñham o *Museu do Pico*, designadamente: o Museu dos Baleeiros, na vila das Lajes, o Museu da Indústria Baleeira, na vila de São Roque, e o Museu do Vinho, na vila da Madalena. Entre outros aspectos, competia a este novo museu regional, a gestão e preservação do património baleeiro dos Açores, qualquer que fosse a sua localização.

De acordo com o mesmo decreto legislativo, na ilha do Corvo também era criado o *Museu do Corvo*, como uma unidade orgânica sem qualquer laço de dependência do Museu das Flores. Esse museu surgiria *de forma a melhor reflectir a identidade histórico-cultural desta ilha e melhor servir a comunidade local e os seus visitantes*.¹³⁷

O Museu da Horta, para além do núcleo citadino, passava a integrar o Núcleo Museológico dos Capelinhos.

¹³³ Decreto Regulamentar Regional n.º 13/98/A; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 33. 13 de Agosto de 1998.

¹³⁴ Decreto Regulamentar Regional n.º 36/2000/A; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 50. 14 de Dezembro de 2000. Este Decreto foi publicado no *Diário da República*, I Série –B, n.º 282. 7 de Dezembro de 2000.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Idem.

De salientar que, no âmbito da rede de museus dos Açores, dependentes da Direcção Regional da Cultura, continuava apenas a ser contemplado um único museu por ilha, que poderia ter várias extensões com denominações próprias.

Em 2001, o Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2001/A¹³⁸ veio reorganizar as estruturas orgânicas de todos os serviços externos da cultura, nos quais se incluíam os museus regionais e de ilha.

A partir de Maio 2002, os museus da rede da Região Autónoma dos Açores, passaram a integrar a Estrutura de Projecto da Rede Portuguesa de Museus, de acordo com os requisitos do regulamento de adesão à RPM. Essa integração teve reflexos imediatos, nomeadamente através da realização de acções de formação dirigidas aos técnicos dos museus dos Açores, e do apoio técnico e científico fornecido através da RPM.

Com a aprovação da Lei-Quadro dos Museus,¹³⁹ e por pertencerem à RPM, os museus da rede regional dos Açores tiveram um período de dois anos, para se adaptarem ao cumprimento das funções museológicas previstas na lei, com vista à sua qualificação.

Pela Portaria n.º 22/2004¹⁴⁰ foram aprovados o Regulamento Interno Geral dos Museus da Rede Regional e as disposições específicas referentes a cada um dos museus da rede regional dos Açores. Este documento veio concretizar o objectivo da tutela de pautar as práticas correntes dos museus por critérios profissionais normalizados, nomeadamente pela produção de documentos legais.¹⁴¹

¹³⁸ Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2001/A; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 46. 15 de Novembro de 2001.

¹³⁹ Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto; in *Diário da República*, I Série A - Número 195. 19 de Agosto de 2004.

¹⁴⁰ Portaria n.º 22/2004; in *Jornal Oficial*, I Série - Número 13. 25 de Março de 2004.

¹⁴¹ De referir que, no âmbito da normalização das práticas dos museus da rede regional dos Açores, foram produzidos vários textos legais, designadamente: Despacho D/SREAS/97/106; in *Jornal Oficial*, II Série – Número 19. 13 de Maio de 1997, que regulamentou as condições de autorização para a realização de filmagens ou trabalhos fotográficos nos museus; Portaria n.º 80/1999; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 44. 4 de Novembro de 1999, que aprovou o regulamento de cedência de espaços museológicos; Despacho D/SREC/2002/6; in *Jornal Oficial*, II Série – Número 19. de 31 de Dezembro de 2001, que actualizou o valor da taxa de ingresso nos museus; Despacho n.º 635/2004; in *Jornal Oficial*, II SÉRIE – Número 33. 17 de Agosto de 2004, que aprovou os formulários electrónicos e em suporte de papel, necessários à execução dos regulamentos internos.

A Portaria n.º 69/2004¹⁴² veio alterar vários artigos do regulamento interno comum, e das disposições específicas, referentes a cada museu da rede regional açoriana, revogando a Portaria n.º 22/2004.

O Decreto Regulamentar Regional n.º 38-A/2004/A¹⁴³ que aprovou a estrutura orgânica do IX Governo Regional, procedeu a algumas reestruturações no tocante às atribuições e competências da Presidência do Governo Regional. Neste sentido, a Presidência do Governo passou a integrar os sectores da cultura e dos assuntos da imigração. Deste modo, a Direcção Regional da Cultura deixou de fazer parte da Secretaria Regional da Educação e Cultura e passou a estar na dependência directa da Presidência do Governo. Estas alterações reflectiram-se numa reconstrução do arquipélago em termos culturais, pois verificou-se uma centralização cultural na ilha de São Miguel.

O Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2006/A,¹⁴⁴ que estabeleceu a orgânica da Direcção Regional da Cultura, no seu artigo 8.º concebeu uma entidade que designou como *Museu Flores/Corvo*. No âmbito deste decreto, foram extintos o Centro de Estudo, Conservação e Restauro dos Açores, as Casas de Cultura (São Miguel, Terceira, Faial e Pico) e o Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo. No seu artigo 9.º passou a integrar, na dependência directa do Director Regional da Cultura, o organismo designado Centro de Conhecimento dos Açores, que tem como finalidades, *facultar ao público o acesso à informação sobre os Açores e estimular a pesquisa nos domínios da investigação e do saber, correlacionando fontes históricas e científicas, através dos meios que as novas tecnologias facultam*.¹⁴⁵

O Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2006/A aprovou a orgânica da Presidência do Governo Regional dos Açores, e no seu artigo 2.º, referia que nos termos do artigo 16.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 38-A/2004/A, transitavam para a dependência da Presidência

¹⁴² Portaria n.º 69/2004; in *Jornal Oficial*, I Série - Número 33. 12 de Agosto de 2004.

¹⁴³ Decreto Regulamentar Regional n.º 38-A/2004/A; in *Diário da República*, I Série-B Número 289. 11 de Dezembro de 2004.

¹⁴⁴ Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2006/A; In *Jornal Oficial*, I Série, Número 3. 19 de Janeiro de 2006.

¹⁴⁵ Idem.

do Governo Regional a Direcção Regional da Cultura, incluindo os seus serviços externos, o Fundo Regional de Acção Cultural, a Inspeção Regional das Actividades Culturais e o Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo, sendo acompanhados do movimento do respectivo pessoal.¹⁴⁶

Actualmente, a rede regional de museus dos Açores, tutelada pela Presidência do Governo/Direcção Regional da Cultura, compreende oito museus, com a distribuição apresentada na Figura 2, que no seu conjunto expressam a diversidade da cultura regional.

¹⁴⁶ A estrutura orgânica do IX Governo Regional dos Açores foi alterada pelo Decreto Regulamentar Regional nº19/2006/A; in *Jornal Oficial*, I Série, Número 24. 16 de Junho de 2006.

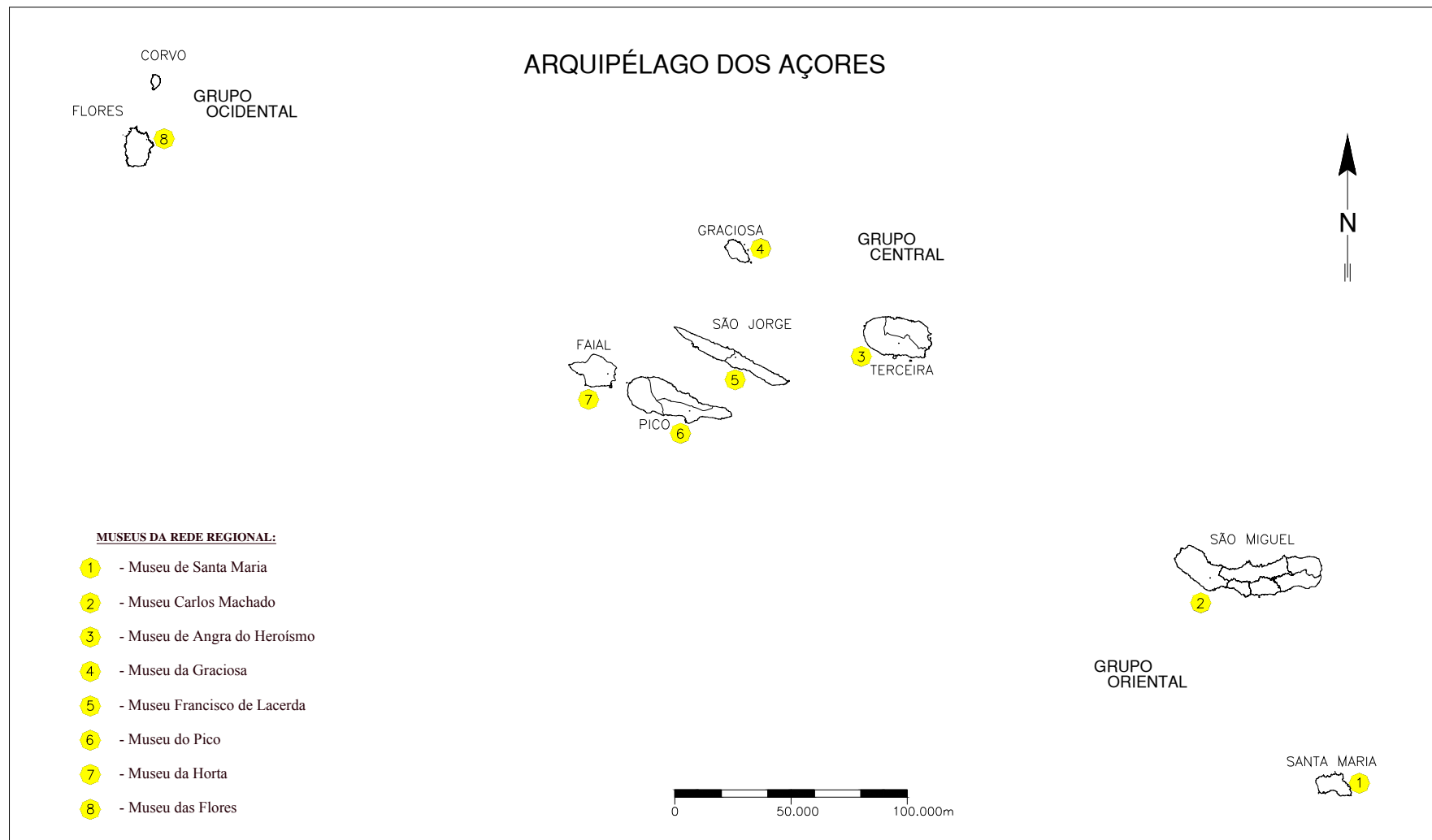


Figura 2 – Distribuição Geográfica dos Museus Afectos à Rede Regional de Museus dos Açores (Base cartográfica: Direcção de Serviços de Cartografia e Informação Geográfica – SRCTE: 2009)

No decurso do processo de desenvolvimento da rede regional de museus dos Açores, a que nos temos vindo a referir, o Governo Regional, através da Direcção Regional da Cultura, tem orientado as suas acções no sentido de melhorar a qualidade dos serviços prestados, pelo que também têm sido acentuados esforços ao nível da formação profissional, dos recursos humanos dos museus da Região.

Assim, refira-se o incentivo à formação a nível superior, proporcionando a dois técnicos superiores, do Museu Carlos Machado, o estatuto de bolseiros, de 1981 a 1984, para frequentarem o curso de pós-graduação em *Museologia*, no Centro de Estudos de Museologia, do Instituto Português do Património Cultural.¹⁴⁷

No início da década de 1990, foram proporcionados pós-graduações e mestrados, na área da museologia, a vários técnicos superiores, das instituições museológicas pertencentes à rede regional. Mais recentemente, com a criação na Universidade dos Açores de uma pós-graduação e de um mestrado em *Património, Museologia e Desenvolvimento*, e da licenciatura em *Património Cultural*, tem sido facilitada a frequência desses cursos, por parte de alguns profissionais dos museus da rede regional.

Internamente, desde 1996, têm sido promovidos momentos de formação, designadamente o *Curso sobre Noções Básicas de Museografia*, destinado, essencialmente, aos técnicos profissionais de museografia,¹⁴⁸ e a acção de formação *Documentação de Coleções e Divulgação em Museus*, dirigida aos técnicos superiores e profissionais de museografia, que teve

¹⁴⁷ Arquivo do Museu Carlos Machado. Correspondência recebida e expedida. 1975-2009.

¹⁴⁸ Este curso integrou quatro módulos nucleares, com a duração de 30 horas cada, que decorreram em Angra do Heroísmo, de Abril a Junho de 1996: Introdução à Museologia e Documentação Museológica (formadora Dra. Cristina Gonçalves); Fotografia para Inventário (formador Guedes da Silva); Conservação Preventiva e Manuseamento de Objectos Museológicos (formadora Dra. Paula Romão); Avaliação dos trabalhos práticos e apreciação da ficha de projecto (Dra. Cristina Gonçalves e Dra. Paula Romão). No âmbito desse curso foram promovidos os seguintes seminários: *Montagem de Exposições: aspectos museográficos envolvidos*, sendo responsável Dr. Luís Meneses (Horta, Março de 1997); *Património Etnológico Integrado nos Museus dos Açores*, sendo responsável o Professor Doutor Rui de Sousa Martins (Santa Cruz da Graciosa, Outubro de 1997); *Serviços Educativos e Animação nos Museus*, sendo responsável Dra. Margarida Teves de Oliveira (Ponta Delgada, Junho de 1998); *Património Artístico nos Açores*, sendo responsável a Dra. Isabel Albergaria (Horta, Setembro de 2004). O plano do curso contemplou ainda a *Sessão de Formação Prática sobre Fotografia de Inventário*, da responsabilidade de Guedes da Silva (Angra do Heroísmo, Junho de 1997). <http://museus.azores.gov.pt> Último acesso em 2009-09-23.

como objectivos a consolidação de conhecimentos relativos às funcionalidades avançadas da aplicação DocBase, responsável pela gestão dos inventários museológicos, e o contacto com ferramentas informáticas essenciais para a inventariação e divulgação do património cultural ao nível dos audiovisuais. De registar ainda, a realização de acções de formação, dirigidas aos técnicos dos museus da Região, reguladas por protocolo de colaboração com a Estrutura de Projecto da Rede Portuguesa de Museus.

No âmbito das estratégias de intervenção junto dos museus da rede, de salientar também que a informatização dos inventários dos acervos museológicos tem sido uma prioridade da tutela, cuja implementação se tem vindo a verificar desde 1998. Em 2005, e com o apoio do Programa Comunitário PRAIAÇORES, deu-se início ao Projecto Museus em Rede – Século XXI.¹⁴⁹ Basicamente, pretendem promover a divulgação do património móvel existente nos museus dependentes da Direcção Regional da Cultura, através da utilização das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), potenciando a capacidade de divulgação dos museus junto dos seus públicos. A criação de um portal na Web e a disponibilização pública de uma base de dados e conteúdos didácticos sobre o património regional, além do incremento da comunicação entre os profissionais dos museus, são as tónicas deste projecto.¹⁵⁰

Como já foi referido, para além da rede de museus dependentes da Direcção Regional da Cultura, têm vindo a surgir vários museus, um pouco por todo o arquipélago, mas de modo particular nas ilhas maiores, resultado de iniciativas públicas e privadas.

¹⁴⁹ <http://museus.azores.gov.pt> Último acesso em 2009-09-23.

¹⁵⁰ Idem.

Acerca da recente realidade museológica açoriana, em 1992, Henrique Coutinho Gouveia referia que se verificava *uma tendência conducente ao aparecimento de diversos museus temáticos especializados, daí resultando um leque de experiências que reveste acentuado interesse no panorama da museologia regional portuguesa actual.*¹⁵¹

Em S. Miguel o surgimento de novos museus locais, onde o património etnológico ocupa lugar predominante, tem marcado a vida cultural, de modo especial a partir de 1977. É no âmbito dessa ilha, e do recente cenário museológico que a tem caracterizado, que continuaremos a desenvolver este trabalho.

¹⁵¹ Gouveia, 1992: 9.

II - PROCESSOS MUSEOLÓGICOS EM SÃO MIGUEL: 1974-2008

A problemática do objecto museológico e a formação de colecções, públicas e privadas, a evolução no domínio dos conceitos de museu e da museologia, e as recentes políticas de valorização patrimonial e museológica, de 1974 a 2008, foram o nosso quadro teórico para neste capítulo analisarmos os processos sociais e históricos, patrimoniais e museológicos, concretizados em São Miguel.

Organizámos a análise dos museus segundo uma ordem cronológica, tendo como referência a sua data de criação oficial. Em alguns casos, surgiram posteriormente vários pólos, que foram considerados na evolução da instituição em estudo.

1. Museu Carlos Machado

Em 1974, com quase um século de vida, o Museu Carlos Machado era o mais antigo museu existente na ilha de São Miguel. Desde a sua criação, em 1876, foi consolidando as suas estruturas assumindo-se como Museu Regional e abrangendo três grandes secções: História Natural, Arte e Etnografia Regional.¹⁵²

Com as alterações sociais que ocorreram em 1974, todos os anteriores directores do Museu Carlos Machado foram saneados, passando esta instituição a ter apenas um director. Em 1975, o Dr. Nestor de Sousa foi nomeado para esse cargo, pela Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada.¹⁵³

Em 1976, com a formação do Primeiro Governo Regional dos Açores o Museu Carlos Machado ficou na tutela da Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

¹⁵² Anexo E: O Museu Carlos Machado 1876-1974 - Síntese.

¹⁵³ Oliveira, 1994: 22.

Sob a direcção do Dr. Nestor de Sousa, o período de 1975 a 1985 no Museu Carlos Machado, caracterizou-se por uma intensa actividade cultural, realizando-se várias exposições temporárias, concertos, palestras e cursos.

Em 1977, realizou-se no então Instituto Universitário dos Açores o Colóquio da *Associação Portuguesa de Museologia*, subordinado ao tema *Museu de Região – Pólo Dinamizador de Acção Cultural*, onde foram definidas as linhas teóricas de acção dos Museus Regionais, e a função social dos museus foi considerada relevante. No âmbito desse colóquio, Nestor de Sousa referiu que o Museu Carlos Machado era *à luz da moderna museologia, um grande armazém de objectos de natureza vária*¹⁵⁴ e, nesse sentido, apresentou uma proposta de reestruturação daquela instituição em que, à semelhança dos seus antecessores, manifestou preocupação com o papel educativo que o museu devia desempenhar, para além de dever ser também um centro de investigação.¹⁵⁵ Outra preocupação que aquela instituição deveria ter presente, referia-se à sua função social, não só instruindo mas também formando o povo, especialmente os jovens, *evidenciando a nossa realidade geo-histórica nos seus múltiplos aspectos – solo, fauna, flora, manifestações artístico-culturais de carácter popular ou erudito, problemas económicos, sociais e culturais - apresentando-a ordenadamente dentro de uma perspectiva cronológica, desde a época mais recuada que for possível caracterizar, até à época contemporânea.*¹⁵⁶

Para a concretização do projecto de reestruturação que apresentou, e considerando que o museu tinha manifestamente falta de espaço, Nestor de Sousa propôs à Comissão Administrativa da Junta Geral a compra do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada e a Igreja anexa, pois na sua opinião constituía *um imóvel de inegável valor histórico-monumental cuja vocação imediata, em meu entender, aponta para a utilização museológica.*¹⁵⁷ Tencionava ainda instalar na igreja

¹⁵⁴ Sousa, 1982: 93.

¹⁵⁵ Idem: 93-96.

¹⁵⁶ Idem: 95.

¹⁵⁷ Idem: 96.

anexa ao antigo Colégio, a *Secção de Arte Religiosa que criei no Museu Carlos Machado*¹⁵⁸ Essa sua intenção só veio a ser concretizada, anos mais tarde, como veremos adiante.

Durante a direcção do Dr. Nestor verificou-se o enriquecimento das colecções existentes, de modo particular da de Arte, apesar da escassez de espaços de exposição e reserva.

A nível da secção de etnografia regional, de salientar o trabalho que foi desenvolvido pela técnica superior Clarinda Moutinho dos Santos, na década de 80. A este respeito refira-se a investigação que efectuou a nível das colecções do museu, particularmente sobre os objectos relativos à olaria e cerâmica dos Açores, à produção de bonecos de presépio, à agricultura e à pesca tradicionais açorianas. Nesse período foram elaborados três catálogos de exposições da secção de etnografia regional: *Olaria e Cerâmica dos Açores*, *O Mar e a Terra*, e *Figuras, Bonecos e Representações de Presépios*.¹⁵⁹

De 1985 a 2005, a direcção do Museu Carlos Machado esteve a cargo do Dr. António Oliveira, primeiro responsável por aquela instituição com formação em museologia. No início da sua direcção apresentou à Direcção Regional dos Assuntos Culturais algumas propostas que abrangiam os seguintes aspectos: segurança do património do museu; reorganização e adaptação dos espaços existentes, para melhor funcionamento das actividades museológicas; alterações museográficas. Para a concretização destes propósitos o museu encerrou durante 1986 e 1987. Os espaços existentes foram reorganizados e adaptados com vista a um melhor funcionamento das actividades museológicas, tendo sido também efectuadas alterações museográficas, mais significativas nas secções de Etnografia Regional e Arte.¹⁶⁰

¹⁵⁸ Sousa, 1979.

¹⁵⁹ *Olaria e cerâmica dos Açores*, 1983. Ponta Delgada. Museu Carlos Machado. Etnografia Regional; *O Mar e a Terra*, 1984. Ponta Delgada. Museu Carlos Machado. Etnografia Regional; *Figuras, Bonecos e Representações de Presépios*, 1984. Ponta Delgada. Museu Carlos Machado. Etnografia Regional.

¹⁶⁰ Oliveira, 1994: 24-25.

Em 1994, o Museu Carlos Machado organizou o 1º Encontro de Instituições Museológicas dos Açores, que constituiu um momento de reflexão muito importante no domínio da museologia açoriana.

Em 1999, acerca do Museu Carlos Machado, António Oliveira referiu que *dado o carácter pluridisciplinar deste museu, e a forma como foram sendo integradas as suas várias colecções, para além das recolhas sistemáticas, planeadas de acordo com o espólio anterior, assiste-se, actualmente, à existência de um leque variadíssimo de temas, sobre diferentes áreas do conhecimento, que transformam esta instituição cultural num local de referência obrigatória.*¹⁶¹

Desde 2004, o Museu Carlos Machado encontra-se dependente da Presidência do Governo, Direcção Regional da Cultura, que na sequência da reestruturação decorrente da tomada de posse do IX Governo Regional dos Açores, assumiu a tutela dos museus da rede regional.

Em Março de 2006 o Dr. Duarte Melo assumiu a direcção do Museu Carlos Machado, iniciando-se uma nova fase nessa instituição, de remodelação e adaptação dos espaços e das colecções, aos desafios da museologia actual. A definição da *Visão* e da *Missão*, a elaboração de um *Manifesto Cultural* e o *Regulamento Interno* foram desde logo questões consideradas fundamentais e estruturantes para a reorganização da instituição.¹⁶²

Em Abril de 2006, após uma visita ao Museu Carlos Machado, o presidente do Governo dos Açores referiu-se à *necessidade de preparar uma intervenção de fundo, de restauro e de ampliação deste Convento de Santo André, no âmbito do Museu Carlos Machado, com base num novo discurso museográfico, na reformulação da sintaxe museológica, e isso implicará obras de grande dimensão e de grande transformação desta infra-estrutura, que serão, não só vultuosas, como de alguma complexidade que se prende com a continuidade, ou não, do funcionamento do Museu, em alguns espaços, e durante algum tempo neste Convento de Santo André, o que quer dizer que algumas alas do edifício, alguns espaços do edifício, no âmbito de uma intervenção*

¹⁶¹ Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, 1999: 12.

¹⁶² Arquivo do Museu. Regulamento Interno do Museu Carlos Machado. 2007.

*desta grandeza poderão ter que ser encerrados durante um tempo preparatório e ou no decurso das respectivas obras.*¹⁶³

De referir que, a intenção da Presidência do Governo Regional dos Açores, de remodelar e ampliar a actual sede do Museu Carlos Machado vem na prossecução de uma política de investimento cultural da tutela e em resposta a uma reivindicação das suas direcções, manifestada ao longo dos últimos trinta anos, criar as condições para colmatar a forte restrição ao desempenho da sua *missão*, que o subdimensionamento de área útil impõe ao projecto pedagógico que a instituição pretende implementar.

Em Maio de 2006, abriu ao público um novo pólo do museu, o Núcleo de Arte Sacra, na Igreja do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada. Com esse espaço o museu ganhou uma nova dimensão que permitiu encerrar o edifício sede, Convento de Santo André, para obras de conservação e beneficiação, sem perder a possibilidade de manter um espaço museológico aberto ao público, permitindo manter a dinâmica do Serviço Educativo e das exposições temporárias.

Em 2007, apresentando o edifício sede do Museu Carlos Machado alguns sintomas de degradação e algumas fragilidades estruturais, realizaram-se obras conservação e beneficiação do Convento de Santo André que incluíram o tratamento das coberturas e a eliminação de térmitas, o que implicou a mudança e acondicionamento de todas as colecções do museu. Neste processo foi necessário proceder à desmontagem da exposição permanente e à preparação de novos espaços para armazenamento das colecções.

Ainda nesse ano foi elaborado o programa preliminar com vista à remodelação e ampliação do núcleo sede do Museu, que constituiu o documento orientador para o projecto de arquitectura, cujo concurso de pré-qualificação teve início em Novembro de 2008.¹⁶⁴

¹⁶³ *Transcrição Parcial das Declarações do Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, à Comunicação Social Durante Uma Visita Ao Museu Carlos Machado.* 26 de Abril 2006. Ponta Delgada. Presidência do Governo regional dos Açores. www.psacores.org Último acesso em 2009-09-26.

¹⁶⁴ França, 2007.

Paralelamente, desde 2007, estão a decorrer obras no vizinho edifício do antigo Recolhimento de Santa Bárbara, que depois de concluídas darão ao Museu Carlos Machado um novo espaço de extensão cultural.

Importa salientar ainda que, em Maio de 2007, foi constituída formalmente a *Associação Grupo de Amigos do Museu Carlos Machado*, sendo seu presidente António Bensaúde de Castro Freire.¹⁶⁵ Essa associação de carácter cultural, sem fins lucrativos, tem como objectivos genéricos apoiar, colaborar e enriquecer a instituição museológica.¹⁶⁶

Para minimizar o encerramento ao público do edifício sede do museu, o serviço educativo foi modificado em 2006, tendo sido estabelecidas várias parcerias, de forma a criar um serviço dinâmico, com maior capacidade de resposta à missão educativa do museu. Neste âmbito, em Setembro de 2008, o Museu Carlos Machado inaugurou o projecto *Museu Móvel*, que consiste numa carrinha adaptada para transportar, mostrar e divulgar o espólio da instituição.¹⁶⁷ De salientar, que a ideia desse projecto nasceu em 2006, por influência da Doutora Alice Semedo. No período de 1990-1991, Alice Semedo estagiou nos Museus de Merseyside, no âmbito do mestrado que realizou em Leicester e aí teve a possibilidade de contactar com uma série de projectos relativos ao serviço educativo que recorriam às soluções de atrelados e carrinhas móveis. Deste modo, em 2006, aquando da sua colaboração com o Museu Carlos Machado no domínio da programação museológica dessa instituição, Alice Semedo falou dos projectos de Liverpool, particularmente dos Museus de Merseyside que conhecia bem e que sempre a tinham inspirado e cedeu ao Museu Carlos Machado algumas fotografias que disponha.¹⁶⁸

¹⁶⁵ A Comissão Instaladora foi formada pelos seguintes elementos: Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues; Maria João Berquó de Aguiar Rodrigues Cavaco; António Bensaúde de Castro Freire; Pedro Jorge Pascoal Ferreira de Melo; Maria Isabel Whiltton da Terra Soares de Albergaria; Ana Margarida de Bettencourt de Azevedo Mafra; Fernando Manuel Costa Neves; Carlos Hintze Ferreira de Lacerda. Associação Grupo de Amigos do Museu Carlos Machado. Constituição de Associação; in *Jornal Oficial*, III Série – Número 10. 31 de Maio de 2007.

¹⁶⁶ <http://museucarlosmachado.azores.gov.pt/> Último acesso em 2009-09-23.

¹⁶⁷ Anexo F: Registo fotográfico *Museu Móvel*.

¹⁶⁸ Depoimento da Doutora Alice Semedo prestado em Setembro de 2006 e em Novembro de 2009. Anexo G: Registo fotográfico de atrelado em Merseyside. *National Museums & Galleries*

Para a realização do *Museu Móvel* foram estabelecidas várias parcerias, designadamente com a Cooperativa de Economia Solidária Cresaçor e com diversas entidades locais como Juntas de Freguesia, Paróquias e Casas do Povo.¹⁶⁹

O *Museu Móvel* tem como objectivos *levar o Museu junto daqueles que, por diversas razões, não têm tido oportunidade de o visitar ou de participar nas suas actividades (...) sinalizar e recolher traços identitários da vida e da cultura e S. Miguel ligados ao património local.*¹⁷⁰

1.1. Igreja do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada: Núcleo de Arte Sacra

No século XVI a Companhia de Jesus expandiu-se aos Açores, fundando os seus Colégios em várias Ilhas deste Arquipélago, nomeadamente em S. Miguel. Na cidade de Ponta Delgada, no ano de 1591, foi constituído o Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada

A primitiva Igreja do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada, de invocação a Todos os Santos, cuja construção decorreu em 1592-1593, deu lugar à edificação de um novo templo, em 1657, monumento ímpar de criação barroca, com exuberantes elementos decorativos na sua fachada, de pedra vulcânica, na talha do retábulo do altar-mor e nos painéis de azulejos setecentistas.¹⁷¹

Com a expulsão dos Jesuítas, em 1760, no reinado de D. José e por ordem do Marquês de Pombal, essa igreja salão, de nave única, que possuía um vasto e valioso espólio artístico, ficou destituída de grande parte dos seus bens e alfaías religiosas, desaparecidos ou integrados noutros templos da ilha.¹⁷²

Em 1788, o Colégio dos Jesuítas foi adquirido por Nicolau Maria Raposo de Amaral e, a partir de 1800, interrompeu o culto.¹⁷³

¹⁶⁹ Albergaria, 2009: 9-11.

¹⁷⁰ Idem: 10.

¹⁷¹ <http://museucarlosmachado.azores.gov.pt/> Último acesso em 2009-09-23.

¹⁷² Oliveira e Oliveira, 2006

¹⁷³ Idem.

Em 1833, o templo foi ocupado pelo Tribunal Judicial e, um ano mais tarde, adquirido ao Estado por Nicolau Maria Raposo de Amaral (filho).¹⁷⁴

Em 1911, por determinação de José Maria Raposo de Amaral, herdeiro e proprietário da igreja, foi restabelecido o culto, que se manteve até 1971.

Em 1973, os herdeiros doaram a Igreja de Todos os Santos, com o respectivo espólio, à Câmara Municipal de Ponta Delgada, e em 1976, o Dr. Nestor de Sousa, na qualidade de director do Museu Carlos Machado, solicitou a cedência daquela igreja, *sem alienação de propriedade, para nela estabelecer o sector de Arte Religiosa, cuja organização tínhamos iniciado no museu.*¹⁷⁵ Em 1977, a Câmara Municipal de Ponta Delgada deliberou ceder aquele espaço ao Governo Regional dos Açores para nele ser instalado o Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado.¹⁷⁶

O projecto museológico para instalação do Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado, só foi aprovado em 2004 e no ano seguinte foi executado, tendo sido inaugurado a 18 de Maio de 2006.

Do acervo artístico, mantido na igreja desde o tempo dos Jesuítas, estão em exposição, na nave e sacristia, pinturas e esculturas dos séculos XVII e XVIII.

No início do século XXI, *este antigo templo transforma-se, deste modo, em espaço de fruição cultural, cuja vocação será sempre de Conhecimento e Ensino.*¹⁷⁷

2. Museu Rural da Casa de Povo de Vila Franca do Campo

O Museu Rural da Casa de Povo de Vila Franca do Campo foi criado em 1955, no âmbito da vertente recreativa e cultural da Casa de Povo de Vila Franca do Campo e, em 1974, o seu espólio encontrava-se intacto e em bom estado de conservação e ainda sob a mesma tutela.

¹⁷⁴ Oliveira e Oliveira, 2006: 28, 29.

¹⁷⁵ Sousa, 2006: 21.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ Oliveira e Oliveira, 2006: 48.

A Casa de Povo de Vila Franca do Campo foi criada a 1 de Novembro de 1937, por alvará do Subsecretário de Estado das Corporações.¹⁷⁸ Porém, só em Agosto de 1955, e após diversas diligências para ter um espaço condigno, foi inaugurada a sua nova sede, a qual integrava então a sala museu rural.

Foi forte impulsionador da constituição daquele museu rural o Dr. Luís Anselmo, delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (I.N.T.P.), do distrito de Ponta Delgada, que angariou muitos dos fundos necessários.

Na altura, acerca da nova sede da Casa de Povo de Vila Franca do Campo e do seu museu, o Mensário das Casas de Povo referiu que: *o museu rural, para cuja aquisição contribuíram a Junta Geral do Distrito, a Câmara Municipal deste concelho, a F.N.A.T. e a Junta Central das Casas de Povo, e a própria instituição, o primeiro, supomos, a ser criado no nosso arquipélago, é bem um autêntico repositório do trabalho artesanal neste distrito, e tem sido muito admirado e apreciado por todos quantos o visitam.*¹⁷⁹

O seu espólio era constituído por miniaturas representando diversos ofícios tradicionais, da autoria do artesão Manuel Severiano da Costa Almeida.

Em 2005, por questões de gestão e maximização de recursos, foi integrado no Museu Municipal de Vila Franca do Campo. Desde essa data ocupa uma sala de exposição daquele museu.

3. Museu da Ribeira Chã

Situada no Concelho de Lagoa, Ribeira Chã¹⁸⁰ foi elevada a freguesia a 18 de Maio de 1966, pelo Decreto-Lei n.º 47014, desvinculando-se da vizinha Água de Pau, um ano após ter sido

¹⁷⁸ De registar a existência da Associação Operária, antes da constituição da Casa do Povo. Mensário das Casas de Povo, 1956.

¹⁷⁹ *Idem*: 11.

¹⁸⁰ Esta designação advém da ribeira com pouca profundidade, existente na sua proximidade, que desagua no mar, por uma grota coberta de lajes rasas. Oliveira, 2007: 11.

reconhecida como paróquia pela Diocese de Angra e Ilhas dos Açores, a 27 de Janeiro de 1965, altura em que era bispo D. Manuel Afonso de Carvalho.¹⁸¹

Foi nesta freguesia que, por iniciativa do pároco local, Padre João Caetano Flores, foi criado o Museu da Ribeira Chã¹⁸², em 1977, tendo contado para a concretização deste projecto com a colaboração e envolvimento da comunidade local. Esta iniciativa veio reflectir a relação estreita que se começou a estabelecer alguns anos antes, entre o Padre Flores¹⁸³ e a população da freguesia, após a nomeação daquele padre, a 24 de Outubro de 1956, para vigário cooperador do reverendo de Água de Pau, no curato da Ribeira Chã, cargo que assumiu a 16 de Dezembro do mesmo ano. O êxito de que se revestiu a primeira parceria entre o pároco e a comunidade local, que se concretizou na construção de um novo templo de arquitectura contemporânea,¹⁸⁴ cujas obras decorreram de 1962 a 1967, constituiu uma etapa *que marcou um novo ciclo de vida na população*,¹⁸⁵ e revelou-se decisivo para a criação do Museu da Ribeira Chã, e para as várias iniciativas culturais realizadas naquela freguesia.

É também importante sublinhar um factor essencial que permitiu o desenvolvimento do Museu na Ribeira Chã: a estreita relação que se estabeleceu entre a freguesia, através do seu pároco, personalidades influentes da sociedade açoriana e diversos órgãos do poder político e administrativo insular, nomeadamente o Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. Mota Amaral.

De facto, em resposta aos pedidos de apoio do Padre Flores, inicialmente no âmbito das obras da nova igreja e mais tarde para o museu, foram diversas as colaborações institucionais e

¹⁸¹ Flores, 1976: 2-4.

¹⁸² Também é conhecido por *Museu Comunidade*.

¹⁸³ João Caetano Flores nasceu a 9 de Setembro de 1930, natural da freguesia de São Sebastião dos Vimes, ilha de São Jorge. Ordenou-se a 26 de Maio de 1956. Ferreira, 1992: 63.

¹⁸⁴ A nova igreja veio substituir a anterior ermida fortemente danificada, pelos sismos de 1954. Ferreira, 1992: 44.

¹⁸⁵ Duarte, 1997: 26.

várias as visitas realizadas por membros do governo e da autarquia à Ribeira Chã.¹⁸⁶ As relações de amizade e cooperação que se estabeleceram com a Ribeira Chã, centradas no seu pároco, foram reforçadas pelos inúmeros convites às autoridades para participarem em iniciativas culturais e recreativas da freguesia, ocasiões que eram sempre aproveitadas para registar agradecimento, quer em sessões públicas, quer em artigos publicados no boletim paroquial, *Despertar*.

Uma curiosa iniciativa de reconhecimento do Padre Flores aos apoios que recebeu foi a realização de uma edição do *Despertar*, em Julho de 1993, dedicada exclusivamente à família Amaral, que manteve nas suas várias gerações uma forte ligação à Ribeira Chã. Desde as diligências para implantação do primeiro edifício escolar daquela freguesia, por Francisco de Amaral Almeida, em 1931, enquanto presidente da Comissão Administrativa, passando por João da Mota Amaral, que enquanto presidente da Câmara Municipal da Lagoa e da Federação dos Municípios da Ilha de S. Miguel, foi decisivo para a realização de importantes infra-estruturas na freguesia da Ribeira Chã, até João Bosco Mota Amaral, então presidente do Governo Regional dos Açores.

Outro factor, também ele decisivo para a formação do Museu da Ribeira Chã, foi, por parte do pároco, o constante reconhecimento do esforço que toda a população colocou na obra de construção da sua nova igreja. Se o povo da Ribeira Chã não poderia obter melhor líder para impulsionar a realização daquele projecto, também esta população soube responder da melhor

¹⁸⁶ A título de exemplo refira-se: Presidência do Governo Regional dos Açores; Câmara Municipal de Lagoa; Casa da Cultura de Ponta Delgada; Conservatório Regional de Ponta Delgada; Banda do Comando Militar dos Açores; *Despertar*. 1992. Ano XVII, n.º 125. Maio. Ribeira Chã. Secretaria Regional da Agricultura e Pescas; Junta Geral do Distrito (1969); Intendência Pecuária (1969); Governo do Distrito (1972); Direcção dos Portos (1972); Instituto Geográfico e Cadastral (1972); Junta de Freguesia de Água de Pau. *Despertar*. 1986. Ano XI, n.º 80. Agosto. Ribeira Chã. Secretaria Regional do Equipamento Social; Secretaria Regional dos Transportes e Turismo; Secretaria Regional da Agricultura e Pescas; SATA Air Açores; Câmara do Comércio de Ponta Delgada. *Despertar*. 1988. Ano XIII, n.º 90. Agosto. Ribeira Chã. Dr. João Bosco Mota Amaral. *Despertar*. 1992. Ano XVII, n.º 125. Maio. Ribeira Chã. Germano Augusto Freitas Costa; João da Mota Amaral; Eng. Jacinto Vasconcelos; Tomás Vieira; José Fonseca Oliveira; Francisco José de Medeiros; Dr. Jorge Gambôa de Vasconcelos. *Despertar*. 1986. Ano XI, n.º 80. Agosto. Ribeira Chã. Eng. Germano Domingos; Dr. Tomaz Garcia Duarte Jr.; Eng. Hernâni Santos; João Gomes Vieira *Despertar*. 1998. Ano XIII, n.º 90. Agosto. Ribeira Chã.

forma, colaborando activamente nos trabalhos de construção, com donativos de vária ordem e participando nos vinte cortejos de oferendas e subseqüentes arrematações, que se realizaram durante os cinco anos da construção da igreja de São José. Na sequênciã desse processo gerou-se entre a comunidade e o seu pároco uma relação de estreita colaboração e amizade, que veio a ser essencial para a criação do museu.

Tutelado desde o início pelo Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã¹⁸⁷, o Museu da Ribeira Chã, é na realidade constituído por vários espaços museológicos, designados por museus e que, ao longo do tempo, foram emergindo, como extensões do *museu* inicial, o Museu *de Arte Sacra e Etnografia*. É sobre esses espaços que compõem o Museu da Ribeira Chã que a seguir nos debruçaremos.

3.1. Museu de Arte Sacra e Etnografia

O Museu de Arte Sacra e Etnografia da Ribeira Chã surgiu por iniciativa do Padre João Caetano Flores, e a sua origem remonta a 1977, embora a construção só tenha sido concluída em 1983.

Com a intenção de salvaguardar e preservar o património religioso e histórico da freguesia e de promover o desenvolvimento local, a 31 de Janeiro de 1977, foi solicitada, pelo Padre Flores, ao bispo coadjutor D. Aurélio Granada Escudeiro, autorização para a criação do *Museu de Arte Sacra e Etnografia*, que se previa ficar instalado no átrio da sacristia da Igreja Paroquial da Ribeira Chã. Por Despacho de 03 de Fevereiro de 1977, D. Aurélio Escudeiro autorizou a criação do referido museu.¹⁸⁸

¹⁸⁷ Enquanto instituição ligada à Igreja, foi aprovado pela Diocese de Angra, a 8 de Outubro de 1967. *Despertar*. 1979. Ano V, n.º 25. Março. Ribeira Chã.

¹⁸⁸ Brum, 1984.

A 3 de Novembro de 1978, foi enviado ao Secretário Regional do Equipamento Social o anteprojecto para a construção do edificio do museu, então designado *arrecadação museu*¹⁸⁹ tendo obtido a aprovação, foi ordenada a elaboração do projecto definitivo. A 8 de Dezembro de 1978, foi remetido um exemplar do projecto à Comissão de Arte Sacra, obtendo a aprovação a 19 de Dezembro de 1978.¹⁹⁰

Em Março de 1979, em cerimónia presidida por D. Aurélio Escudeiro foi efectuada a bênção do lançamento da primeira pedra, com vista ao arranque das obras de construção.

A 1 de Maio de 1980, Dr. Hermínio Pontes, vigário episcopal de S. Miguel, procedeu à bênção do terreno onde seria implantado o museu, efectuando-se o lançamento da primeira pedra.¹⁹¹ As obras de construção decorreram por administração directa, iniciando-se a 02 de Maio de 1980.

O terreno onde foi implantado resultou de uma doação de um casal de paroquianos, Maria Laura Pereira e João Inácio de Medeiros, e o empreendimento foi participado em 50% pela população da Ribeira Chã e pela Secretaria Regional de Equipamento Social. A Câmara Municipal da Lagoa cedeu os trabalhadores municipais.

O projecto foi da autoria do senhor Alberto Soares da Silva Albergaria Pacheco, e prestou assistência técnica Tomás Ivens Tavares do Canto, da Secretaria Regional do Equipamento Social. A Secretaria Regional da Educação e Cultura participou na aquisição do principal mobiliário.

O Museu de Arte Sacra e Etnografia da Ribeira Chã abriu ao público em 1983.

O edificio desse museu é constituído por 2 pisos, com escada exterior de acesso ao primeiro piso. Inicialmente o rés-do-chão tinha patente uma exposição permanente, reconstituindo um interior doméstico, com a típica cozinha e quarto de dormir, e diversos utensílios relativos à

¹⁸⁹ “Comemorações do 1º Centenário da Escola Primária”, 1979. in *Despertar*. Ano V, n.º 30. Setembro. Ribeira Chã: 2.

¹⁹⁰ Brum, 1984: 13.

¹⁹¹ Pela segunda vez.

produção vinícola, incluindo um lagar. Com a criação de novos pólos do museu, este espaço inferior do edifício, passou a reserva.

O piso superior do edifício integra, desde o seu início, uma exposição permanente, de que fazem parte objectos relativos ao vestuário, material pedagógico usado na escola primária, bonecos de presépio, fotografias, a reconstituição da Capela da antiga Igreja da Ribeira Chã (1853-1964), um altar do culto ao Divino Espírito Santo, paramentos, vasos, sinos, azulejos e pedras da primeira ermida da Ribeira Chã (1725-1853), e esculturas religiosas.

É importante referir a dinâmica subjacente à constituição das colecções do museu. A par da salvaguarda de algumas das peças pertencentes à antiga igreja paroquial, muitos dos objectos foram incorporados na sequência de algumas exposições desenvolvidas pela freguesia e promovidas e dinamizadas pelo seu pároco. É exemplo uma exposição realizada a 22 de Junho de 1979, integrada na comemoração do centenário de criação da primeira escola do ensino primário na Ribeira Chã, onde foram reunidas diversas peças que, posteriormente, vieram a integrar o espólio do museu, então ainda em projecto. Acerca desse evento, na altura foi referido no boletim paroquial que *foram organizadores o nosso pároco, que há muito recolhera elementos para o efeito, o director escolar de Ponta Delgada e os professores ...*¹⁹²

Ficamos com a dúvida se as peças foram incorporadas no museu, na consequência da exposição, ou se a recolha e a realização daquele evento já foram programadas com a intenção, designadamente por parte do Padre Flores, de constituir as colecções do museu.

De registar ainda, a grande aceitação que aquele tipo de projectos, e particularmente o *Museu de Arte Sacra*, teve junto das autoridades eclesiásticas, certamente movidas também pelo entusiasmo do Padre Flores, mas também reflexo das orientações emanadas pelo Concílio Vaticano II, acerca da disposição de ornamentos, imagens e outras obras de arte sacra presentes nos templos católicos. D. Aurélio Escudeiro, numa comunicação incluída na publicação

¹⁹² “Comemorações do 1º Centenário da Escola Primária”, 1979. In *Despertar*. Ano V, n.º 30. Setembro. Ribeira Chã: 1.

periódica da freguesia da Ribeira Chã, *Despertar*, por ocasião da comemoração do primeiro aniversário da inauguração do *Museu de Arte Sacra e Etnografia*, referiu que *em cada paróquia deverá haver um pequeno museu, em lugar próprio, ao menos uma pequena vitrina bem ordenada e segura, onde possam guardar-se paramentos antigos e objectos litúrgicos de algum valor ou interesse (...) Tanto as imagens ao culto como as guardadas no pequeno museu ou vitrina, e bem assim as pinturas e outros objectos, deveriam ser devidamente classificados – estilo, data, autor, origem – constando isso de placa anexa à mesma para conhecimento de visitantes.*¹⁹³ Estas afirmações não deixam dúvidas sobre a aceitação e o incentivo directo a este tipo de iniciativas.

Em todas as etapas da formação do Museu da Ribeira Chã, o envolvimento da pequena comunidade local foi essencial, quer através de iniciativas individuais, por doação de peças ou ofertas monetárias, quer ainda pela participação nas diversas iniciativas dinamizadas pelo seu pároco, em prol da angariação de verbas ou mesmo recolha de objectos, para o espólio do museu. A este respeito, e acerca da participação das crianças e jovens da Ribeira Chã num cortejo de oferendas, realizado no primeiro domingo de Agosto de 1981, João de Brum referiu que *tudo isto foi obra de uma sensibilização, adequada e eficaz, junto da população da Ribeira Chã, levada a efeito durante o espaço de 25 anos, pelo Pe. João Caetano Flores ...*¹⁹⁴

3.2. Museu Agrícola e Quintal Etnográfico e de Endemismo Açórico

O *Museu Agrícola* localiza-se a cerca de 500 m do Igreja Paroquial da Ribeira Chã e do *Museu de Arte Sacra e Etnografia*. O espaço em que se encontra instalado, resultou do aterro da grotta dos quatro alqueires, que se situava na Rua dos Quatro Alqueires, feito com o material removido da estrada do Pisão, aquando da rectificação do seu traçado, em 1975. Esse espaço foi pensado inicialmente apenas para a implantação de instalações desportivas, mas dado o terreno

¹⁹³ Escudeiro, 1984: 11.

¹⁹⁴ Brum, 1984: 15.

que ainda se encontrava disponível, surgiu a ideia da construção de um pequeno conjunto social e cultural, composto por dois edifícios, um onde seria instalado o *Museu Agrícola*, visto a *Freguesia possuir diversas peças que necessitavam ser preservadas como património cultural local*,¹⁹⁵ e o outro, destinado à terceira idade e aos jovens, com sala de jogos e tempos livres para a juventude.

A construção do edifício foi iniciada e concluída no ano de 1983, e do seu espólio fazem parte a primeira debulhadora mecânica da Ribeira Chã, uma máquina semeadora de trigo e alguns conjuntos de utensílios agrícolas, expostos tipologicamente.

No mesmo ano, aproveitando o espaço circundante, e por forma a preservar actividades e modos de vida que estavam a desaparecer, foi criado o Quintal Etnográfico e do Endemismo Açórico, onde se apresentam vários ciclos agrícolas (trigo, cana do açúcar e pastel, laranja, ananás, chá e linho), e se cultivam algumas espécies de plantas endémicas dos Açores usadas na medicina popular.

A partir de 1992, ainda nesta área, foram construídas pequenas casas em madeira que apresentam no seu interior a recreação de diversos ofícios e espaços tradicionais. Na mesma altura foram recriados também outros aspectos relacionados com o quotidiano rural, nomeadamente a eira, a vigia da praga, o cafuão de palha, o galinheiro, o pombal, o curral do porco, entre outros.

Em 1994, este espaço museológico era apontado como o *futuro museu ao ar livre da Ribeira Chã*.¹⁹⁶

Novamente neste caso, não foi alheio o facto do seu principal impulsionador, Padre João Flores, ser originário de uma freguesia da ilha de São Jorge com fortes tradições agrícolas, e ter nascido numa casa de agricultores. O seu gosto pelos assuntos relacionados com os trabalhos da terra é anterior à iniciativa da criação do *Museu Agrícola*, tendo impulsionado algumas

¹⁹⁵ Canto, 1984: 42.

¹⁹⁶ Brum, 1994: 4.

iniciativas que foram muito bem acolhidas não só pela população da freguesia, como também pelas outras ilhas e até por pessoas do continente português,¹⁹⁷ onde se destacam a *I Exposição Micaelense de Apicultura*,¹⁹⁸ (17 de Julho de 1966), o *Concurso Pecuário* (Junho de 1969),¹⁹⁹ e a *Exposição do Milho*, (Agosto de 1976).²⁰⁰ Na sequência desses eventos, muitos dos objectos que os integravam, foram depois incorporados nas colecções do museu.

Após a criação do *Museu Agrícola*, os eventos dessa natureza continuaram, tendo-se realizado com alguma regularidade concursos de pecuária. A 24 de Janeiro de 1988 organizou-se a *I Exposição Açoriana do Inhame*.²⁰¹

3.3. Núcleo Museológico da Cultura do Pastel nos Açores

A 7 de Agosto de 1994, e a partir de um conjunto de peças que integravam inicialmente o Museu de Arte Sacra e Etnografia, surgiu este novo espaço destinado à cultura do pastel. De salientar porém, que esse núcleo museológico partilha a mesma estrutura física do *Museu Agrícola*.

O seu acervo é constituído por amostras das várias fases de transformação, diversos objectos relativos à cultura do pastel e fotografias.

Aquando da sua inauguração foi lançada uma medalha sobre a cultura do pastel nos sécs. XV, XVI e XVII.²⁰²

A criação de um espaço museológico sobre esta temática tem origem na história da freguesia da Ribeira Chã que, durante os séculos XVI e XVII, se afirmou como um centro de produção em larga escala da cultura do pastel. O pastel, a par com a urzela, constituiu um dos principais produtos de exportação dos Açores e uma das fontes de riqueza da coroa portuguesa, no período

¹⁹⁷ Cf. *Despertar*. 1986. Ano XI, n.º 80. Agosto. Ribeira Chã.

¹⁹⁸ *Idem*.

¹⁹⁹ *Idem*.

²⁰⁰ Monteiro, 1976: 2-4.

²⁰¹ Cf. *Despertar*. 1998. Ano XIII, n.º 90. Agosto. Ribeira Chã.

²⁰² Mendes, 1994: 7.

inicial da colonização, originando um intenso comércio com Flandres. No sítio do Pisão, um dos lugares da freguesia, localizava-se um engenho de moer ou pisar o pastel, resultando daí a origem da sua designação.

3.4. Museu do Vinho

As antigas castas cultivadas nos Açores (verdelho, terrantês, arinto, boal, malvasia, moscatéis...) tinham desaparecido há muito tempo, devido às pragas e doenças que as dizimaram, e a produção de vinho-de-cheiro, feito a partir de castas de *vinha-de-cheiro* ou Isabelle, que as substituiu nas antigas adegas e comércio, tinha um futuro incerto, devido a nova fase de reconversão da vinha. Neste contexto emergiu na Ribeira Chã o *Museu do Vinho*, em 1996.

Com a criação deste espaço museológico, os seus organizadores pretenderam preservar, a adega tradicional, enquanto espaço relacionado com a cultura do vinho e, ao mesmo tempo, homenagear os vitivinicultores e tanoeiros da Ribeira Chã, pelo seu contributo ao desenvolvimento económico da freguesia.

De salientar que, parte do espólio desse novo museu já existia integrado no *Museu de Arte Sacra e Etnografia*, no piso inferior do edifício, que nessa altura deixou de ser um espaço expositivo.²⁰³ Integra então, diversos objectos e instrumentos inerentes à vinicultura, nomeadamente exemplares de vários períodos temporais, representativos do desenvolvimento daquela actividade na ilha de S. Miguel. As peças encontram-se distribuídas pelo espaço, de modo semelhante ao de uma adega tradicional micaelense.

²⁰³ Essa parte do edifício do *Museu de Arte Sacra e Etnografia* passou a constituir um espaço de reservas do museu. *Despertar*. 1984. Ano IX, n.º 65. Julho. Ribeira Chã. Depoimento da Dra. Lurdes Pacheco prestado em Junho de 2009.

3.5. Casa Maria dos Anjos Melo

A Casa Maria dos Anjos Melo situa-se na Rua da Boa Vista, a cerca de 500 m do Museu Agrícola e Quintal Etnográfico e de Endemismo Açórico.

Maria dos Anjos Melo (1900-1990) era natural da Ribeira Chã, onde também faleceu, tendo sido uma figura reconhecida na freguesia pelo seu dinamismo e envolvimento em projectos em prol daquela comunidade: *possuidora de grandes talentos, trabalhou incansavelmente nesta Paróquia, em várias actividades, entre as quais menciono as seguintes: Catequista exemplar, dirigiu o Grupo Coral durante largos anos, teve a seu cargo o peditório para as almas do Purgatório e ensaiou várias peças de teatro.*²⁰⁴

Em 1982, realizou-se na freguesia da Ribeira Chã, uma Feira de Artesanato, organizada pela Secretaria Regional do Comércio e Indústria. Integrando essa feira, foi montada uma casa rural, cujo recheio foi preenchido por mobiliário da propriedade de Maria dos Anjos Melo que participou nesse evento, acompanhando os visitantes, inclusive com explicações em língua inglesa aos turistas.

Em 1984, entusiasmada por essa iniciativa e pela receptividade junto dos visitantes, Maria dos Anjo Melo já havia doado ao Museu da Ribeira Chã algumas peças antigas, com o objectivo de servirem de estudo para as gerações futuras.

A Casa Maria dos Anjos Melo foi doada à Igreja Paroquial da Ribeira Chã pela sua proprietária ainda em vida (1996), e conserva no seu interior objectos quotidianos característicos de uma casa rural de S. Miguel (cozinha tradicional e quarto de dormir) alguns propriedade da doadora e outros oferecidos por várias pessoas da freguesia.

Em 2000, esta casa serviu de cenário à gravação pela RTP Açores do filme *Gente Feliz com Lágrimas*, de José Medeiros, baseado no romance de João de Melo.

²⁰⁴ Céu, 1984: 9.

O Padre João Flores faleceu em 1998 e, desde esse ano, o Museu da Ribeira Chã tem estado sob a direcção da Dra. Maria de Lurdes Pacheco. Natural da freguesia, Lurdes Pacheco esteve desde sempre ligada às dinâmicas culturais da localidade e da igreja, e tem mantido aquele museu *à maneira do Padre Flores*.²⁰⁵

De salientar que, em 1997, Ana Maria Lopes Duarte realizou uma tese de mestrado sobre o Museu da Ribeira Chã, e salientou a forma como a população se reconhece nos espaços museológicos, a autora referiu que *o Museu é, assim, um retrato familiar, uma visão menos anónima e mais personalizada*. Os objectos contidos no museu suscitam, *memórias pessoais, de si e da sua família, mas também desencadeiam memórias de grupo, recordações diversas nos adultos e idosos (...) em contraste com o que há hoje*.²⁰⁶ Centrando-se na definição de museu de comunidade, Ana Duarte referiu a inexistência efectiva de uma gestão partilhada entre a direcção e a comunidade, que tenham por finalidade o desenvolvimento de uma estratégia de desenvolvimento sustentado. Além disso, defendeu a necessidade do museu se reorganizar, *de ter um programa que lhe dê um fio condutor, uma exposição coerente em todos os seus núcleos, e uma linguagem museográfica acessível, não só à população local, como aos forasteiros, de modo a que todos entendam a história e as estórias que os testemunhos têm para contar*.²⁰⁷

Distanciada dessa visão, e em consonância com o Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã, Lurdes Pacheco tem direccionado as suas linhas de acção para a realização de actividades de inventário, conservação preventiva, e para a manutenção dos vários espaços. Recorrendo a fundos comunitários e ao apoio financeiro da Câmara Municipal de Lagoa e da Direcção Regional da Cultura, tem conseguido manter dois funcionários, um deles licenciado que, sob a sua orientação *tomam conta do museu, desde a limpeza, acompanhamento dos visitantes,*

²⁰⁵ Depoimento da Dra. Lurdes Pacheco prestado em Junho de 2009.

²⁰⁶ Duarte, 1997: 34.

²⁰⁷ Duarte, 1997: 41.

*realização do inventário e investigação, até à realização de exposições temporárias de temáticas diversas.*²⁰⁸

Em 2008, o Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã estabeleceu uma parceria de colaboração com o Instituto de Acção Social, conseguindo assim mais um colaborador licenciado para apoiar na dinamização do Museu da Ribeira Chã.²⁰⁹

O Museu da Ribeira Chã continua hoje a ser muito procurado por diversos tipos de visitantes, sobretudo estrangeiros e escolas. Porém, debate-se também com importantes dificuldades na sua gestão diária, tendo-se verificado um afastamento da comunidade local em relação a esse projecto, após a morte do Padre Flores que era a força impulsionadora com capacidade para mobilizar a população e trazer os senhores do poder à freguesia. Como referiu Lurdes Pacheco, *enquanto puder o museu mantém-se assim, à maneira do Padre Flores, depois logo se verá.*²¹⁰

4. Museu de Vila Franca do Campo

A ideia de criar um museu em Vila Franca do Campo começou a ganhar força na década de 1970.²¹¹ Reflexo dessa realidade é um artigo que Teotónio Machado de Andrade publicou em 1977, dando precisamente conta dessa vontade, já de longa data, por parte de muitos vila-franquenses.²¹² Concordando com a ideia, referia na altura que, um museu em Vila Franca constituiria um *...ponto propagandístico e de atracção turística para aqueles que se dedicam à História, às Ciências ou à Etnografia.*²¹³ A este respeito, registava a existência de várias colecções privadas, muitas das quais estariam disponíveis para integrar o futuro museu, e apelava para a urgência de salvaguardar diversos aspectos da vida das gentes de Vila Franca do Campo, designadamente, a produção cerâmica, as artes tradicionais, os utensílios e embarcações de pesca,

²⁰⁸ Depoimento da Dra. Lurdes Pacheco prestado em Junho de 2009.

²⁰⁹ Idem.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Essa aspiração já tinha sido defendida pelas elites locais, nos anos vinte. Martins, 2009: 28.

²¹² Andrade, 1977.

²¹³ Idem: 1.

entre outros. Referiu-se ainda às escavações efectuadas em Vila Franca, pelo arqueólogo Manuel de Sousa d'Oliveira, de que resultaram muitos achados que, na sua opinião, deveriam ser integrados no futuro museu.²¹⁴

Associado ao museu, *no mesmo edifício, e com plena afinidade*²¹⁵, Teotónio de Andrade defendia a constituição de uma biblioteca, cuja base inicial seriam algumas bibliotecas particulares, já adquiridas pela autarquia.

A 1 de Agosto de 1980, por iniciativa da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, e na sequência de contactos previamente estabelecidos, realizou-se uma reunião no edifício daquela edilidade, que contou com a presença do seu presidente, de dois docentes do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade dos Açores²¹⁶ e de um grupo de munícipes,²¹⁷ e que teve como objectivo a criação do futuro Museu de Vila Franca do Campo. No âmbito dessa reunião, o Dr. Rui de Sousa Martins, responsável pela secção de Antropologia Cultural daquela Universidade, apresentou um parecer acerca do tipo de museu que se preconizava para Vila Franca do Campo, tendo sido defendida a adopção de um modelo museológico flexível e baseado nos princípios dos ecomuseus.²¹⁸ De referir que, em Julho de 1978, o Dr. Rui de Sousa Martins tinha participado na *Reunião-Colóquio sobre Ecomuseus*, realizada no Museu Calouste Gulbenkian e que contou com a presença de George Henri-Revière.

²¹⁴ A esse respeito refira-se que, as escavações em Vila Franca do Campo realizadas pelo arqueólogo Manuel de Sousa d'Oliveira, decorreram entre 1967 e 1982 e os achados desses trabalhos foram depositados no Museu de Vila Franca do Campo. Em 1990, o Dr. Carlos Melo Bento, responsável pela Associação Arqueológica do Arquipélago dos Açores, defendeu que com o espólio dessas escavações deveria ser criado naquela vila um museu monográfico de arqueologia. Cf. Bento, 1990. Mais recentemente a Associação Arqueológica do Arquipélago dos Açores tem vindo a considerar a possibilidade de criar a Casa-Museu Manuel de Sousa d'Almeida, na antiga moradia daquele arqueólogo, localizada nos Arrifes.

²¹⁵ Andrade, 1977.

²¹⁶ Professor Doutor Artur Teodoro de Matos, director do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais; Dr. Rui de Sousa Martins, responsável pela secção de Antropologia Cultural, do mesmo Departamento.

²¹⁷ Grupo de impulsionadores do Museu de Vila Franca do Campo que participaram na reunião: Ângelo Cravinho; António Alberto Rocha Dias; António Dias Furtado; Padre António Jacinto de Medeiros; António José Pimentel; António Maçaroco; Duarte Soares Furtado; José Teixeira Dias; Maria do Carmo Fátima Furtado Bulhões; Silvino Inácio Machado; Teotónio Machado de Andrade e Virgínio de Araújo Neto. Cf. Arquivo do Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores; Circular de 13 de Agosto de 1980.

²¹⁸ Arquivo do Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores; Circular de 13 de Agosto de 1980.

O projecto museológico apresentado contemplava então o *museu do tempo*, onde seria explicada a *geologia da região*, marcada pelo vulcanismo e pelas actividades sísmicas, o *ambiente natural*, a *história*, com especial relevo para a época anterior a 1522.²¹⁹ Preconizavam ainda o desenvolvimento de *vários aspectos da sociocultura local*, *destacando-se a arte cerâmica (...)* A importância e a prioridade atribuídas à arte dos oleiros davam ao programa *uma dimensão especializada*.²²⁰

Ainda no âmbito da reunião acerca da criação de um museu em Vila Franca do Campo, foram referidas e analisadas várias questões relativas à organização daquele *novo centro de cultura e educação*²²¹, de que destacamos a necessidade urgente de recolher, preservar e estudar diversos aspectos da cultura tradicional local, a realização da primeira secção do museu dedicada à olaria, a criação oficial de um *Grupo de Amigos do Museu de Vila Franca* e a elaboração urgente de um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo e a Universidade dos Açores.²²²

Tendo ficado claramente expresso o interesse daquela Câmara Municipal em que a secção de Antropologia Cultural da Universidade dos Açores assumisse a organização do museu, ainda em Agosto de 1980, iniciaram-se os trabalhos de pesquisa etnológica e recolhas, inicialmente apenas na região de Vila Franca do Campo e depois noutras localidades da ilha, com vista à concretização daquele objectivo. Esses trabalhos foram acompanhados de classificação e registo de inventário de todas as peças.

O Museu de Vila Franca do Campo foi criado em 1981, na sequência do protocolo de colaboração estabelecido entre a Câmara Municipal local, sendo na altura presidente António Daniel de Carvalho e Melo e a Universidade dos Açores, sendo reitor o Prof. Doutor José Enes e Director do Departamento de História, o Professor Doutor Teodoro de Matos. O protocolo foi

²¹⁹ Martins, 2009: 28.

²²⁰ Idem.

²²¹ Arquivo do Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores; Circular de 13 de Agosto de 1980.

²²² Idem.

homologado pelo Secretário Regional da Educação e Cultura, em 24 de Setembro de 1981 e desde a primeira hora teve sempre o apoio de ambas as partes, com o intuito de salvaguardar e promover o património etnológico açoriano.

A participação e o apoio da comunidade local foi relevante, quer na primeira reunião pública já referida, quer na definição do estatuto do museu como Laboratório Antropológico da Universidade dos Açores.

De salientar que, desde a criação do Museu de Vila Franca do Campo, os seus responsáveis têm preconizado que seja um lugar onde a comunidade local reencontra a sua memória, o passado e prepara um diálogo consciente com o futuro.

Tendo constituído Vila Franca do Campo um dos maiores centros produtores de loiça de barro de S. Miguel, o projecto inicial do museu privilegiava a arte cerâmica e preconizava a aquisição de uma olaria *que seria restaurada e conservada em actividade no próprio local, constituindo uma secção viva do Museu.*²²³ Porém, este projecto tornou-se mais abrangente, pois a musealização de uma olaria teria de se *integrar num processo de intervenção, sócio-económica e cultural, que contemplasse o passado, o presente e, sobretudo, o futuro de uma riquíssima arte tradicional em manifesta decadência.*²²⁴

A 8 de Dezembro de 1982, o museu foi inaugurado na casa que pertencera ao Dr. António César Rodrigues, a primeira a ter energia eléctrica em Vila Franca do Campo. O museu abriu com duas exposições sobre a arte do barro em Vila Franca, que resultaram de recolhas sistemáticas de peças, de pesquisas sobre a vida e a actividade dos oleiros e da reconstituição e registo de antigos processos de produção, de venda e de consumo.

De salientar, a colaboração da secção de Antropologia Cultural da Universidade dos Açores e do Museu de Vila Franca do Campo, com a RTP Açores, no âmbito da realização do filme *Loiça da Vila*, realizado em 1983.

²²³ Martins, 1987: 252.

²²⁴ Martins, 1987: 253.

A par do desenvolvimento dos trabalhos sobre a cerâmica de Vila Franca do Campo, o museu alargou progressivamente as suas temáticas, dando cumprimento ao seu programa etnomuseológico que versava a recolha, estudo e preservação das artes tradicionais micaelenses. Refira-se, por exemplo que, na sequência da aquisição da oficina do violeiro Miguel Jacinto de Melo, em 1982, e de posteriores pesquisas sistemáticas de peças e documentos, o Museu de Vila Franca do Campo inaugurou a exposição *A música popular e a arte dos violeiros*, em 1986.

Outros projectos, nomeadamente no domínio da etnologia marítima, têm sido desenvolvidos pelo Museu de Vila Franca do Campo, em articulação com Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores. A esse respeito refira-se que, em 2008, a autarquia adquiriu uma casa contígua ao edifício sede do museu, que permitiu aumentar o seu espaço físico, reinstalando a secção de Artes do Mar.²²⁵

Ao longo do tempo o museu foi crescendo e abrindo-se a novas temáticas, mas mantendo sempre um carácter científico, cultural, no âmbito disciplinar da Antropologia e funcionando como Laboratório de Etnologia da Universidade dos Açores. Neste sentido, a organização de exposições permanentes e temporárias, assim como a criação de pólos, inserem-se em projectos de investigação científica da Universidade dos Açores (Centro de Estudos Etnológicos do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais), onde a classificação das peças e o conhecimento das cadeias operatórias de produção e uso, mas também o seu percurso, o seu lugar nos processos desenvolvidos pelos homens, assumem um papel relevante.

O Museu de Vila Franca tem vindo a desenvolver-se, desde o início, segundo um modelo etnomuseológico flexível e polinucleado, que combina a instalação de colecções permanentes em edifícios, com a preservação in situ de construções ou outros bens culturais de reconhecido valor, geridos criativamente numa intenção sociocultural e comunitária.

²²⁵ “Artes do Mar uma nova secção do Museu Municipal”. 2008. in *Vila Franca do Campo*. Revista da Câmara Municipal. Ano VII, n.º 32. Câmara Municipal de Vila Franca do Campo: 13.

Esta realidade museológica *inspirou-se em soluções propostas pelos museus ao ar livre, sobretudo pelos ecomuseus, pois estes não circunscrevem o museu às limitações do espaço interior de um edifício, mas alargam a natureza do acervo aos objectos imóveis e o espaço de exposição - animação a áreas exteriores, mais ou menos vastas, onde se podem desenvolver determinadas actividades.*²²⁶

Relativamente ao papel social deste museu, tem havido a preocupação de mobilizar e gerir recursos endógenos considerados estratégicos para o desenvolvimento do concelho de Vila Franca do Campo, nomeadamente proporcionando *que seja a própria população a gerir os espaços fortes de memória colectiva no sentido de os transmitir às gerações futuras. O Museu institucionaliza e articula formas de gestão etnomuseológica de bens públicos e privados que, por serem considerados culturalmente relevantes, devem continuar a desempenhar um papel no quotidiano das pessoas.*²²⁷

Para um futuro próximo está prevista a criação de um novo pólo, o Museu da Policia de Segurança Pública nos Açores, cujo embrião remonta 8 de Janeiro de 2007. Nessa data foi assinado um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo e a PSP, esta última representada pelo Superintendente Chefe Jorge Furtado Dias. A PSP, sem abdicar do direito de propriedade, cede à guarda da Câmara Municipal de Vila Franca o espólio museológico a ser exposto, em contrapartida, a autarquia disponibiliza o espaço e assume os encargos inerentes à criação do museu, bem como, da manutenção, despesas de pessoal do mesmo e apólices de seguros. Em consonância com a PSP, será ainda da responsabilidade da Câmara Municipal, através do museu de Vila Franca do Campo, assegurar a preservação, organização, exposição e respectiva gestão de todo o material museológico. Na opinião do actual

²²⁶ Fundamentais neste projecto foram também as teorias da musealização de sítios defendidas e divulgadas em Portugal pelo Dr. Henrique Coutinho Gouveia, Professor da Universidade Nova de Lisboa. Martins, 1987: 251-252.

²²⁷ Martins, 1992b: 134.

director do museu, este é mais um passo que demonstra a importância da museologia na preservação da memória das instituições.²²⁸

Para Julho de 2009 está prevista a abertura ao público do Solar Viscondes do Botelho, após obras de restauro e consolidação. De referir que este imóvel, popularmente conhecido em Vila Franca como o *edifício do Comando*, é um importante edifício histórico, propriedade da Fundação dos Botelhos da Senhora da Vida, que foi cedido ao Município Vilafranquense para fins museológicos, em 1998. O solar constituirá o novo edifício sede do museu.

Finalmente, também em 2009, o museu pretende criar e gerir o *Roteiro da Olaria*, constituído por uma rede relacional vocacionada para a promoção da arte cerâmica estabelecida tradicionalmente na freguesia de São Pedro. Esta iniciativa envolverá oleiros e ceramistas locais, unidades produtivas, elementos materiais e imateriais.²²⁹

Transformar o Museu de Vila Franca do Campo num museu contemporâneo é actualmente objectivo dos seus responsáveis e neste sentido, existem diversos projectos em estudo, que, na opinião do seu actual director, deveriam ser incluídos nos planos de desenvolvimento do concelho. Um espaço museológico com novas exposições de qualidade, a criação de uma secção de actividades pedagógicas, uma maior interacção com as escolas, e a conquista de novos públicos são alguns dos actuais objectivos.

4.1. Transportes Populares

Em 1990, foi criado este pólo no âmbito da recolha de transportes açorianos. Instalado nas antigas estrebaria e cocheira do Solar Visconde do Botelho, este pólo do museu exhibe uma

²²⁸ “Museu da PSP em Vila Franca do Campo”. 2007; in *Revista Municipal*. Ano VI. N.º 26. Câmara Municipal de Vila Franca do Campo: 20-21.

²²⁹ Do referido *Roteiro da Olaria*, deverão fazer parte a Olaria Museu Mestre António Batata, o Forno Colectivo de Loiça Manuel Jacinto Carvalho, bem como a Olaria João da Rita que passou, em 2004, de propriedade privada a património da Junta de Freguesia de São Pedro, tendo sido alvo de obras de recuperação e consolidação ao abrigo de Programa Comunitário Leader +.

coleção de transportes movidos pelo homem e transportes de tracção animal, recuperados para o efeito.

4.2. Central Hidroeléctrica da Praia: Fábrica da Praia

Em 1990 foi inaugurada a Central-Museu (Museu de Electricidade) do Lugar da Praia, um novo pólo museológico que visava a preservação, valorização e divulgação de património industrial, promoção de actividades de animação turística e cultural, honrando e divulgando também o pioneirismo açoriano na história da electrificação em Portugal, bem como o seu impulsionador, o Eng. José Cordeiro.

No início do século XX, graças ao espírito empreendedor do Eng.º José Cordeiro (1867-1908), foi possível aproveitar o caudal de água da Ribeira da Praia, instalando várias centrais para a produção de energia.

A Central da Praia está integrada no Lugar Classificado da Praia-Trinta Réis, um espaço pionieor na produção de electricidade em Portugal.

Bom exemplo de cooperação entre a Empresa de Electricidade dos Açores e a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, foi a cedência da Fábrica da Praia, por parte da primeira, para nela ser instalado um pólo museológico, inaugurado a 25 de Março de 1990.

De salientar que, a primeira fase da musealização da Central da Praia foi acompanhada pelo Dr. António de Oliveira do Museu Carlos Machado e a última fase foi concretizada pelo Museu de Vila Franca do Campo.

Actualmente, esse pólo do museu municipal pode ser visitado por marcação prévia, ou contactando localmente a casa do vizinho. De facto, e como forma de envolver a comunidade na gestão desse espaço museológico, a edilidade estabeleceu um protocolo de colaboração com um residente, o qual acompanha os visitantes fornecendo-lhes informações sobre a central e a sua história.

4.3. Olaria e Forno do Mestre António Batata

A respeito das olarias de Vila Franca do Campo, já na década de 1970, Armando Côrtes-Rodrigues, reconhecendo o seu valor patrimonial sugeria que a Câmara Municipal daquele concelho cumprisse *o dever social de manter, à custa de um subsídio, duas ou três olarias, que seriam uma segura página de interesse a acrescentar às possibilidades turísticas de Vila Franca do Campo quando o turismo for uma realidade e houver tempo para olhar para estas coisas, que têm uma valia multissecular na vida da humanidade.*²³⁰

O projecto de musealização de uma olaria em Vila Franca do Campo surgiu em simultâneo com a criação do Museu de Vila Franca do Campo e desde cedo foi integrado no âmbito de uma abordagem global à cerâmica daquela localidade.

Na sequência da realização de um diagnóstico do estado da actividade cerâmica e das olarias naquele concelho, revelou-se urgente uma intervenção de forma a preservar o património tradicional construído, de que as velhas olarias faziam parte, e a possibilitar também a adaptação da actividade oleira aos tempos modernos, nomeadamente a nível dos processos de produção, das condições de trabalho e da rentabilidade.

Integrando-se num projecto global de *recuperação da loiça da vila*²³¹, a musealização de uma olaria tornou-se então um objectivo a concretizar. Esse processo de musealização tinha contudo *de se integrar num processo de intervenção sócio-económica e cultural que contemplasse o passado, o presente e, sobretudo, o futuro de uma riquíssima arte tradicional em manifesta decadência.*²³²

Constituindo as poucas olarias que ainda restavam *testemunhos insubstituíveis de uma técnica, de uma arte e de um grupo social de artífices que tiveram um papel relevantíssimo na*

²³⁰ Côrtes-Rodrigues, 1973: 433.

²³¹ Martins, 1987: 253.

²³² Idem.

*vida dos açorianos*²³³, e sendo impossível musealizar todas, tornou-se necessário seleccionar a que melhor se adequava a olaria-memória, e que se manteria a funcionar em moldes tradicionais, salvaguardando a memória de uma actividade e apoiando o desenvolvimento das outras olarias.

A tenda do Mestre António Batata foi seleccionada, por reunir um conjunto de características consideradas relevantes, nomeadamente o facto de ser a maior olaria existente, ter estruturas para três rodas, um barreiro, um espaço para armazenagem de peças, um forno de cozer louça anexo e ainda por a sua construção estar associada à presença açoriana no Brasil e à influência deste nos Açores.

Em 1988, na sequência de proposta apresentada pela Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, a olaria do Mestre António Batata, e o forno anexo, foram classificados como *valor concelhio*, pelo Governo Regional dos Açores.²³⁴

O programa de musealização de sítio foi realizado pelo Museu de Vila Franca do Campo, tendo como objectivos preservar a referida olaria, mantendo-a a funcionar em moldes tradicionais, recuperando-a socialmente e colocando-a ao serviço da educação pública, da investigação científica e do turismo. No âmbito do programa de musealização foram realizadas uma série de medidas, nomeadamente no que concerne à protecção, conservação e revalorização da olaria, à elaboração de complementos informativos, à realização de actividades pedagógicas e culturais e a formas de sinalização da sua localização na Vila, processo que se aprofundou nos anos subsequentes.

A singularidade deste projecto foi reconhecida e referida como um dos exemplos de musealização de sítios no nosso país, pelo Professor Henrique Coutinho Gouveia²³⁵ e, mais

²³³ *Idem*: 257.

²³⁴ Resolução N.º 89/1988; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 19. 10 de Maio de 1988.

²³⁵ Gouveia e Carvalho, 2003: 10, 17.

recentemente no âmbito de uma dissertação em museologia, acerca da Olaria do Desterro, em Lisboa.²³⁶

A tenda do Mestre António Batata, com o seu forno de cerâmica anexo, abriu ao público como pólo etnomuseológico do Museu de Vila Franca do Campo, em 23 de Junho de 1991.

4.4. Forno Colectivo de Loiça de Manuel Jacinto Carvalho

Na sequência do processo de musealização da olaria do mestre António Batata, foi recuperado o forno colectivo de loiça de Manuel Jacinto Carvalho, um imóvel do século XIX, objecto de um projecto de museologia que envolveu prolongados trabalhos arqueológicos e etnológicos.

Preservar o forno mantendo as suas características tradicionais, recuperando-o socialmente e colocando-o ao serviço da educação pública, da investigação científica e do turismo, são os objectivos deste pólo etnomuseológico, inaugurado em 1998.

4.5. Moagem S. José

A Moagem de S. José é um dos pólos do Museu de Vila Franca do Campo, situado na freguesia da Ribeira Seca. Fundada pelo moleiro José de Sousa (1919-2001), em 1962, a Moagem de S. José, movida a energia eléctrica, laborou até 1998.

Ainda em vida, e preparando-se para encerrar a laboração, o moleiro José de Sousa (Zé Cabral) manifestou interesse em que a sua moagem se mantivesse como memória de uma actividade que foi muito importante para a freguesia da Ribeira Seca, de Vila Franca do Campo, mas que serviu igualmente o sul da ilha até à Povoação.²³⁷ Nessa altura, o museu vilafranquense e a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo reconhecendo o valor daquele património, demonstraram interesse em salvaguardar a Moagem de S. José, projectando a sua musealização, preservando o espaço e as suas características e zelando pela sua manutenção. Esse espaço

²³⁶ Antunes, 2007: 18.

²³⁷ Nóia, 1999.

musealizado seria colocado ao serviço da população, e de quem o visitasse, sem esquecer o nome do seu proprietário e fundador.

O interesse camarário foi no sentido de perpetuar esse método de produção de farinha, mantendo a moagem electrificada, que conservava todas as características originais, e os respectivos utensílios de trabalho.

Já após a morte do seu antigo proprietário e reconhecido o seu valor como património industrial do concelho, a Moagem de S. José foi adquirida pela Câmara Municipal aos herdeiros do moleiro, tendo o museu elaborado um projecto de musealização etnológica que se concretizou na abertura ao público de mais um pólo do museu vilafranquense, em 2003.

5. Museu do Chá da Mafoma

Situado na freguesia da Ribeira Seca da Ribeira Grande, o Solar da Mafoma²³⁸ é um edifício cuja construção data do início do séc. XIX, sendo mandado construir por Luís Bernardo de Sousa Estrela, militar e Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, leal a D. Miguel.

O Solar da Mafoma é composto por uma casa nobre, anexos e infra-estruturas de apoio, um fontanário, jardins e uma quinta para cultivo de árvores de fruto, assim como pela antiga Fábrica de Chá Michaelense L. L., onde se produziu o *Chá Côte-Real*, mais tarde designado *Chá da Mafoma*.²³⁹ Anexa ao solar localiza-se a Capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso.

A antiga Fábrica de Chá da Mafoma, hoje em ruínas, foi fundada por Luís de Ataíde Corte-Real da Silveira Estrela,²⁴⁰ localizando-se na extremidade sudeste do terreiro do Solar da

²³⁸ Na frontaria existe o Brasão de Armas de Correias, Silveiras, Botelhos e Sampaivos, e uma representação de uma cara, que é apelidada popularmente de “mafoma”, termo que deu o nome ao solar. O Solar da Mafoma passou de geração em geração até chegar a Maria Gabriela Athayde Mota, sendo hoje pertença de sua filha Luísa Isabel Bettencourt e Maia. Este Solar é o ponto de partida para as celebrações das Cavalhadas de São Pedro, famoso cartaz turístico do concelho, que têm lugar todos os anos, no dia 29 de Junho, dia de São Pedro, consistindo num elaborado desfile que culmina na Igreja de São Pedro, da Ribeira Seca.

²³⁹ Os dois nomes próprios dos responsáveis da fábrica, Luís Corte Real da Silveira Estrela e o seu colaborador Luís Soares de Sousa, deram origem ao nome com que foi comercializado o chá - Chá Michaelense L. L.. Mais tarde, Luís Athayde Mota, neto do primeiro, registou a patente do chá sob o nome de Chá Corte Real. Em 1953, sua irmã, Maria Gabriela Athayde Mota, tendo herdado a fábrica sem registo de patente, registou-a com a designação de Chá Mafoma.

²⁴⁰ Membro da primeira Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense.

Mafoma, encostada ao muro da propriedade. As respectivas estruturas de apoio, designadamente os telheiros de secagem de chá, prolongavam-se pela quinta em toda a extensão sudeste do muro.

Em 1903, esta antiga fábrica ocupava o segundo lugar na produção de chá em São Miguel. A sua actividade produtiva, laborando e comercializando chá de cultivo próprio, manteve-se até 1974, altura em que encerrou por dificuldade várias.

De 1974 até 1982 a fábrica permaneceu encerrada e, durante esse período os proprietários conservaram em bom estado os espaços e os equipamentos da fase inicial de produção. Em 1982, conscientes do valor patrimonial e histórico daquela industria, quer por manter as características do período áureo de laboração, quer pela seleccionada qualidade de maquinaria, as proprietárias, D. Luísa Isabel de Athaide Bettencourt e D. Ana Margarida Bettencourt de Azevedo Mafra, decidiram reabrir ao público a Fábrica de Chá da Mafoma, como fábrica museu. Esta era uma forma de preservar e dar a conhecer um testemunho importante do património industrial regional.

De salientar que o *edifício da fábrica, bem como todo o seu equipamento são testemunhos únicos da história de uma das actividades agrícolas e industriais que mais marcaram a ilha de São Miguel, na transição do século XIX para o XX.*²⁴¹

Com o apoio documental de Ana Jácome Hintze Ribeiro Cymbrom, e após o restauro do edifício, limpeza do equipamento existente e incorporação, por doação, aquisição e depósito de diversos objectos, provenientes de outras fábricas de chá que existiram naquele concelho, foi possível abrir ao público o novo espaço museológico.

Em Julho de 1983, no âmbito das festas do concelho da Ribeira Grande, foi anunciada na imprensa local, a inauguração do Museu do Chá, na antiga fábrica da Mafoma. Paralelamente, em 1984, o Solar da Mafoma foi classificado como Imóvel de Interesse Público.²⁴²

O projecto do Museu do Chá da fábrica da Mafoma foi reconhecido, a nível do seu interesse etnográfico e histórico e da sua importância turística, por várias entidades governamentais que

²⁴¹ Melo, 2008: 24.

²⁴² Resolução n.º 64/84, in *Jornal Oficial*, I Série – Número 14. 30 de Abril de 1984.

prometeram apoio financeiro. Porém, apenas a Câmara Municipal da Ribeira Grande e a Casa da Cultura da Ribeira Grande auxiliaram, a primeira com um pequeno apoio financeiro e a segunda a nível de orientação técnica. Mário Moura, director da Casa da Cultura da Ribeira Grande, desde Janeiro de 1986, defendia a criação desse museu no âmbito da arqueologia industrial, abordada numa perspectiva de história antropológica ou história social. Na sua opinião, deveria existir um núcleo interpretativo, plantações de chá, algumas fábricas a laborar, percursos e roteiros que perpassassem todo o concelho, desenvolvendo-se ainda uma política sistemática e concertada de exposições itinerantes.²⁴³

A Fábrica Museu da Mafoma manteve-se aberta ao público, de forma gratuita, com horário diário, regular e visitas acompanhadas, até 1989, ano em que encerrou devido aos elevados custos de manutenção, à falta de apoios e ao desinteresse das entidades oficiais.

A partir de 1989, o espaço e os equipamentos começaram a deteriorar-se visivelmente, situação que se foi agravando com o passar do tempo.

Em 2000, a jornalista Ana Paula Fonseca alertava para a situação daquele imóvel, referindo que *sem apoios oficiais, um futuro museu de chá na Ribeira Grande será uma miragem.*²⁴⁴ A esse propósito, Rui de Sousa Martins, da Universidade dos Açores, considerava a situação muito grave, alertando para a falta de uma política do património cultural articulada com uma política do turismo cultural, no caso concreto, com base na articulação de interesses privados e públicos.²⁴⁵ Na sua opinião, a recuperação museológica da fábrica de chá da Mafoma iria proporcionar, em conjunto com outras duas fábricas ainda existentes, uma rota do chá em S. Miguel: *o museu do chá da Ribeira Seca para além de constituir um pólo desta rota, possibilitaria um estudo mais aprofundado do que foi a cultura do chá na ilha de São Miguel e da sua industrialização que chegou a alimentar 14 fábricas nos finais do século XIX e início do*

²⁴³ Moura, 2000a: 29.

²⁴⁴ Fonseca, 2000: 8.

²⁴⁵ Cf. Fonseca, 2000: 9.

*século XX (...) por outro lado, a rota do chá iria mobilizar os inventários e o estudo do património agrícola e industrial ligado à produção do chá que caracterizou a economia e a sociedade da costa norte de S. Miguel, numa determinada fase da sua história.*²⁴⁶

De salientar aqui que, nessa altura, previa-se a integração do solar num projecto turístico de habitação, no âmbito do qual a fábrica de chá, transformada em museu, constituiria a área de animação, integrando visitas num circuito de animação turística.

A recuperação da antiga Fábrica de Chá da Mafoma, detentora de importante património de arqueologia industrial e espaço de memória colectiva da Ribeira Seca e de São Miguel, continuou a ser defendida ao longo do tempo e em vários contextos. A este respeito refira-se que, em Maio de 2001, no âmbito de uma Proposta de Resolução²⁴⁷ para a defesa e preservação do património da indústria do chá e a criação de uma “Denominação de Origem Protegida” para o chá de São Miguel, apresentada na Assembleia Legislativa Regional, foi referido que a *Fábrica de Chá da Mafoma possui um património de arqueologia industrial de indubitável valor patrimonial e necessita de urgente recuperação.*²⁴⁸

Mas, em 2005, aquela fábrica continuava porém a degradar-se, sem que tivesse ocorrido qualquer intervenção, embora, e como foi defendido na altura, ainda existissem *diversas peças que, com algum trabalho de restauro, são recuperáveis.*²⁴⁹ Nessa altura, também o presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Carlos Anselmo, referiu *ser urgente salvar um património que assegurou o sustento de muitos antepassados.*²⁵⁰

Mais recentemente, em 2007, no âmbito de uma proposta de estruturação do produto turístico *chá* no concelho da Ribeira Grande, foi defendida, de novo, a ideia de transformar a antiga fábrica de Chá da Mafoma em Museu do Chá.²⁵¹

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Apresentada pelo Partido Socialista e aprovada por unanimidade. Assembleia Legislativa Regional. 2001.

²⁴⁸ Assembleia Legislativa Regional. 2001: 4.

²⁴⁹ Faustino, 2005: 8.

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ Santos, 2007:62.

6. Sacristia Museu da Igreja Matriz de São Sebastião

Este espaço museológico da cidade de Ponta Delgada está integrado na Igreja Matriz de São Sebastião²⁵², construída no século XVI e erguida em honra do santo padroeiro, em resultado de um voto feito pela população, devido a uma epidemia de peste que assolou a cidade, no Reinado de D. João III.²⁵³

Na sacristia sul dessa igreja existe um pequeno museu de arte sacra, cuja génese data do final do século XIX, início do século XX. A primeira referência que encontramos a esse espaço museológico é de 1919, e foi feita pelo Dr. Luís Bernardo Leite de Ataíde, acerca de uma banqueta e duas custódias que existiam no que designou *Museu da Matriz de Ponta Delgada*.²⁵⁴ De acordo com Luís Bernardo, no pequeno espaço da sacristia sul encontrava-se preservada uma colecção de alfaias e paramentos daquela igreja, que havia sido constituída pelo Prior Manuel Jacinto da Ponte. Segundo o mesmo autor, a ideia do Prior Jacinto da Ponte de criar um museu de arte sacra surgiu por influência do trabalho realizado por D. Manuel Correia de Bastos Pina²⁵⁵, 25º Conde de Arganil e 61º Bispo de Coimbra, em prol da preservação e salvaguarda da arte sacra portuguesa. Esse Bispo Conde esteve ligado ao primeiro restauro da Sé Velha de Coimbra e à implementação do Museu de Arte Sacra da cidade, entre outras demandas culturais da época. No momento em que se formava o Museu de Arte Sacra em Coimbra, e se procedia ao restauro do retábulo da Sé Velha daquela cidade, o Prior Jacinto da Ponte empreendeu uma viagem ao continente português, onde teve a oportunidade de estar em contacto directo com a obra de D. Manuel Correia de Bastos Pina, com a qual se entusiasmou. Deste modo, quando regressou, resolveu *seguir na sua igreja idêntica orientação, continuando a impulsionar os restauros da talha antiga. Desta forma, reparando passados erros cometidos n'aquelle templo,*

²⁵² Essa igreja foi classificada como Imóvel de Interesse Público, em 17 de Abril de 1953, de acordo com o Decreto n.º 39175, publicado no *Diário da República*, I Série, n.º 77.

²⁵³ Cf. Sousa. 1986: 97-126.

²⁵⁴ Ataíde, 1919: 179.

²⁵⁵ D. Manuel Correia de Bastos Pina (1830-1913), foi Bispo de Coimbra de 1872 a 1913, ano em que faleceu. www.primeirarepublica.org/ Último acesso em 2009-09-26.

*não só adquiriu algumas telas antigas em Lisboa como se interessou pela continuação do restauro das suas talhas e depois ainda pela arrecadação e guarda em vitrines de velhos paramentos e pratos lavradas, as quaes formam o pequeno museu da sacristia do lado sul.*²⁵⁶

Para a constituição da colecção contou ainda com o apoio e conselhos do Coronel Francisco Afonso de Chaves, figura de referência da elite social e cultural da sociedade micalense, *conhecedor do valor das casulas e das dalmáticas do século XIV ali existentes.*²⁵⁷

De salientar, o espírito de preservação e a consciência do valor patrimonial subjacentes à intenção com que essa colecção foi constituída, por parte do Prior Jacinto da Ponte, que não se limitou a salvaguardar o que existia na igreja de que era pároco, empreendendo também algumas recolhas.

Em 1919, o pequeno museu da sacristia sul da igreja matriz de São Sebastião integrava peças de ourivesaria e valiosos paramentos bordados a ouro, que teriam pertencido a John Grandison, Barão e Bispo da Catedral de Exeter.²⁵⁸

Após a morte do Prior Manuel Jacinto da Ponte, a 5 de Janeiro de 1915²⁵⁹, a sacristia museu não teve grande desenvolvimento, registando-se apenas algumas incorporações provenientes de ofertas dos fiéis.²⁶⁰

A partir de Novembro de 1977²⁶¹, o então Padre José Ribeiro Martins, sensível às questões patrimoniais, e com uma clara e declarada intenção de valorizar, preservar mas também divulgar o espólio da igreja matriz de São Sebastião, começou a enriquecer o património daquele templo, através de sucessivos restauros de alguns dos seus altares, pondo a descoberto elementos decorativos da sua arquitectura. Neste sentido, estabeleceu diversos contactos institucionais, a fim de obter apoios, nomeadamente para a recuperação da sacristia museu. Era sua intenção

²⁵⁶ Ataíde, 1919: 181.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Chaves, 1919: 256.

²⁵⁹ *Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese dos Açores*. 1915: 42.

²⁶⁰ Depoimento do Sr. Padre Nemésio Medeiros, actual pároco da Matriz de São Sebastião, prestado em Maio de 2009.

²⁶¹ Data a partir da qual o Padre José Ribeiro Martins passou a estar ao serviço da igreja Matriz de São Sebastião.

dotar a pequena sala da sacristia sul da igreja matriz, *das necessárias condições para guardar tão rico tesouro*²⁶², aí existente.

Dos apoios recebidos, destaca-se o governamental, nomeadamente através de subsídios da Secretaria Regional de Educação e Cultura, para o restauro daquele templo que incluiu *o arranjo da Sacristia Tesouro*.²⁶³

De salientar ainda, a colaboração prestada pelo Museu Carlos Machado, através do Dr. António Oliveira e da Dra. Margarida Teves de Oliveira, que procederam à montagem da exposição inaugural da Sacristia Museu.

No dia 11 de Maio de 1985, foi inaugurado oficialmente o referido espaço museológico, da Igreja Matriz de Ponta Delgada, na presença das forças vivas da sociedade açoriana, designadamente, o Senhor Bispo da Diocese de Angra e Ilhas dos Açores, D. Aurélio Granada Escudeiro, o Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. João Bosco Mota Amaral, o Secretário Regional de Educação e Cultura, Dr. António Maria Mendes, o Director Regional dos Assuntos Culturais, Dr. Manuel Lamas, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Doutor José Guilherme Reis Leite, grande impulsionador desse projecto, os vigários paroquiais, diversas autoridades, individualidades e representantes da comunicação social. De salientar que o Senhor Bispo da Diocese de Angra trouxe como convidado D. Avelar Brandão Villela, Cardeal Arcebispo da Arquidiocese de S. Salvador da Baía, Brasil, que se fez acompanhar do seu secretário particular Monsenhor Manuel Gonçalves Miltton.

A sacristia museu, que integrava essencialmente peças de ourivesaria, religiosa e civil, paramentos e escultura, passava a ter condições para preservar os objectos de arte da igreja matriz, mas também para abrir ao público. A este respeito refira-se que, na altura, foi divulgado um horário de abertura que contemplava visitas diárias.²⁶⁴

²⁶² *Livro de Tombo da Matriz de São Sebastião*. 1985: 23.

²⁶³ *Idem*: 24.

²⁶⁴ Oliveira e Oliveira, 1985: 7.

No dia da inauguração foram efectuadas doações de diversas peças, para enriquecer o espólio daquele espaço museológico.

Posteriormente, o professor Manuel Vieira Gaspar realizou, a título gracioso, o inventário em papel de todo o espólio.

Em 2004, a Câmara Municipal de Ponta Delgada estabeleceu um acordo com a Diocese de Angra, no sentido de criar uma rede de núcleos museológicos de arte sacra, nas igrejas Matriz, S. José, S. Pedro e Senhor Santo Cristo, que funcionariam em articulação e abririam regularmente ao público em determinados dias da semana, sendo objectivo da edilidade valorizar, preservar e dar a conhecer um notável património. Esse projecto não foi ainda concretizado como o inicialmente previsto, e actualmente, por questões de segurança, a sacristia museu é apenas visitável por marcação e com o acompanhamento do pároco.

7. Museu Municipal da Ribeira Grande

O percurso deste espaço museológico iniciou-se em meados dos anos sessenta do século passado, reflexo da vontade da população da Ribeira Grande. A propósito de uma exposição de antiguidades e artesanato realizada em Julho de 1968, no Solar do Marquês da Praia no âmbito das festas de S. Pedro, Edmundo Pacheco referia o desejo e a necessidade da criação de um museu, *que guardasse não só as preciosidades que se observam na exposição de antiguidades mas outras (e elas são tantas, felizmente!) de carácter folclórico e artesanal, seria um momento que perpetuaria a memória de todos aqueles que o levantassem.*²⁶⁵

Em 1969, de acordo com essas intenções e aspirações foi criado o Círculo dos Amigos da Ribeira Grande, associação sem fins lucrativos que tinha como objectivos a organização de *exposições de artes plásticas, fotográficas, artesanais e de elementos históricos do concelho da*

²⁶⁵ Pacheco, 1968: 1.

*Ribeira Grande,*²⁶⁶ bem como *defender o património histórico e artístico do Concelho pela recolha dos seus elementos existentes – documentos, tradições, teatro, contos, cantigas, trajes, dançares, provérbios, mobiliário, instrumentos musicais, etc. – e pela sua guarda e manutenção, através de museu e grupo folclórico a criar.*²⁶⁷

Em resposta ao ofício enviado pelo Governador Civil do Distrito Autónomo de Ponta Delgada, em 25 de Junho de 1969, dando seguimento ao pedido efectuado pelos membros fundadores do Círculo dos Amigos da Ribeira Grande, acompanhado de cópia dos estatutos, a Direcção-Geral da Administração Política e Civil aprovou, a 08 de Agosto do mesmo ano, aquela associação sem fins lucrativos, reconhecendo legalmente a sua constituição.²⁶⁸

No âmbito dos seus trabalhos, o Círculo dos Amigos da Ribeira Grande desenvolveu *uma série importante de exposições e de cortejos denominados de “etnográficos”.*²⁶⁹ Para além destas iniciativas, o envolvimento de alguns dos seus membros nos órgãos de decisão do concelho da Ribeira Grande, levou a que tivessem sido consideradas pela Câmara Municipal algumas propostas de carácter museológico. A este respeito, refira-se a deliberação por maioria absoluta, da edilidade da Ribeira Grande, na Vereação de 23 de Fevereiro de 1977 relativamente *à possibilidade de instalação futura de um pequeno museu de âmbito concelhio,*²⁷⁰ no moinho existente no Jardim do Paraíso, propriedade da Câmara Municipal. Tal projecto, não se veio a concretizar.

Ainda no âmbito das iniciativas promovidas pelo Círculo de Amigos da Ribeira Grande, no ano de 1978 destaca-se a iniciativa do então vereador Eng. Armindo Moreira da Silva²⁷¹ que, aproveitando a oportunidade da conclusão do projecto de construção de uma escola secundária

²⁶⁶ *Estatutos do Círculo dos Amigos da Ribeira Grande*, 1969: Art. 4º.

²⁶⁷ *Idem*: Art. 6º.

²⁶⁸ Arquivo de Correspondência do Museu da Ribeira Grande. 1969. *Ofício n.º 274/A/5*. Governador Civil do Distrito Autónomo de Ponta Delgada. 28 de Julho; Círculo dos Amigos da Ribeira Grande, 1969; Direcção-Geral de Administração Política e Civil, 1969.

²⁶⁹ Moura, 2000a: 7.

²⁷⁰ *Idem*.

²⁷¹ Um dos membros fundadores do Círculo dos Amigos da Ribeira Grande.

naquela vila, sugeriu *que fosse proposta à consideração da Secretaria Regional da Educação e Cultura, a criação de um grupo de trabalho, com vista à criação de um Museu da Ribeira Grande,*²⁷² num edifício, que fazia parte dos terrenos destinados à implantação da referida escola secundária. Tratava-se do antigo solar de São Vicente Ferreira, imóvel que havia pertencido ao Marquês da Praia e Monforte e tinha sido adquirido, pela antiga Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, a 31 de Maio de 1976.²⁷³ Dessa aquisição fazia parte um terreno de cultivo, *onde se acha edificada uma casa de habitação, alta telhada de dois andares, tendo cada um oito divisões.*²⁷⁴ Curiosa é a ressalva, que consta do texto da escritura de compra e venda do referido edifício: *ficando a capela ali existente, embora pertença da Junta Geral, mantida aberta ao público.*²⁷⁵ Especifica também o destino a dar à imagem de São Vicente, que *não é incluída no presente contrato, ficando pertencente à Igreja Matriz da Ribeira Grande e ali depositada.*²⁷⁶

Fruto da proposta de Moreira da Silva, a 1 de Setembro de 1980, foi celebrado um auto de cessão entre a Região Autónoma dos Açores e a Câmara Municipal da Ribeira Grande, em cumprimento da deliberação do Governo Regional, datada de 16 de Julho do mesmo ano, que autorizou a cedência do Solar de São Vicente Ferreira à Câmara Municipal da Ribeira Grande. De acordo com este documento, o edifício destinava-se *exclusivamente à instalação de actividades culturais, tais como colóquios, concertos, exposições e também para a instalação duma casa etnográfica que abra perspectiva a um maior desenvolvimento turístico.*²⁷⁷

Os encargos com eventuais obras de conservação e modificações estruturais ficaram asseguradas pelo Governo Regional, desde que ultrapassassem as capacidades financeiras da Câmara Municipal da Ribeira Grande, e fossem consideradas de interesse por aquela

²⁷² *Acta da Reunião Ordinária.* 1978.

²⁷³ *Idem.*

²⁷⁴ Secretaria da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada, 1976.

²⁷⁵ *Idem.*

²⁷⁶ *Idem.*

²⁷⁷ *Auto de Cessão* celebrado entre a Região Autónoma dos Açores e a Câmara Municipal da Ribeira Grande. 1980.

edilidade.²⁷⁸ E é nesse contexto que a Câmara Municipal da Ribeira Grande solicita a realização de obras de conservação do edifício, dada *a urgência da necessidade de um Centro de Difusão de Cultura no Concelho; (...) as ambições populacionais desta Vila, para a sua valorização cultural.*²⁷⁹

Em 2 de Fevereiro de 1983, o então Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Artur de Sousa Martins, em cumprimento do plano de actividades daquela Câmara, que previa a instalação da Casa da Cultura naquele ano, oficializou a Comissão que já havia sido criada na vereação anterior, transformando-a em Comissão Instaladora da Casa da Cultura da Ribeira Grande, à qual conferiu *capacidade para poder promover as acções que se mostrarem indispensáveis à prossecução deste projecto,*²⁸⁰ ao mesmo tempo que previa a necessidade de elaborar um regulamento para aquele órgão.

Porém, apenas um ano depois, em Fevereiro de 1984, a Câmara Municipal da Ribeira Grande dirigiu um convite a várias individualidades de reconhecido mérito, para integrarem a Comissão Instaladora da Casa da Cultura da Ribeira Grande.²⁸¹ A finalidade daquela comissão seria *a planificação da ocupação da referida Casa, elaboração de um regulamento para o seu posterior funcionamento e o fornecimento à Câmara de elementos que lhe possibilitem a obtenção de peças adequadas ao seu recheio.*²⁸²

Este convite foi também estendido à Universidade dos Açores, que se faz representar naquela comissão pelo Dr. Rui de Sousa Martins, responsável pelo Centro de Estudos Etnológicos que apresentou, em reunião realizada a 3 de Maio de 1984, uma proposta de organização da Secção Etnográfica da Casa de Cultura da Ribeira Grande. Essa proposta mereceu por parte dos

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ Arquivo de Correspondência do Museu da Ribeira Grande. 1980. *Ofício 2619*. Câmara Municipal da Ribeira Grande. 19 de Setembro.

²⁸⁰ Arquivo de Correspondência do Museu da Ribeira Grande. 1983. *Ofício 00378*. Câmara Municipal da Ribeira Grande. 7 de Fevereiro.

²⁸¹ Foram convidados a tomar parte como membros da Comissão Instaladora da Casa da Cultura da Ribeira Grande: António Crispim Borges da Ponte, António do Couto Pimentel, Osvaldo Cabral, Maria Gabriela Ataíde Mota Faria, Ana Margarida Bettencourt Mafra, Eduardo Pamplona Rangel, Eduardo Vieira, Olga Maria Lima Mota Faria, Berta Meireles H. Ribeiro e como representante da Universidade dos Açores, Dr. Rui de Sousa Martins.

²⁸² Arquivo de Correspondência do Museu da Ribeira Grande. 1984. *Ofício 720/CC*. 16 de Fevereiro.

presentes a maior atenção, já que *a Museologia seria uma das múltiplas vocações da Casa de Cultura*.²⁸³ Nesse âmbito, foi preconizado um projecto museológico sobre a temática da farinação de cereais, do grão à farinha, onde *seriam “vivas” algumas fases desta transformação, podendo ainda ter extensões fora da Casa de Cultura, como visitas guiadas aos moinhos de água ainda em laboração*.²⁸⁴

Mais tarde, a 12 Junho do mesmo ano, Rui de Sousa Martins propôs a criação de um grupo de trabalho para o projecto de organização da Secção Etnológica da Casa da Cultura da Ribeira Grande, garantindo por parte do Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores a prestação de apoio técnico e bibliográfico necessário à concretização do projecto.²⁸⁵ Embora a criação desse grupo de trabalho não tivesse colhido a aceitação da maioria dos elementos da Comissão Instaladora da Casa da Cultura da Ribeira Grande, Rui Martins voltou a insistir neste tema, inclusivamente com a apresentação de uma proposta para a criação da referida secção etnológica, *cujá finalidade seria o inventário, o estudo e a animação do património tradicional da Ribeira Grande assim como a organização de uma colecção etnográfica e a definição de uma temática específica a desenvolver em futuras exposições*.²⁸⁶

A 14 de Novembro de 1984, em reunião ordinária da edilidade Ribeiragrandense, foram aceites por unanimidade as condições propostas por Maria da Piedade Lalanda Gonçalves, em resposta ao convite que lhe havia sido formulado, para ser directora da Casa da Cultura da Ribeira Grande, cargo que exerceu durante o segundo semestre de 1985. Do seu plano de trabalhos faziam parte, acima de tudo, actividades relacionadas com a montagem do Museu Etnográfico, designadamente *investigação a nível documental, para montagem do ficheiro e catalogação das peças existentes ou/e a adquirir nas áreas etnográficas que se considerarem mais oportunas para abertura do Museu Etnográfico, (...) recolha de peças, (...) catalogação*

²⁸³ Rangel, 1984.

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ Arquivo do Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores. 1984. *Ofício*. Universidade dos Açores. 12 de Junho.

²⁸⁶ Arquivo do Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores. 1984. *Ofício*. Universidade dos Açores. Dezembro.

*das peças a inventariar,*²⁸⁷ sendo que para essa última tarefa proponha o contacto com os conservadores do Museu Carlos Machado, de Ponta Delgada, *a fim de que se siga, na catalogação das peças a inventariar, uma metodologia reconhecida internacionalmente.*²⁸⁸

A Casa da Cultura da Ribeira Grande foi instalada no Solar de São Vicente Ferreira, tendo a sua inauguração oficial ocorrido a 29 de Junho de 1985. Nessa altura apresentou ao público uma exposição de artesanato regional e pintura.²⁸⁹

A partir de Janeiro de 1986, o Dr. Mário Moura assumiu a direcção da Casa da Cultura, e desde logo retomou o projecto da criação de um Museu de Comunidade da Ribeira Grande, ideia que acabaria por concretizar-se mais tarde, com a criação, em 1993, de um Núcleo Museológico, integrado na Divisão de Acção Sócio-Cultural da Câmara Municipal da Ribeira Grande.²⁹⁰

Refira-se que Mário Moura já havia sido considerado para ocupar o cargo provisório de encarregado da Casa da Cultura, devendo exercer funções até à nomeação oficial de um director para aquela estrutura.²⁹¹

Após assumir a direcção da Casa da Cultura, Mário Moura colocou à aprovação da Câmara Municipal da Ribeira Grande, a 30 de Janeiro de 1986, uma proposta que visava a reactivação da Comissão Instaladora da Casa da Cultura, que havia cessado os seus trabalhos no final do ano de 1984. Pretendendo reacender o *debate sobre a problemática de Museus Etnográficos e Casas de Cultura Municipais,*²⁹² a manutenção de um órgão com carácter consultivo representava uma

²⁸⁷ Gonçalves, 1984.

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ Teodoro, 2004.

²⁹⁰ De acordo com Hermano Teodoro a estrutura orgânica da Câmara Municipal da Ribeira Grande, aprovada em 1993, incluiu um núcleo museológico na dependência da Divisão de Acção Sócio-Cultural (Teodoro, 2004: 11). No entanto, o diploma que publica a referida estrutura orgânica não faz qualquer referência a esse núcleo. (*Diário da República*, II Série, n.º 219. 17 de Setembro de 1993: 9738-9750). Em 2000, a mesma estrutura orgânica foi alterada no respeitante aos artigos 25º e 26º. Esta versão, embora não refira qualquer alteração à Divisão de Acção Sócio-Cultural, faz publicar o organograma com o núcleo museológico (Aviso n.º 9286/2000 (2ª Série-AP). *Diário da República*, II Série, n.º 280. 5 de Dezembro de 2000: 77-84). Em 2007, foi publicado o Regulamento da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal da Ribeira Grande, onde consta o Museu Municipal. O preâmbulo desta publicação, considera apenas a orgânica aprovada em 1993, sem qualquer referência à alteração verificada em 2000. (*Diário da República*, a 19 de Janeiro de 2007, como edital n.º 59-B/2007. Rectificado pelo Aviso n.º 6104-AR/2007, a 30 de Março de 2007).

²⁹¹ *Acta de reunião*, 1984. Comissão Instaladora do Circulo dos Amigos da Ribeira Grande. 03 de Maio: 3 págs.

²⁹² *Proposta para reactivação da Comissão Instaladora*. Arquivo de Correspondência da Câmara Municipal da Ribeira Grande, 1986. 30 de Janeiro: 2 págs.

mais valia, *rentabilizava a experiência adquirida ao longo do processo da dita Comissão,*²⁹³ justificando-se também face à dimensão de toda a situação, e à consciência da *necessidade de nos confessarmos limitados e incapazes de levar a cabo, sozinhos, algo tão complexo.*²⁹⁴ Esta proposta foi aceite pela edilidade, a 19 de Fevereiro de 1986.

As linhas orientadoras do projecto apresentado por Mário Moura preconizavam a organização de um museu que reflectisse *o que somos, para que a cidade da Ribeira Grande o seja de facto,*²⁹⁵ inserindo-se no movimento que se vivia um pouco por todo o território nacional, com a criação de espaços de representação do território.

No âmbito das actividades da Casa da Cultura para 1988, aquele responsável volta a destacar a necessidade de criação de um museu etnográfico, realçando-o como meio para a promoção do desenvolvimento cultural e porque *ajudaria o comércio local retendo por mais tempo o turista no concelho.*²⁹⁶

A par da questão do Museu da Ribeira Grande, a Casa da Cultura da ribeiragrandense, continuava a realizar um conjunto de actividades de promoção cultural, como exposições, recolha de objectos etnográficos, estudos no âmbito do património cultural material e imaterial e apoio a outros núcleos museológicos locais, onde se destacam as colaborações com o Museu Local do Pico da Pedra e com o Museu da Fábrica do Chá da Mafoma.

A contínua assertividade de Mário Moura, veio a produzir resultados na sessão da Vereação de 15 de Outubro de 1993, altura em que Hermano Mota ocupava a presidência da Câmara Municipal da Ribeira Grande. Nessa sessão camarária, considerando-se *a eventualidade de proceder a uma alteração na Orgânica e no Organigrama dos serviços municipais no sentido de aditar à Divisão de Acção Sócio Cultural um Núcleo Museológico (...) a Câmara deliberou, por*

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ Idem

²⁹⁵ Moura, 2000a: 7.

²⁹⁶ Idem.

*maioria (...) propor à Assembleia Municipal a criação de um Núcleo Museológico na Divisão de Acção Sócio Cultural.*²⁹⁷

De acordo com um plano inicial, as primeiras colecções foram recolhidas em grande parte por necessidade urgente de as salvaguardar do desaparecimento. Ao longo do tempo, e tendo como primeiro objectivo o de *chamar gente a um edifício até então de costas voltadas para a comunidade, e de lhe despertar o interesse pelos seus bens patrimoniais*²⁹⁸, foram sendo abordadas as temáticas relativas aos moinhos de água, à arte popular, às oficinas tradicionais, à azulejaria, à arqueologia local, sem esquecer o Presépio do Senhor Prior ou o Arcano Místico.

Todas as colecções têm sido objecto de estudo, recolha e inventário. Foram ainda criados alguns percursos alternativos exteriores ao edifício do museu, visando essencialmente o património histórico do concelho.

Segundo o seu director, Dr. Mário Moura²⁹⁹, o Museu da Ribeira Grande deve seguir a corrente da ecomuseologia, mas deve também ser um museu de sociedade.³⁰⁰ Com o museu pretende-se, na sua opinião, *continuar a implementar uma estrutura patrimonial que estude, conserve e explique à comunidade e com a comunidade o espaço e o tempo no concelho da Ribeira Grande, desde a sua formação e evolução geológica, passando pelas suas vertentes histórica, antropológica, sociológica, ou seja nas suas múltiplas vertentes interdisciplinares, desde então até ao presente.*³⁰¹

Neste projecto, a relação museu/comunidade é considerada essencial. Por um lado, o museu destina-se à população, devendo contribuir para elevar a consciência patrimonial dos munícipes, ajudando-os a conhecer a sua herança e a participar nela, constituindo um elemento de fruição não só para os turistas, mas em primeira estância para os vivem na Ribeira Grande, ou a ela se

²⁹⁷ *Acta da Reunião Ordinária*. 1993.

²⁹⁸ Moura, 2000a: 16.

²⁹⁹ Mário Moura desempenhou o cargo de responsável pela Divisão de Acção Sócio-Cultural da Câmara Municipal da Ribeira Grande, desde 1993.

³⁰⁰ Segundo o Musée Dauphinois em Grenoble, França, e de acordo com as reflexões museológicas de Jean Claude Duclos. Cf. Moura, 2000a: 5.

³⁰¹ Moura, 2000a: 8.

sentem ligados, sendo também um elemento muito importante para o desenvolvimento global e harmonioso da comunidade. Por outro lado, o museu também precisa da comunidade para se desenvolver, tornando preciosa a participação e o envolvimento da população, seja através do voluntariado, da criação de amigos do museu, do moleiro que ensina a sua arte, do envolvimento escolar, entre outros.

Deverá ser então um projecto, de e para a comunidade, onde esta se sinta reflectida, em parte ou no todo, *um projecto de identidade aberto ao mundo*³⁰². Para ser um museu de identidade, terá também de olhar para o exterior do concelho, da ilha, do arquipélago.

O museu deverá, na opinião de Mário Moura, *ser e ter, como palco, todo o concelho, objecto em si mesmo*³⁰³, um museu com vários núcleos distribuídos pelo espaço concelhio, devendo a explicação do mesmo ser feita de modo integrado.

A nível dos elementos estruturais do museu, o seu director defende que, de acordo com as possibilidades, o Museu da Ribeira Grande deverá ser o núcleo central, o centro interpretativo e logístico responsável pela gestão de todo o complexo museal, dando uma visão global e integrada de todo o espaço do concelho, cooperando e apoiando vários pólos e espaços musealizados distribuídos pela Ribeira Grande, que poderão ou não ser dependentes dele. De facto, propõe que no museu participem vários parceiros, quer públicos, quer privados. Defende também a existência de outros pequenos centros interpretativos, ou de resumo, em cada um dos espaços musealizados e pólos temáticos.³⁰⁴

O aspecto da animação é também considerado de extrema importância, na medida em que não é suficiente criar, é necessário que haja continuidade e para isso a dinamização é essencial.

Em Outubro de 2005, Mário Moura apresentou ao recém eleito presidente da Câmara Municipal Dr. Ricardo Silva, um parecer acerca da Divisão de Acção Sócio-Cultural, no âmbito

³⁰² Idem: 7.

³⁰³ Moura, 1992: 142.

³⁰⁴ Idem.

do qual realça a necessidade de consolidação e ampliação das estruturas físicas e humanas do museu.³⁰⁵

Com a reorganização da estrutura orgânica da Câmara Municipal da Ribeira Grande,³⁰⁶ efectuada no início do ano de 2007, que alterou a anterior orgânica datada de 1993, foi criada a Divisão de Promoção Cultural, na dependência directa do presidente da Câmara. Como missão, cabe a este órgão *promover a investigação e divulgação do património histórico e cultural, enquanto elemento fulcral do desenvolvimento cultural do concelho.*³⁰⁷ Fazendo parte dos núcleos funcionais e serviços dessa Divisão, está o Museu Municipal, a cujo núcleo funcional compete *organizar e assegurar o funcionamento dos núcleos museológicos do município.*³⁰⁸

Em 2008, o Museu Municipal da Ribeira Grande iniciou o seu processo de candidatura à Rede Portuguesa de Museus, sendo essa iniciativa, um passo importante para a autarquia, no sentido do enriquecimento e valorização do património cultural do concelho, em toda a sua diversidade e riqueza.³⁰⁹

Muito recentemente, o *Regulamento do Museu Municipal de Ribeira Grande* foi publicado em Diário da República de 24 de Março de 2009. Esse documento reconhece na criação da Casa de Cultura da Ribeira Grande, em 1985, o embrião do Museu Municipal, integrado na Divisão de Acção Sócio-Cultural,³¹⁰ na sequência da remodelação da orgânica da Câmara Municipal de Ribeira Grande, em 1993. É graças ao trabalho desenvolvido pelo então núcleo museológico, e à implementação de *um museu polinucleado,*³¹¹ que o Museu Municipal de Ribeira Grande assume o modelo actual, que passa a integrar os designados núcleos museológicos, localizados na cidade

³⁰⁵ Moura, 2005.

³⁰⁶ Publicada inicialmente em *Diário da República*, a 19 de Janeiro de 2007, como edital n.º 59-B/2007, e posteriormente rectificado pelo Aviso n.º 6104-AR/2007, a 30 de Março de 2007.

³⁰⁷ Aviso n.º 6104-AR/2007, de 30 de Março; in *Diário da República*. II Série, Número 64. 30 de Março de 2007.

³⁰⁸ Idem.

³⁰⁹ Cf. “Museu Municipal candidata-se à Rede Portuguesa de Museus”, 2008; in *Terra Nostra*. Suplemento A Ilha. 25 de Janeiro: 3.

³¹⁰ No Aviso n.º 6104-AR/2007, de 30 de Março; in *Diário da República*. II Série, Número 64. 30 de Março de 2007, assume a designação de Divisão de Promoção Cultural.

³¹¹ Edital n.º 301/2009 de 24 de Março; in *Diário da República*. II Série, Número 58. 24 de Março de 2009.

de Ribeira Grande: Núcleo Sede, Núcleo dos Moinhos de Água, Núcleo de Arquitectura Antiga, Núcleo de Arte Sacra, Núcleo da Emigração Açoriana, e Núcleo de Reservas.³¹²

Dos trabalhos desenvolvidos pelo Museu da Ribeira Grande, importa referir o projecto do Mosteiro de Jesus da Ribeira Grande,³¹³ dado o seu carácter interdisciplinar e contributo para uma das colecções do Museu: a colecção de azulejaria.

Este projecto foi realizado pela Casa da Cultura da Ribeira Grande, tendo sido desenvolvido inicialmente sob a orientação da Associação Arqueológica do Arquipélago dos Açores.³¹⁴ As várias fases do projecto decorreram no âmbito de três áreas disciplinares, a História, a Arqueologia e a Museologia, contando para isso com a colaboração de alguns especialistas, nomeadamente com o geólogo Doutor Nicolau Wallenstein e com a Eng.^a civil Luísa Magalhães, a partir do ano 2000.³¹⁵

Em 1986, o alargamento do nó viário da rua de Trás-os-Mosteiros com o Largo das Freiras, obrigou ao levantamento de uma parcela do terreno (vértice poente) onde estava implantado o Mosteiro de Jesus.³¹⁶ Esse entulho foi depositado no quintal do imóvel onde se encontra instalado o Museu da Ribeira Grande. Posteriormente, em 1988 foi recolhido mais material proveniente da mesma zona, aquando das obras de saneamento básico.

Relativamente ao seu tratamento, este foi desenvolvido por fases. A primeira que decorreu de 1986 a 1988 e foi coordenada pela Associação de Arqueólogos dos Açores, consistiu na recolha de achados de superfície e no tratamento do entulho recolhido de onde *obtivemos os nossos elementos peneirando no quintal do museu o material.*³¹⁷ Nessa altura dá-se início ao estudo e

³¹² Idem.

³¹³ O Mosteiro de Jesus da Ribeira Grande foi o quarto a ser construído em São Miguel, mandado edificar por Pedro Rodrigues da Câmara, filho do 3º capitão-do-donatário da ilha de São Miguel, e por sua esposa Margarida de Bettencourt, por volta de 1536. Nesse mosteiro habitaram sob a forma de clausura freiras da Ordem de Santa Clara, até 1833, data em que foi arrematado em hasta pública, após ter sido decretada a extinção da referida ordem religiosa. Após essa data e até 1858, possivelmente devido à falta de conservação, sucederam-se demolições parciais daquele exemplar da arquitectura conventual que deu lugar a um espaço agrícola e pastagem. Moura, 1998: 17; Moura, 2000: 20.

³¹⁴ Moura, 2000f: 1.

³¹⁵ Cf. Moura, 2000f: 1.

³¹⁶ Cf. Moura, 1998a: 34 e 122.

³¹⁷ Idem: 22.

tratamento dos materiais arqueológicos (lavagem, marcação e diversas colagens).³¹⁸ Esta fase culminou com a emissão de um relatório sobre os trabalhos, pela Associação Arqueológica do Arquipélago dos Açores, sob a direcção de Manuel Sousa de Oliveira, que foi enviado à Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, à Câmara Municipal da Ribeira Grande e ao Museu da Ribeira Grande.

No período entre 1988 e 2000 foi apresentado e publicado um *estudo de peças em diversos encontros sobre azulejaria no Palácio Fronteira*.³¹⁹ Nesta fase foram ainda realizadas várias valas de verificação, que resultaram numa escavação mais extensa, em finais de 1999 e durante o ano 2000.

Sobre o material encontrado, Mário Moura referia em 1998 que *o espólio recolhido até ao momento – o local apresenta algumas intromissões de roedores e elementos da época do segundo entulho -, é consistente na sua ligação àquele espaço. (...) São tudo elementos pertencentes a demolições de casas, no nosso caso, de casas religiosas*.³²⁰

Um dos resultados visíveis deste projecto traduziu-se na musealização de parte dos azulejos recolhidos, e a respectiva integração na colecção de azulejaria já existente. Segundo Mário Moura, *não devemos desligar estes azulejos dos demais já estudados, dos a estudar, da cerâmica, ou outros elementos que compõem um organismo complexo que é um edifício, seja ele igreja, mosteiro, (...). A nossa proposta não diverge muito da que fizemos para os demais azulejos já estudados e expostos parcialmente. Devemos “fazer falar as pessoas” e as suas técnicas*.³²¹

Em Setembro de 2000, o relatório preliminar do Projecto Interdisciplinar do Mosteiro de Jesus, da autoria de Mário Moura, partindo da contextualização dos achados arqueológicos daquele espaço, propõe uma abordagem mais abrangente, já que sob o *ponto de vista da*

³¹⁸ Cf. Moura, 2000f: 1.

³¹⁹ Idem.

³²⁰ Moura, 1998: 23.

³²¹ Idem: 51.

*museologia, de acordo com o projecto de Museu polinucleado da Ribeira Grande, (...) sugerimos a interligação entre as memórias junto ao local do ex-mosteiro (...) conjugadas com a fachada do Passo, da Secretaria da Escola Preparatória e, entre outros, da casa da Freira do Arcano. Tudo isto explicado e desenvolvido mais detalhadamente, sobretudo o espaço e as vivências conventuais, no Museu Municipal.*³²²

7.1. Arcano Místico

O Arcano Místico é constituído por um móvel, construído no século XIX, por Madre Margarida do Apocalipse, freira do ex-mosteiro do Santo Nome de Jesus, onde estão dispostos em representações cénicas, os mistérios do Antigo e do Novo Testamento.

O Arcano, baseado em relatos bíblicos e em escritos apócrifos, integra pequenas figuras moldadas numa massa composta por farinha de arroz e de trigo, goma-arábica, gelatina animal e vidro moído. Este conjunto está organizado em três divisões verticais do referido móvel-expositor, e é constituído por cerca de noventa grupos agregados, de pequenas figuras policromadas, cujas dimensões variam de 1 a 20 cm. Dele fazem parte ainda outros elementos, devidamente identificados por legendas.

A sua autora, Madre Margarida do Apocalipse, nasceu a 23 de Fevereiro de 1779, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, da então vila da Ribeira Grande, filha de José Francisco Pacheco Moniz e de Inês Eufrazia Botelho de Sampaio Arruda, família influente na sociedade Ribeiragrandense de então. Faleceu a 6 de Maio de 1858, tendo sido sepultada em local incerto no cemitério de Nossa Senhora da Estrela, cidade da Ribeira Grande.³²³

A sua entrada como clarissa do Mosteiro do Santo Nome de Jesus da Ribeira Grande, deu-se em Fevereiro de 1800, aí tendo permanecido até à data da extinção dos conventos e mosteiros nas ilhas dos Açores, em Maio de 1832. Todavia, na sua própria casa, manter-se-ia freira clarissa

³²² Moura, 2000f: 6.

³²³ Cf. Moura, 1996.

até ao fim dos seus dias, onde terá dado início à construção do Arcano Místico, por volta de 1835, após o falecimento do seu irmão e único familiar que possuía. Pessoa de saúde débil, Madre Margarida do Apocalipse dedicou-se então durante cerca de 10 anos, *em exclusivo - seguramente para espanto do mundo convencional que a rodeava - no seu microscopicamente detalhado/pormenorizado “Arcano Místico”*.³²⁴

A intenção de Madre Margarida teria um triplo propósito, o louvor a Deus, o entretenimento e o ensino da catequese,³²⁵ motivos que a levavam a receber o público desejoso de ver a obra em construção, em sua casa.

Após o falecimento da sua autora, e em cumprimento do disposto no seu testamento, datado de 1857, o Arcano Místico passou a ser propriedade da Confraria do Santíssimo Sacramento da Matriz de Nossa Senhora da Estrela, assim como a casa de residência de Madre Margarida, e de mais duas que lhe são anexas.

De realçar a importância que se reconhece a esta obra, considerada como *um trabalho maravilhoso de devoção visionária (...) imagens sofisticadas mais próximas da “Grande Arte” em profundidade de sentimento do que em execução*³²⁶ terá por base, na opinião de Paula Rego, a tradição da Igreja Católica dos presépios.³²⁷

Ainda relativamente a esta obra, o Doutor Rui de Sousa Martins referiu que *a arte é indissociável da religião e a artista exercia uma dupla função de mediadora cultural: por um lado, representando as narrativas bíblicas nas cenas do Arcano e, por outro, descodificando as respectivas mensagens aos visitantes que as associavam ao prazer visual da obra*.³²⁸

Interessante é acompanhar o percurso que esta obra conheceu, relativamente ao seu processo de patrimonialização, que *foi sendo alimentado por representações descritivas e valorativas,*

³²⁴ Rudolf, 1999.

³²⁵ Cf. Vasconcelos, 1858.

³²⁶ Rego, 1999: 11.

³²⁷ Rudolf, 1999.

³²⁸ Martins, 2003: 220.

*produzidas por elementos da elite intelectual e política insular ou de visita à ilha que, veiculadas na imprensa nacional e local ou em livro, transformaram a obra de arte num referente identitário.*³²⁹

De facto, o Arcano que já vinha sendo visitado ainda na casa da autora durante o seu processo de produção e montagem, na década de 1840 conheceu uma propaganda que extravasou os limites da então Vila da Ribeira Grande.³³⁰

De salientar também, o reconhecimento da elite micaelense que visitava a Ribeira Grande, dado que *era ponto obrigatório de passagem para a alta sociedade em vilegiatura nas Furnas. Os Canto, os Jácome Correia, os Anglin, etc... No período da ceifa, das vindimas, as grandes e pequenas casas de lavoura de Santana, Conceição das Vinhas, Madre de Deus, entre outras, constituíam pontos de (re)encontro e de convívio social. A ilha (re)encontrava-se nesta altura e dispunha-se a receber.*³³¹ Esse movimento de visitantes que iam tomando contacto com o Arcano da Ribeira Grande faz despertar *por parte das elites e, por “empatia ou osmose social”, a transmissão/propagação a outras camadas da população local e ainda arredadas; o orgulho de mostrar e de ser elogiado pelos de fora pela “curiosidade da nossa terra”.*³³²

Posteriormente, a acção levada a cabo por António Feliciano de Castilho em São Miguel, donde se destaca a realização de várias exposições de artes e indústrias, também veio contribuir para o reconhecimento mais alargado do valor do Arcano Místico, uma vez que *as sobreditas exposições terão demonstrado, por comparação ou por omissão, a sua superioridade face ao que (parece) lá se expôs. Ou então ainda a sua singularidade (em todos os aspectos) daquela obra face a tudo aquilo.*³³³

³²⁹ Martins, 2006: 11.

³³⁰ Cf. Moura, 1997: 10-11.

³³¹ Moura, 1997: 12.

³³² Idem: 11.

³³³ Idem: 15.

Em 1850, uma iniciativa de João Albino Peixoto, *no quadro das actividades da Sociedade Escholastica-Philharmonica da Ribeira Grande (...) emblematizou e patrimonializou a díade Artista-Arcano no centro do sistema identitário ribeiragardense, afirmando a superioridade da Obra admirável relativamente aos trabalhos exibidos na cidade de Ponta Delgada.*³³⁴

Após o falecimento da sua autora, o Arcano ganha uma dimensão diferente, já que conhece uma *abertura a toda a comunidade. Algo que tinha sido apropriado e seleccionado pela elite dirigente passa à restante comunidade porque ela própria assim o deseja e assim se identifica.*³³⁵

Por volta de 1918 assistiu-se a outra importante fase do processo de reconhecimento do valor do Arcano Místico, protagonizada pelos especialistas.³³⁶ Neste âmbito refira-se o papel de Luis Bernardo Leite Ataíde, que procedeu a um estudo aprofundado daquela obra. Na opinião de Mário Moura o trabalho desenvolvido por Leite Ataíde *vem devolvê-la à terra envolta noutra invólucro.*³³⁷ Dada a área a que este intelectual se encontrava ligado, desenvolveu *trabalhos sobre antropologia da arte ou sociologia da arte, e de uma visão rígida evolui para uma perspectiva do arcano mais próxima da intenção e do alcance inicial da autora. Perdida quase parte da vivência do Arcano coube ao técnico propor a sua vivência da obra, ou a sua visão da mesma.*³³⁸

Desde 1986, passou, informalmente, a constituir um pólo da então Casa da Cultura da Ribeira Grande. Mário Moura, actual director do Museu Municipal da Ribeira Grande e responsável pelo Arcano Místico, desde aquela data, comungando da extraordinária beleza e profundo sentimento daquela obra, assumiu-se como seu guardião e intérprete, publicando em 1999, sob o título *O Arcano da Ribeira Grande*, o resultado do seu percurso académico que se

³³⁴ Martins, 2006: 11.

³³⁵ Moura, 1997: 23.

³³⁶ Cf. Moura, 1997: 25-26.

³³⁷ Moura, 1997: 26.

³³⁸ Idem.

traduziu na dissertação para obtenção do grau de mestre em Museologia e Património, realizada na Universidade Nova de Lisboa, em 1997. Esta publicação, segundo Henrique Coutinho Gouveia, contribui para o *enriquecimento do discurso relativo à museologia de temática religiosa, sector habitualmente omissos no panorama da especialidade*.³³⁹

Este estudo conferiu àquela obra o carácter científico e museológico, *conquistando um renovado estatuto patrimonial na dinâmica da consciência axiológica e identitária da cidade da costa norte da ilha de São Miguel*.³⁴⁰

O culminar do processo de patrimonialização do Arcano Místico deu-se com a proposta de classificação como Tesouro Regional, efectivado pela Câmara Municipal da Ribeira Grande, em Maio de 2006, considerando o valor especialmente simbólico para os Açores. Essa iniciativa surgiu na sequência da informação efectuada por Mário Moura ao presidente da edilidade.³⁴¹

Sobre este assunto, o Doutor Rui de Sousa Martins, no parecer que emitiu sobre esta proposta de classificação referiu, que a principal forma de protecção do património cultural reside na classificação jurídica.³⁴² No caso do Arcano, a justificação tem por base o processo de patrimonialização que esta obra conheceu que *conferiu ao Arcano Místico uma pluralidade de valores indissociáveis, razão pela qual a classificação excepcional deste elemento do património da Ribeira Grande apresenta um carácter complexo, multidimensional e uma natureza compósita (material e imaterial)*.³⁴³ Este especialista justifica a necessidade da classificação desta obra, com base a apreciação dos seguintes factores, o valor na categoria artística de escultura; o valor sagrado; o valor estético; o valor técnico; o valor de tradição artística conventual; o valor de arte feminina; o valor nos sistemas de produção; o valor expositivo; o valor social; o valor histórico; o valor identitário, patrimonial e local; o valor científico, o valor

³³⁹ Gouveia, 1998.

³⁴⁰ Martins, 2006:12.

³⁴¹ Cf. *Acta n.º 10 da Reunião Ordinária*. 2006. Câmara Municipal da Ribeira Grande. 16 de Maio.

³⁴² Martins, 2006: 13.

³⁴³ Idem.

museológico e o valor turístico.³⁴⁴ Concluindo que cada um destes factores concorre de forma positiva para a classificação do Arcano Místico como tesouro regional.

Instalado no Coro Alto da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Estrela, o Arcano encontra-se ao abrigo de um protocolo celebrado entre a Confraria do Santíssimo Sacramento da Matriz de Nossa Senhora da Estrela e a Câmara Municipal da Ribeira Grande em Novembro de 2008. O referido protocolo tem em consideração o facto da Câmara Municipal da Ribeira Grande se ter assumido como promotora da recuperação da casa onde viveu Madre Margarida, *a fim de nela ser instalado o Arcano Místico, obra daquela Madre, o que virá a possibilitar a criação da futura Casa-Museu da Freira do Arcano*³⁴⁵ e tem como objectivo *a mudança e conservação, para efeitos de musealização do móvel, conhecido como Arcano Místico, e de todo o seu recheio*,³⁴⁶ do coro alto da Igreja Matriz, para a casa onde viveu Madre Margarida do Apocalipse.

Com a remodelação da casa onde viveu a Madre Margarida do Apocalipse, situada na rua João d’Horta, projectam-se novos desenvolvimentos para este espaço museológico, singular para a Ribeira Grande e para o Arquipélago dos Açores.

8. Museu do Ananás

O ananás cultivado na ilha de São Miguel em estufas de vidro é originário da América Central e do Sul e foi introduzido nesta ilha, como planta ornamental, em meados do século XIX.³⁴⁷ As primeiras explorações de carácter industrial e comercial surgiram nos anos sessenta do mesmo século, como resultado *dos sucessos obtidos na experimentação inicialmente*

³⁴⁴ Idem: 13-15.

³⁴⁵ *Protocolo entre a Câmara Municipal da Ribeira Grande e a Confraria do Santíssimo Sacramento da Matriz de Nossa Senhora da Estrela*. 2008. 5 de Novembro: 2 págs.

³⁴⁶ Idem.

³⁴⁷ Rodrigues, s/d.

conduzida por José Bensaúde, Manuel Botelho Gusmão e seus sucessores.³⁴⁸ A necessidade de preencher a lacuna deixada pela laranja no circuito comercial de exportação, principalmente orientado para o mercado inglês,³⁴⁹ constituiu um factor de relevo para a aceitação e desenvolvimento do cultivo do ananás em S. Miguel.

A Plantação de Ananases Augusto Arruda, na freguesia da Fajã de Baixo, é uma das unidades produtivas de ananás que continua a funcionar utilizando métodos de cultivo tradicionais.

Em 1985, por iniciativa da Junta de Freguesia da Fajã de Baixo, através do então presidente João Carlos Macedo, e de D. Leonor Arruda, proprietária da Plantação de Ananases de Augusto Arruda, foi projectada a realização de uma exposição sobre a cultura do ananás. A ideia consistia em criar um espaço expositivo sobre essa temática que complementasse a visita à plantação.³⁵⁰

Para o efeito foi solicitado apoio técnico ao Museu Carlos Machado, designadamente ao então director Dr. António Oliveira e à conservadora Dra. Margarida Teves Oliveira, que previamente estudaram a cultura do ananás em S. Miguel.³⁵¹

Em 1985, instalada numa sala de um edifício adjacente à plantação, abriu ao público a exposição *A Cultura do Ananás*.³⁵² Do espólio exposto constavam alfaias relativas ao processo técnico de cultivo do ananás,³⁵³ painéis com elementos informativos sobre essa cultura em S. Miguel³⁵⁴ e uma série de fotografias de Gilberto Nóbrega, efectuadas na década de 1960, que

³⁴⁸ Tavares, 1985: 184.

³⁴⁹ Idem.

³⁵⁰ Depoimento de João Carlos Macedo, antigo presidente da Junta de Freguesia da Fajã de Baixo, prestado em Outubro de 2009.

³⁵¹ Depoimento do Dr. António Oliveira, antigo director do Museu Carlos Machado, prestado em Outubro de 2009. Dossier n.º 56a. 1985. *Elementos sobre a Cultura do Ananás de S. Miguel*. Estudo de António Oliveira e Margarida Oliveira. Museu Carlos Machado.

³⁵² Idem.

³⁵³ Pertença dos proprietários da Plantação de Ananases Augusto Arruda. Depoimento do Dr. António Oliveira, antigo director do Museu Carlos Machado, prestado em Outubro de 2009.

³⁵⁴ A partir da investigação do Dr. António Oliveira e da Dra. Margarida Oliveira foram produzidos quadros e gráficos designadamente sobre: a produção de ananás em S. Miguel de 1864 a 1983; as estufas de ananases existentes na ilha de S. Miguel em 1933; os países consumidores do ananás de S. Miguel nos anos de 1953, 1977 e 1983. Dossier n.º 56a. 1985. *Elementos sobre a Cultura do Ananás de S. Miguel*. Estudo de António Oliveira e Margarida Oliveira. Museu Carlos Machado.

documentavam, de forma sistemática a cultura do ananás, da produção à comercialização.³⁵⁵ Todas as peças estavam acompanhadas de tabelas. A plantação também foi alvo de uma intervenção museográfica, nomeadamente com a colocação de complementos interpretativos nas estufas visitáveis e em zonas relevantes do processo produtivo.³⁵⁶

A exposição *A Cultura do Ananás* foi integrada no circuito da visita àquela plantação, onde em qualquer época do ano era permitido aos visitantes a observação de todas as fases da produção do ananás, em estufas diferentes. A plantação englobava ainda uma área de recepção e um espaço de venda de artesanato, onde também se podiam adquirir produtos confeccionados com ananás, designadamente compotas, rebuçados e licor, sendo oferecida uma prova deste último a todos os visitantes.

No momento da inauguração do novo espaço, e por iniciativa do Presidente da Junta de Freguesia da Fajã de Baixo, João Carlos Macedo, o Dr. Augusto Arruda foi homenageado com a colocação de uma escultura do seu busto, à entrada da plantação.³⁵⁷

Aquela sala de exposição passou a designar-se *por uma questão prática*,³⁵⁸ museu do ananás e manteve-se aberta ao público durante quatro anos, altura em que encerrou por falta de apoios para garantir o seu funcionamento e dinamização.³⁵⁹ De referir que, durante o período em que esteve em funcionamento, a sua gestão e dinamização foram sempre da responsabilidade dos proprietários da plantação.

³⁵⁵ Depoimento do Dr. António Oliveira, antigo director do Museu Carlos Machado, prestado em Outubro de 2009. Dossier n.º 56. Década de 1960. *Fotos sobre a Cultura do Ananás*. Fotos de Gilberto Nóbrega. Museu Carlos Machado.

³⁵⁶ Depoimento do Dr. António Oliveira, antigo director do Museu Carlos Machado, prestado em Outubro de 2009.

³⁵⁷ A escultura do busto pertencia a D. Leonor Arruda e o suporte de pedra foi oferecido pela Junta de Freguesia da Fajã de Baixo. Depoimento de João Carlos Macedo, antigo presidente da Junta de Freguesia da Fajã de Baixo, prestado em Outubro de 2009.

³⁵⁸ Depoimento de João Carlos Macedo, antigo presidente da Junta de Freguesia da Fajã de Baixo, prestado em Outubro de 2009.

³⁵⁹ Idem.

Actualmente, os proprietários da Plantação de Ananases Augusto Arruda continuam a disponibilizar a visita àquela unidade produtiva, um importante local de interesse turístico e cultural.³⁶⁰

9. Museu Municipal do Nordeste

Por iniciativa do então Vereador da Câmara Municipal do Nordeste, Dr. José Carlos Barbosa Carreiro, surgiu a ideia de criar um museu naquela Vila. O objectivo da edilidade para esse projecto era *preservar o património cultural e histórico do concelho e simultaneamente criar um espaço nobre para o efeito*.³⁶¹ Neste sentido, em 1987, iniciam-se localmente recolhas de objectos, por equipas de jovens em regime de trabalho em tempos livres, sob a orientação do Dr. Nestor de Sousa, docente assistente de História de Arte da Universidade dos Açores, convidado pela autarquia para planear um Museu para a Vila do Nordeste.

As recolhas duraram até finais de 1988, juntando-se um espólio de cerca de 2000 peças, quase todas de natureza etnográfica, nomeadamente, equipamento doméstico, trajes, alfaias agrícolas, transportes, o acervo completo de uma antiga destilaria, conjunto de ceifeira debulhadora enfardadeira com máquina a vapor, entre outros. O acervo foi maioritariamente incorporado por doação, registando-se uma pequena percentagem de depósitos. De referir, que foram efectuados diversos contactos com Juntas de Freguesia do concelho e párocos, que deram o seu apoio no sentido de divulgar o trabalho de recolha e sensibilizar a população para o projecto.

Efectuaram-se fichas de inventário que, posteriormente, foram separadas por objectos expostos e objectos em reserva e realizou-se também um levantamento das tecedeiras existentes no concelho e de artesãs que se dedicavam ao fabrico de tapetes de penas. Houve ainda uma

³⁶⁰ Os actuais proprietários são Ana Isabel de Mendoza y Arruda Oliveira Rodrigues e seu filho Pedro Arruda. Depoimento de Maria Oliveira, funcionária da plantação de ananases Augusto Arruda, prestado em Outubro de 2009.

³⁶¹ Depoimento do Dr. José Carlos Barbosa Carreiro, actual presidente da Câmara Municipal do Nordeste, prestado em Junho de 2009.

acção de formação básica para três técnicos auxiliares, de modo a garantir o funcionamento do museu, o que não se veio a concretizar, por aqueles terem optado por outras ocupações profissionais.

A Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. Eduardo Medeiros, cedeu o espaço para instalar o museu, o rés-do-chão de uma antiga casa de habitação de dois pisos, do início do século XX, e que servia de armazém. No período 1988/1989, o edifício foi alvo de obras de renovação e adaptação às novas funções. Estiveram presentes preocupações de conservação, nomeadamente, no que concerne às condições ambientais do espaço de exposição e aos suportes museográficos.

O projecto de exposição foi realizado pelo Dr. Nestor de Sousa, de acordo com as recolhas efectuadas e segundo quatro linhas de orientação, que foram concertadas com a autarquia: História Local; Religiosidade; Vida Doméstica; Vida Pública. A exposição permanente foi montada por módulos temáticos e, em 1989, foi inaugurado o Museu Municipal do Nordeste.

Foram elaborados dossiers de exposição e legendas, tendo havido a preocupação de contextualizar os objectos no discurso museológico pretendido, recorrendo, por vezes, às técnicas de comparação e de contraste.

Durante o primeiro ano de actividade, o museu ficou sob a direcção do Dr. Nestor de Sousa, que projectava esse espaço como um exemplo de museu local. O seu projecto previa a realização de diversas actividades, como a montagem de exposições permanentes e temporárias, e a realização de concertos e outras acções culturais, procurando atrair a população local, mas também novos públicos.

No âmbito do seu projecto para o museu, o Dr. Nestor de Sousa preconizava também a musealização da Fábrica da Telha, na freguesia da Fazenda, e do Forno de Cal na Vila, os quais *ainda não se concretizaram devido a dificuldades diversas*.³⁶²

No primeiro ano de abertura realizou-se a exposição temporária *Os Açoreanos na Arte Contemporânea*, baseada em grande parte em trabalhos do escultor Canto da Maia. Organizada pelo Dr. Nestor de Sousa, tinha como objectivos atrair novos públicos e, sobretudo, dar à população local novas ofertas culturais.

Em 1990, o Dr. Nestor de Sousa desvinculou-se do museu por questões de saúde, embora a edilidade o continuasse a considerar o responsável por aquela instituição.

Actualmente, após 19 anos da sua abertura ao público, o museu mantém a exposição permanente inicial. A autarquia tem vindo a efectuar pequenas beneficiações no edifício, a nível da pintura e das madeiras. Recentemente, procederam à actualização do inventário de todo o espólio do museu, que, temporariamente, tem afecto um funcionário da Câmara Municipal.

A autarquia do Nordeste pretende manter o museu em funcionamento, de modo a *promover a cultura e história do concelho tendo um espaço permanente para o efeito*.³⁶³

A nível dos públicos, o museu do Nordeste recebe principalmente visitas de escolas e outros grupos, previamente marcadas. O facto do apoio à informação turística estar a funcionar provisoriamente no museu, tem também contribuído para aumentar o número de visitantes.

10. Museu Municipal de Lagoa

No contexto do denominado *Projecto Museológico da Lagoa*, desenvolvido com o apoio do Centro de Estudos Etnológicos do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, e sob a coordenação do Dr. José Pedro Gaspar, a Câmara Municipal

³⁶² Depoimento do Dr. José Carlos Barbosa Carreiro, actual presidente da Câmara Municipal do Nordeste, prestado em Junho de 2009.

³⁶³ Idem.

desse concelho começou a desenvolver, a partir da década de noventa, um projecto de etnomuseologia. Neste âmbito foram recuperados alguns núcleos do património tradicional e industrial, preservando-se assim testemunhos materiais de algumas etno-tecnologias do concelho, ao mesmo tempo que se promovia a sua valorização sócio-económica e cultural, e a sua integração no património colectivo. O município seguiu uma política de aquisições, nomeadamente de testemunhos e estruturas imóveis, tendo também no turismo um dos seus principais objectivos.

Estando os referidos núcleos de valor etnológico distribuídos pelo concelho, e sendo expressão de grupos sociais heterogéneos, optou-se pela musealização de sítios, como uma forma de preservar no próprio local os testemunhos materiais que são *protegidos no sentido da revelação da sua função cultural e comunitária, com a vantagem de se poder salvaguardar integralmente testemunhos imóveis de reconhecido valor, respeitando-se, simultaneamente, o seu enquadramento local e ambiental.*³⁶⁴ Por outro lado, foi considerado que, *a percepção das expressões materiais da cultura só será apreendida se inserida no conjunto dos processos sociais a que pertence.*³⁶⁵ Desta forma, o Museu da Lagoa *prolonga-se no espaço físico do concelho, abrangendo áreas descontínuas que são testemunhos do contexto ambiental e social, explicativo dos bens culturais mais significativos.*³⁶⁶

De referir que, esses núcleos etnomuseológicos integram a rede museológica do concelho, e constituem espaços que podem ter actividades de animação ou mesmo exposições. O objectivo do projecto é claro: *pretende-se que os diversos núcleos etnomuseológicos se interliguem e integrem numa rede a nível de todo o concelho de Lagoa, organizada a partir de um núcleo central, ao qual competirá a gestão e animação científica, cultural e social de todo o sistema.*³⁶⁷

³⁶⁴ Gaspar, 1992a: 159.

³⁶⁵ Programa do Museu da Lagoa, s/d: 1.

³⁶⁶ Idem: 1.

³⁶⁷ Idem: 2.

De salientar que, em 1998 foi aprovada a orgânica, organigrama e respectivo quadro de pessoal do Museu da Lagoa.³⁶⁸

O desenvolvimento do Museu Municipal da Lagoa tem por base *um modelo etnomuseológico flexível e polinucleado, que preservará in situ os mais significativos testemunhos do património edificado, no sentido da relevação da sua função cultural e comunitária.*³⁶⁹

Já foram objecto de musealização de sítio uma oficina de ferreiro-ferrador e uma tanoaria tradicional, elaborou-se o projecto de musealização de um alambique de destilação de aguardente e estão previstas outras intervenções, nomeadamente, num forno de cal e numa oficina de cesteiro.³⁷⁰

Sobre esta realidade importa referir um diagnóstico realizado em 2003, pelo Professor Doutor Henrique Coutinho Gouveia,³⁷¹ docente do Departamento de Antropologia da Universidade Nova de Lisboa, com o objectivo de *proceder a uma primeira análise técnica e científica da actual realidade museológica do concelho da Lagoa, no sentido de aprofundar e reelaborar o modelo implementado nos últimos anos, que concretiza nos Açores soluções propostas pela musealização de sítios e pela ecomuseologia, com impacto pedagógico e turístico, tanto no contexto do arquipélago como das comunidades emigradas.*³⁷²

Foi ainda realizada uma análise preliminar do panorama patrimonial e museológico do concelho de Lagoa, conducente a um diagnóstico global da situação, na medida em que quaisquer futuros desenvolvimentos a operar no contexto em análise, passariam pela definição de uma política coerente e global para o sector.

³⁶⁸ Aviso n.º 1576/98 (2ª série) – AP; in *Diário da República*. Apêndice n.º 38/98, II Série, Número 73/98. 27 de Março de 1998.

³⁶⁹ Idem:

³⁷⁰ Os projectos de musealização de uma oficina de ferreiro-ferrador, e de uma tanoaria tradicional, bem como as duas exposições respectivamente sobre a arte da Tanoaria e do Ferreiro Ferrador, que ocorreram na sequência dessas intervenções museológicas, foram coordenados pelo Dr. José Pedro Gaspar, com o apoio do Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores. Cf. Gaspar, 1999. A singularidade desses projectos foi reconhecida e referida como um dos exemplos de musealização de sítios no nosso país. Gouveia e Carvalho, 2003: 10, 17.

³⁷¹ Este diagnóstico resulta de uma missão ao concelho de Lagoa, realizada de 16 a 23 de Março de 2003, a convite da Câmara Municipal de Lagoa e organizado pelo Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores. Desta missão fizeram parte ainda o Professor Doutor Rui de Sousa Martins, Director do Centro de Estudos Etnológicos e a Dra. Margarida Chorão de Carvalho, do Museu Nacional de Arqueologia. Gouveia, 2003.

³⁷² Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores: 2003.

Este diagnóstico surge numa altura em que já haviam decorridos dez anos sobre o início do projecto de museu multipolar, política que havia sido implementada pela autarquia Lagoense, em consonância com o trabalho desenvolvido por José Pedro Gaspar.

Nesta altura verifica-se também um período de estagnação do projecto de musealização de um alambique, que acabou por não ficar concluído devido a uma intervenção desadequada que conduziu ao afastamento do Dr. Pedro Gaspar e do Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores.

Dos projectos analisados faziam parte alguns já concretizados, como as tendas de ferreiro ferrador e tanoeiro, o Museu do Presépio Açoriano e o alambique, embora este último como já referimos, naquela data passava por uma fase de estagnação. Além destes projectos, existiam ainda outros que não haviam sido concretizados por razões de vária ordem, como o lavadouro público e o núcleo da capacharia e cestaria, localizados na vila de Água de Pau, o forno de cal, um conjunto de taberna e alambique, na Vila da Lagoa, bem como o projecto de musealização da antiga fábrica de Cerâmica Vieira e o núcleo do porto pesqueiro da Caloura.

Nas conclusões desse trabalho, Coutinho Gouveia refere que *a observação atenta ao panorama lagoense no decurso da última década permite verificar, por outro lado, que a concretização de um projecto museológico polarizado não tem avançado de modo conclusivo quanto às componentes de base, situação que contrasta com o que tem acontecido no âmbito da musealização de sítios e da instalação de colecções visitáveis, sendo esse o tipo de iniciativas que conferem protagonismo ao Município tanto num panorama museológico arquipelágico, como nacional.*³⁷³

Na sequência do diagnóstico a que nos vimos referindo, foi sugerida uma síntese dos trabalhos a empreender, que considerava como factor decisivo, uma discussão prévia, envolvendo todos os protagonistas relacionados com o projecto museológico de Lagoa, para que

³⁷³ Gouveia, 2003: 5.

se pudessem definir os respectivos papéis e responsabilidades subsequentes, e permitir uma calendarização dos trabalhos incluídos nessa nova fase.

As conclusões dessa missão apontam para a necessidade de implementar algumas acções e repensar outras, nos seguintes aspectos:

- Assegurar a manutenção da relação entre a autarquia de Lagoa e os centros do saber, que *se considera indispensável (...) a colaboração prestada pela Universidade dos Açores através do seu Centro de Estudos Etnológicos, dado que tem ficado a dever-se a esse apoio a investigação que fundamenta os projectos a que se pretende dar continuidade.*³⁷⁴

- Considerar a formalização da criação de um museu municipal, como um projecto a desenvolver num horizonte futuro, dando continuidade ao que se encontrava previsto no projecto inicial, mas ponderando as razões que levaram a autarquia a não avançar com a sua realização. Tal projecto deveria ter em conta o universo de experiências similares desenvolvidas quer no arquipélago dos Açores, quer no continente português.

- A necessidade de preencher algumas lacunas relevantes, ao nível dos *serviços de retaguarda que suportam o esforço desenvolvido, tendo este incidido sobretudo na interpretação de testemunhos e sua divulgação,*³⁷⁵ já que, as constatações de terreno, confirmaram o êxito das iniciativas relacionadas com a musealização de sítios, ao invés dos avanços pouco significativos do projecto museológico polarizado.

- Dar continuidade ao programa em curso, procedendo à reelaboração do modelo orientador para a concretização da política museológica da autarquia Lagoense, dado que esta *carece de aprofundamento conducente a uma formulação mais explícita e fundamentada.*³⁷⁶ Esta questão tomaria em linha de conta vários aspectos, como: o grau de intervenção requerido; a necessidade de manter a laboração, associada à intervenção dos artesãos e do papel que estes desempenham;

³⁷⁴ Idem: 4.

³⁷⁵ Idem: 9.

³⁷⁶ Idem: 7.

e a questão relacionada com a propriedade de cada espaço, que condicionará ou proporcionará uma óptica de colaboração e vínculo dos proprietários dos espaços, com as actividades a desenvolver.

Em face dos resultados observados, Coutinho Gouveia considerou determinante a definição de um modelo de gestão a adoptar para a realidade dos espaços da Lagoa, onde as responsabilidades e os papéis a desempenhar pela autarquia sejam clarificados e possam permitir/configurar uma maior operacionalidade ao projecto em desenvolvimento.³⁷⁷

10.1. Tenda de Ferreiro Ferrador dos Benevides

A oficina de Ferreiro Ferrador musealizada na Lagoa foi a de mestre João Tavares Benevides, construída na primeira década do século XX e a única que chegou aos nossos dias a funcionar. De salientar, que esta oficina, onde se desenvolveram as artes de ferreiro, ferrador e segeiro, possuía uma colecção apreciável de ferramentas tradicionais.

Perante as transformações operadas na sociedade rural, e tendo constituído uma actividade de relevo no concelho de Lagoa, tornou-se *necessário e urgente salvaguardar os testemunhos das artes e das técnicas metalúrgicas da antiga sociedade camponesa que, no actual contexto sócio-económico, adquirem valor cultural, passando a integrar o património colectivo.*³⁷⁸

Com o processo de musealização dessa oficina, pretendeu-se transformá-la num espaço explicativo da actividade de ferreiro-ferrador, quer a nível do passado, quer do presente, valorizando-a socialmente, e sem impedir ou influenciar o seu normal desenvolvimento.

No âmbito do projecto de musealização que foi alvo a oficina de Ferreiro Ferrador, realizaram-se um conjunto de intervenções no sentido de tornar possível a sua utilização

³⁷⁷ Cf. Gouveia, 2003: 11.

³⁷⁸ Martins, 1992c: 1.

comunitária como bem cultural. Foram realizadas acções de protecção, conservação e revalorização do edifício do seu recheio e da área envolvente.³⁷⁹

Os complementos interpretativos também foram aspectos considerados, nomeadamente na recolha junto de antigos ferreiros de artefactos relacionados com a actividade de forja, ferragem e serralharia, na elaboração de um painel explicativo na área dos trabalhos de segeiro, na realização de uma exposição permanente com elementos que complementam e explicam as actividades desenvolvidas naquela oficina e na elaboração de um desdobrável sobre a oficina.

A nível da sinalização, foi colocada no exterior, uma placa de identificação em chapa de ferro recortada com o emblema da oficina, também representado no passeio empedrado, e uma placa de sinalética urbana.

Este espaço museológico que se assume como um núcleo privado de gestão mista, entre o proprietário e a Câmara Municipal de Lagoa, abriu ao público em 1993.

O ferreiro ferrador João Tavares Benevides já não está a tempo inteiro na sua oficina, mas ainda faz algumas ferraduras e outros objectos, essencialmente para os turistas, que servem de recordações de uma actividade tradicional do concelho da Lagoa.

A respeito da musealização da oficina de ferreiro ferrador dos Benevides, Rui de Sousa Martins referia em 1992, estar esse espaço em actividade, *exibindo um complexo vivo de elementos culturais, cujo interesse pedagógico e científico é muito superior ao das unidades ecológicas recolhidas e fossilizadas nos museus.*³⁸⁰ E acrescentava que, *a finalidade do projecto é possibilitar a abertura da oficina a todos aqueles que quiserem conhecer e relacionar-se, no próprio local, com uma arte importante no passado e que vive hoje do outro lado da nossa existência urbana.*³⁸¹

³⁷⁹ Gaspar, 1999.

³⁸⁰ Martins, 1992c: 162.

³⁸¹ Idem.

Em 2003, no âmbito do já referido diagnóstico efectuado por Henrique Coutinho Gouveia, este refere a intervenção em termos museológicos a que este espaço foi submetido como de carácter minimalista, dada a natureza/realidade em causa, de modo similar ao que se desenvolveu no caso da Tanoaria.

10.2. Tanoaria do mestre João Carlos dos Santos

Na altura que o projecto de musealização da Tanoaria do mestre João Carlos dos Santos se iniciou,³⁸² existiam apenas duas tanoarias na Lagoa, nenhuma estava a funcionar a tempo inteiro, não havia aprendizes, a produção era exígua e a profissão de tanoeiro era considerada pouco rentável e sem futuro. Deste modo, considerando que o valor estético-sócio-económico desta arte merecia uma intervenção organizada no sentido de a preservar, e perante o crescimento do fluxo de turistas e a aposta no turismo cultural na ilha, a existência de uma tanoaria-museu,³⁸³ que se mantivesse a trabalhar segundo os moldes tradicionais, tornava-se urgente, sendo necessário escolher entre as duas que existiam.

Realizaram-se estudos sobre a vida e actividade dos tanoeiros Eduardo Henrique Medeiros e João Carlos dos Santos, da Vila da Lagoa, procedeu-se à análise exaustiva dos testemunhos das tanoarias e efectuaram-se algumas recolhas de peças.³⁸⁴ Resultado das pesquisas e do trabalho de campo desenvolvido realizou-se a exposição temporária *A Arte de Tanoaria*, promovida pela Câmara Municipal da Lagoa, que ficou patente ao público de Abril a Setembro de 1991.³⁸⁵ Esta exposição teve lugar na Junta de Freguesia do Rosário (Lagoa) e pretendeu *alertar as*

³⁸² Integrado no programa de apoio à recuperação de núcleos de valor etnomuseológico do Município da Vila da Lagoa que, com o apoio do Centro de Estudos Etnológicos do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, pretendia salvaguardar e reanimar vários núcleos do património tradicional e industrial do concelho. Gaspar, 1996: 6.

³⁸³ Gaspar, 1996: 17.

³⁸⁴ Gaspar, 1996: 8.

³⁸⁵ Idem.

*consciências para a importância desta arte no concelho, a qual não se pretende deixar morrer.*³⁸⁶

A escolha da tanoaria a musealizar recaiu sobre a oficina do mestre João Carlos dos Santos, cuja construção remonta ao século XIX, tendo sido adquirida a António Malassada, pelo actual proprietário, em 1972.³⁸⁷ Foi escolhida pelo facto de ser a maior de S. Miguel e uma das maiores dos Açores, possuir um apreciável conjunto de utensilagem e trabalhar em colaboração com um alambique próximo. Era possível obter informações orais e escritas sobre essa tanoaria, cujo estado de conservação não requeria intervenções significativas, para além de estar bem localizada e ter acessibilidades vantajosas.³⁸⁸ Segundo José Gaspar, *as possibilidades de refuncionalização da oficina e do alambique, permitindo um aproveitamento pedagógico e didáctico das actividades aí desenvolvidas constituiu também um factor de importância fulcral.*³⁸⁹

Ao elaborar o programa de musealização da tanoaria do mestre João Carlos dos Santos, o Dr. Pedro Gaspar traçou os seguintes objectivos: - *Preservar uma importante estrutura do património lagoense, respeitando-se as suas características tradicionais e mantendo o carácter arquitectónico do edifício (...); - Manter activa a arte da tanoaria (como conjunto de saberes e conhecimentos técnicos), (...) o que implicará manter a oficina em funcionamento segundo os processos tradicionais; - Transformar a oficina num elemento ao serviço da sociedade, da cultura e da promoção turística. Deste modo, a tanoaria recuperará a sua importância como espaço de encontro e convívio, prestando-se tanto à educação pública como à investigação etnológica.*³⁹⁰

³⁸⁶ Gaspar, 1991: 3.

³⁸⁷ António Joaquim Borges era conhecido por António Malassada. Foi tanoeiro na Lagoa, tendo ensinado esta arte ao mestre João Carlos dos Santos, que a exerceu durante cerca de catorze anos (até 1986), tendo constituído, durante este período, a sua principal fonte de subsistência. Gaspar, 1996: 12, 13, 15.

³⁸⁸ Gaspar, 1996: 19.

³⁸⁹ Idem.

³⁹⁰ Gaspar, 1996: 27.

Estabelecidos os objectivos, iniciaram-se uma série de trabalhos com vista à conservação, revalorização e segurança do edifício, procedendo-se ao mesmo tempo à inventariação de todo o seu recheio. Posteriormente, foram elaborados complementos interpretativos, nomeadamente um painel explicativo do processo técnico da feitura de um barril e um desdobrável explicativo da tanoaria. Essa oficina foi também complementada com peças de tanoaria recolhidas na ilha.

Constituíram ainda preocupação os aspectos relativos à sinalização urbana e à identificação da tanoaria, tendo sido colocada na fachada uma placa em chapa de ferro, com o emblema da actividade e na calçada representações relativas à actividade.

Aberta ao público em 1994, a tanoaria do mestre João Carlos dos Santos foi então sujeita a um processo musealização *in situ* e assume-se como um núcleo privado de gestão mista, entre o seu proprietário e a Câmara Municipal da Lagoa.³⁹¹ Para além da função didáctica e pedagógica a nível dos alunos do concelho, e da importância que desempenha a nível do turismo cultural de qualidade, a tanoaria musealizada *ganhou estatuto: tornou-se um marco do património lagoense, elemento de referência cultural para a comunidade em que se integra; revelando à população da vila de Lagoa um aspecto de reconhecido valor da sua cultura.*³⁹²

10.3. Museu do Presépio Açoriano

Este museu, que integra o *Projecto Museológico da Lagoa*, resultou de um trabalho aprofundado de pesquisa antropológica, desenvolvida pelo Dr. José Pedro Gaspar, com o apoio do Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores, em torno das unidades de produção de figuras de presépio da Lagoa e dos presépios açorianos. O trabalho de investigação decorreu, primeiramente, entre 1988 e 1990, as recolhas dos objectos e dados etnográficos foram iniciadas em 1991.

³⁹¹ Cf. Programa do Museu da Lagoa, s/d: 11.

³⁹² Gaspar, 1996: 30.

A sua criação teve como objectivo a valorização da actividade criativa dos barristas da Lagoa, mas também pretendeu ser *um centro explicativo dos presépios dos Açores, um laboratório pedagógico vocacionado para a expressão e comunicação visual, uma descoberta e um encontro de pessoas e culturas.*³⁹³

Em 1994, decorreram negociações entre a edilidade lagoense, a Direcção Regional dos Assuntos Culturais e o proprietário do edifício original da Cerâmica Vieira, instalada junto ao Porto dos Carneiros, em 1862, com vista à sua reabilitação para aí instalar o Museu do Presépio Açoriano que acabou por ser instalado no edifício da Câmara Municipal, uma construção do início do século XIX, entretanto recuperado.

A 21 de Março de 1996 o Museu do Presépio Açoriano abriu ao público, apadrinhado pelo Primeiro-Ministro de então, Eng. António Guterres. A exposição revela diferentes estilos dos escultores da Lagoa, e mostra figuras de presépio, arquitecturas orientais e cenas da Natividade, assim como representações do quotidiano insular destinadas à composição de presépios, explicando, paralelamente, o processo técnico de moldagem das mesmas. De salientar porém, que essa exposição aberta ao público sempre foi entendida como a primeira fase de um projecto que se pretendia desenvolver e aprofundar.

Até 1999, o Dr. José Pedro Gaspar continuou a desenvolver este projecto, nomeadamente, realizando recolhas de peças e estudos, efectuando o inventário do acervo do museu, criando o arquivo fotográfico da instituição e organizando o *Concurso de Presépios*, promovido pela Câmara Municipal da Lagoa.³⁹⁴

A partir de 1999, o Dr. Pedro Gaspar deixou de estar ligado a este projecto, por discordâncias com a Câmara Municipal da Lagoa sobre os projectos museológicos em curso.³⁹⁵

³⁹³ *Museu do Presépio Açoriano*, s/d.: 1.

³⁹⁴ O trabalho do Dr. José Pedro Gaspar foi desenvolvido em regime de requisição pela Câmara Municipal de Lagoa à Escola do Ensino Básico 2, 3 de Vila Franca do Campo. Depoimento de Frederico de Mendonça prestado em Agosto de 2009.

³⁹⁵ Depoimento de Frederico de Mendonça prestado em Agosto de 2009.

Em 2003, aquando do diagnóstico efectuado à realidade museológica do concelho de Lagoa, Coutinho Gouveia considerou o Museu do Presépio açoriano como *colecção visitável (...) cujas potencialidades no tocante à polarização de público parecem inquestionáveis*”,³⁹⁶ embora as condições das instalações *apresentam limitações tanto no plano cénico como quanto à circulação de visitantes*.³⁹⁷

O Museu do Presépio Açoriano constitui o núcleo central do Museu de Lagoa, a quem compete a gestão e animação científica, cultural e social de todo o sistema.

Desde o segundo semestre de 2008, que estão a decorrer as obras de reconstrução e ampliação de um edifício antigo, de grande valor arquitectónico, situado junto aos Paços do Concelho, para aí instalar o Museu do Presépio Açoriano. Esse novo projecto museológico tem sido desenvolvido sob a responsabilidade directa do presidente da Câmara Municipal da Lagoa, Engenheiro João Ponte e do vice-presidente Roberto Medeiros e para a sua elaboração foram contratados especialistas do continente.³⁹⁸

10.4. O Alambique do Malassada

Em Abril de 1998, projectava-se o arranque das obras de reabilitação do Alambique do Malassada, situado no Rosário da Lagoa. Dado o estado em que esse se encontrava, inactivo há vários anos, tornava-se necessário restaurar o edifício, um *verdadeiro trabalho de arqueologia*,³⁹⁹ retirar e recuperar todo o equipamento. O imóvel foi adquirido em 1996, pela Câmara Municipal, o que segundo Gaspar, *atesta bem o interesse e o empenho da autarquia*.⁴⁰⁰

De salientar que este alambique constituía uma estrutura complementar da oficina de tanoaria já musealizada, pois os alambiques, além de destilarem aguardente, eram utilizados para curvar a

³⁹⁶ Gouveia, 2003:8.

³⁹⁷ Idem.

³⁹⁸ Por esse processo estar ainda a decorrer e por não ser ainda oportuno, não nos foi disponibilizada mais informação.

³⁹⁹ Lagarto, 1998.

⁴⁰⁰ Idem.

vapor as tábuas destinadas à tanoaria, que também estava ao serviço da Fábrica do Álcool da Lagoa, instalada em 1882.

O projecto de organização museológica do Alambique do Malassada foi alvo de candidatura a apoios Comunitários, através do Programa Leader II, em 1997.⁴⁰¹ No entanto, o Dr. José Gaspar, responsável pelo programa de musealização do alambique foi impedido de acompanhar os trabalhos de recuperação do edifício.

No estudo realizado em 2003 por Henrique Coutinho Gouveia, a que nos vimos referindo, a solução encontrada para este espaço não se apresenta como a mais consensual, já que *os trabalhos de recuperação do alambique já efectuados apresentam aspectos claramente criticáveis, estendendo-se esse juízo negativo à construção recentemente edificada de raiz,*⁴⁰² importando, em seu entender, realizar uma análise detalhada e abrangente, que inclui-se as temáticas da tanoaria e alambicagem.

O Alambique do Malassada abriu ao público a 19 de Maio de 2004, integrando o amplo programa de recuperação de núcleos de valor etno-museológicos, do município da Lagoa. Na altura, o presidente da Câmara da Lagoa referia que o objectivo desse programa, consistia em *preservar as memórias da nossa comunidade, salvaguardando testemunhos imóveis de reconhecido valor local e ambiental, com reflexos directos no desenvolvimento socio-económico, uma vez que constituem elementos de referência para o turismo cultural de qualidade.*⁴⁰³

⁴⁰¹ Cf. Gaspar, 1997.

⁴⁰² Gouveia, 2003: 9.

⁴⁰³ “Câmara de Lagoa inaugurou Museu de Alambique do Malassada”, 2004.

Em suma, os pólos que têm sido musealizados fazem parte da rede museológica do concelho, formando o Museu de Lagoa, que actualmente é constituído pelo Museu do Presépio Açoriano, pelo Tanoaria, pelo Ferreiro Ferrador e pelo Alambique do Malassada.⁴⁰⁴

O Museu da Lagoa, tem-se desenvolvido segundo um modelo multipolar, preservando *in situ* os mais significativos testemunhos do património edificado, e tendo um núcleo central onde se podem encontrar exposições permanentes.

O desenvolvimento museológico nesse concelho tem sido também um factor determinante no desenvolvimento global do mesmo.

11. Museu da Fábrica de Cerâmica Vieira

A origem da fábrica de Cerâmica Vieira remonta a 1862, ano em que foi fundada por Bernardino da Silva, natural de Vila Nova de Gaia,⁴⁰⁵ ficando as antigas instalações no Porto de Carneiros, junto a uma baía amena, a onde chegavam os barcos da vizinha ilha de Santa Maria, carregados de bolas de barro destinadas à produção da louça.

Em 1872, um dos seus co-fundadores, Manuel Leite Pereira, abandonou a sociedade e fundou uma nova fábrica nas Alminhas, na freguesia do Rosário da Lagoa.

Em 1985, António Vieira, o proprietário da Cerâmica Vieira comprou a antiga Fábrica Leite da Rua das Alminhas, reactivando-a em 1992⁴⁰⁶.

A actual fábrica de Cerâmica Vieira resulta da fusão dessas duas fábricas, a do Porto de Carneiros (dedicada actualmente à produção de telhas e tijolos) e a das Alminhas (vocationada para a produção de loiça vidrada e azulejos). Na família ao longo de cinco gerações, a Cerâmica

⁴⁰⁴ Em 1997, foi celebrado um protocolo de colaboração entre a edilidade lagoense e o proprietário de um Forno de Cal situado na Avenida Infante D. Henrique, com vista à *salvaguarda e protecção daquela infra-estrutura, e a um tratamento etnomuseológico futuro, que culminará com a constituição do Núcleo Museológico do Forno de Cal*. Esse projecto ainda não teve continuidade. Arquivo de Correspondência da Câmara Municipal de Lagoa, 1997. *Musealização do Forno de Cal – Av. Infante D. Henrique. Ofício n.º4554*. 16 de Setembro.

⁴⁰⁵ Manuel Pereira Leite (Vila Nova de Gaia), Tomáz d'Ávila Boim (Pico) e Manuel Joaquim do Amaral (Povoação) foram co-fundadores. Cf. Martins. 2001.

⁴⁰⁶ Depoimento de António Vieira prestado em Julho de 2009.

Vieira é a única que sobreviveu até hoje na Lagoa e nos Açores, fabricando por processo industriais loiça decorativa e de uso doméstico, azulejos, tijoleira e telhas.

Na Fábrica das Alminhas, o processo de produção, de modo geral, continua próximo do tradicional, embora tenham sido introduzidas novas máquinas, designadamente a de mistura, de secagem, o laminador e os fornos que passaram a ser eléctricos, por serem mais rápidos e mais práticos.

É nesse contexto que, em 1992, ao reactivar as actuais instalações, António Vieira, reservou uma pequena área na fábrica para expôr testemunhos materiais da história da empresa, nomeadamente, instrumentos relacionados com a produção cerâmica lagoense, uma pequena colecção de peças de cerâmica produzidas nas antigas indústrias locais, bem com alguns objectos relacionados com a antiga moagem de cereais, situada perto do Porto de Carneiros e que também pertenceu à família. Esses artefactos estão expostos sem grande cuidado museográfico ou de conservação, apresentando apenas tabelas de explicação em algumas peças.

Porém, esse conjunto de objectos situa-se à entrada da fábrica, constituindo uma introdução à visita aquele espaço que, à semelhança do passado, continua a ser visitável em laboração, sendo as explicações dadas pelos funcionários que aí trabalham ou, quando se justifica, pelos próprios proprietários.

Este binómio, exposição de objectos memória e fábrica visitável, complementado por um espaço de loja, tem vindo a imprimir o estatuto de museu de empresa à Cerâmica Vieira. Esse estatuto é inclusivé considerado pela autarquia lagoense que, por exemplo, na sua página oficial da internet, no item dedicado aos museus do concelho, referencia o Museu da Fábrica de Cerâmica Vieira.⁴⁰⁷

Mas, paralelamente a essa realidade que é visível actualmente, existem outros aspectos e intenções a analisar. De facto, para o actual proprietário, António Vieira, os objectos expostos na

⁴⁰⁷ <http://cm-lagoa.azoresdigital.pt/>. Último acesso em 2009-08-22.

fábrica são apenas um embrião do futuro Museu da Cerâmica Vieira que gostaria de construir⁴⁰⁸. Considera para o efeito que, na zona envolvente à fábrica, existe espaço suficiente para a instalação de um futuro espaço museológico. A ideia é a de manter a fábrica a funcionar nos moldes actuais⁴⁰⁹, e sempre visitável, e dispor também de um museu de empresa, o Museu da Cerâmica Vieira, onde seja contada a história daquela unidade produtiva, no contexto do concelho e da ilha e o percurso de uma família ligada aquela actividade. Um espaço museológico onde projecta apresentar também diversos testemunhos materiais da produção cerâmica da Lagoa, desde o século XIX à actualidade. De referir aqui, o gosto com que António Vieira coleciona, desde longa data, peças das antigas produções de cerâmica da Lagoa. Algumas dessas peças herdou da família, outras compra, e tem ainda a preocupação em guardar sempre um exemplar de todos os artefactos que ainda hoje são produzidos pela sua fábrica. A visita ao armazém, espaço de reserva que se situa entre a sua moradia e as actuais instalações da Cerâmica Vieira, são expressão da dimensão e do valor do espólio que tem colecionado ao longo dos anos.

Interessante é o espírito de coleccionador com que António Vieira continua a procurar determinada peça que lhe falta, pelo tipo, material, forma ou função, ou o facto de adquirir localmente peças de cerâmica provenientes de mercados orientais, para comparar, a nível de qualidade, com as que produz. Um exemplo paradigmático diz respeito à garrafa *mulher de capote e capelo* produzida pela Cerâmica Vieira que compara com outra semelhante proveniente da China, que, embora apresente o traço típico dos Açores, tem uma fisionomia oriental, particularmente a nível dos olhos.⁴¹⁰

O Museu da Fábrica de Cerâmica Vieira é então um embrião, cujo desenvolvimento continua adiado, pois para isso António Vieira necessitava de apoios financeiros. É uma intenção que *não*

⁴⁰⁸ Depoimento de António Vieira prestado em Julho de 2009.

⁴⁰⁹ Eventualmente com alguma alteração pontual que seja necessário efectuar.

⁴¹⁰ Idem.

*está no papel mas na sua cabeça*⁴¹¹ e que coexiste com a actual produção da vulgarmente conhecida *Louça da Lagoa*, hoje considerada um *ex-libris* do concelho.

12. Museu Local do Pico da Pedra

A génese do Museu Local do Pico da Pedra remonta a Agosto de 1976, altura em que a Banda Filarmónica Aliança dos Prazeres comemorava o seu décimo oitavo aniversário. Para assinalar a efeméride, e ao mesmo tempo angariar verbas, um grupo de pessoas do Pico da Pedra ligadas à cultura local, resolveu organizar uma série de actividades na área do desporto, teatro e uma exposição etnográfica, esta última no salão paroquial. Para essa exposição foram efectuadas recolhas por toda a freguesia, com a colaboração da população, das quais foi realizado um inventário sumário. Essa exposição, que possibilitou aos organizadores o aprofundamento de conhecimentos sobre a cultura e a história locais, despertou o interesse de muitos picopedrenses para a preservação e valorização da sua memória colectiva e do seu património cultural local. Neste sentido, várias pessoas manifestaram interesse em efectuar doações de objectos, desde que os organizadores daquela exposição tivessem um espaço para a sua salvaguarda, o que não foi possível na altura.

A intenção porém não foi esquecida e ao longo dos anos, foram surgindo ideias no sentido de criar um espaço museológico. Reflexo desse propósito foi, por exemplo, a notícia publicada pelo *Correio dos Açores*, em 1980, de que a Casa de Povo do Pico da Pedra iria abrir uma Sala Etnográfica, e que se estavam a reunir os primeiros objectos.⁴¹² Um ano mais tarde, em 1981, o *Açoriano Oriental* publicava um artigo de um picopedrense, que alvitrava a criação de um

⁴¹¹ Depoimento de António Vieira prestado em Julho de 2009.

⁴¹² “Casa do Povo do Pico da Pedra. Sala etnográfica arranca com um livro de 431 anos”. 1980, in *Correio dos Açores*. 14 de Outubro, Ponta Delgada: 1 e 8.

Museu da Autonomia, na casa do Dr. Dinis Vieira da Mota, no Pico da Pedra.⁴¹³ No entanto, nenhum desses projectos foi concretizado.

Apesar disso, todos os anos, no âmbito das festas locais, continuaram a realizar-se diversas exposições, organizadas pela Junta de Freguesia, e que decorriam nos espaços da autarquia, Salão Paroquial, Casa do Povo e Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Pico da Pedra.

Em 1990, a Junta de Freguesia, constituída por Luís Bernardo, Gilberto Bernardo e Fernando Alves, com o intuito de aproveitar um espaço que estava cedido à Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Pico da Pedra para fins de valorização cultural e social dos jovens da freguesia, transformou um antigo barracão “num edifício de duas salas e uma falsa, destinado à montagem de exposições e preservação da nossa memória colectiva.”⁴¹⁴ As obras decorreram ao longo de 1991/1992, de acordo com o projecto do arquitecto Roberto Oliveira, e contaram com o apoio da Câmara Municipal da Ribeira Grande e da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Paralelamente, a 10 de Junho de 1990 foi nomeada a Comissão Coordenadora das actividades do museu, de acordo com o Regulamento do Museu Local do Pico da Pedra, aprovado em Assembleia de Freguesia e sob proposta da Junta, no dia 29 de Abril desse ano. Essa comissão era constituída por Gilberto Bernardo, João Couto, Inorinda Duarte, Paula Cabral, Osvaldo Cabral, Teresa Barbosa e Cidália Soares, todos pessoas ligadas às iniciativas culturais da freguesia.

Começaram a reunir a colecção do museu com doações da comunidade local, constituída essencialmente por objectos etnográficos.

Com a designação de Museu Local do Pico da Pedra, por sugestão do director da Casa da Cultura da Ribeira Grande, Dr. Mário Moura, que apoiou o projecto nessa fase inicial, abriu ao público a 13 de Junho de 1993, integrado na Semana Cultural da freguesia. A exposição *As*

⁴¹³ Bernardo, 2007: 130.

⁴¹⁴ Idem.

Memórias do Povo e a Exposição de Pintura de José de Almeida marcaram o início de vida do museu. Na inauguração, para além da comunidade local, estiveram presentes diversas individualidades de que destacamos o então Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. João Bosco Mota Amaral, o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, o Director da Casa da Cultura da Ribeira Grande, e a Junta de Freguesia do Pico da Pedra.

Ao longo da sua história, o Museu Local do Pico da Pedra foi formando uma pequena colecção essencialmente de objectos etnográficos, que conta com aproximadamente 300 peças, as quais foram inventariadas e estudadas.

Apesar de ser detentor de uma pequena colecção, este museu tem funcionado sempre com exposições temporárias, de temáticas diversas, que se realizam em determinados períodos do ano, designadamente por altura das festas da padroeira, na semana cultural e no Natal. Essas exposições são de natureza diversa, e vão desde artesanato às artes plásticas.⁴¹⁵ De salientar que, antes da realização de uma exposição são efectuados trabalhos de pesquisa e produzida informação para disponibilizar ao visitante.

Paralelamente, têm sido organizadas diversas acções educativas, de dinamização e formação, designadamente ateliers de expressão plástica e cursos de formação para crianças, em desenho, pintura e modelagem.

Tutelado pela Junta de Freguesia do Pico da Pedra, desde 2002, o edifício deste Museu Local foi cedido⁴¹⁶ à Associação Ecológica *Amigos dos Açores* e à Ecoteca da Ribeira Grande, que o mantêm aberto diariamente e que, no âmbito das suas actividades, têm promovido acções de defesa do ambiente, especialmente dedicadas ao público escolar do concelho.

Por altura das festas da freguesia, a Comissão Coordenadora do Museu, dirigida por Gilberto Bernardo, seu principal dinamizador, continua a organizar exposições de temáticas diversas, na

⁴¹⁵ Anexo H: Exposições Temporárias do Museu Local do Pico da Pedra 1993-2007.

⁴¹⁶ Ao abrigo de um protocolo entre a Secretaria Regional do Ambiente, Junta de Freguesia e os Amigos dos Açores.

sala do primeiro piso, sempre com o intuito de divulgar a cultura e a história local, e de promover social e culturalmente a população do Pico da Pedra.

Finalmente, importa referir ainda, a forma como a Comissão Coordenadora das actividades do Museu Local do Pico da Pedra entende a missão daquele espaço museológico: “Um museu pode não ter certas características arquitectónicas nem possuir colecções para “inglês vê”. Mas, deve ser sempre um espaço onde se mostre, onde se estude, onde se divulgue, valorize e estimule o engenho e a arte de uma população.”⁴¹⁷

13. Museu Militar dos Açores

O Museu Militar dos Açores surgiu na sequência da reestruturação do Exército Português, prevista no Decreto-lei nº 50/93 de 26 de Fevereiro, e resultou do facto daquele organismo ter percebido que havia a necessidade de reunir num só espaço todo o espólio militar dos Açores, que estava praticamente ao abandono e que era preciso recolher, recuperar e inventariar para ser exposto e divulgado.

Formalmente criado por Despacho do Ministro da Defesa Nacional n.º 72/93, só em 1999 é que começaram a ser tomadas algumas medidas conducentes à implementação do Museu Militar nos Açores dado que, à data do referido diploma, não estavam criadas as condições necessárias.

O museu encontra-se instalado no Forte de São Brás, edifício histórico, classificado desde 1953 como Monumento de Interesse Público⁴¹⁸, um importante exemplar da arquitectura militar renascentista, cuja construção remonta ao século XVI.

Foi graças ao esforço e dinamismo do seu anterior director, José Manuel Salgado Martins, Coronel de Artilharia, que o Museu Militar dos Açores começou a tomar forma. Sob a sua direcção, no período de 1999/2007, este espaço museológico tornou-se num dos museus mais visitados no arquipélago, e um dos museus militares do país mais visitado a nível nacional. De

⁴¹⁷ Comissão Coordenadora do Museu Local do Pico da Pedra, s/d.

⁴¹⁸ Decreto n.º 39175, in *Diário da República*, I Série, n.º 77. 17 de Abril de 1953.

salientar, que a formação de base em História do Coronel Salgado Martins, bem como o seu gosto pessoal pela investigação, contribuíram fortemente para o desenvolvimento desse processo museológico.

O espólio que existia no Forte de São Brás tem vindo a ser organizado, efectuando-se simultaneamente acções de limpeza e conservação preventiva, tendo o Museu Carlos Machado contribuído a nível de apoio técnico, na fase inicial desses trabalhos. Ao longo do tempo, o seu acervo, ainda em formação, tem vindo a ser enriquecido, nomeadamente, através de recolhas a nível regional e nacional. De referir os apelos que o museu fez à sociedade em geral, e a antigos militares e seus familiares em particular, no sentido de doarem material militar.⁴¹⁹

Actualmente a instituição possui um espólio significativo, contemplando os diversos aspectos da história militar: armamento, fardamento, comunicações, engenharia, saúde, fortificação e documentação.

O museu conta com doze salas de exposição, onde estão patentes cerca de onze exposições permanentes, apresentadas numa perspectiva cronológica, e integrando complementos interpretativos. O visitante pode ainda efectuar um passeio pelas muralhas do Forte.

Paralelamente, têm vindo a ser organizadas diversas exposições temporárias.

Associado ao museu, o Forte de S. Brás integra um arquivo histórico, que tem vindo a ser organizado, e abrange uma grande parte da história militar dos Açores. Segundo Salgado Martins, esse arquivo histórico tem um valor inestimável, não só pelo seu conteúdo, mas também pela quantidade de documentos que possui.⁴²⁰ A documentação que tem vindo a ser organizada pelo Tenente Sérgio Resendes, ficará ao dispor daqueles que tiverem a necessidade de o consultar.

⁴¹⁹ Belchior, 2003: 3.

⁴²⁰ *Museu Militar dos Açores abre ao público*. 2006, in *Expresso das Nove*, Ponta Delgada, 3 de Março. www.expressodasnoves.pt. Último acesso em 2009-08-17.

O Museu Militar dos Açores tem um organigrama próprio, assumindo desde o início, como principais objectivos, a recolha, a preservação e a exposição de todos os artefactos humanos relacionados com a história militar dos Açores. De referir que tem estado sempre presente a preocupação em inventariar e conservar o património sob a sua tutela, divulgar os valores culturais ligados à história militar e participar em eventos de interesse histórico-militar ou com relevante significado histórico-cultural.

Nos últimos anos, e no âmbito da instalação do Museu Militar dos Açores no Forte de São Brás, este imóvel tem sido alvo de obras de beneficiação e restauro, financiadas pelo orçamento ordinário do exército, com o apoio da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais e do Ministério da Defesa. Perspectiva-se, que num futuro próximo este Forte, hoje ainda Quartel General da Zona Militar dos Açores, passe apenas a integrar o Centro de Recrutamento e a ter maioritariamente funções museológicas. Segundo o actual responsável pelo museu, Tenente-Coronel Moura Soares⁴²¹, essa seria uma situação interessante, na medida em que mais pessoas terão de se dirigir ao Forte para tratar das suas questões militares e, existindo o Museu, poderá haver *uma interligação e aproveitamento de parte a parte*.⁴²²

Um aspecto de grande importância para aquela instituição, que Moura Soares sublinha, prende-se com a sua função social que *deve formar o público em geral e os jovens em particular, fazendo criar o gosto e o interesse pelo património e pela história*.⁴²³ Neste sentido, desde 1999, o Museu Militar dos Açores tem vindo a abrir as suas portas, inicialmente apenas a grupos escolares, a quem eram facultadas visitas guiadas, mediante marcação prévia, pois ainda não dispunham de todas as condições funcionais e, a partir de 2006, ao público em geral.

A dinamização e a renovação do espaço expositivo têm sido aspectos sempre presentes, para tornar mais apelativa a visita aquele espaço museológico, embora a falta de pessoal constitua um

⁴²¹ Assumiu funções em Outubro de 2007.

⁴²² Ferreira, 2008: 16.

⁴²³ Ferreira, 2008: 15.

problema ainda a ultrapassar. Nesse sentido, e como forma de minimizar a situação, continuará a recorrer-se a colaborações e parcerias com outras instituições, designadamente outros museus, a Universidade dos Açores, câmaras municipais, entre outros.⁴²⁴

Um aspecto importante a sublinhar, refere-se ao trabalho que tem sido desenvolvido no museu pelo Tenente Sérgio Resendes, licenciado em História e mestre em Património, Museologia e Desenvolvimento, pela Universidade dos Açores. Associada à sua formação académica, o seu entusiasmo e empenhamento têm sido factores decisivos para o desenvolvimento daquela instituição museológica.

Finalmente, importa referir que, apesar de se encontrar em situação de aposentado, o Coronel Salgado Martins continua a dar o seu contributo ao Museu Militar dos Açores, destacando-se a montagem da recente exposição *Militares Ilustres Açorianos*, que se realizou em Novembro de 2008, no âmbito das comemorações do Dia da Zona Militar dos Açores.

14. Cantinho Etnográfico

Natural de Ponta Delgada, Floriberto Correia de Melo começou desde muito cedo a interessar-se por esculpir pequenos pedaços de madeira e, na marcenaria de seu pai, onde passou muito tempo, executou inúmeras figuras e brinquedos.⁴²⁵

O gosto por fazer miniaturas foi aumentando e nos tempos livres começou a aperfeiçoar o seu trabalho, criando brinquedos para os filhos e, mais tarde, para mostrar a quem o visitava. As diversas miniaturas etnográficas, através das quais representava aspectos das vivências do povo micaelense, eram guardadas em casa.⁴²⁶ De salientar que, Floriberto Melo teve o cuidado de numerar todas as miniaturas à medida que as ia fazendo.

⁴²⁴ Ferreira, 2008: 16.

⁴²⁵ Depoimento de Floriberto Correia de Melo prestado em Outubro de 2009.

⁴²⁶ Idem.

Paralelamente, dedicou-se ao coleccionismo, juntando canetas, porta-chaves, isqueiros, maços de tabaco, chaves, miniaturas de garrafas, máquinas fotográficas, entre outras colecções que organizou e expôs na garagem.

Em 1995, alguns amigos desafiaram-no a expor publicamente as suas miniaturas etnográficas e um deles, António Matos, ofereceu-se para tratar de todo o processo.⁴²⁷

A 10 de Abril de 1995, na Galeria de Artes da Câmara Municipal de Ponta Delgada foi inaugurada a *1ª Exposição de Miniaturas Etnográficas* executadas por Floriberto Melo. Da exposição constavam trinta e duas miniaturas etnográficas, identificadas com tabela. Foi também produzido um desdobrável com a relação das peças. Subordinada ao tema *Coisas de um Passado, Feitas no Presente, Para Recordar no Futuro* essa exposição teve como objectivo a divulgação e valorização do trabalho de Floriberto Melo.⁴²⁸

Esta iniciativa, que se repetiu nos anos seguintes noutras instituições,⁴²⁹ foi o impulso para que Floriberto Melo transformasse a garagem de sua casa num espaço de exposição permanente aberto ao público, onde os aspectos da museografia não foram descurados.

A 27 de Fevereiro de 1996, foi inaugurado oficialmente o Cantinho Etnográfico que tem como objectivo *preservar em miniaturas alguns costumes, artes e tradições micaelenses*.⁴³⁰ Para o efeito, o seu proprietário obteve o alvará de licença de utilização daquele espaço para exposição de trabalhos etnográficos.⁴³¹

Colocadas em vitrinas ao longo da sala, cada peça tem uma tabela com número e designação em português, inglês e francês. Na base exterior de todas as vitrinas existem vários quadros com teclas numeradas que, quando accionadas, acendem as caixas de luz respectivas onde se podem

⁴²⁷ Idem.

⁴²⁸ Idem. Melo, Floriberto Correia de. 1995. *Exposição de Miniaturas de Floriberto Correia de Melo*. Desdobrável. Ponta Delgada.

⁴²⁹ Refira-se a este respeito: o Quartel do Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, o Quartel do Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, a Escola Secundária dos Arrifes, a Delegação de Turismo de Ponta Delgada, a Câmara Municipal de Ponta Delgada. Depoimento de Floriberto Correia de Melo prestado em Outubro de 2009.

⁴³⁰ Depoimento de Floriberto Correia de Melo prestado em Outubro de 2009.

⁴³¹ Câmara Municipal de Ponta Delgada. 1996. *Alvará de licença de utilização n.º 26/96*. Processo n.º 52/SP. 1 de Fevereiro.

ler pequenos textos relativos às miniaturas. No chão está sinalizado o percurso que o visitante deve fazer.

De salientar que, em Junho de 1996, com a miniatura *Oficina de Carpinteiro*, Floriberto Melo obteve o primeiro prémio do Concurso *Artesanato da Região Autónoma dos Açores*, área de Madeiras, categoria Tradicional, promovido pela Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia; Centro Regional de Apoio ao Artesanato.

Actualmente, o Cantinho Etnográfico integra cinquenta e um trabalhos feitos à escala, alguns com mais de quarenta anos, cuja base de realização foi a memória de Floriberto Melo e alguma pesquisa que efectuou.

Desde a sua abertura, esse espaço tem sido visitado regularmente por vários tipos de públicos, de modo particular por grupos escolares e de idosos, da ilha de S. Miguel.

15. Museu Etnográfico do Cabouco

Em 1990, a Junta de Freguesia do Cabouco adquiriu um imóvel para sua sede, o qual foi alvo de obras de recuperação e adaptação. Na altura, Carlos Ponte, o presidente da autarquia defendeu a manutenção da cozinha tradicional da casa e a instalação de uma biblioteca, no piso inferior, onde existia uma loja.

Filho da terra, e muito sensível à preservação de vivências e memórias da freguesia, Carlos Ponte tinha a ideia de criar um museu local, com colecções de natureza etnográfica que salvaguardassem a história da terra e das suas gentes. A ocasião proporcionou-se quando, no âmbito das obras do edifício da junta, uma parte da casa desmoronou e o piso inferior foi alargado, permitindo assim ter uma sala para instalar um museu.

Carlos Ponte iniciou então a fase das recolhas, que realizava aos fins-de-semana, inicialmente apenas na freguesia e, mais tarde, pontualmente, noutras freguesias da ilha, sempre que precisava

completar a colecção.⁴³² A fim de promover a participação da população do Cabouco neste projecto, pediu que o mesmo fosse divulgado na missa, pelo pároco local, apelando-se à colaboração de todos. Paralelamente, à medida que o projecto avançava, a população podia acompanhar mensalmente os novos desenvolvimentos, através do *Haja Saúde*, boletim da Junta de Freguesia.

De referir que Carlos Ponte contou com a colaboração de alguns mestres ligados a principais actividades tradicionais do Cabouco: cabouqueiro (o último é seu tio), barbeiro, carpinteiro, agricultores... Os jovens do programa Ocupação de Tempos Livres realizaram o inventário e a limpeza das peças.

Para a organização do Museu Etnográfico do Cabouco, Carlos Ponte contou também com o apoio do Museu Carlos Machado que forneceu algumas orientações técnicas no âmbito da elaboração do inventário e da conservação e reparação de peças de madeira, metal e papel.⁴³³

Devido a diferendos políticos, Carlos Ponte teve muito poucos apoios da autarquia da Lagoa para a construção do edifício da Junta de Freguesia, e nenhuns para a criação do museu.⁴³⁴ Porém, conseguiu concretizar o seu projecto e, após a conclusão das obras, o novo edifício daquela Junta e o Museu Etnográfico do Cabouco abrem ao público a 14 de Setembro de 1997.

A exposição permanente integra desde então um espólio de valor histórico para o Cabouco, essencialmente constituído por objectos etnográficos, e um acervo documental sobre a mesma temática. Através de uma apresentação cénica ou funcional, o espaço encontra-se dividido por onze secções diferentes, representando aspectos do quotidiano rural daquela freguesia, dos quais se destaca o cabouqueiro, figura histórica que representa as gentes que trabalhavam nos grandes “caboucos” ou pedreiras.

⁴³² Depoimento de Carlos Ponte prestado em Julho de 2009.

⁴³³ Arquivo de Correspondência Expedida do Museu Carlos Machado, 2003. *Prestação de orientações ao Museu Etnográfico da Junta de Freguesia do Cabouco*. Referência 324. 21 de Julho. Ponta Delgada.

⁴³⁴ Depoimento de Carlos Ponte prestado em Julho de 2009.

De salientar que Carlos Ponte chegou a projectar que no museu pudessem trabalhar, ou estar presentes, alguns dos antigos mestres da freguesia representados na exposição, como forma de dinamizar o museu, de lhe dar vida.⁴³⁵ Porém, e por dificuldades várias, essa intenção não foi concretizada. De referir que o museu nunca teve nenhum funcionário exclusivamente ao seu serviço.

Actualmente, já com outro responsável na Junta de Freguesia do Cabouco e integrando a lista dos espaços museológicos do concelho de Lagoa⁴³⁶, o Museu Etnográfico do Cabouco mantém a exposição inicial, mas não se encontra permanentemente aberto ao público, podendo ser visitado por marcação, feita através da referida Junta.

16. Núcleo Museológico de Fenais da Luz

Por iniciativa do então presidente da Junta de Freguesia de Fenais da Luz, Victor Carlos de Arruda Almeida, surgiu em 1996, a ideia de recuperar um espaço emblemático da freguesia, a antiga “Casa do Dízimo”⁴³⁷, e instalar aí um núcleo museológico.

A fim de aferir da viabilidade do projecto foram estabelecidos vários contactos com o Museu Carlos Machado, pelo secretário da referida Junta, Constantino Resendes e mais tarde por Victor Almeida, tendo aquela instituição prestado aconselhamento e apoio técnico.

Dando continuidade ao processo, a Junta propôs à Assembleia de Freguesia, abrir concurso público para a concessão do uso privativo das instalações da “Casa do Dízimo”, destinado à instalação do *Núcleo Museológico, Etnográfico e Galeria de Exposições dos Fenais da Luz*, o que veio a ser autorizado em reunião de 17 de Dezembro de 1996.

Em Agosto do ano seguinte foi aberto o referido concurso público, e os critérios de apreciação das propostas revelavam claramente as intenções do projecto: a) *Melhor garantia da adscrição da*

⁴³⁵ Idem.

⁴³⁶ <http://cm-lagoa.azoresdigital.pt/> Último acesso em 2009-08-22.

⁴³⁷ Local onde entre os séculos XVI e XVIII se guardava a dízima, décima parte do que se produzia, e que se destinava ao reino.

*“Casa do Dízimo” aos fins do estudo, preservação, inventariação, recuperação e exposição do património museológico, etnográfico e cultural da Freguesia de Fenais da Luz (...) b) Maior capacidade no desenvolvimento de projectos ligados ao estudo do património museológico e etnográfico da Freguesia de Fenais da Luz*⁴³⁸ Para além de recolhas e preservação do património imóvel e móvel, perspectivava-se o estudo, a investigação, e a dinamização cultural.

O Centro Social e Cultural de Fenais da Luz foi a entidade que obteve o direito de uso privativo das instalações da “Casa do Dízimo” para os fins estabelecidos.

Em 1997, realizaram-se obras de recuperação e consolidação da “Casa do Dízimo”, edifício de traça quinhentista que assinala uma das épocas mais marcantes da economia do concelho de Ponta Delgada. Paralelamente, com o apoio de jovens do programa Ocupação de Tempos Livres, efectuaram-se recolhas junto da comunidade local, incentivadas pelo presidente da Junta de Freguesia, Victor Almeida, e coordenadas pela então esposa D. Lucília Almeida.

O acervo que se constituiu com as doações da população da freguesia é composto por diversos objectos, essencialmente relativos ao interior doméstico, à agricultura e à pesca. A exposição integrou uma sala dedicada à pesca, uma adega e a reconstituição de um quarto de cama de casal e de uma cozinha regional, cujas representações cénicas foram inspiradas nos respectivos espaços do Museu Carlos Machado.

A 7 de Dezembro de 1997, Núcleo Museológico de Fenais da Luz, com três salas de exposição permanente e um salão destinado a exposições temporárias, foi inaugurado oficialmente pelo Presidente do Governo Regional, Dr. Mota Amaral, na presença das autoridades locais. De acordo com o discurso proferido na altura pelo presidente da Junta de Freguesia de Fenais da Luz, esse espaço destinava-se ao público em geral, e em particular, aos alunos e

⁴³⁸ Junta de Freguesia de Fenais da Luz, 1997.

turistas, que poderiam assim apreciar a história, as vivências e costumes locais, de um passado não muito longínquo⁴³⁹.

A dinamização deste núcleo museológico ficou então à responsabilidade do Centro Social e Cultural de Fenais da Luz, sob a supervisão da Junta de Freguesia, *esperando-se dessa forma motivar a comunidade para uma participação activa na continuada melhoria desse projecto.*⁴⁴⁰

Esse espaço museológico teve sempre um horário de funcionamento irregular, abrindo durante os meses de Verão, e por ocasião das festas da freguesia, em Setembro.

Em 2008, após um período de estagnação e com o objectivo de revitalizar o espaço, constituiu-se a Associação Cultural do Núcleo Museológico de Fenais da Luz, sob a presidência de Manuel Borges Moniz. Nesse sentido, e no âmbito de cedência da sua utilização, foi celebrado um protocolo entre essa associação cultural e a Junta de Freguesia.

Actualmente, está em curso o projecto de recuperação do núcleo museológico em causa, cumprindo o Programa de Revitalização da referida associação cultural, e visando *a dinamização sócio-cultural da freguesia, a sua inserção no roteiro turístico da ilha e a salvaguarda de artigos museográficos locais. A intervenção realizar-se-á a diversos níveis: Estrutura física do imóvel e envolvente paisagística; Conservação das peças museológicas, inventariação e catalogação; Renovação das exposições permanentes; Introdução de um plano de exposições temporárias; Realização de brochuras explicativas das peças em exposição; Realização de um site na Internet; Dinamização do bar de apoio do núcleo; Criação de uma biblioteca multimédia de temática local; Constituição de ateliers de Artesanato, Restauro e Artes Plásticas.*⁴⁴¹

⁴³⁹ Almeida, 1997.

⁴⁴⁰ Idem.

⁴⁴¹ Associação Cultural do Núcleo Museológico de Fenais da Luz, 2008.

17. Fábrica de Chá da Gorreana

A plantação de chá da Gorreana iniciou a sua produção em 1874 e, em 1883, a fábrica fundada por Ermelinda Pacheco Gago da Câmara obteve o primeiro quilo de chá seco.

A Fábrica de Chá da Gorreana ficou depois a cargo de Angelina Gago da Câmara, neta da fundadora, que casou com Jaime Hintze, o qual se dedicou à plantação e proporcionou o seu crescimento. De referir que, do equipamento que comprou, ainda hoje estão em pleno funcionamento o enrolador e o peneiro, cuja aquisição data de 1910. Em 1926, tirando partido de uma ribeira que se situava na propriedade, Jaime Hintze construiu uma central hidroelétrica para fornecer energia à fábrica, medida que contribuiu fortemente para a sobrevivência daquela unidade produtiva. De salientar que, este industrial foi o primeiro fabricante açoriano de chá a conseguir a marca registada em pacotes.

Por volta de 1910, a família abriu as portas da fábrica aos viajantes e turistas que por ali passavam, muitas vezes a caminho das Furnas ou do Nordeste. A visita à fábrica, acompanhada pelos proprietários, ou funcionários, proporcionava momentos fascinantes, constituindo também uma oportunidade para os proprietários divulgarem e venderem o seu chá. Data dessa altura a prova de chás, ainda hoje oferecida aos visitantes.

Fernando Hintze, filho de Jaime e Angelina, ficou à frente dos destinos da fábrica e continuou a obra do pai, comprando, na década de 1950, grande parte das máquinas que estão ainda em funcionamento. Durante a sua gestão, construiu uma central termoelétrica, em alternativa à hidroelétrica. Fernando Hintze morreu muito novo, deixando apenas uma filha, Margarida Hintze, a qual casou, em 1966, com Hermano Mota, descendente dos produtores do Chá Corte Real.

Em 1998, quando assumiu em pleno os destinos da fábrica, Hermano Mota, tendo consciência do valor do património industrial da unidade produtiva, começou a intensificar e a valorizar as visitas, numa perspectiva de fábrica museu. No seu ponto de vista *se não fossem as*

*visitas à fábrica e o aumento considerável de turismo, julgo que já não haveria chá nos Açores. É mais uma venda. As pessoas passam a conhecer e o “passa-palavra” tem sido muito importante.*⁴⁴² E acrescenta que, *faz questão de manter, enquanto for possível, a fábrica a funcionar nos moldes mais tradicionais, e típicos. Afinal, é esse aspecto que atrai as pessoas, e como diz, é uma questão de defesa.*⁴⁴³

Assumindo abertamente a fábrica de Chá da Gorreana, como fábrica museu,⁴⁴⁴ quer pelo valor patrimonial que integra em termos de equipamento, quer pela história que tem associada, resolveu reforçar essa sua intenção, criando complementos expositivos ao longo da fábrica, através dos quais pretende contextualizar um pouco da história e das características daquela unidade produtiva. Para além dos objectos directamente relacionados com a fábrica de chá, resolveu colocar em exposição uma série de peças que a família foi guardando numa “falsa” e que, por serem antigas e curiosas, devem ser mostradas.

Paralelamente, e assumindo-se como coleccionador, tem vindo a reunir e a recuperar uma série de peças relacionadas com a história da família e da fábrica. Fruto desse investimento e interesse histórico e cultural, está a preparar a edição de um livro sobre a história do chá nos Açores, como forma de comemorar os 125 anos da Fábrica de Chá da Gorreana. O seu objectivo *é fazer perdurar no tempo um documento onde as pessoas possam ler sobre o chá e a sua evolução histórica na ilha. O percurso da Gorreana é importante para nós, mas o percurso do chá em São Miguel é interessante para todos.*⁴⁴⁵

De referir que, em São Miguel, o chá teve produções significativas nas primeiras décadas do século XX. No entanto, as restrições às trocas com o exterior, durante as duas Grandes Guerras, fizeram com que houvesse um maior investimento noutras culturas mais necessárias à

⁴⁴² Depoimento de Hermano Mota prestado em Agosto de 2009.

⁴⁴³ Idem.

⁴⁴⁴ Idem.

⁴⁴⁵ Moreira, 2008: 2.

subsistência, sendo o declínio da produção de chá inevitável. Assim, das cerca de 15 fábricas de chá que existiram em S. Miguel, a da Gorreana chegou a ser única na Europa.

Apesar das dificuldades por que já passou, esta fábrica, recorrendo a técnicas tradicionais, produz anualmente cerca de 30 toneladas de chá preto e verde, dez das quais são para exportação, principalmente para o continente, Madeira e Alemanha.

Este é um negócio de família, visto que conta com a ajuda de todos. Aos fins-de-semana, por exemplo, a tarefa de receber as visitas turísticas é repartida por todos. E a continuação do chá Gorreana parece já estar assegurada por dois dos cinco filhos dos proprietários.

18. Núcleo Museológico da Pesca Artesanal

A pesca é uma actividade que desde sempre marcou fortemente a vida na Ribeira Quente, tendo sido representada no Núcleo Museológico da Pesca Artesanal da freguesia. Esse projecto museológico surgiu no âmbito da Área Escola e do Projecto Pedagógico para o ano 1997/1998, sob a responsabilidade de Armando Silva, então professor da Escola do Castelo, da Ribeira Quente.

O projecto tinha como principais objectivos, a valorização de saberes dos cidadãos da freguesia da Ribeira Quente, relacionados com o mar e a pesca, e o seu estudo pelos alunos das suas duas escolas. O objectivo final era a criação de um núcleo museológico, que seria instalado numa sala da Escola do Castelo, uma das escolas básicas da freguesia, que na altura se encontrava sub aproveitada.

Ao longo do ano escolar as várias turmas desenvolveram e experimentaram diversas actividades centradas nos seguintes temas: “A Construção do Porto de Pesca”, “Histórias do Mar”, “Os Peixes”, “A Alimentação”, “Os Apetrechos de Pesca”, “A Lota”, “Os Barcos” e “Os Pescadores”.

A 12 de Outubro de 1997, e após terem retirado uma janela de uma sala desocupadas da Escola do Castelo, colocaram lá dentro um barco de boca aberta. Este momento marcou o início de novas ideias.

Ao longo do percurso, este projecto teve o apoio técnico do Museu Carlos Machado, nomeadamente a nível do inventário, da investigação, da limpeza e da conservação das peças. Todos os objectos recolhidos, produzidos e expostos foram inventariados, de forma sumária, pelos alunos.

Após várias recolhas de peças e de documentação, de contactos com a população local e de trabalhos realizados pelos alunos, a 29 de Maio de 1998, foi inaugurado o Núcleo Museológico da Pesca Artesanal, na presença do Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César.

A sua abertura ao público era sazonal, realizando-se apenas durante os meses de Verão (Maio a Setembro). Cerca de dois anos após a inauguração, este espaço museológico passou a ser gerido e dinamizado pela Cooperativa de Economia Solidária dos Pescadores da Ribeira Quente.⁴⁴⁶ Para abrir o museu ao público, no período de Verão, a referida Cooperativa recorria ao programa de Ocupação de Tempos Livres.

Devido à exiguidade da sala de exposição, foi defendido pela Cooperativa que o núcleo museológico deveria ser instalado noutra espaço, eventualmente partilhado com algumas artesãs locais, que se dedicam essencialmente a trabalhos com escama de peixe. Neste sentido, efectuaram-se algumas diligências junto da Secretaria Regional da Habitação, para a reconstrução de um imóvel existente na freguesia e propriedade da Região, que serviria esse objectivo. Este projecto não chegou a concretizar-se, por falta de capacidade de resposta e cabimento orçamental da parte daquela Secretaria Regional.

Ao longo da sua curta história, o Núcleo Museológico da Pesca Artesanal da Ribeira Quente não recebeu quaisquer ajudas, ao abrigo de programas comunitários ou outros.

⁴⁴⁶ O presidente actualmente é Gualberto Rita.

Em 2006, foram feitos alguns contactos com a EQUAL, designadamente com o Eng.º Luís Rodrigues, mas que acabaram por não ter seguimento nem conhecer qualquer concretização, dado o que se adivinhava o encerramento do núcleo museológico, desmontado em 2007.

Na origem do encerramento do Núcleo Museológico da Pesca Artesanal da Ribeira Quente esteve a reestruturação do parque escolar que abrangeu todas as freguesias do concelho da Povoação, em cumprimento do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A. Neste âmbito, foram feitos melhoramentos numa das escolas da freguesia da Ribeira Quente, a Escola da Ribeira, e foi encerrada a Escola do Castelo, onde se encontrava instalado aquele núcleo museológico. Desde então, as colecções e demais objectos aí existentes encontram-se num armazém, à guarda da Cooperativa de Economia Solidária dos Pescadores da Ribeira Quente, sem se preconizar qualquer desenvolvimento.

19. Oficina Museu das Capelas

Manuel João da Silveira Sousa Melo foi professor do ensino básico, tendo leccionado durante alguns anos na Escola Primária de Capelas. Paralelamente, o seu gosto pelo artesanato levou-o a coordenar um grupo de artesãos, a quem encomendava vários artigos e aos quais dava o seu toque final, antes de os colocar no mercado, em Ponta Delgada.

Quando se reformou, pensou em construir uma oficina de artesanato para o fabrico de flores artificiais em escama de peixe, casca de cebola, alho e miolo de figueira, o que veio a concretizar, em 1996, no anexo da sua propriedade de Verão, situada também na freguesia das Capelas.

Porém, esse professor reformado, muito interessado na preservação da memória histórica do seu meio, considerava que não tinha contribuído o suficiente para a comunidade de Capelas, aquando a sua passagem pela Escola de Ensino Básico local, pelo que, em 1998, transformou a oficina de artesanato em Oficina Museu. Com esse projecto pretendia preservar e expor outras artes e ofícios “que se vão perdendo e que ainda nos dão um sabor muito próprio. Reviver o

passado é uma forma de se enriquecer e de perspectivar o futuro. Podem, assim hoje, estes ofícios serem-nos úteis e os seus trabalhos apreciados”⁴⁴⁷.

Assim nascia um *museu de profissões*⁴⁴⁸, onde para além da recriação de artes e ofícios tradicionais e da salvaguarda do património da ilha, também se pretendia que todas as oficinas estivessem a funcionar com artesãos, *para dar mais vida ao museu*⁴⁴⁹, contribuindo também para a dinamização e economia locais. Essa sua intenção foi perdendo força, uma vez que não tem meios de suportar os ordenados dos artistas.

Com a criação da Oficina Museu, surgiu a necessidade de definir objectivos para aquele espaço museológico, tendo sido apontados os seguintes: *Dotar a freguesia de Capelas de um museu que proporcione algum dinamismo e contribua para a sua valorização; Recolher peças em risco de desaparecer e apresentá-las com sentido pedagógico; Recrear artes e ofícios, que sofreram grandes mutações; Proporcionar aos visitantes um local agradável, repousante e útil, no aspecto informativo e de produção; Descobrir novos valores; Dar a conhecer aos vindouros como foi o passado.*⁴⁵⁰

Alguns anos mais tarde, Manuel Melo referia que visitar a Oficina Museu *é, para muitos, o reviver da sua mocidade ou de tempos que já lá vão; para a juventude é um ponto de referência entre o passado e o presente.*⁴⁵¹

Ao longo do tempo, Manuel João, sempre apoiado pela esposa, Maria Emília, tem efectuado inúmeras recolhas por toda a ilha de S. Miguel, quer nos meios mais rurais, quer nas cidades e vilas. Uns objectos são integrados no seu espaço museológico por aquisição, outros por doação. Porém, com a preocupação de dar a conhecer ao pormenor antigas realidades, tem trazido para o

⁴⁴⁷ Melo, 2007: 3.

⁴⁴⁸ Melo, 2003: 1.

⁴⁴⁹ “Museu privado nas Capelas está à margem do turismo”. 2005, in *Diário dos Açores*. 2 de Setembro: 3.

⁴⁵⁰ Melo, 2003: 1.

⁴⁵¹ Idem.

museu espaços completos, que foram substituídos por estruturas modernas, pelos seus proprietários.⁴⁵²

Aos poucos, Manuel João Melo recriou uma pequena cidade com oficinas, lojas, ruas, e até um quintal rural com animais domésticos. Através dessas reconstituições e reposições cénicas são revelados inúmeros aspectos das vivências micaelenses, de há 50 ou 100 anos. A exposição detalhada de espaços e ambientes, que ao longo de mais de uma década foram crescendo em número, contam actualmente com a reconstituição de inúmeros saberes, em 38 oficinas e lojas⁴⁵³. De salientar que, associado a cada espaço, é realizado um estudo para a respectiva reconstituição. Porém, segundo nos disse Manuel Melo⁴⁵⁴, *a cada ofício corresponde um saber*, e a recolha desse conhecimento, desse património imaterial, está ainda por fazer.

Os públicos que visitam a Oficina Museu são muito variados, embora as escolas marquem presença com alguma assiduidade. De salientar aqui que, em 2001 e 2002, a Oficina Museu assinou um protocolo com a Escola EB 2,3 de Capelas para dar formação, gratuitamente, nos trabalhos de tear, a duas alunas com dificuldades de aprendizagem, no âmbito do PROFIJ⁴⁵⁵.

Ao longo da sua história a instituição tem sofrido ampliações, nomeadamente em 2000 e 2002, sendo esta última, dedicada à área comercial.⁴⁵⁶

Para a construção do espaço, e para a edição de alguns materiais de divulgação, este projecto tem beneficiado do apoio de alguns programas comunitários, designadamente o LEADER II e mais recentemente de um apoio anual da Secretaria Regional da Economia. Porém, Manuel Melo já teve de decorrer à banca para suportar os custos daquele espaço museológico. De referir que, só

⁴⁵² Foi por exemplo, o caso da antiga Farmácia Garcia, da Gráfica Açoreana, da antiga loja “Baterias Moreira”, ou da oficina do relojoeiro Aires Garcia, todos provenientes de Ponta Delgada.

⁴⁵³ Anexo I: Lista de espaços da Oficina Museu em 2008.

⁴⁵⁴ Aquando da nossa última visita à Oficina Museu em Junho de 2009.

⁴⁵⁵ PROFIJ – Programa Formativo de Inserção de Jovens. Criado pela Resolução 216/97, de 13 de Novembro, é um programa que visa a qualificação de jovens e a sua inserção no mundo do trabalho, através de uma estratégia pedagógica que aproxime o jovem, a escola e a empresa. Este programa é um dos pilares fundamentais do Plano Regional de Emprego do Governo Regional dos Açores e corresponde à sua medida operacional nº 1, conforme estabelecido pela Resolução nº 218/98, de 29 de Outubro.

⁴⁵⁶ Segundo depoimento de Manuel Melo, em Junho de 2009, o primeiro projecto de arquitectura foi da autoria do arquitecto Afonso Baptista, e as posteriores alterações foram realizadas sem projecto.

a partir de 2004, começou a cobrar bilhete de entrada, como forma de obter uma fonte de rendimento que permitisse custear as despesas de manutenção do espaço.⁴⁵⁷

A ausência de apoios financeiros e de uma divulgação turística eficaz, bem como a falta de pessoal, condicionaram muitas vezes o desenvolvimento e as realizações da Oficina Museu.

Desde 1996, paralelamente ao espaço de exposição, funciona a oficina onde Manuel Melo e outros artesãos locais desenvolvem vários trabalhos de artesanato, parcialmente vendido na loja do Museu.⁴⁵⁸ Essa oficina tem o estatuto de Unidade Produtiva Reconhecida com Comercialização Directa, pela Secretaria Regional da Economia dos Açores.

Em 2008, consciente do valor da sua Oficina Museu e preocupado com o futuro, após ter decidido em família, propôs à Câmara Municipal de Ponta Delgada a doação do espaço e da totalidade do seu espólio, com a contrapartida daquela edilidade suportar a construção de mais vinte oficinas, para os quais já possui o respectivo espólio.

Actualmente, Manuel Melo está a realizar o inventário de todo o espólio, por solicitação da referida Câmara Municipal, de forma a poder ser efectuada a respectiva avaliação patrimonial.

A funcionar em pleno, o futuro próximo da Oficina Museu está contudo em aberto.

20. Núcleos Museológicos de Água de Pau

Filho de Água de Pau, Roberto de Sousa teve presente, desde muito cedo, a preocupação de preservar o património da sua terra. Antes ainda de ter sido eleito Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, em 1997, já preconizava a realização de um museu e a preservação de alguns imóveis históricos da freguesia, tendo sugerido ao Presidente da Câmara Municipal de Lagoa *a compra da habitação denominada como “Casa da Estrela” para futura sede da Junta e Museu Etnográfico.*⁴⁵⁹

⁴⁵⁷ “Museu privado nas Capelas está à margem do turismo”. 2005, in *Diário dos Açores*. 2 de Setembro: 3.

⁴⁵⁸ Em Junho de 2009 Manuel Melo tinha três artesãos a trabalhar consigo.

⁴⁵⁹ Sousa, 2005: 7.

Em 1998, inicia o seu primeiro mandato como Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau e começa a desenvolver esforços no sentido de salvaguardar o património cultural e material da freguesia, de que são exemplo os *Tanques do Paúl*.

20.1. Museu das Lavadeiras

Os lavadouros públicos *Tanques do Paúl*, constituídos por doze pias de pedra basáltica, foram construídos, em 1949, para as mulheres de Água de Pau lavarem roupa, já que não tinham água canalizada no domicílio. Os lavadouros eram também um ponto de encontro e de confraternização das lavadeiras de Água de Pau.

No início de 1999, esse imóvel encontrava-se quase em ruínas, e a Junta de Freguesia de Água de Pau tomou a iniciativa de o reconstruir, inaugurando-o em Dezembro do mesmo ano, com a designação de Museu das Lavadeiras. Nessa altura foi colocada sinalética com a mesma designação, retirada em data recente.

Actualmente, esse espaço mantém a sua designação original *Tanques do Paúl* e abre ao público no Verão, a pedido de algumas mulheres, para ali recriarem aquela actividade tradicional.

20.2. Núcleos Museológicos da Casa da Junta

Na sequência de uma proposta do Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, Roberto de Sousa, a Câmara Municipal de Lagoa adquiriu, em 2000, a antiga *Casa da Estrela*⁴⁶⁰, para futura sede da referida Junta. Após obras de recuperação do imóvel, que tiveram o apoio do Governo Regional dos Açores e da Câmara Municipal de Lagoa, a nova sede da Junta foi

⁴⁶⁰ Imóvel do século XVIII, mandado construir pelo morgado Manuel Inácio Botelho da Silveira. Conhecida por “Casa da Estrela” porque o seu proprietário na primeira metade do século XX, Eng.º Floriano Victor Borges, colocou em cima da porta principal dessa casa uma estrela em folha de cobre, que lhe havia sido atribuída, em 1893, por trabalhos realizados na ilha do Faial. Sousa, 2005.

inaugurada a 27 de Março de 2004. Nessa altura, já estava projectada a instalação nesse imóvel de diversos serviços, nomeadamente dos *futuros Museus*.⁴⁶¹

Um ano mais tarde, Roberto de Sousa reforçou a sua ideia, referindo que esse imóvel não serviria apenas para o funcionamento da Junta de Freguesia e dos serviços gerais da Câmara Municipal, deveria ser também um grande centro dinamizador de cultura na Vila de Água de Pau, e acrescentava que *trabalharemos para construir o Museu do Vinho e da Cozinha Regional noutros espaços desta Casa, para eternizarmos alguns costumes da vivência da nossa gente*.⁴⁶²

De salientar que, desde o início do seu primeiro mandato, Roberto de Sousa iniciou um trabalho de recolha por toda a freguesia, daquilo que ele considerava importante preservar como testemunho da história da Água de Pau e das suas gentes. Por sua iniciativa, começou a nascer uma colecção de objectos etnográficos destinados aos *futuros Museus*.⁴⁶³ Todos esses objectos têm um inventário sumário.

Em 2005, no edifício sede da Junta de Freguesia foram inaugurados os designados Museu da Adega Regional, Museu dos Teares e Museu da Capacharia, referindo o presidente da Junta que, para além desses que *enriquecem imenso esta “Nossa Casa”, outros surgirão, dando assim ainda mais valor a este edifício*.⁴⁶⁴ No mesmo ano, por altura das festas da freguesia, foi promovida uma acção de dinamização no espaço Museu da Adega Regional.

De salientar que, esses museus são colecções de objectos que estão em exposição permanente, em salas da Casa da Junta. Cada sala temática é entendida e designada como museu, e no conjunto como núcleos museológicos de Água de Pau.

⁴⁶¹ Sousa, 2005: 23.

⁴⁶² Sousa, 2005: 71.

⁴⁶³ Sousa, 2005: 23.

⁴⁶⁴ Sousa, 2006: 14.

Em 2008, Roberto Sousa deu continuidade ao trabalho de recolha de objectos etnográficos na freguesia, destinados a exposição permanente e programou inaugurar no ano seguinte novos núcleos museológicos, também no edifício sede da Junta.⁴⁶⁵

Todos esses espaços museológicos são visitáveis pelo público em geral mas, por se situarem na sede da Junta de Freguesia, a visita carece de marcação prévia.

Finalmente, e sobre as iniciativas museológicas em Água de Pau, importa realçar que, em 1995, tendo consciência do valor patrimonial da cestaria nesta freguesia, a Câmara Municipal de Lagoa solicitou ao Dr. José Eduardo Pedro Gaspar um projecto para a realização do Museu Regional da Cestaria, que seria criado no Mercado de Água de Pau.⁴⁶⁶ Esse projecto foi elaborado mas não teve seguimento por circunstâncias várias, nomeadamente a mudança de opções a nível da edilidade.

21. Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores

O Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores (OVGA) foi criado no ano 2000, em grande parte devido ao espírito de iniciativa e empenho do Doutor Victor Hugo Forjaz,⁴⁶⁷ Professor da Universidade dos Açores, que se assume como um defensor da livre difusão do

⁴⁶⁵ Sousa, 2008: 7.

⁴⁶⁶ Gaspar, 1995.

⁴⁶⁷ Victor Hugo Lecoq de Lacerda Forjaz é Vulcanólogo e Professor Associado (desde 1998) do Departamento de Geociências da Universidade dos Açores. Natural da ilha do Faial, onde nasceu em 1940, em 1957-1958 teve a oportunidade de acompanhar todas as fases da erupção do Vulcão dos Capelinhos e os trabalhos desenvolvidos por conceituados cientistas como H. Tazieff, Eng.º Frederico Machado e R. Fisher. Em 1968 licenciou-se em Ciências Geológicas pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e mais tarde doutorou-se em Vulcanologia, pela Universidade dos Açores. Tirou ainda a especialidade em Riscos Geológicos e em Ciências Geotérmicas. Em 1976 fixou-se em São Miguel, onde em 1981, integrou a Universidade dos Açores. Da sua intensa actividade profissional, destacamos o seguinte: foi Director do Programa Geotérmico dos Açores; Director do Projecto Geotérmico do Vulcão do Fogo (Universidade dos Açores) e Coordenador do Projecto Furnas - Vulcão Laboratório Europeu; Co-Fundador da International Society of Planetology e Fundador do Instituto de Geociências dos Açores; em 1985, foi Co-Fundador do Centro de Vulcanologia do INIC (Instituto Nacional de Investigação Científica); Co-Representante Nacional na Rede Europeia de Vulcanologia (European Science Foundation). É correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, desde 24 de Novembro de 2005. Como bolsheiro e congressista, ao longo dos anos, efectuou missões científicas aos vulcões na Europa continental, Islândia, América do Norte, América Central continental, Antilhas, Havai, Indonésia, Filipinas, Japão, entre outros. É um estudioso apaixonado da erupção submarina do Vulcão dos Capelinhos, na Ilha do Faial, e da Serreta, na Ilha Terceira. Victor Forjaz é autor e co-autor de 130 publicações. www.uac.pt Último acesso em 2009-07-25.

conhecimento científico.⁴⁶⁸ Este observatório tem estatuto de associação, sendo Victor Hugo Forjaz o presidente da direcção do OVGA, desde o começo.

Inicialmente sem quaisquer apoios, começou a desenvolver um projecto cujo objectivo principal consiste no exercício e na promoção de actividades no campo da Vulcanologia, da Sismologia, da Geotermia e do Ambiente, visando também a formação, reciclagem e actualização das entidades que o solicitem naquelas áreas. Para a consecução do seu objectivo, constituem atribuições principais do OVGA: *a) O desenvolvimento de programas e de projectos científicos, técnicos e de divulgação no âmbito da Vulcanologia, da Sismologia, da Geotermia, da Geotecnia, da Hidrogeologia e do Ambiente em geral, incluindo a protecção de pessoas e de bens existentes em áreas de risco; b) O apoio técnico e científico às entidades nas áreas anteriormente indicadas assistindo-as no planeamento e orientação, e na execução das investigações e outros desenvolvimentos para tal necessários; c) A permuta de informações técnicas, científicas e culturais com instituições afins e a publicação de resultados da investigação a que se dedica, com excepção dos que resultem de contratos que expressamente a excluam; d) A montagem de infraestruturas tecnológicas e científicas adequadas à comunidade açoriana e a organismos internacionais; e) A promoção de iniciativas orientadas para o debate conclusivo sobre experiências e inovações introduzidas naqueles campos científico e tecnológico, organizando colóquios, seminários, grupos de estudo ou quaisquer outras formas de trabalho colectivo.*⁴⁶⁹

De índole científica, este observatório é dirigido por universitários, sendo muito visitado por escolas (é-lhes reservado o período da manhã) e grupos nacionais e estrangeiros.

A sua construção e instalação foram financiadas pela Direcção Regional da Ciência e Tecnologia, e reúne espaços expositivos e equipamentos que evidenciam, de forma sugestiva, alguns dos aspectos fundamentais da geologia açoriana, com destaque para as questões do

⁴⁶⁸ Depoimento do Dr. Luís Almeida prestado em Junho de 2009.

⁴⁶⁹ www.ovga-azores.org/objectivos.htm. Último acesso em 2009-08-26.

vulcanismo e para a forma como esses fenómenos podem influir na nossa tipificação em matéria ambiental, da economia e do desenvolvimento.

Este espaço é constituído por dois amplos pavilhões, o bloco 1 - Tenente Coronel José Agostinho e bloco 2 – Professor Frederico Machado, em homenagem a estes dois vulcanólogos açorianos.

A componente museológica, que ocupa maior área, está centrada no bloco 1, onde a visita se inicia pelo *túnel de lava*, que conduz os visitantes a uma exposição de 62 minerais, subordinada ao tema *Minerais da Nossa Vida*. Neste espaço museológico estão também expostos fósseis de todo o mundo e imagens da actividade vulcânica insular, acompanhadas de amostras geológicas seleccionadas para um público interessado em vulcanismo. Pedras raras, cracas, meteoritos, ovos de dinossauro da China (deserto do Gobi) com milhares de anos, passando pelo tão conhecido basalto açoriano convivem harmoniosamente. Está patente também uma colecção de pintura sobre o vulcanismo nos Açores, propriedade de Victor Hugo Forjaz, onde podemos ver representadas algumas erupções históricas ocorridas no arquipélago. Aqui o objectivo é *explicar aos visitantes as erupções e dar-lhes um vislumbre do que terá sido na altura*.⁴⁷⁰

Uma parte do espólio do OVGA pertence ao Professor Victor Hugo Forjaz e reflecte o seu percurso profissional e seu gosto pela ciência e pelo vulcanismo em particular. Ao longo da vida, Victor Hugo Forjaz tem reunido uma colecção de materiais geológicos e mineralógicos, bem como uma série de pinturas do vulcanismo insular açoriano, encomendadas a artistas locais.⁴⁷¹ Para completar as lacunas que existiam no acervo o observatório recorreu a fundos comunitários para efectuar aquisições, quer a nível nacional, quer internacional.

Associado à componente museológica existe um arquivo documental e um espaço com acesso à internet e a conteúdos interactivos produzidos pelos técnicos do OVGA.

⁴⁷⁰ Dias. 2005: 13.

⁴⁷¹ Designadamente Emanuel Carreiro, Aristides Âmbar, Armando Moreira e Victor Boga.

No bloco 2 situa-se o bar *Treme-Treme*, alguns equipamentos geofísicos visualmente acessíveis aos visitantes, e ainda a Ecoteca da Lagoa, gerida pelo OVGA, e que, segundo o técnico residente, constitui uma mais valia a nível do acervo documental existente.⁴⁷²

Aberto ao público desde 2004, o Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores foi inaugurado oficialmente, a 23 de Setembro de 2006, na presença do Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, da Secretária Regional do Ambiente e do Mar, Dra. Ana Paula Marques e do Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, Eng. João Ponte.

Este novo espaço de ciência e de exposição veio disponibilizar, de forma interactiva, um conjunto de conhecimentos e de informações sobre a geologia, o vulcanismo e a geotermia. Integra materiais que *podem ajudar na interpretação do que se observou na natureza açoriana; ou, ao invés, podem aliciar a novas descobertas.*⁴⁷³

O Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores, *insere-se num conjunto de iniciativas que pretende impulsionar, na sociedade açoriana, em particular junto dos mais jovens e dos estudantes, o gosto pela cultura científica e tecnológica.*⁴⁷⁴

Desde 2006, integra o *Roteiro dos Centros de Ciência dos Açores*, rede que o Governo Regional tem vindo a criar, em parceria com diversas instituições, visando dotar a Região de um dispositivo de equipamentos de demonstração e de divulgação da cultura científica que *cubra os principais campos do conhecimento, com particular ênfase para aqueles que, entre nós, podem apresentar especificidades que justificam uma abordagem mais aprofundada e ou diferenciada.*⁴⁷⁵

Como meios de divulgação das actividades e projectos que desenvolvem, assim como dos seus conteúdos, o Observatório promove publicações e uma página de internet, encontrando-se,

⁴⁷² Depoimento do Dr. Luís Almeida prestado em Junho de 2009.

⁴⁷³ Idem.

⁴⁷⁴ “Intervenção do presidente do Governo na inauguração do Observatório Vulcanológico dos Açores”. 23 de Setembro de 2006, in <http://criar2009.azores.gov.pt/>. Último acesso em 2009-07-21.

⁴⁷⁵ Idem. Integram também esta rede o Observatório do Ambiente e Clima, em Angra do Heroísmo, o Observatório do Mar, na cidade da Horta e, em São Miguel, o Observatório Astronómico de Santana, no concelho da Ribeira Grande, e o Expolab, no concelho de Lagoa.

nesta última, informação sobre os vulcões e sismos dos Açores, as actividades do observatório, a bibliografia geológica do Arquipélago.

De salientar ainda, que em 2008, na ilha de São Jorge, o OVGA iniciou *um novo produto turístico - o Volcanowatching- o mesmo quer dizer, Observar os Vulcões (...) conhecer a sua história, fotografá-los de vários ângulos, perceber como surgiram e quando...é uma nova forma de entretenimento (...), por outro lado, os passeios pelo mar, observar a costa são também uma variante do Volcanowatching.*⁴⁷⁶ Essa é uma nova actividade turística, inserida no geoturismo, que começa a dar os primeiros passos na Região por intermédio desta associação de divulgação geológica. Segundo o vulcanólogo Victor Hugo Forjaz *não é preciso muito, para uma pessoa se apaixonar e promover o "Volcanowatching", afinal, os Açores são ricos em "matéria-prima" para a actividade.*⁴⁷⁷

Recentemente, o OVGA tem vindo a estabelecer várias parcerias e protocolos com instituições regionais e internacionais, no âmbito dos projectos e actividades que desenvolve.

Entre outras actividades, o Observatório está a preparar a exposição *Rochas dos Açores* e coordena o Projecto de Iniciativa Comunitária InterReg III B *VULCMAC- Vulcanismo da Macaronésia,*⁴⁷⁸ em parceria com a Madeira e com as ilhas de Lanzarote e de Tenerife, nas Canárias.

22. Núcleo Museológico da Covoada

Com o objectivo de preservar o património agrícola da freguesia, a Liga de Amigos da Covoada e alguns lavradores mais antigos iniciaram na década de 80 a recolha de objectos para um futuro museu agrícola, onde pudessem ser expostos e transmitidos às gerações futuras.

⁴⁷⁶ Tejo, 2008: 9.

⁴⁷⁷ Rosa, 2007: 8.

⁴⁷⁸ O projecto tem como finalidade principal organizar uma amostra itinerante sobre os conhecimentos vulcanológicos dos três arquipélagos macaronésicos. www.ovga-azores.org/objectivos.htm. Último acesso em 2009-08-26.

Os objectos recolhidos foram expostos temporariamente, na Sede da Liga dos Amigos da Covoada e mais tarde foram guardados em reserva, numa cave do mesmo edifício. Entretanto, a ideia de criar um museu local, onde se preservaria o espólio que tinha sido doado pela comunidade, começa a surgir no pensamento de muitas pessoas.

Anos mais tarde, em 1997, a Câmara Municipal de Ponta Delgada cedeu à Junta de Freguesia da Covoada o edifício da antiga escola primária e, após considerarem várias hipóteses, surge a ideia de ocupar aquele espaço com a exposição permanente do espólio recolhido pela Liga de Amigos da Covoada, que continuava guardado e a degradar-se. Em 1998, a Junta candidatou-se ao programa comunitário LEADER, obtendo metade do financiamento para, em colaboração com a Secretaria da Habitação e Equipamentos, proceder à transformação e adaptação do referido espaço, para aí instalar um museu.

Após a conclusão das obras, em 1999, iniciaram-se os trabalhos para a organização do novo espaço museológico, destacando-se o envolvimento e o papel preponderante dos fundadores da Liga dos Amigos da Covoada, designadamente Luís da Silva Cordeiro, João Luís Furtado Oliveira, José Jesuíno Ventura Coelho, e João Manuel Rebelo Rego Almeida, este último então presidente da Junta de Freguesia. Ao longo desse processo recorreram ao apoio técnico do Museu Carlos Machado, nomeadamente a nível da conservação e inventário das peças e da montagem da exposição.

A 2 de Dezembro de 2001, foi inaugurado o Núcleo Museológico da Covoada, na presença de membros do Governo Regional e do Director do Museu Carlos Machado, Dr. António Manuel de Oliveira. O acervo, apresentado numa sala única com cerca de 111m², integrava uma colecção de utensílios agrícolas e industriais, herança de lavradores e produtores de lacticínios, actividade que caracteriza a Covoada.

Na altura, foi salientada a necessidade urgente de se desenvolverem acções de conservação e restauro em grande parte dos objectos do museu, que estavam a deteriorar-se, tendo sido

considerada a hipótese de se formar uma comissão para acompanhar os trabalhos, de forma a garantir a melhor eficácia. Nesse sentido, a Junta de Freguesia da Covoada considerou elaborar um projecto e candidata-lo à Associação Regional para o Desenvolvimento (ARDE), o que não veio a acontecer. Foi também pensada a participação de alguns lavradores reformados na recuperação dos objectos, pois com os seus conhecimentos e trabalho poderiam ser uma preciosa mais valia, para além de se garantir a participação e o envolvimento da comunidade local.

Após a inauguração, o Núcleo Museológico da Covoada foi encerrado, para que a fase de recuperação das colecções tivesse início. Porém, e por circunstâncias várias, os projectos foram sendo adiados, embora as intenções se mantivessem, inclusive com a nova direcção da Junta de Freguesia da Covoada, presidida por Maria do Rosário Aragão.

Ao longo dos anos foi solicitado apoio à Câmara Municipal de Ponta Delgada mas, só em 2003 foi possível efectuar obras de beneficiação do exterior do edifício e, em 2004, recuperaram-se os ferros de algumas peças, trabalho efectuado pela Serralharia do Outeiro nos Arrifes.

Mais recentemente, em 2008, e após obras de conservação do edifício, foi aí instalado o posto de turismo local, sem ter sido tomada qualquer decisão sobre o futuro do Núcleo Museológico da Covoada e sobre o destino a dar ao espólio que o constitui.

23. Museu do Chá do Porto Formoso

A introdução da cultura do chá na ilha de São Miguel ocorreu nos finais do século XIX, como parte integrante de um processo mais alargado de diversificação de culturas agrícolas, capazes de virem a constituir-se como alternativas à exportação da laranja, que entretanto entrara em declínio. Nesse contexto, Amândio Machado Faria e Maia fundou a Fábrica de Chá do Porto Formoso, que laborou entre os anos vinte e oitenta do século XX, na costa norte da ilha de São Miguel.

Em 1998, o Eng.º José António Pacheco⁴⁷⁹ e a esposa, Dra. Regina Mendonça, adquiriram a propriedade onde se integra a referida fábrica e efectuaram obras de recuperação da unidade produtiva, no âmbito das quais criaram um espaço museológico. Os proprietários assumem que a recuperação da fábrica, pretende ser também um projecto de animação turística.⁴⁸⁰

Para o efeito recorreram a fundos comunitários, designadamente à iniciativa comunitária REGIS II⁴⁸¹ e ao Programa LEADER +.

Os objectivos que levaram à criação do Museu do Chá do Porto Formoso, aberto desde 2001, foram, por um lado, ser esta uma forma de contribuir para a preservação da história, da memória e de algumas vivências associadas à cultura do chá, particularmente naquela unidade produtiva e na zona geográfica do Porto Formoso e, por outro lado, por ser também uma forma de atrair visitantes e de divulgar aquela fábrica e os seus produtos.⁴⁸²

Para o efeito, recuperaram e preservaram antigas máquinas e utensílios ligados à produção do chá, realizaram algumas recolhas de materiais e de testemunhos de antigos funcionários, e efectuaram alguma investigação. De salientar que tiveram a colaboração, muitas vezes de forma espontânea, de antigos trabalhadores da fábrica, quer na recuperação de peças, quer na reconstituição da história e de vivências da referida actividade.

Actualmente, o espaço museológico do Chá Porto Formoso integra no seu espólio o próprio património industrial daquela fábrica, fotografias, reconstituições de traje popular de trabalho (feminino e masculino), e objectos diversos, de natureza etnográfica e técnico-científica, usados nas várias fases do processo de produção e venda de chá. A visita à fábrica/espço museológico

⁴⁷⁹ Engenheiro agrícola, filho e neto de produtores de chá.

⁴⁸⁰ Depoimento de José Pacheco prestado em Junho de 2009.

⁴⁸¹ Iniciativa comunitária destinada especificamente às regiões ultraperiféricas, e que foi justificada pelo carácter particular que estas regiões assumem no contexto da União Europeia, a qual desenvolveu o conceito de ultraperifericidade para qualificar as regiões com determinadas características comuns (carácter insular ou quase insular, afastamento do território comunitário, PIB inferior a metade da média europeia), que dificultam a integração ou travam o processo de coesão da União Europeia. No âmbito do REGIS II a formulação das candidaturas desenvolveu um conceito de ultraperifericidade fortemente centrado na problemática da mobilidade externa, acessibilidade e integração de mercado e nas consequências da insularidade sobre as debilidades estruturais dos Açores e da Madeira. <http://qca.pt/iniciativas/pdf/regis.pdf> Último acesso em 2009-09-21.

⁴⁸² Depoimento de José Pacheco prestado em Junho de 2009.

inicia-se com o visionamento de um pequeno filme sobre aquela actividade, na ilha e, particularmente, naquela unidade produtiva.

No âmbito da dinamização da fábrica e do seu espaço museológico, para além da visita acompanhada às plantações e a todo o processo de fabrico do chá e das explicações que são fornecidas aos visitantes, pelos proprietários e funcionários da fábrica, promove-se anualmente, no primeiro sábado de Maio, uma recriação da apanha do chá designada *Início de Colheita*, na qual participam amigos dos proprietários, elementos do rancho folclórico do Porto Formoso e a população em geral. Esta reconstituição de época é entendida como *uma actividade de animação cultural onde toda a vivência da cultura do chá é reconstituída, presenteando os visitantes locais e os turistas com um passado de grande importância sócio cultural e riqueza etnográfica.*⁴⁸³

De salientar, que alguns funcionários da fábrica integram nos seus tempos livres o Rancho Folclórico do Porto Formoso, do qual Regina Mendonça é directora artística, estabelecendo-se assim uma relação entre o trabalho, a promoção e preservação da cultura local.

Em 2005, os proprietários do Chá do Porto Formoso apostaram na abertura de um trilho pedestre, com cerca de cinco quilómetros, ao longo do qual se podem ver a fábrica e várias plantações de chá.

O chá do Porto Formoso é um espaço muito visitado durante todo o ano, embora com maior incidência nos meses de Verão, sendo o seu público muito vasto e heterogéneo. De facto, como foi noticiado em 2005, *a Fábrica de Chá e o edifício museu que mostra toda a história da unidade, é visitada anualmente por 20 mil pessoas. O ponto alto é o Verão. Nos restantes meses, há uma quebra de visitantes, mas segundo o responsável pela fábrica, José António Pacheco, é compensada pelas visitas de alunos de várias escolas da ilha e por açorianos, que cada vez mais fazem turismo cá dentro.*⁴⁸⁴

⁴⁸³ www.chaportoformoso.com. Último acesso em 2009-05-09.

⁴⁸⁴ Rebelo, 2005: 7.

Em 2006, por iniciativa dos proprietários do Chá do Porto Formoso, apoiados por um grupo de amigos, e como forma de apoiar, divulgar e promover aquela unidade produtiva, foi criada a *Confraria do Chá Porto Formoso*, do qual José Pacheco é presidente. Em Outubro de 2008, essa confraria promoveu o Seminário *Ao Encontro do Chá*, onde intervieram vários especialistas que abordaram a temática do chá numa perspectiva técnico-científica. Esse evento foi complementado com outras iniciativas de que destacamos uma exposição de fotografia *Sentir o Chá*.

No âmbito das actividades culturais e científicas ligadas ao Chá do Porto Formoso e ao seu espaço museológico, tem sido promovida a investigação e a publicação de alguns estudos sobre a temática do chá.⁴⁸⁵

A nível de perspectivas futuras, os proprietários do Chá do Porto Formoso tencionam manter e enriquecer o seu espaço museológico, uma vez que aquele constitui uma mais valia para a actividade que aquela fábrica desenvolve.⁴⁸⁶

24. Moinho de Vento da Tia Faleira

Na freguesia da Fajã de Cima, do concelho de Ponta Delgada, não existem cursos de água permanentes que possibilitassem o uso de moinhos movidos a água, mas a construção de moinhos de vento, em pontos altos, estratégicos, para aproveitamento dos ventos, permitiu a produção local de farinha.

Situado na Fajã de Cima, o designado Moinho de Vento da Tia Faleira é de influência inglesa, desconhecendo-se a data de construção. No entanto, sabe-se que esteve em actividade até finais do século XIX, tendo permanecido em ruínas durante grande parte do século XX⁴⁸⁷.

⁴⁸⁵ Pacheco, 2005; Confraria do Chá do Porto Formoso (Coord.). 2008.

⁴⁸⁶ Depoimento de José Pacheco prestado em Junho de 2009.

⁴⁸⁷ De acordo com informação cedida pela Junta de Freguesia da Fajã de Cima.

Esse moinho estava integrado numa propriedade com habitação até que, em 22 de Junho de 1993, a mesma foi adquirida pela Junta de Freguesia⁴⁸⁸ a Gabriel Fernandes e sua esposa, Maria da Glória Dionísio Fernandes⁴⁸⁹, para aí se construir um parque de estacionamento e dois acessos.

No ano seguinte, a Junta de Freguesia⁴⁹⁰ iniciou uma série de estudos que resultaram na apresentação, em 1998, de uma candidatura ao programa LEADER, para recuperação do único moinho de vento da freguesia, preservando e valorizando o património imóvel, envolvendo a criação de uma Zona de Lazer, incluindo instalações para um posto de turismo e venda de artesanato.

De realçar que esta iniciativa se insere, embora de forma inconsciente, no âmbito da musealização de sítios, valorizando o património e as especificidades da freguesia. Salvaguardando o moinho, tornavam a Fajã de Cima detentora de um imóvel único, recuperado como espaço de memória colectiva e valor patrimonial, destinado ao turismo, criavam um instrumento de cultura, diferente do que existia no resto da ilha e, por isso, aliciante.

Ainda em 1998, iniciaram-se as obras de recuperação do moinho de vento, na sua traça original, exterior e interior, com o apoio da Câmara Municipal de Ponta Delgada e após a concessão de financiamento pelo Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II⁴⁹¹, ficando a intervenção de revitalização concluída a 12 de Dezembro de 2000. De modo a efectuarem uma recuperação mais fidedigna possível, recorrem ao apoio técnico de um moleiro da Bretanha, José dos Reis.

⁴⁸⁸ De acordo com informação extraída da escritura exarada no livro de notas para escrituras diversas, número 732 C, folhas 5-7, Secretaria Notarial de Ponta Delgada, 2º Cartório. Na altura era presidente da Junta de Freguesia Mário Branco Botelho do Rego.

⁴⁸⁹ Emigrados em Fall River, Estados Unidos da América.

⁴⁹⁰ Sendo presidente Joaquim Farias (1994 e 1995).

⁴⁹¹ Arquivo de correspondência da Associação Regional para o Desenvolvimento (ARDE). Certificado de Conclusão do Projecto Financiados Pelo Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II, nº 5.0.03.006/PD/98. (Área: Preservação e Valorização do Ambiente; Acção: Renovação e Desenvolvimento das Aldeias e do Património Construído; Projecto: Recuperação de Moinho de Vento).

A inauguração do Moinho de Vento da Tia Faleira ocorreu a 1 de Dezembro de 2001, e contou com a presença de diversas autoridades locais, designadamente a Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e o Presidente da Associação Regional para o Desenvolvimento.

A partir dessa data, o moinho manteve-se aberto de forma irregular até que, com o apoio financeiro cedido pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, em 2003, a Junta de Freguesia da Fajã de Cima conseguiu cumprir, durante um ano e meio, a sua intenção de ter aquele moinho de vento em funcionamento e produção, todos os dias úteis, o que foi garantido pelo moleiro de profissão, Tio Manuel Melo. Para além de o moinho estar à guarda daquele moleiro, que o dinamizava, recebendo os visitantes e explicando-lhe a sua história e funcionamento, a ideia ia mais longe, pois pretendiam também que o Tio Manuel desse formação a candidatos aprendizes, o que não veio a acontecer por falta de interessados. Desde o seu falecimento, em Fevereiro de 2005, aquela Junta de Freguesia não encontrou ainda pessoa com conhecimentos na matéria e características para o substituir.

De salientar que, em Março de 2004, e no âmbito do funcionamento e manutenção do Moinho de Vento da tia Faleira, foi estabelecido um Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Ponta Delgada e a Junta de Freguesia da Fajã de Cima, recebendo esta última, desde então, um apoio financeiro anual.

Desde a abertura ao público do moinho têm sido diligenciados pela Junta de Freguesia vários contactos junto de inúmeras entidades, no sentido de divulgar e promover aquele espaço, que consideram como importante atracção turística, mas também um precioso testemunho cultural do passado.

O posto de artesanato, construído na zona envolvente do moinho, funcionou alguns meses em 2003, mas o concessionário desinteressou-se da exploração. Apesar das diligências que têm sido desenvolvidas pela Junta de Freguesia, aquela infra-estrutura contínua desactivada, embora, em

2008, lhe tenha sido concedida, pelo Alvará de Utilização nº 179/2008, licença de utilização como posto de artesanato.

Ainda durante 2008, esse espaço destinado a posto de artesanato foi cedido temporariamente à Associação de Guias Intérpretes Regionais dos Açores – AGIRA, que tem aí a sua sede, ficando a seu cargo a dinamização do Moinho de Vento da tia Faleira. Esta circunstância tem contribuído fortemente para garantir a visita de muitos grupos de turistas, nacionais e estrangeiros, que de outra forma não teriam acesso fácil aquele espaço. Têm sido promovidas ainda algumas iniciativas conjuntas entre a Junta de Freguesia da Fajã de Cima e a AGIRA, nomeadamente a comemoração do Dia Nacional dos Moinhos, a 7 de Abril, em que o moinho está aberto e é dinamizado com a presença de elementos trajados à moda antiga, que recebem os visitantes e lhes servem licores regionais e outras iguarias tradicionais.

De salientar aqui, o contributo de Manuel Oliveira, que tem sido o grande impulsionador do projecto do moinho de vento da tia Faleira, a nível processual, administrativo e da dinamização, e que conjuga a função de secretário da Junta de Freguesia, desde 1994, com a de Vice-presidente da AGIRA.

Diversas iniciativas para a divulgação e promoção do Moinho de Vento da tia Faleira continuam a decorrer, estando prevista para breve a colocação de sinalética na Fajã de Cima e localidades limítrofes, bem como a elaboração de um folheto explicativo acerca daquele imóvel e respectiva área envolvente. Também têm vindo a ser desenvolvidos esforços para classificar o moinho como Imóvel de Interesse Municipal.

Apesar do moinho se debater com dificuldades a nível do funcionamento e dinamização, continua a ser visitado pelo público em geral, especialmente nos meses de Verão, por marcação prévia na Junta de Freguesia ou através dos agentes de turismo da ilha.

25. Museu Etnográfico de São Pedro Nordestino

O projecto deste espaço museológico surgiu após a doação por paroquianos, de uma casa rural tradicional, à Igreja de São Pedro Nordestino.

Por iniciativa do pároco José Cabral foram realizadas recolhas com o objectivo de criar um museu etnográfico, onde estivesse representada a cultura material de São Pedro Nordestinho.

A população aderiu com entusiasmo ao projecto e em pouco tempo o espólio do futuro museu contava já com inúmeras peças, essencialmente equipamento doméstico e alfaias agrícolas.

Em 2001, o Museu de São Pedro Nordestinho abriu ao público, com o intuito de salvaguardar e preservar o património etnográfico da freguesia.

O seu acervo, resultado de recolhas junto da comunidade local, permitiu a reconstituição de alguns espaços do interior doméstico, nomeadamente do tradicional quarto de cama de casal e da típica cozinha regional micalenses, bem como a exposição de diversos objectos etnográficos ligados a etnotecnologias tradicionais.

Durante cerca de seis anos este espaço museológico manteve um horário de funcionamento flexível, registando maior afluência durante os meses de Verão.

Em 2007, o Museu de São Pedro Nordestinho encerrou ao público, por dificuldades de manutenção e falta de pessoal efectivo. A exposição do primeiro piso foi desmontada, de forma a aproveitar o espaço para ministrar cursos de formação, apoiados por programas comunitários. Essa situação mantém-se e não se perspectiva, actualmente, qualquer desenvolvimento, embora o espólio permaneça no espaço do museu.

26. Espaço Museu do Banco Comercial dos Açores

A criação do Espaço Museu do Banco Comercial dos Açores ocorreu em 2002, aquando do 90º aniversário do Banco e por iniciativa deste.

Para a concretização deste projecto, dedicado à memória do BCA, foi constituída uma equipa de trabalho, formada pela Dra. Paula Sousa Pedro, do gabinete de marketing da instituição, pelo Dr. António Oliveira e pela Dra. Margarida Oliveira, respectivamente director e conservadora do Museu Carlos Machado. Esta equipa desenvolveu um programa de trabalho que se iniciou com a pesquisa documental realizada no arquivo histórico da instituição e, dada a importância de contextualizar historicamente a vida do Banco, foi alargada a outras entidades, nomeadamente o Museu Carlos Machado, a Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, a Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada, a Universidade dos Açores e a algumas colecções particulares, onde foram recolhidas diversas fotografias e consultados artigos da imprensa local.

No decurso da pesquisa foram identificadas as peças mais representativas a integrar na exposição. Foi realizado um inventário informatizado de todas as peças seleccionadas, organizado cronologicamente. O guião da exposição foi estabelecido com base na obra *88 anos de Percurso 1912/2000*, da Dra. Maria de Fátima Senra Estrela, e o percurso expositivo englobou seis períodos sucessivos de acontecimentos relevantes da vida do BCA, designadamente: Fundação, Prosperidade e Desalento (1912 – 1934); Da Reconstituição ao Desenvolvimento no Pós-Guerra (1937 – 1960); A Era Bensaúde (1961 – 1974); Nacionalização, Regionalização e Progresso (1975 – 1979); O Banco Comercial dos Açores, E.P. (1980 – 1995); O Regresso do BCA ao Sector Privado da Economia (1996 – 2000).

Para a instalação deste espaço museológico foi escolhida a sede histórica do Banco Comercial dos Açores, situada no centro da cidade de Ponta Delgada.

O objectivo que esteve na génese da criação deste espaço museológico foi o BCA poder oferecer aos seus clientes e público em geral o prazer de rever, através de um importante espólio documental, quase um século de história da instituição, reflexo de uma sociedade activa e atenta aos movimentos dos ciclos económicos, trabalhadora em prol do progresso dos Açores e das

Comunidades e aberta às inovações do presente, com sentido de oportunidade e desejo de sucesso.

O espólio integra um variado número e um diversificado tipo de testemunhos, nomeadamente documentos manuscritos, impressos, alguns exemplares de máquinas que marcam a viragem de uma contabilidade artesanal para um sistema técnico mais sofisticado, bem como uma grande variedade de objectos relacionados com a história e funcionamento do Banco ao longo da sua existência.

O percurso expositivo foi complementado com a instalação de um sistema informático e um sistema áudio e vídeo, que permitem aceder a vários conteúdos relativos ao BCA e à página da Internet deste espaço museológico.

Após a abertura ao público, o espaço foi dinamizado através da sua exposição permanente, tendo recebido grande percentagem de público escolar.

Com a fusão por incorporação do Banco Comercial dos Açores no Grupo Banif S.A., em 31 de Dezembro de 2008, tornou-se necessário repensar aquele Espaço Museu, que se mantém ainda no mesmo local, embora sem grande dinamização. A sua revitalização está em estudo, e perspectiva-se que em 2010, esse espaço museológico adquira nova projecção, reassumindo o seu papel como espaço memória e agente cultural e educativo, particularmente na sociedade açoriana.

27. Museu do Tabaco da Maia

O Museu do Tabaco da Maia é um organismo científico cultural da Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia, vocacionado para a investigação, documentação,

conservação, interpretação e divulgação da agro indústria do tabaco, numa perspectiva de desenvolvimento social e local.⁴⁹²

Está integrado no futuro Parque Temático da Maia, cujo modelo conceptual foi definido pelo Doutor Rui de Sousa Martins.⁴⁹³ Este parque é gerido pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, que visa a promoção turística da zona oriental do concelho da Ribeira Grande e a dinamização cultural e económica da comunidade da Maia e freguesias vizinhas. A ideia que esteve na base do projecto Parque Temático da Maia foi o de desviar o turismo que vai directo às Furnas e trazê-lo à zona oriental do concelho, para seguir a Rota das Culturas Agro Industriais, constituído por quatro circuitos temáticos, criados pelo Gabinete de Desenvolvimento Local da Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia, inspirados nas actividades económicas que tiveram, ou têm ainda, grande importância para a zona.

O ponto de partida será o Centro de Interpretação, a instalar num dos pavilhões da antiga Fábrica de Tabacos da Maia,⁴⁹⁴ onde haverá uma exposição permanente sobre os valores patrimoniais e actividades que se poderão testemunhar em cada circuito. Além disso, o visitante terá à sua disposição os percursos do tabaco, do milho, do chá e do linho. O percurso sobre a cultura do tabaco iniciar-se-á no Museu do Tabaco, situado na Fábrica, e prosseguirá pelas paisagens e espaços de cultivo. O percurso do linho também começará num dos pavilhões do Museu do Tabaco, numa oficina de Artes e Ofícios, onde poderá testemunhar os processos de cultivo do linho, e prosseguirá na Lombinha da Maia, com uma visita ao atelier *O Linho*, de

⁴⁹² Depoimento da Dra. Susana Tiago prestado em Junho de 2009.

⁴⁹³ Em Junho de 2004 participou no arquipélago das Canárias num encontro sobre a definição do conceito de Parque Temático como pólo de desenvolvimento local.

⁴⁹⁴ A Fábrica de Tabacos da Maia, cuja data oficial de laboração remonta a 1871, localiza-se na freguesia da Maia, junto à estrada principal de acesso a esta localidade. Foi fundada Manuel Bento de Sousa, e construída pelos trabalhadores da zona, alguns dos quais foram também operários da própria unidade fabril. Esta fábrica, que estruturou e modelou a paisagem constitui o único testemunho da existência da indústria do tabaco nesta zona da ilha. É inquestionável o facto de grande parte da actividade económica da zona oriental da Ribeira Grande ter assentado na cultura do tabaco, tanto pelos capitais investidos como pela mão-de-obra assalariada utilizada. A partir da década de 80 do século XX, a Fábrica de Tabacos da Maia entrou numa fase de declínio. A dificuldade de recrutamento de mão-de-obra e o seu elevado custo, o aumento do preço das matérias-primas e a forte concorrência das Fabricas de Tabaco Estrela e Micaelense estiveram na sua origem. Em 1988, a Fábrica de Tabaco Micaelense e a Fábrica de Tabacos Madeirense, proprietária da Fábrica de Tabacos Estrela, compraram a Fábrica de Tabacos da Maia, então pertença da Sociedade “Joaquim Pereira de Morais & Filhos, Lda.” A Fábrica deixou de laborar e sofreu um processo de abandono e ruína, até ser adquirida pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, em 2004. Tiago, 2009.

Lurdes Lindo, terminando na Lomba da Maia, no atelier *Nova Esperança*. O circuito do chá constará de uma visita às duas Fábricas de Chá, Gorreana e Porto Formoso, situadas ambas na zona oriental do concelho. Por último, o percurso do milho constará de uma visita às moagens do Porto Formoso e aos moinhos de rodízio também situados nessa freguesia e na Lomba da Maia, onde o visitante será confrontado com a importância das ribeiras como força motriz, e terminará na Casa do Milho da Lombinha da Maia, onde poderá provar e comprar o pão de milho cozinhado em forno de lenha.⁴⁹⁵

De salientar que a decisão da Santa Casa da Misericórdia da Maia, e do seu Provedor Dr. Laudalino Moniz Rodrigues, em abraçar esse projecto, teve por base o facto de considerar que numa *sociedade em constante transformação, que tende para a uniformização e conseqüentemente para a descaracterização cultural, só a preservação da identidade local e a perpetuação da memória colectiva, que torna únicos e singulares os territórios, poderá contribuir para o seu desenvolvimento local e para a sua projecção social, cultural e económica.*⁴⁹⁶ É neste sentido que deveremos entender o papel da Misericórdia no projecto da reconversão e recuperação da Fábrica de Tabacos da Maia, como uma forma de valorização e projecção da zona oriental do concelho da Ribeira Grande e da criação de emprego, quer directo, quer indirecto, permitindo desta forma a melhoria da qualidade de vida das populações que vivem nesse território.

Segundo o Provedor Laudalino Rodrigues, a reconversão museológica da Fábrica de Tabacos da Maia corresponde, também, ao desejo de recordar parte da história económica, social e cultural dessa freguesia, sendo um dos seus principais objectivos, recuperar e conservar o

⁴⁹⁵ “Extremos: Desenvolvimento Socio-económico em Zonas Rurais Periféricas com Elevados Níveis de Pobreza”. 2005; in *Boletim Notícias INTERREG III B Açores Madeira Canárias*. Número 2. Fevereiro: 28-29.

⁴⁹⁶ Depoimento da Dra. Susana Tiago prestado em Junho de 2009.

património industrial e cultural, bem como as tradições que se encontram ligadas a todo o processo de plantação, transformação e comercialização do tabaco.⁴⁹⁷

Em Julho de 2004, as instalações daquela antiga fábrica, que se encontravam em ruínas e dissociadas das respectivas funções, foram adquiridas pela Santa Casa da Misericórdia, com apoio do Programa INTERREG III B - Extremos⁴⁹⁸ e todo o equipamento, que tinha sido vendido à Fábrica de Tabaco Estrela, voltou à origem, por doação. O museu constitui um pólo do Parque Temático da Maia, e foi criado em 2003 ao abrigo da referida iniciativa comunitária, sendo a entidade promotora o Instituto de Acção Social e a Entidade Gestora a Santa Casa do Divino Espírito Santo da Maia.

A intervenção na Fábrica de Tabacos da Maia enquadrou-se no âmbito da musealização de sítios. Foi entendida como uma recuperação que ultrapassa o simples restauro ou reposição dos edifícios tais como foram pensados para a função inicialmente projectada. Essa intervenção visou permitir uma adequada e actualizada utilização dos espaços para os novos fins a que se destinavam.

De salientar porém, que a estratégia seguida a nível da intervenção museológica efectuada, assentou no pressuposto que sempre que possível, e tendo em conta as limitações financeiras, se deveria manter a memória dos diferentes espaços arquitectónicos. Assim sendo, o museu poderia desenvolver as suas áreas procurando atribuir aos espaços ocupados funções museológicas semelhantes àquelas que esses espaços haviam já conhecido no tempo da produção industrial.

⁴⁹⁷ “Revitalizar a fábrica de tabaco da Maia”. 2004; in *Expresso das Nove*. 29 de Outubro: 25.

⁴⁹⁸ *Extremos* - projecto que visa a promoção de um programa específico de intervenção socio-económica em Zonas Rurais Periféricas, nos Arquipélagos dos Açores e Canárias e que tem como base o conceito de Parque Temático como Pólo de Desenvolvimento Local, assente numa metodologia de intervenção no território, que, tendo como base um tema de referência, produz um conjunto articulado de bens e serviços, numa base cultural e identitária local, preservando e valorizando o meio ambiente, com preocupações de coesão social e territorial, alicerçada nas capacidades locais e na participação efectiva da comunidade, segundo as necessidades do território. “Extremos: Desenvolvimento Socio-económico em Zonas Rurais Periféricas com Elevados Níveis de Pobreza”. 2005; in *Boletim Notícias INTERREG III B Açores Madeira Canárias*. Número 2. Fevereiro: 28-29.

Foram recuperadas, pelo mestre João Pereira, muitas das máquinas que fizeram a história do negócio do tabaco,⁴⁹⁹ com o apoio inicial do Museu Carlos Machado, foi realizado o inventário de todo o espólio da antiga fábrica e foi produzida legendagem das máquinas, bem como pequenos textos como complementos interpretativos. Todo o processo de criação do museu tem sido fotografado, de forma a ser possível no futuro dar a conhecer o trabalho desenvolvido.

Desde o início do projecto, que o Museu do Tabaco da Maia tem como objectivos: promover o potencial turístico local; promover a valorização das práticas do mundo rural, contribuindo para a sua revitalização; promover a conservação e a valorização de uma importante estrutura do património industrial micalense; estabelecer estratégias para o desenvolvimento sustentável, que garantam o desenvolvimento territorial e sócio económico e ecologicamente equilibrado e culturalmente diversificado.

Em Agosto de 2004, o Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Acção Social, Dr. Nélcio Lourenço, solicitou formalmente ao Magnífico Reitor da Universidade dos Açores o apoio da Universidade, através do Centro de Estudos Etnológicos, para a implementação do Parque Temático da Maia, a qual foi aceite, efectivada, mantendo-se até Outubro de 2006.⁵⁰⁰

A fim de se definirem estratégias, colaborações e se iniciarem os trabalhos no âmbito de Museu do Tabaco da Maia, a 26 de Julho de 2005 realizou-se uma reunião no Instituto de Acção Social, em Ponta Delgada, onde estiveram presentes o Vogal do Concelho de Administração do Instituto de Acção Social, Dr. Artur Veiga Martins, o Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia, Dr. Laudalino Moniz Rodrigues, o professor do Departamento de Historia e Filosofia da Universidade dos Açores e responsável pela coordenação técnica do projecto de implementação do Parque Temático da Maia, Professor Doutor Rui de Sousa

⁴⁹⁹ Os trabalhos de recuperação e restauro de equipamentos ainda continuam, na oficina de conservação e restauro do Museu do Tabaco da Maia.

⁵⁰⁰ Arquivo de Correspondência da Santa Casa da Misericórdia da Maia. 2004. Ref. nº 03, Processo 0203, de 05 de Agosto.

Martins, a responsável pela coordenação técnica do projecto Extremos, Dra. Teresa Saraiva e a técnica responsável pelos trabalhos de campo do Parque Temático da Maia, Dra. Susana Gomes Tiago. Na sequência dessa reunião foi proposto que a Dra. Susana Gomes Tiago frequentasse as aulas do mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento, do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais na Universidade dos Açores, o que se concretizou.⁵⁰¹

Em 2006, o Professor Rui Martins pediu ao pintor António Viana, professor da cadeira de Exposições do referido mestrado, para visitar a antiga Fábrica de Tabacos da Maia,⁵⁰² propondo à Santa Casa da Misericórdia a sua participação no projecto.

A 22 de Março de 2006, com base no programa museológico⁵⁰³ realizado pelo Professor Rui Martins e pela técnica da Santa Casa, Susana Tiago, o pintor António Viana e o Eng. Vítor Vajão apresentaram um projecto de museografia para a recepção, casa nova e secadores daquela antiga fábrica. A 4 de Dezembro de 2006, o pintor António Viana apresentou uma actualização do projecto, com a introdução de audiovisuais, cuja execução ficou a cargo de Jorge Murteira. A Santa Casa da Misericórdia aprovou o projecto, em Março de 2008, e perspectiva a inauguração do primeiro pólo do museu, para o fim do primeiro semestre de 2009.

De salientar que, apesar da inauguração oficial do Museu do Tabaco da Maia estar projectada para 2009, foi consensual, por parte dos membros da equipa, a abertura ao público a 30 de Julho de 2006, de forma a permitir que a população e o público em geral tivessem acesso aos trabalhos a realizar, ou seja, que pudessem entrar em contacto com o processo de gestão do Museu e do Parque Temático da Maia. Desde então, têm sido realizadas diversas acções de dinamização e promoção do museu, de modo particular, visitas acompanhadas, exposições temporárias e

⁵⁰¹ Depoimento da Dra. Susana Tiago prestado em Junho de 2009.

⁵⁰² *Idem.*

⁵⁰³ Martins, Rui de Sousa *et al.* 2006.

reconstituições temáticas, de que destacamos a “Festa das Colheitas”⁵⁰⁴ que se realiza anualmente.

Ao longo do seu percurso de vida, este museu tem contado com diversos apoios, designadamente, da população, que tem participado com o seu trabalho nas recriações dos sistemas técnicos, e da Fábrica de Tabaco Estrela que doou as antigas máquinas de tabaco da Fábrica de Tabacos da Maia que estavam em sua posse. A nível institucional, teve apoios do programa comunitário Interreg III B,⁵⁰⁵ da Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social, Instituto de Acção Social, e da Direcção Regional da Cultura, esta última financiando a exposição permanente da sala da pesagem, prensagem e secagem.

A nível do futuro do Museu do Tabaco da Maia, perspectiva-se a abertura de uma nova área, aproximadamente em 2011, relativa ao processo de trabalho do tabaco desde a embalagem das folhas de tabaco até ao empacotar os cigarros para depois serem vendidos. Outro objectivo para um futuro próximo é a criação do Serviço Educativo do museu, para o qual já existe espaço, estando por concretizar o respectivo projecto.

28. Casas do Pescador

A Associação Marítima Açoreana⁵⁰⁶ promoveu a criação de três espaços museológicos, designados Casa do Pescador, localizados em Água de Pau, Mosteiros e Rabo de Peixe, integrados no projecto Mudança de Maré⁵⁰⁷, no âmbito da iniciativa comunitária EQUAL⁵⁰⁸.

⁵⁰⁴ Couto, 2007b: 6.

⁵⁰⁵ De Setembro de 2003 a Setembro de 2008.

⁵⁰⁶ Instituição Particular de Solidariedade Social que actua nas comunidades piscatórias, nas seguintes áreas de trabalho: inserção social (desenvolvendo estratégias de forma a estar mais perto dos pescadores e das suas famílias, auscultando no terreno quais os principais problemas e preocupações); informação, formação e sensibilização (diagnosticando estrangulamentos na oferta formativa; apresentando soluções, modelos que melhor se ajustem à dinâmica destas actividades); valorização da pesca e das comunidades piscatórias (dando visibilidade às comunidades piscatórias e promovendo a sua qualidade). Foi fundada em 1999 pela Cooperativa Porto de Abrigo, Coopescaçor e Sindicato Livre dos Pescadores.

⁵⁰⁷ Ao abrigo da iniciativa comunitária EQUAL, um grupo de organizações, ligadas directa ou indirectamente ao sector das pescas, desenvolveu, em parceria e em rede, o projecto Mudança de Maré, através do qual se pretendia a valorização e desenvolvimento da Pesca Artesanal Açoriana. No âmbito desse projecto criaram-se diversos instrumentos de valorização das comunidades piscatórias açorianas, sua cultura e património, designadamente, os núcleos museológicos – Casa do Pescador.

A iniciativa de criação de núcleos museológicos centrados na pesca artesanal foi motivada pela necessidade de potenciar novas perspectivas sociais e profissionais para as comunidades piscatórias, associada à urgência de registo de tradições e preservação de artes de pesca, face à mudança global e inevitável imposta ao sector.⁵⁰⁹ As Casas do Pescador surgiram pelo facto da pesca artesanal se encontrar ameaçada pelo desaparecimento, dos saberes antigos de que os pescadores são portadores (a aprendizagem na pesca é sobretudo fruto da prática feita junto dos pescadores mais experientes e apenas de transmissão oral), e de um espólio ligado à pesca, com inegável valor, mas muitas vezes desvalorizado pelos pescadores como meros utensílios de trabalho ultrapassados.

Após a selecção de uma comunidade alvo para a criação do núcleo museológico, identificados e contactados potenciais parceiros, a primeira etapa da organização das três Casas do Pescador consistiu na apresentação do projecto aos pescadores, tentando desenvolver neles a consciência de que os núcleos museológicos são um espaço seu. Seguidamente, realizaram-se recolhas de objectos, imagens, sons e informações, no âmbito das quais foi feito um apelo aos pescadores, para doarem ou cederem objectos ligados à sua actividade. As comunidades piscatórias estiverem, sempre que possível, envolvidas nos trabalhos, quer através da recolha de espólio, quer na montagem das exposições, ou ainda através da sua participação em reuniões, acções de formação, entre outros. De facto, as estratégias em que se apoia esta iniciativa visaram envolver a população no reconhecimento e na preservação do seu património.

De referir também, que foram estabelecidas parcerias com órgãos autárquicos, indivíduos e instituições locais, visando a conjugação de esforços.

Segundo os seus responsáveis, estes núcleos museológicos tiveram um processo de criação invulgar, pois *o processo mais comum de origem de instituições de cariz museológico tem*

⁵⁰⁸ A iniciativa comunitária EQUAL foi criada pela Comissão das Comunidades Europeias, tendo como objectivos a promoção de novas práticas de luta contra as discriminações e desigualdades de qualquer natureza relacionadas com o mercado de trabalho, através de uma cooperação transnacional.

⁵⁰⁹ Rodrigues e Silva, 2003: fl. 1.

*geralmente como ponto de partida um determinado espólio, que carece ou justifica uma protecção adequada, e a partir do qual se cria a instituição que de seguida estuda e explora esse espólio através da sua mostra ao público, associando-lhe acções de carácter educativo e/ou interventivo. Neste caso particular, esse processo foi invertido, e procura-se desde o início o envolvimento da população local. Da componente educativa e social a que se prende a sua origem, parte-se para o melhor conhecimento e recolha de um património disperso e pouco protegido.*⁵¹⁰

As incorporações efectuadas foram inventariadas num sistema de gestão de informação documental, com uma base de dados museológicos idêntico ao utilizado nos museus da rede regional dos Açores, opção tomada com a orientação do Museu Carlos Machado e que visa uma maior facilidade na disponibilização da informação recolhida a todos os interessados. De referir que foi estabelecido, em Março de 2004, um protocolo de parceria entre a Associação Marítima Açoreana e a Direcção Regional da Cultura, através do Museu Carlos Machado.⁵¹¹

A nível expositivo, importa salientar que os objectos são sempre acompanhados por informação e imagens adicionais, que descrevem o seu uso e enunciam algumas das suas características principais.

As três Casas do Pescador funcionam em articulação, e têm como objectivos genéricos: promover a cultura dos meios piscatórios açorianos; recolher, preservar e manter o património ligado ao mar, à pesca tradicional e à etnografia das comunidades piscatórias; valorizar as artes e os saberes tradicionais da pesca; divulgar locais e acções de interesse na região; educar junto das comunidades piscatórias e contribuir para uma mais valia na oferta turística da região; apoiar o pescador e o turista.⁵¹²

⁵¹⁰ Rodrigues e Silva, 2003: fl. 3.

⁵¹¹ Arquivo do Museu Carlos Machado.

⁵¹² Associação Marítima Açoriana, s/d. *Plano de Acção 17 – Criação de Núcleos Museológicos*. Ponta Delgada.

Para além da função museológica, as Casas do Pescador assumem-se também como valências de apoio aos pescadores na resolução de algumas das burocracias inerentes à sua vida profissional, bem como receber informação e formação.

Esses espaços museológicos destinam-se ao público em geral, porém, os diferentes públicos (crianças/escolas, mulheres, pescadores activos e idosos por um lado e turistas e investigadores por outro) são envolvidos através de estratégias específicas, enquadradas num conjunto de actividades de potenciação social e formativa. A visita àqueles espaços é sempre acompanhada por funcionários que aí trabalham, tendo havido também a preocupação em elaborar alguns conteúdos interpretativos.

De salientar ainda que, no âmbito do projecto Mudança de Maré, paralelamente à criação dos núcleos museológicos, foram desenvolvidos outros projectos que se interrelacionam e complementam com aqueles, designadamente, investigação bibliográfica e pesquisa de terreno, ilustração e caracterização das Artes de Pesca Artesanal dos Açores em suporte poster, edição de publicações, participação em exposições temáticas e desenvolvimento de campanhas de sensibilização ambiental. A esse respeito salienta-se ainda a exposição itinerante *Artes de Pesca Artesanal dos Açores*, que foi criada como extensão do papel desenvolvido pelos núcleos museológicos na divulgação do património, e que permite dar a conhecer fora das comunidades esse mesmo património e o saber a ele associado, de forma a fomentar no público a curiosidade e o conhecimento em torno dos pescadores e das pescas. Nos núcleos museológicos foram integrados objectos de várias ilhas do arquipélago açoriano.

28.1. Casa do Pescador de Água de Pau

Este espaço museológico surgiu a 6 de Agosto de 2003, do esforço conjunto da Associação Marítima Açoreana e da Junta de Freguesia de Água de Pau, no âmbito do projecto Mudança de Maré.

O edifício onde se encontra instalado, antiga casa de habitação de traçado tradicional, foi cedido pela Junta de Freguesia local, que o havia adquirido em Abril de 2002.

A Casa do Pescador, para além da sua vertente museológica, tem por objectivo dar assistência aos pescadores da Caloura, promovendo encontros, colóquios e outros meios de formação. Serve igualmente de elo de ligação entre a actividade piscatória e as instituições que regem os pescadores.

Tem exposta uma colecção de objectos relacionados com o mar, assim como uma colecção de fotografias, que mostra a actividade piscatória desenvolvida ao longo dos últimos anos no Porto da Caloura. Grande parte dos objectos que constituem a exposição foi facultada pelos próprios pescadores da terra.

A Casa do Pescador de Água de Pau tem um pequeno espaço onde estão expostas para venda algumas peças de artesanato alusivas ao mar e aos pescadores.

28.2. Casa do Pescador dos Mosteiros

Inaugurada no dia 27 de Março de 2004, foi criada pela Associação Marítima Açoreana em parceria com a Cooperativa Porto de Abrigo e com a Associação de Juventude da Candelária, no âmbito do projecto Mudança de Maré, em parceria com o projecto Extremos de Ilha, este último promovido pelo Instituto de Acção Social.

Este projecto contou com o apoio e sugestões da comunidade piscatória daquela localidade, que desde o princípio participou na iniciativa.

A Casa do Pescador dos Mosteiros inclui um espaço museológico, onde é retratada a actividade piscatória naquela localidade, nomeadamente, através de uma exposição das artes de pesca, que contempla as principais tradições locais, do passado e do presente.

Situada junto ao porto, a sua localização privilegiada permite testemunhar ao vivo o quotidiano da pesca, e uma maior proximidade à comunidade local, constituindo ainda, um ponto de apoio aos pescadores.

Este espaço constitui ainda uma oferta cultural e turística única naquela freguesia, pretendendo ser a interface entre os visitantes e os pescadores locais.

28.3. Casa do Pescador de Rabo de Peixe

Inaugurada no final de 2004, foi criada pela Associação Marítima Açoreana, no âmbito do projecto Mudança de Maré.

Aproveitando as instalações onde funcionava a sede daquela associação, esta casa inclui um espaço museológico, onde podem ser observados aspectos da pesca tradicional açoriana.

A exposição, que integra diversos objectos relacionados com a pesca e a construção naval, inclui peças doadas pelos pescadores da comunidade local, que colaboraram na montagem do espaço museológico.

Este projecto tem uma vertente de intervenção social, servindo de local para acções de formação, encontros e reuniões da comunidade piscatória da vila.

29. Museu do Trigo da Povoação

A ideia de criar um museu municipal no concelho da Povoação remonta a Fevereiro de 1985, na sequência de uma deliberação camarária.⁵¹³ Alguns anos mais tarde, em 1992, sob a presidência de António Medeiros Ferreira, aquela edilidade convidou o Centro de Estudos Etnológicos Universidade dos Açores a apresentar um plano de criação de um Museu e/ou de um espaço para exposições etnográficas no concelho. Na sequência desse convite, vários alunos de Antropologia Cultural daquela Universidade realizaram *trabalhos de pesquisa sistemáticos sobre*

⁵¹³ Martins, 2004: fl. 1.

*as técnicas agrárias e industriais da Povoação, conhecimentos que serviriam de base ao programa museológico*⁵¹⁴ do futuro Museu do Trigo.

Em 1995, a Câmara Municipal da Povoação adquiriu o Engenho Hidráulico de Debulhar Trigo da Ribeira dos Bispos,⁵¹⁵ que veria a ser transformado em *pub*, o que provocou protestos da população local. Em 1999, o projecto do Museu do Trigo começou a tomar forma quando o autarca, Francisco Álvares, iniciou o seu primeiro mandato e teve conhecimento que o imóvel pertencia à Câmara Municipal da Povoação, decidindo retomar o projecto museológico inicial.

Foi efectuado um diagnóstico prévio ao seu estado de conservação, com o intuito de procederem à sua reconversão museológica.

Paralelamente, e a fim de projectar um programa museológico para a Povoação, foram estabelecidos contactos com o Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores, designadamente com o Prof. Doutor Rui de Sousa Martins, que contaram também com o apoio pontual, em Março de 2003, do Prof. Doutor Henrique Coutinho Gouveia, da Universidade Nova de Lisboa.⁵¹⁶ Nessa altura, foi apontada como viável da recuperação do Engenho da Ribeira dos Bispos, foi recomendada a aquisição, por parte da Câmara Municipal, do engenho de debulhar trigo situado no Faial da Terra, bem como a recuperação do núcleo de celeiros da Povoação, edificado pela *Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores e inaugurado a 30 de Maio de 1955. A excepcional localização do conjunto edificado, permitindo uma visão paisagística global do espaço urbano, oferece condições únicas para instalar, faseadamente, um espaço museológico central, explicativo da realidade do concelho.*⁵¹⁷

Em Outubro de 2003, a Câmara Municipal da Povoação endereçou um convite à Universidade dos Açores, através do Centro de Estudos Etnológicos do Departamento de

⁵¹⁴ Idem.

⁵¹⁵ Construído em 1895, constitui um testemunho único do movimento de mecanização da agricultura em São Miguel.

⁵¹⁶ Arquivo de Correspondência Recebida da Câmara Municipal da Povoação. 2003. *Programa museológico para o concelho da Povoação*. 11 de Agosto.

⁵¹⁷ Idem.

História, Filosofia e Ciências Sociais, para *orientar cientificamente o projecto museológico do Engenho Hidráulico de Debulhar Trigo da Ribeira dos Bispos*.⁵¹⁸

Tendo aceite o convite, a Universidade enviou um *documento-proposta de enquadramento do referido projecto no quadro de um processo de gestão cultural, pedagógica e turística das tecnologias da água como identidade do concelho da Povoação*.⁵¹⁹ Ou seja, o projecto foi equacionado *no contexto do complexo cultural e hidro-ecológico do concelho e visando criar, a médio prazo, uma rede de pólos de desenvolvimento local e comunitário, inspirada nas propostas dos ecomuseus e da musealização de sítios*.⁵²⁰

Nessa altura, a pela Universidade dos Açores enviou o texto preliminar para a exposição permanente do Museu do Trigo da Povoação *O sistema técnico da cultura do trigo em São Miguel*, da autoria do Dr. Paulo Soares, estudante do Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento daquela instituição.⁵²¹

Integrado num projecto global de recuperação da história e do património de um povo, pretendeu-se efectuar a reconversão museológica de um património singular no panorama açoriano e nacional, o Engenho Hidráulico de Debulhar Trigo da Ribeira dos Bispos. De facto, *as características que o imóvel possui, tais como, o mecanismo, a forma como o próprio espaço está disposto, a actividade do trigo que foi lá desenvolvida, o período em que esta decorreu, o enquadramento geográfico e todos os funcionalismos do engenho o tornam único na Europa*.⁵²²

Foi também considerada a necessidade de salvaguardar o património material e imaterial relativo à cultura do trigo e às tradições locais, de valorizar o concelho a nível histórico e etnográfico, e de promover a dinamização cultural, social e turística local.

⁵¹⁸ Arquivo de Correspondência Recebida da Câmara Municipal da Povoação. 2004. *Reconversão museológica do Engenho Hidráulico de Debulhar Trigo da Ribeira dos Bispos*. 20 de Fevereiro.

⁵¹⁹ Idem.

⁵²⁰ Martins, 2004: fl. 1.

⁵²¹ Soares, 2004.

⁵²² Silva, 2004: 2.

Destaque-se também o facto de, no âmbito do projecto do Museu do Trigo, ter sido recomendada pela Universidade dos Açores a recuperação e musealização de um segundo pólo, o Moinho de José da Mota Amaral, bem como o arranjo de um espaço paisagístico e explicativo, o Miradouro da Chã.⁵²³

Para a criação do Museu do Trigo da Povoação, no primeiro semestre de 2004 decorreram obras de recuperação e remodelação do Engenho Hidráulico de Debulhar Trigo da Ribeira dos Bispos, e da área envolvente, a cargo da autarquia, num investimento de cerca de 120 mil euros. A recuperação do engenho transformado em *pub*, e a sua musealização foi uma acção concertada entre o município e a Universidade dos Açores. A coordenação e autoria do projecto museológico foram do Prof. Doutor Rui de Sousa Martins, director do Centro de Estudos Etnológicos do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores.

O Museu do Trigo abriu ao público a 31 de Julho de 2004, numa sessão que contou com a presença do Presidente da Assembleia da República, Dr. Mota Amaral. Na ocasião foi proferida uma palestra pelo Prof. Doutor Rui de Sousa Martins, da Universidade dos Açores, sobre a história do edifício e do que ele representa para a cultura açoriana. Foi ainda distinguido com medalha de mérito, David Medeiros Leite⁵²⁴, pelo serviço prestado no antigo engenho.

Para além da recuperação do Engenho Hidráulico de Debulhar Trigo da Ribeira dos Bispos, o Museu do Trigo integra uma exposição permanente explicativa da história e das técnicas de cultivo, da colheita e debulha do trigo, assim como o uso do cereal e da palha na ilha de São Miguel.

⁵²³ Arquivo de Correspondência Recebida da Câmara Municipal da Povoação. 2004. *Reconversão museológica do moinho de José da Mota Amaral, Lomba do Loução*. 14 de Maio.

⁵²⁴ Esse antigo moleiro colaborou no processo de recuperação do engenho.

Neste espaço museológico manteve-se em funcionamento a pequena cozinha e a área de armazenamento do Trigo, enquanto espaço de convívio e de vendas do Museu, possibilitando a todos que o visitam a aquisição de produtos regionais confeccionados no Concelho da Povoação.

Este projecto foi divulgado no Colóquio Internacional *Ecomuseus que Perspectivas, em Portugal, na Europa*, que decorreu no Fórum Cultural do Seixal, em Maio de 2004. Em Setembro de 2004, o Museu do trigo foi também divulgado, através de fotografias e textos, no Encontro Mundial de Ecomuseus - *Os Eco-Museus Mundiais*, que decorreu no Rio de Janeiro.

Actualmente decorre o processo de candidatura do Museu do Trigo à Rede Portuguesa de Museus.

Situado na Povoação, entre a Lomba do Loução e a Lomba do Alcaide e no concelho conhecido no passado como o *celeiro da ilha*, o Museu do Trigo é um espaço de cultura onde se podem apreciar os instrumentos utilizados, no passado, na Ceifa do Trigo, e onde, segundo o Presidente da Câmara Municipal da Povoação, se valoriza o *passado de um povo, da sua cultura, das suas vivências que dão forma a um imaginário colectivo onde parece emergir uma identidade marcadamente própria*.⁵²⁵

30. Centro Cultural da Caloura

O Centro Cultural da Caloura surgiu a partir da colecção privada do pintor Tomaz Borba Vieira, que durante anos reuniu um acervo de obras de arte, maioritariamente de artistas que são referências incontornáveis na história da arte portuguesa do século XX, sendo também dada grande importância à presença de obras de artistas açorianos.

Tomaz Vieira nasceu em 1938, em São Miguel, licenciou-se em Pintura, pela Escola Superior de Belas-Artes, em Lisboa, onde mais tarde veio a ser Assistente em Pintura, obteve o grau de *Master of Education*, na Boston University e foi bolseiro da Fundação Calouste

⁵²⁵ Miguel, 2004: 1.

Gulbenkian em Florença. Ao longo do seu percurso profissional, foi professor do Ensino Secundário e Assistente em Didáctica das Expressões na Universidade dos Açores. Como artista, tem desempenhado um papel pioneiro na produção e exposição de pintura contemporânea, e tem sido reconhecido com diversos prémios que revelam a qualidade da sua obra. Paralelamente ao trabalho artístico, exerce uma actividade pedagógica *que não se resume à sala de aula, intervém na imprensa local e em revistas da especialidade com temas sobre artes plásticas, e no programa “Espaço Vital” da Rádio Televisão Portuguesa-Açores, onde apresenta as obras de alguns dos principais artistas açorianos. É esta actividade educativa, a par com uma cidadania participativa de agente cultural activo e consciente, que justifica o projecto do Centro Cultural da Caloura.*⁵²⁶

Em 1997, no *Relatório de enquadramento e rentabilização de uma colecção de arte*, Tomaz Vieira apresentava o seu projecto, no qual transparece desde logo uma intenção nítida de combate à indiferença, uma vontade de intervir civicamente e promover o desenvolvimento.⁵²⁷

O incentivo de alguns amigos, como o Padre João Caetano Flores, contribui também para a criação do Centro Cultural da Caloura que, segundo o seu proprietário, nasceu para mostrar uma colecção particular de Arte, permitindo que as obras pudessem desempenhar, publicamente, a vocação comunicadora própria de toda a obra de arte.⁵²⁸

Este espaço museológico foi construído na fajã da Caloura, em terrenos compartimentados por muros de pedra solta, outrora protectores de vinhedos e situa-se numa propriedade constituída por duas parcelas agrícolas. Numa das parcelas ergue-se a habitação e estúdio de Tomaz Vieira, onde podem ser apreciadas as reservas da colecção, e na outra ergue-se a estrutura do Centro Cultural, da autoria do gabinete de projectos do arquitecto Roberto Oliveira. Esta última, com uma área coberta de 220 m² e espaços verdes envolventes, onde é respeitada

⁵²⁶ França, 2006: fl.2.

⁵²⁷ Vieira, 1997: fl. 1.

⁵²⁸ Depoimento de Tomaz Vieira prestado em Julho de 2009.

intencionalmente a paisagem existente, está vocacionada para uma utilização polivalente, podendo dar lugar a exposições diversas, palestras, colóquios, *performances*, *Workshops*.

A localização deste Centro Cultural contribui para descentralizar funções culturais, normalmente sedeadas em zonas urbanas. Segundo Tomaz Vieira, a descentralização do projecto para o meio rural promove o desenvolvimento local, e permite a correlação do património natural e construído, com o desenvolvimento de actividades culturais relevantes⁵²⁹.

Ao longo do processo de concepção e construção do museu, de realçar o entusiasmo do seu promotor, perante as dificuldades burocráticas com que se deparou quando diligenciou esforços, junto de diversas entidades do Governo Regional dos Açores, a fim de enquadrar aquele projecto num programa de apoio financeiro. Acabou por ter de assumir um estatuto de empreendimento comercial, para lhe poder ser conferido apoio pela Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural (A.S.D.E.P.R.), financiada com fundos europeus do programa LEADER+.

A 4 de Junho de 2005 abriu ao público o Centro Cultural da Caloura, projecto pioneiro na medida em que se assume como *um primeiro pólo de Arte Contemporânea*⁵³⁰ nos Açores.⁵³¹ Neste espaço museológico, encontramos uma exposição de obras de arte contemporânea de diversos artistas do século XIX até à actualidade, e inclui obras de pintura, escultura, gravura, desenho e colagem, todas devidamente inventariadas.

Esta colecção começou a constituir-se com o avô paterno de Tomaz Vieira, o Doutor Thomaz de Borba Vieira, médico de profissão, contemporâneo e amigo de Reinaldo dos Santos, de Canto da Maia e do pintor Domingos Rebelo, e frequentador do meio artístico da sua época. Mais tarde, o neto deu continuidade à colecção.

Em relação à proveniência das obras que constituem actualmente a colecção, podemos referir a herança, uma vez que Tomaz Vieira herdou um quinto da colecção do avô paterno, a doação,

⁵²⁹ Vieira, 1997: fl. 1.

⁵³⁰ *Idem*.

⁵³¹ Apenas no Museu Carlos Machado e no Museu de Angra do Heroísmo, museus regionais, existiam colecções de arte contemporânea, porém nenhum é dedicado exclusivamente a essa área artística.

em pequeno número, e a aquisição, nomeadamente ao longo das décadas de sessenta e setenta do século XX, quer em leilões e exposições, quer através da Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses, do qual Tomaz Vieira foi fundador. Uma parcela considerável da colecção resultou ainda da troca de obras com amigos, colegas (artistas da geração do pintor/coleccionador - décadas de sessenta e setenta) e alunos (artistas mais novos - década de noventa e principio do século XX).

Os critérios com que selecciona as suas obras dizem respeito ao seu gosto pessoal pela expressão simples, depurada, e são as obras com as quais se identifica, considerando-se um *recolector* e não um coleccionador.⁵³² A relação de proximidade que mantém com os seus colegas artistas, e que se espelha no grande volume de obras que incorporaram a colecção por troca, *explica os afectos a que se refere persistentemente quando nos fala das peças que a integram.*⁵³³ Esta é uma colecção em que, a par do valor artístico e estético, os *afectos* constituem uma referência imprescindível.

Importa salientar ainda, o facto de Tomaz Viera, por opção, não incluir no Centro Cultural da Caloura nenhuma obra da sua autoria, nem emprestar o seu nome àquele espaço museológico, embora seja seu proprietário.⁵³⁴

No que diz respeito ao percurso expositivo, as obras são apresentadas por parentesco, por problemáticas, e não numa abordagem clássica e hermética por escolas ou estilos.⁵³⁵ Esta opção teve uma intenção pedagógica, pois proporciona um percurso descontraído e uma relação com a exposição mais próxima e acessível a todos, e não apenas a uma elite intelectual. Tomaz Vieira entende assim contribuir para a concretização do seu principal objectivo, o de *deleitar os visitantes com o conhecimento.*⁵³⁶

⁵³² Depoimento de Tomaz Vieira prestado em Julho de 2009.

⁵³³ França, 2006: fl. 9.

⁵³⁴ Depoimento de Tomaz Vieira prestado em Julho de 2009.

⁵³⁵ Idem.

⁵³⁶ Pascoal e Medeiros, 2007: 6.

A exposição permanente sofre alterações consoante a oportunidade de expor diferentes obras da colecção ou, ocasionalmente, obras de outras proveniências.

Nos diversos os públicos que procuram o Centro Cultural da Caloura, destacam-se as crianças das escolas do concelho da Lagoa e os visitantes estrangeiros e continentais.⁵³⁷

Paralelamente à exposição, e no intuito de fazer cumprir a função das obras de arte, *que é serem vistas por várias pessoas*⁵³⁸, desenvolvem-se no Centro Cultural da Caloura diversas actividades culturais, centradas sobretudo no domínio das artes visuais, e que têm passado por intercâmbios e colaborações com outras instituições, por iniciativas de formação ou por acções educativas com escolas, ATL e grupos sénior.

Este espaço museológico disponibiliza o acesso a uma biblioteca artística, composta por livros e catálogos, havendo a possibilidade de se estudarem os artistas e as obras, e de se realizarem pesquisas em formato audiovisual.

A intenção de alargamento da abrangência deste projecto para além da exposição, conduziu à constituição da *CCC - Associação Centro Cultural da Caloura*, a 31 de Agosto de 2006, por Tomaz Vieira e um grupo de amigos, especialistas de diversas áreas, e que *tem como objecto específico promover, desenvolver e descentralizar a cultura designadamente no que respeita à pintura, escultura, gravura, serigrafia, fotografia, literatura, música, acervos históricos, etnografia, artesanato e outras formas de expressão artístico cultural.*⁵³⁹

Reflexo do reconhecimento social e cultural que esta obra conquistou ao longo do tempo, ainda em 2006, foi atribuída a esta Associação, pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a Insignia Autónoma de Reconhecimento, tendo no mesmo ano, a Câmara Municipal de Lagoa deliberado, por unanimidade, agraciar o promotor da Associação, Dr. Tomaz Vieira com a atribuição da Medalha de Mérito Municipal.

⁵³⁷ Vieira, 1997: 6.

⁵³⁸ Depoimento de Tomaz Vieira prestado em Julho de 2009.

⁵³⁹ Constituição de Associação N.º 877/2006, in *Jornal Oficial*, III Série – Número 16. 31 de Agosto de 2006.

Desde 2007, que o Centro Cultural conta com um apoio financeiro da Câmara Municipal de Lagoa, mediante um protocolo de cooperação estabelecido entre as duas entidades. A edilidade reconhece-o como um *dos projectos culturais mais importantes do concelho, nomeadamente para a formação e informação da população, bem como para a projecção e divulgação do município.*⁵⁴⁰

Recentemente, por Despacho de 27 de Março de 2008, o Governo Regional dos Açores declarou de utilidade pública a *CCC - Associação Centro Cultural da Caloura.*⁵⁴¹

31. Museu da Emigração Açoreana

O Museu da Emigração Açoreana surgiu na sequência de várias solicitações à Câmara Municipal da Ribeira Grande, por parte de emigrantes e de membros da população local, no sentido de existir um espaço que expressasse a história da emigração e das comunidades açorianas. Durante a década de 90 do século XX, a ideia foi-se tornando mais consistente, apoiada pelo entusiasmo do presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Dr. António Pedro Costa, também ele emigrante regressado do Canadá, onde esteve nos anos 70.

Paralelamente, por iniciativa do Dr. José de Almeida Mello, e a partir da colecção privada da sua família, natural da Salga, a Câmara Municipal da Ponta Delgada promoveu, em Dezembro de 2001, na Galeria de Arte da edilidade, a exposição *Memórias da Emigração. Azores-New Bedford*. Como foi referido na altura, essa exposição pretendeu *ser acima de tudo didáctica e mensageira de uma faceta da vida açoriana: a emigração.*⁵⁴² José Mello destacou como principal objectivo dessa exposição *alertar as pessoas para esta realidade açoriana que é a emigração e para o valor de objectos que todas as famílias podem possuir em casa, escondidos*

⁵⁴⁰ Gouveia, 2007: 10.

⁵⁴¹ Despacho n.º 327/2008 de 9 de Abril, in *Jornal Oficial*. II Série, Número 69. 9 de Abril de 2008.

⁵⁴² Moscatel, 2001.

*nos sótãos: baús, roupas, louças, fotografias.*⁵⁴³ De salientar que, o acompanhamento dos visitantes foi realizado por um grupo de idosos do Lar Luís Soares de Sousa, de Ponta Delgada, que complementavam a exposição com as suas histórias de vida.

Com alterações pontuais a nível dos conteúdos e com a museografia renovada, a exposição *Memórias da Emigração* voltou a realizar-se, em Maio de 2003, no Centro Municipal de Cultura de Ponta Delgada.

Entretanto, em 2004, a Câmara Municipal da Ribeira Grande realizou obras de adaptação no antigo mercado do peixe daquela cidade,⁵⁴⁴ a fim de o reconverter no Museu da Emigração Açoriana, tendo para o efeito recorrido ao programa Interreg III-B, Inovatur II. Nessa altura, e na sequência das experiências já desenvolvidas em Ponta Delgada, José de Mello propôs àquela autarquia o empréstimo da colecção da sua família, para com ela organizar a exposição temporária inaugural do futuro museu da emigração, o que foi aceite, iniciando-se os trabalhos de programação museológica em Agosto de 2004.⁵⁴⁵

No início de 2005, o antigo Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. João Bosco Mota Amaral, doou para o futuro museu, uma colecção constituída por vários objectos que adquiriu, e por outros que lhe foram oferecidos, aquando das suas viagens pela diáspora açoriana. A ideia era preparar esta colecção para ficar em exposição permanente no futuro museu da emigração.

Com o intuito de *ser um espaço de memória de um dos fenómenos sociais açorianos mais marcantes dos últimos séculos*,⁵⁴⁶ mas também para apoiar os emigrantes, a nível informativo e logístico, e para reforçar a oferta turística regional, o Museu da Emigração Açoreana foi inaugurado a 9 de Setembro de 2005, nas antigas instalações do Barracão de Peixe, na presença

⁵⁴³ Idem.

⁵⁴⁴ Estrutura centenária com cerca de 244 m², feita em alvenaria de pedra caiada, que faz parte do complexo de mercados, actualmente desactivados. Caracteriza-se por uma ampla sala de planta rectangular, tendo ao centro duas bancadas longitudinais em pedra de cantaria.

⁵⁴⁵ Depoimento de José de Mello prestado em Junho de 2009.

⁵⁴⁶ Faustino. 205: 8.

do presidente da Câmara Municipal, Dr. António Pedro Costa e de várias individualidades, designadamente o cônsul dos Estados Unidos da América, representantes da Direcção Regional das Comunidades, elementos das Casas dos Açores e associações ligadas à divulgação da cultura açoriana em Portugal e no estrangeiro.

De acordo com o projecto estabelecido, o museu abriu com a exposição *Os Cabral de Mello, New Bedford 1890-1930*, da responsabilidade de José de Almeida Mello, realizada com a colecção privada, cedida a título temporário, pela família José Cabral de Mello. Das narrativas e das histórias de vida de uma família que emigrou da Salga, concelho do Nordeste, no final do século XIX, e que depois de algumas décadas a viver em New Bedford regressou à Terra Natal, trazendo consigo documentos e objectos diversos, nomeadamente, mobiliário, trajes, peças decorativas e de uso pessoal, fotografias, equipamento doméstico, alaias agrícolas, entre outros, que foram utilizados para transmitir aos visitantes uma perspectiva transversal dos aspectos mais marcantes da emigração açoriana.

Na altura, o então presidente da autarquia da Ribeira Grande, António Pedro Costa, afirmou esperar que o museu recebesse *outras doações, com vista a um maior enriquecimento cultural do único espaço açoriano dedicado especificamente à emigração*,⁵⁴⁷ e o primeiro museu com estrutura física sobre a temática da emigração em Portugal.⁵⁴⁸

A dinamização daquele espaço museológico ficou a cargo dos serviços da edilidade e previa-se para breve a criação no espaço do museu, de uma biblioteca dedicada à temática da emigração.

A exposição inaugural do Museu da Emigração Açoriana terminou a 31 de Maio de 2006,⁵⁴⁹ impondo-se repensar o futuro daquele espaço, uma vez que o museu era apenas uma sala,

⁵⁴⁷ Fonseca, 2005: 8.

⁵⁴⁸ Em 2001 tinha sido criado o Museu da Emigração, Comunidades e Luso-descendentes, em Fafe, no distrito do Braga, sob tutela camarária, mas que, em 2005, ainda não tinha espaço físico, encontrando-se apenas acessível no seu site www.museu-emigrantes.org.

⁵⁴⁹ A partir de 2006, o espólio da Família Cabral de Mello tem vindo a integrar outras exposições temporárias, de relevo nacional, dedicadas à temática da emigração portuguesa.

expondo temporariamente uma colecção privada, faltando-lhe uma exposição permanente e áreas de carácter funcional essenciais. Para ultrapassar a situação, José de Mello propôs à edilidade da Ribeira Grande a constituição de uma equipa museólogos açorianos, que deveria apresentar uma nova proposta de programa museológico sobre a emigração açoriana, para aquele espaço. Esse programa deveria desenvolver-se temporalmente entre os séculos XVII e XX, e contemplar como espaços de referência, além dos Açores, o continente americano, designadamente Brasil, Estados Unidos da América, Havai e Canadá. Estava também prevista uma abordagem às comunidades que se radicaram nos Açores, entre os séculos XVIII e XX, entre elas a judaica e a inglesa.⁵⁵⁰ O plano previa também a reorganização da estrutura interna, e das respectivas áreas funcionais.

Com o intuito de proceder a uma profunda alteração a nível do espaço físico e do conteúdo do Museu da Emigração Açoriana, a Câmara Municipal da Ribeira Grande promoveu a realização de uma reunião inicial para a constituição da referida equipa de museólogos. Apesar do entusiasmo inicial, essa equipa não chegou a avançar com qualquer projecto.

Na sequência das eleições de 2004 houve uma mudança na presidência da Câmara Municipal da Ribeira Grande, à qual passou a presidir o Dr. Ricardo Silva, que alterou o quadro de colaboradores e o projecto de desenvolvimento do museu.

Desde a sua abertura em 2005, o Museu da Emigração Açoriana tem vindo a realizar várias exposições temáticas temporárias⁵⁵¹, diversas conferências sobre a emigração açoriana, bem como outros eventos ligados à diáspora. É sempre efectuado acompanhamento às visitas de

⁵⁵⁰ Mello, 2006.

⁵⁵¹ A este respeito refira-se: *Açores no Mundo* (a partir do espólio doado pelo Dr. Mota Amaral foi possível revelar os vários pontos onde a emigração açoriana está, o que faz, as suas associações, os seus locais de intervenção, entre outros aspectos); *Verde Esperança* (projecto que incidiu sobre o papel da mulher açoriana na emigração); *Ribeira Grande 500 Anos de Comunidade* (na comemoração dos 500 anos de elevação a Vila da Ribeira Grande, foi realçado o espólio relativo à emigração açoriana, e à etnografia micaelense, em especial do concelho da Ribeira Grande); *De Emigrante à Terra Natal* (para comemorar os 25 anos de elevação a cidade da Ribeira Grande, contou com vários objectos, fotografias e documentos, de modo a demonstrar a vida de vários emigrantes naturais da Ribeira Grande. Todos eles decidiram regressar à sua Terra Natal, fazendo desta exposição uma mostra das memórias de emigrantes para diversas partes do mundo). <http://mea.cm-ribeiragrande.pt/> Último acesso em 2009-09-14.

público com marcação prévia e são também disponibilizados conteúdos em suportes audiovisuais.

A nível mais funcional, o este museu tem vindo a disponibilizar uma Base de Dados com fichas identificadoras de emigrantes açorianos, que remonta à década de 50 do século XX,⁵⁵² e, em Fevereiro de 2008, foi lançada a página da Internet do Museu da Emigração Açoriana.⁵⁵³

Desde a sua criação, o museu tem feito recolhas quer junto da população local, quer na diáspora, de forma a aumentar e consolidar o seu espólio.

Em 2007, a Câmara Municipal da Ribeira Grande anunciou uma série de protocolos de cooperação a estabelecer com diversas entidades visando o crescimento, apetrechamento e dinamização daquele espaço museológico.⁵⁵⁴

Desde 2008, o Museu da Emigração Açoriana tem sido alvo de obras de beneficiação e remodelação interna, estando prevista a sua abertura para o segundo semestre de 2009.

32. Parque Natural da Ribeira dos Caldeirões

Situado no concelho do Nordeste, o Parque Natural da Ribeira dos Caldeirões conserva diversas espécies de plantas endémicas,⁵⁵⁵ e integra um conjunto de cinco moinhos de água que datam do século XIX. Associadas aos moinhos, fazem ainda parte deste Parque, duas antigas residências de moleiro.

Na década de 1990, a Câmara Municipal no Nordeste procedeu a uma 1ª fase de recuperação daqueles engenhos, tendo como objectivo salvaguardar a riqueza cultural e económica daquela zona, cujo património foi bastante danificado pelas cheias que atingiram o concelho alguns anos

⁵⁵² No arquivo on-line estão disponíveis cerca de 1500 fichas de emigrantes açorianos. <http://mea.cm-ribeiragrande.pt/> Último acesso em 2009-09-14.

⁵⁵³ www.cm-ribeiragrande.pt.

⁵⁵⁴ Couto, 2007:8.

⁵⁵⁵ Entre as quais urze, azevinho, cedro do mato e uva da serra.

antes, nomeadamente em 1986. Na altura contaram com o apoio do moleiro que ainda hoje continua a trabalhar no Parque.

Em 2005, a Câmara Municipal no Nordeste procedeu a nova intervenção no Parque da Ribeira dos Caldeirões, que consistiu na reabilitação de três moinhos, na recuperação das duas residências de moleiro, reconstrução de levadas, iluminação e ajardinamento de todo o parque. As duas residências foram recuperadas para assistência aos turistas e visitantes, uma com serviço de bar e a outra adaptada a apartamento para aluguer.

Um dos moinhos foi recuperado e mantido a funcionar, podendo ser visitado com o acompanhamento e as explicações do antigo moleiro que aí trabalha. O objectivo que esteve na base dessa recuperação foi a salvaguarda e a preservação de um património histórico, integrante da memória colectiva do concelho, constituindo também uma mais valia para a promoção e a dinamização turística.

Noutro moinho, a edilidade pretende criar um Museu, um espaço explicativo da história e da actividade ligada aos moinhos de água do concelho mas, por razões de ordem financeira, ainda não foi possível realizar esta intervenção.⁵⁵⁶

De salientar que, as intervenções efectuadas a nível da reabilitação do Parque e da recuperação patrimonial, designadamente dos moinhos de água, procedendo à musealização de um deles *in situ*, embora sem consciência científica do processo, teve reflexos a nível da projecção turística do concelho, contribuindo também para o desenvolvimento local ao assegurar alguns postos de trabalho. Actualmente, o Parque Natural da Ribeira dos Caldeirões faz parte de *A Rota da Água no Nordeste*, que tem vindo a ser promovida pela Câmara Municipal.

De Janeiro a Agosto de 2006, a autarquia do Nordeste realizou novas obras no Parque, desta vez para a construção de um centro de apoio ao artesanato e de instalações sanitárias.

⁵⁵⁶Depoimento do Dr. José Carlos Barbosa Carreiro, actual presidente da Câmara Municipal do Nordeste, prestado em Junho de 2009.

33. Espaço Museológico da Delegação do Banco de Portugal nos Açores

Em Lisboa, desde Março de 1999 que o Banco de Portugal tem aberto ao público o Museu do Banco de Portugal, onde apresenta a exposição permanente *O Dinheiro no Ocidente Peninsular: do Artigo Padrão ao Euro*, através da qual mostra o "dinheiro" nas suas diferentes formas, reflectindo a evolução histórica, socio-económica e artística que caracterizou a sociedade portuguesa e os povos que habitaram o ocidente peninsular antes da fundação do Reino.⁵⁵⁷

No arquipélago açoriano, na sequência das obras de beneficiação que decorreram no edifício da Delegação Regional dos Açores do Banco de Portugal, em Ponta Delgada, e no contexto da inauguração das novas instalações, a 10 Julho de 2006, criou-se a exposição permanente *O Dinheiro nos Açores*. A exposição ocupa uma sala no rés-do-chão e desenvolve-se ao longo de sete núcleos, sendo apoiada por um conjunto de produtos multimédia à disposição do público visitante, destacando-se o filme intitulado *Breve História do Dinheiro*, em português ou em inglês, e apresentações sobre o Euro.

Nos Açores, o Museu do Banco de Portugal foi criado por decisão da instituição central, que promoveu e desenvolveu todo o projecto museológico. Foram realizadas recolhas a nível nacional, e trabalho de investigação e inventário, a cargo dos especialistas em museologia do Museu do Banco de Portugal, em Lisboa. A montagem da exposição também foi realizada pelos mesmos profissionais, embora os funcionários senhor Egberto Mendes e a Dra. Ibéria Serpa tenham visitado as instalações do Museu em Lisboa e recebido formação, por forma assumir a gestão do espaço museológico de Ponta Delgada.

Nos Açores, o Museu do Banco de Portugal integra no seu espólio, para além de vários tipos de moeda, objectos de natureza histórica, técnico-científica, bibliográfica e arquivística.

⁵⁵⁷ A exposição desenvolve-se ao longo de catorze núcleos e é apoiada por um conjunto de produtos multimédia à disposição do público visitante. <http://www.bportugal.pt> Último acesso em 2009-07-22.

A exposição permanente, apresentada numa perspectiva histórica, pretende familiarizar o visitante com os aspectos relacionados com a evolução do dinheiro, o seu significado e formas. O espaço expositivo pretende criar uma maior proximidade entre a instituição e os cidadãos, dando-a a conhecer através de factos da história portuguesa, e de alguns objectos relacionados com a actividade do Banco.

Esse espaço museológico encontra-se aberto ao público, durante o horário de expediente do banco e assegura acompanhamento a grupos, com marcação prévia. Este museu tem vindo a assumir uma função educativa e pedagógica crescente junto da comunidade, nomeadamente pelas acções que desenvolve para as escolas, e através da formação que disponibiliza a adultos. Regularmente são organizadas sessões de formação e esclarecimento, no auditório do banco, sobre notas e moedas de euro, elementos de segurança das notas de euro, falsificação e contrafacção de notas e moedas, destinadas aos comerciantes locais, aos agentes de segurança pública, e a funcionários de outras instituições bancárias.

No âmbito das suas actividades está prevista, para o Verão de 2009, a colaboração na realização da exposição *Euro, a nossa moeda*, iniciativa da Comissão Europeia, com a colaboração do Governo dos Açores e do Banco de Portugal, promovida a propósito da comemoração do 10º aniversário da União Económica e Monetária.

A nível de suportes informativos, têm sido elaborados vários materiais, designadamente folhetos, desdobráveis, dvd, que são disponibilizados aos visitantes, em versão bilingue. No âmbito da moeda específica dos Açores, refira-se aqui a realização do filme *História dos Açores e o Dinheiro*, cuja projecção é disponibilizada naquele espaço museológico.

Actualmente, um dos principais objectivos dos responsáveis do Museu do Banco de Portugal, nos Açores consiste na aproximação crescente à sociedade açoriana, quer pela criação de parcerias com outros espaços museológicos, quer pela dinamização através da realização de

exposições temporárias temáticas, e também pelo alargamento das suas acções a outros concelhos de São Miguel e a outras ilhas do arquipélago.

34. Núcleo Museológico da Achada

Aberto ao público no dia 11 Agosto de 2006, o Núcleo Museológico da Achada surgiu de um projecto de iniciativa e responsabilidade da Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial da Achada, e contou com o co-financiamento do programa LEADER, Iniciativa Comunitária ASDEPR (Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural), apoio da Câmara Municipal do Nordeste e a coordenação técnica do Museu Carlos Machado.

Este projecto museológico teve como objectivos a preservação da história e da cultura da Achada, a valorização da riqueza patrimonial da freguesia, a dinamização cultural, social e turística, e a promoção do desenvolvimento local.

Para concretizar o projecto, a Comissão Fabriqueira coordenou a recolha de peças com carácter significativo na história e na cultura da população da freguesia. O acervo foi constituído, maioritariamente, por doações efectuadas pela população local, e integra diversos artefactos do mundo rural, nomeadamente, utensílios agrícolas, domésticos e objectos ligados à emigração e ao culto do Divino Espírito Santo. O inventário de todo o espólio foi elaborado por uma licenciada em História, a fazer estágio na Câmara Municipal do Nordeste, com o acompanhamento técnico do Museu Carlos Machado.

O Museu foi instalado num quarto do Centro de Actividades da Paróquia, que se tornou exíguo para a quantidade de objectos oferecidos pela comunidade local.

A fim de aumentar o número de peças expostas, o vice-presidente da Comissão Fabriqueira, Silvino Machado, propôs que a exposição fosse transferida para o Centro Paroquial, o que ainda não se concretizou.

A visita ao espaço é feita por marcação prévia, e com o acompanhamento de uma funcionária da Câmara Municipal, técnica de Turismo.

35. Museu de Arte Sacra da Igreja de São Lázaro

Este espaço museológico está localizado no coro alto da Igreja paroquial de Água D'Alto, um imóvel do século XIX, construído sobre as ruínas de uma antiga ermida do século XVI, e que tem como patrono São Lázaro.⁵⁵⁸

A ideia de criar um museu de arte sacra surgiu associada à intenção do Padre José Borges de valorizar a comunidade local através do seu património cultural e religioso e na sequência das obras de recuperação e consolidação efectuadas na Igreja de Água D'Alto. Deste modo, no segundo trimestre de 2006, o pároco, com o apoio de jovens do programa de Ocupação de Tempos Livres, procedeu à organização e limpeza de diversos objectos que se encontravam no templo e à recolha de outros, junto da comunidade local. O inventário em papel de todas as peças foi realizado pelos mesmos jovens.

De registar a preocupação que houve em elaborar alguns suportes expositivos, realizados localmente.

A 17 de Agosto de 2006, na presença do presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, o Museu de Arte Sacra da Igreja de São Lázaro abriu ao público, expondo diversas peças que fazem parte da história daquela igreja. Segundo o Padre José Borges,⁵⁵⁹ nesse museu são realçados séculos de história e vidas dedicadas à Igreja, em particular à de São Lázaro.

O seu principal público é constituído pelos turistas e por emigrantes locais. As visitas efectuam-se com o acompanhamento do pároco, quando solicitado.

⁵⁵⁸ Depoimento do Padre José Borges prestado em Maio de 2009.

⁵⁵⁹ Depoimento prestado em Maio de 2009.

36. Museu da Sinaga

A ideia de criar um museu da fábrica de açúcar de Ponta Delgada surgiu como forma de comemorar os cem anos daquela empresa, e de homenagear todos os que contribuíram para o seu desenvolvimento ao longo da história.⁵⁶⁰

Após decisão unânime do Conselho de Administração, o Dr. Armando Soares, com a participação entusiástica dos funcionários da fábrica, incluindo alguns reformados, iniciou a selecção das peças que consideraram mais emblemáticas da história da unidade fabril⁵⁶¹. Sempre que necessário procederam a intervenções de limpeza e consolidação de peças.

Gradualmente, o acervo histórico para a exposição permanente foi-se revelando, sendo constituído por máquinas e equipamentos diversos, fotografias, e outros documentos relativos ao património industrial e à história económica e social da fábrica de açúcar. Paralelamente ao trabalho de pesquisa e selecção dos objectos, foi realizado o respectivo inventário em papel, estando prevista a sua informatização num futuro próximo.

A antiga sala de ensacamento da unidade fabril, pela localização acessível e sem interferência no actual processo produtivo, bem como pelas suas características de luminosidade e arejamento, foi o espaço escolhido para instalar o museu, tendo sido restaurada e adaptada para o efeito.

No âmbito da montagem da exposição, os objectos foram apresentados numa perspectiva histórica e funcional e a museografia não foi descuidada, tendo sido elaborados suportes para as peças e complementos interpretativos, designadamente tabelas e pequenos textos de contextualização. De salientar que, a todos os visitantes são distribuídas fotocópias de um texto sobre a história da empresa.

⁵⁶⁰ A Sociedade Industrias Agrícolas Açorianas S. A. (SINAGA) foi criada em 1884, como fábrica de álcool, numa altura em que São Miguel atravessava a chamada “crise da laranja”, orientando a sua actividade para a batata-doce, como economia alternativa. Mais tarde, como resposta às políticas restritivas do Governo central, foi introduzida uma nova cultura nos Açores, a beterraba, que no século XIX já havia sido alvo das primeiras experiências pelas mãos de Henrique Bensaúde, do Eng. José Cordeiro e da antiga Estação Agrária. Após o pedido de autorização ao governo, para instalar uma fábrica de beterraba a fim de produzir açúcar, em 1906 abriu a fábrica de açúcar de Santa Clara, tendo por base um projecto alemão, sendo director Eng. Pax (nacionalidade alemã).

⁵⁶¹ Depoimento do Dr. Armando Soares, responsável pelo Museu da SINAGA e Director de Produção, e da Dra. Zulmira Teves, Técnica Superior de Qualidade da empresa, em Junho de 2009.

A 6 de Novembro 2006, no âmbito da cerimónia comemorativa do centenário da empresa proprietária da única fábrica de açúcar dos Açores, actualmente existente, e na presença do Presidente do Governo Regional, Carlos César, do Conselho de Administração da empresa e de inúmeras autoridades locais, foi inaugurado o Museu da SINAGA.

Este projecto museológico teve como principais objectivos: documentar a história daquela empresa centenária; constituir um espaço memória de um património centenário de laboração industrial, de práticas e de contextos, de homens engenhosos e gerações de trabalhadores, num período que abarca ciclos e importantes mudanças da economia açoriana e das suas envolventes externas.⁵⁶²

Desde a sua inauguração, este museu de empresa está aberto a todos os interessados, mas de modo particular ao público escolar, sendo, de modo geral, mais visitado nos meses de Março a Maio. É necessário efectuar marcação prévia e é garantido acompanhamento.

Actualmente, o responsável por esse espaço museológico perspectiva, para um futuro próximo, a sua remodelação e actualização, essencialmente em termos da museografia, embora saliente que isso dependerá do rumo que a SINAGA tiver, enquanto empresa.

37. Casa Museu Rural da Lombinha da Maia

A Casa Museu Rural da Lombinha da Maia abriu ao público no dia 17 de Novembro de 2007 no concelho da Ribeira Grande. A casa, objecto de musealização, caracteriza-se por ser uma habitação de um só andar, cobrindo uma área de 78,5 m², dispondo de um quintal com 87,78m².

Esta Casa Museu foi adquirida pela Santa Casa do Divino Espírito Santo da Maia, em Novembro de 2006, com o objectivo de a converter num pólo museológico, de forma a

⁵⁶² Depoimento do Dr. Armando Soares, responsável pelo Museu da SINAGA e Director de Produção, em Junho de 2009.

salvaguardar um espaço da memória colectiva da população rural do concelho,⁵⁶³ tendo sido recuperada no âmbito do Programa LEADER+/ASDEPR.

A casa foi adquirida já com algum recheio, que foi restaurado, tendo a população local doado o restante espólio. Aos poucos, a equipa envolvida neste projecto foi recriando a vida quotidiana do passado rural, que *ora se encontrava caída no esquecimento dos mais velhos, ora permanecia em desconhecimento pelos mais novos.*⁵⁶⁴

A Casa Museu Rural da Lombinha da Maia é um dos pólos do Parque Temático da Maia, e como tal, surgiu com o intuito de preservar e promover o património cultural da zona oriental do concelho da Ribeira Grande, contribuindo desta forma para a sua valorização e projecção, assim como para a criação de emprego, quer directo quer indirecto, através da promoção (divulgação) de um turismo comprometido com a sustentabilidade e a dinâmica local, e consequentemente com a melhoria da qualidade de vida das populações que vivem nestes territórios.

38. Gruta do Carvão

Desde o século XVI que diversos autores têm escrito sobre a Gruta do Carvão,⁵⁶⁵ situada na zona poente da cidade de Ponta Delgada e consistindo num túnel lávico, com uma extensão total de 1912,1 metros, dividido por quatro zonas (Troço do Paím; Troço Secadores Tabaco; Troço João do Rego; Troço José Bensaúde). Em termos geológicos, está inserida no denominado *Complexo Vulcânico dos Picos* e a sua formação está atribuída à época Holocénica, a mais recente das épocas geológicas, compreendida entre os cinco e os doze mil anos⁵⁶⁶.

Em 1988 realizaram-se as primeiras explorações espeleológicas, por elementos da Associação Ecológica Amigos dos Açores, que visitaram todas as grutas e algares conhecidos na

⁵⁶³ Couto, 2007a: 6.

⁵⁶⁴ Idem.

⁵⁶⁵ Também designada, no passado, por Gruta da Rua Formosa. A esse respeito refira-se Gaspar Frutuoso (séc.XVI), John White Webster (1821), George Hartung (1860), Ernesto do Canto (1881), Walter Frederic Walker (1886), Emygdio da Silva (1893), Vasconcellos Arruda (1943), Robin Bryans (1980), Halliday (1981).

⁵⁶⁶ www.amigosdosacores.pt. Último acesso em 2009-08-20.

ilha de São Miguel. Na sequência desses trabalhos, em 1991, foi criado, pela Direcção da Associação Ecológica Amigos dos Açores, o Grupo de Trabalho de Espeleologia, para estudo das cavidades vulcânicas da Ilha de S. Miguel, onde a Gruta do Carvão tem especial destaque.

No ano de 1992, os Amigos dos Açores elaboraram um documentário em vídeo sobre a Gruta do Carvão, visando chamar a atenção para a importância turística, didáctica e científica dessa gruta, o qual foi apresentado no *I Encontro Internacional de Vulcanoespeleologia das Ilhas Atlânticas*, que decorreu nesse ano em Angra do Heroísmo.

Como corolário dos trabalhos desenvolvidos, em Março de 1994, os Amigos dos Açores elaboraram uma *Proposta de Intervenção Museológica na Gruta do Carvão*⁵⁶⁷, que foi apresentada durante os trabalhos do *1º Encontro das Instituições Museológicas dos Açores*, realizado no Museu Carlos Machado. Esse projecto preconizava a abertura ao público de dois troços da Gruta do Carvão (Carvão e Paim), assente no pressuposto de que tal constituiria uma mais-valia para a cidade de Ponta Delgada e para a própria ilha, designadamente, nos domínios científico, didáctico e turístico.

O grupo que elaborou a referida proposta defendia que a *musealização de sítios pode constituir um poderoso instrumento de intervenção sobre o Património Natural, devendo valorizá-lo junto da comunidade em cuja região se insere (...) Todo o processo de musealização deve prever uma dinâmica adequada à vocação do espaço em causa, conciliada com todos os aspectos relativos à sua protecção e preservação.*⁵⁶⁸

Deste modo, preconizavam que *intervir museologicamente na gruta do Carvão deve significar a prática de um programa que, assente na utilização adequada das potencialidades*

⁵⁶⁷ Editada pelos Amigos dos Açores, em separata, em Dezembro de 1997.

⁵⁶⁸ Constância et al., 1994: 151, 152.

*existentes, deverá promover o estabelecimento de relações com a população da região de que faz parte, centrando-as no binómio Homem/Ambiente.*⁵⁶⁹

Assim sendo, apontavam como objectivos para a Gruta do Carvão, uma intervenção museológica centrada nos fenómenos vulcânicos, explorados nas suas múltiplas vertentes, privilegiando acções pedagógicas e de educação ambiental, contribuindo para uma maior consciencialização dos problemas ambientais e para um aprofundamento dos conhecimentos sobre o Homem e a Natureza. Pretendiam também, perspectivar as vivências humanas relacionadas com os fenómenos vulcânicos, através de um discurso museológico que retratasse o envolvimento humano e a influência do vulcanismo na história dos Açores.

Para a concretização desses objectivos consideravam essencial a classificação jurídica da gruta, bem como a *criação de um espaço expositivo exterior, que, localizado junto a uma entrada da gruta, inicie a visita constituindo um centro de interpretação da temática vulcanológica e servindo de ponto de partida a diversas acções de dinamização pedagógica, de ocupação dos tempos livres e como pólo de atracção turística.*⁵⁷⁰

Defendiam também que a Gruta do Carvão deveria integrar um percurso expositivo, sem contudo sofrer qualquer tipo de intervenção museográfica. *As principais actividades museológicas deverão, pois, circunscrever-se a espaços criados para o efeito, junto da entrada da gruta (...)* A Gruta deve valer por si mesma.⁵⁷¹

Em Janeiro de 1995, na sequência de contactos estabelecidos entre os Amigos dos Açores e diversas instituições, e através da Junta de Freguesia de S. José, foi possível iniciar os trabalhos de desobstrução e limpeza da gruta, na zona dos Secadores de Tabaco. Tais trabalhos permitiram, em primeira instância, a circulação em toda a extensão do troço jusante, o qual se desenvolve entre a Rua de Lisboa e a Avenida Antero de Quental, num total de 600 metros.

⁵⁶⁹ Idem: 155.

⁵⁷⁰ Idem: 151.

⁵⁷¹ Idem 157.

Também em Janeiro de 1995, elementos da Associação dos Amigos dos Açores reuniram com os Secretários Regionais do Turismo e Ambiente e da Educação e Cultura, com o propósito de apresentar a *Proposta de Musealização da Gruta do Carvão*. Com idêntico objectivo, os responsáveis daquela Associação foram recebidos pelo Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, a 27 de Abril no mesmo ano, e pelo Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Dr. Manuel Arruda, no mês seguinte.

Em Fevereiro de 1995, foi entregue à Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia, a pedido da mesma, uma memória descritiva e uma estimativa de custos para a *Proposta de Intervenção Museológica na Gruta do Carvão*. Neste documento, as acções preconizadas eram repartidas em três fases, designadamente, recuperação, intervenção museológica, dinamização e manutenção. Em Maio de 1995, aquela Secretaria Regional atribuiu um subsídio aos Amigos dos Açores, destinado à elaboração do projecto relativo à 1ª fase da referida proposta, dando-se assim início às acções preconizadas.

Em Agosto de 1996, na sequência das obras da 2ª Circular à cidade de Ponta Delgada, os Amigos dos Açores efectuaram o primeiro reconhecimento do Troço do Paim da Gruta do Carvão, tendo percorrido um total de cerca de 550 metros para Norte.

Em Outubro de 1997, a Associação Ecológica Amigos dos Açores apresentou à Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, essa *Proposta de Intervenção Museológica na Gruta do Carvão*, bem como propôs formalmente a classificação jurídica da Gruta do Carvão como Monumento Natural Regional, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional nº 21/93/A, que aplica à Região o regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei nº 19/93, que cria a Rede Nacional de Áreas Protegidas.⁵⁷²

⁵⁷² Amigos dos Açores, 1997.

Em Fevereiro de 1998 realizou-se uma visita de trabalho à Gruta do Carvão (troço da Rua de Lisboa) com a Directora Regional do Ambiente, o Director Regional do Turismo e a Junta de Freguesia de S. José, com o objectivo de verificarem, *in loco*, as condições existentes e de se analisarem as razões que levaram os Amigos dos Açores a envidar esforços no sentido procederem urgentemente à Recuperação e Dinamização Museológica da Gruta do Carvão, bem como a solicitar a sua Classificação.

No segundo semestre de 1998, realizaram-se as obras de Execução do Acesso à Gruta do Carvão – Troço do Paim, 1ª fase, que incluíram a colocação de manilhas e a construção do poço em betão para implantação futura de escadaria de acesso.

Em Março de 2000, através de expropriação de terreno, foi declarada de utilidade pública uma parcela de terreno, com cerca de 114 m², para edificação de construção que garante o acesso à Gruta do Carvão, troço do Paim.⁵⁷³

Em Novembro de 2000, na sequência das obras de saneamento básico na Rua João do Rego foi descoberto um novo troço da Gruta do Carvão, ao qual foi atribuído o nome dessa Rua.

Pelas suas potencialidades em termos científicos, didácticos e turísticos e, ainda, pela sua importância enquanto património natural, a Gruta do Carvão foi finalmente classificada como Monumento Natural Regional, através do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2005/A, de 11 de Maio.

Ao longo de 2001, 2002 e 2003, realizaram-se diversas reuniões de trabalho dos Amigos dos Açores com a Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos visando dar seguimento e concluir as obras subterrâneas realizadas em 1998, na zona do Paim – 2ª Circular.

⁵⁷³ Resolução do Governo n.º 43/2000, in *Jornal Oficial*, I Série – Número 11. de 16 de Março.

Em Abril de 2003, foi apresentado por aquela Associação Ecológica, à Câmara Municipal de Ponta Delgada, um documento onde se enumeram as principais acções a desenvolver visando a Abertura Experimental da Gruta do Carvão – Troço da Rua de Lisboa/Secadores de Tabaco.

Entre Julho e Dezembro de 2006, decorreram as obras relativas à terceira e última fase do *Projecto de Execução do Acesso à Gruta do Carvão – Troço do Paim*, obras apoiadas pela Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, de acordo com o protocolo de colaboração estabelecido, a 28 de Maio de 2006, entre aquela entidade e os Amigos dos Açores.

De Outubro a Dezembro de 2006, foram realizadas por associados dos Amigos dos Açores diversas acções de desobstrução e limpeza da Gruta do Carvão-Troço Paim, tendo sido removidos do seu interior vinte e duas toneladas de lixo introduzidos pelo Homem e terras trazidas pelas águas de escorrência. Essas acções de limpeza visaram a delimitação/definição de um trajecto de visita, uma melhor circulação dos visitantes e maiores condições de segurança.

Em Novembro de 2006, foi elaborado e aprovado o *Plano de Gestão do Monumento Natural Regional da Gruta do Carvão - Troço da Rua do Paim*. Nesse documento constam as preocupações essenciais relativas aos aspectos de gestão e segurança daquele espaço e dos respectivos visitantes.

Desde Abril de 2007 decorrem visitas organizadas para escolas e grupos. Em Agosto de 2007, abriram-se as portas diariamente a todos os interessados em visitar o Monumento Natural Regional da Gruta do Carvão – Troço do Paim.

Para além do percurso na gruta, os Amigos dos Açores, associação ecológica responsável pela sua gestão, pretendem dar a conhecer ao visitante o vulcanismo e a geodiversidade e biodiversidade da ilha de São Miguel e dos Açores, em especial o seu Património Geológico e as cavidades vulcânicas existentes.

No decurso da Campanha Espeleo-Arcanjo 2007, foram reconhecidos mais 130 novos metros da gruta, a Norte, aumentando o comprimento conhecido do túnel principal do troço do Paim para uma extensão total de cerca de 690 metros.

Em suma, fruto do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho de Espeleologia, da Associação Amigos dos Açores, a aposta na musealização da Gruta do Carvão, e a subsequente abertura ao público, assentou num programa de intervenção museológica e na dinamização de actividades de índole diversa, sem contudo sofrer qualquer intervenção museográfica, já que se pretendia realçar a própria gruta, enquanto monumento natural.

Foi construída numa das suas entradas um centro de interpretação da temática vulcanológica, que serve também como ponto de partida para as diversas dinamizações pedagógicas e de ocupação dos tempos livres, que aí se desenvolvem.

Como principais acções a desenvolver, Diogo Caetano, presidente dos Amigos dos Açores referiu-nos que está programada uma campanha espeleológica para confirmação de acessibilidades à Gruta do Carvão/Paim na zona dos Arrifes, nomeadamente na *Loja do Madeira* (Rua da Saúde) e zonas vizinhas. Estes estudos permitirão uma melhor cartografia da implantação desta cavidade na malha urbana das freguesias do concelho de Ponta Delgada.

Actualmente, aguardam a remoção de tubagens, reposição de condições de salubridade (e.g. remoção de lixos e de entulhos existentes no local) e trabalhos de consolidação do tecto da gruta, na zona da Escola Básica do Carvão, em Ponta Delgada, obras prometidas pela Câmara Municipal de Ponta Delgada. Neste local, conforme acordado com aquela Câmara Municipal, será construído um acesso à gruta, na zona sujeita aos trabalhos de consolidação atrás indicados, incluindo escadaria e saída de emergência.

Futuramente está prevista a construção do Centro Interpretativo da Gruta do Carvão, na Rua de Lisboa, nos antigos secadores da Fábrica de Tabaco Micaelense, em Ponta Delgada.

39. Pólo Museológico do Coliseu Micaelense

O abandono a que esteve votado o Coliseu Micaelense⁵⁷⁴ de Ponta Delgada motivou a Associação para a Defesa e Investigação do Património, em conjunto com a Câmara Municipal de Ponta Delgada, a promover o V Fórum Cidadania e Património, dedicado à recuperação e ao restauro da mais importante casa de espectáculos dos Açores. O Fórum teve lugar a 18 de Abril de 2001, no edifício do Coliseu, mobilizando muitos interessados e contou com uma conferência do arquitecto Nuno Tasso de Sousa dedicada as *Arquitecturas de Espectáculo*.⁵⁷⁵

Em 2002, por iniciativa da recém eleita presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Dra. Berta Cabral, e respondendo a uma promessa eleitoral, o Coliseu foi adquirido por aquela edilidade, que promoveu a sua recuperação ao longo de 2004. Foi no âmbito do processo de recuperação deste imóvel que surgiu o Pólo Museológico do Coliseu Micaelense.

Aquando da reabertura do Coliseu Micaelense, a 30 de Janeiro de 2005, foi organizada uma sessão cultural, designada *Dia da Memória*, no âmbito da qual se realizou a exposição *Memórias do Coliseu Micaelense*, que contemplou diversos objectos ligados à história daquele espaço cultural. Essa exposição, coordenada pelo Dr. José de Almeida Mello, Assessor para a Cultura da autarquia de Ponta Delgada, inaugurou também a *Sala Santos Figueira, uma sala que a Sociedade Coliseu Micaelense S.A., dedica à memória do homem que, durante mais de quatro décadas, foi o responsável e a imagem da actividade do Coliseu*.⁵⁷⁶

De salientar que, nessa ocasião, José de Mello referiu que associado à história do Coliseu existia um *conjunto vasto de documentação original*⁵⁷⁷, cujos documentos integrantes seriam catalogados e colocados à disposição do público para consulta, possibilitando futuras pesquisas.

⁵⁷⁴ O então Coliseu Avenida foi inaugurado a 10 de Maio de 1917, sendo o resultado da iniciativa de um grupo de micaelenses, presidido por José Maria Raposo do Amaral. Em 1950, foi adquirido pela *Companhia de Navegação Carregadores Açorianos*, dirigida por Francisco Luís Tavares, que acabara de construir o Teatro Micaelense, passando então a designar-se Coliseu Micaelense. Mais tarde integrou a *Cinaçor*, da *Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida*, sendo gerido por Santos Figueira durante cerca de quatro décadas. A partir da década de 80, foi progressivamente desactivado, até ficar encerrado, pelo avançado estado de degradação. Cf. Mello, 2007: 16.

⁵⁷⁵ Cf. Associação para a Defesa e Investigação do Património. 2001.

⁵⁷⁶ “Coliseu Micaelense revive o passado”. 2005, in *Terra Nostra*. 4 de Fevereiro. Ponta Delgada: 12.

⁵⁷⁷ Manso, 2005: 7.

Esse arquivo documental foi encontrado aquando da aquisição do imóvel, e constitui uma peça central para a história do Coliseu.⁵⁷⁸

Ao longo dos dois anos seguintes, a Câmara Municipal de Ponta Delgada promoveu a recolha e organização do espólio do futuro espaço museológico do Coliseu. Através da imprensa local foi solicitada a colaboração *de todas as pessoas que possam disponibilizar textos, imagens ou peças de interesse histórico para o efeito.*⁵⁷⁹

No início de 2007, a Presidente do Conselho de Administração do Coliseu Micaelense, Dra. Berta Cabral, nomeou uma Comissão Instaladora para o futuro Pólo Museológico, constituída por: Dr. José de Mello, orientador científico e futuro conservador daquele pólo; Arquitecto Pedro Garcês, responsável pela arquitectura do espaço de acordo com a metodologia da exposição e programa científico; Engenheiro José de Medeiros, coordenador das obras no espaço.⁵⁸⁰

A 5 de Fevereiro de 2007, José de Melo apresentou no Coliseu, em conferência de Imprensa, a sua Proposta para o futuro Pólo Museológico do Coliseu Micaelense, bem como as diversas acções que deveriam ser tomadas para a adaptação do espaço a esse fim.

Para a instalação da exposição permanente desse espaço museológico, o seu responsável teve em consideração diversos aspectos, designadamente segurança, controlo ambiental, conservação preventiva, iluminação e aspectos museográficos.

A 10 de Maio de 2007, no âmbito das celebrações do 90º aniversário da abertura oficial da Casa de Espectáculos, foi inaugurado o Pólo Museológico do Coliseu Micaelense, na presença da Presidente da Câmara Municipal, Dra. Berta Cabral, do Representante da República para os Açores, Dr. José António Mesquita e do antigo Presidente da Assembleia da República e do Governo Regional, Dr. João Bosco Mota Amaral.

⁵⁷⁸ Mello, 2007: fl. 36.

⁵⁷⁹ “Coliseu reúne espólio para museu dos 90 anos”. 2007, in *Diário dos Açores*. 13 de Março. Ponta Delgada: 6.

“Coliseu reúne espólio”. 2007, in *Correio dos Açores*. 13 de Março. Ponta Delgada: 3.

⁵⁸⁰ Mello, 2007: fl. 2, 3.

Constituído por um acervo de grande interesse histórico, integra objectos de natureza muito diversa, através dos quais se pretende registar o percurso intenso da instituição. Destaque-se o *título de accionista da Sociedade Coliseu Avenida emitido no ano de 1917 em nome de Eduardo Gil Miranda Cabral, a primeira máquina de projecção de cinema, adquirida pelo empresário António dos Santos Figueira, as imagens de antigas decorações dos bailes de Carnaval concebidas pelo cenógrafo José Vieira e o piano doado pelos herdeiros do maestro Teófilo Frazão.*⁵⁸¹

O percurso histórico da exposição permanente é balizado entre 1912 e 2007, ou seja, pela construção do segundo coliseu português, em plena primeira guerra mundial e a sua reabilitação pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, já no limiar do século XXI. Paralelamente, a exposição atravessa também as diferentes áreas da actividade sócio cultural do Coliseu Micaelense em nove décadas, com destaque para o circo, o cinema, o teatro, o espectáculo em geral e, em particular, os tradicionais bailes de Carnaval.⁵⁸²

Instalado no último piso do edifício, a escolha desse espaço para Pólo Museológico teve em consideração a possibilidade de o visitante ter contacto directo com o objecto da exposição, o Coliseu, nomeadamente através do percurso efectuado no seu interior, ou apenas numa perspectiva aérea, onde pode visualizar a sala principal, camarotes, balcões e plateia. Em casos pontuais, o visitante poderá assistir ainda, desse espaço, à montagem e preparação de eventos. O Pólo Museológico do Coliseu Micaelense nasce e desenvolve-se no Centro do Edifício, local de toda a sua génese e alma.⁵⁸³

Como objectivos inerentes a este projecto museológico refira-se: perpetuar a memória dos que tiveram o engenho e a arte de construir o então *Coliseu Avenida*; valorizar, na memória colectiva, um percurso de nove décadas da vida cultural, recreativa, social e económica da cidade

⁵⁸¹ “Museu do Coliseu abre este mês”, in *Correio dos Açores*. 4 de Janeiro de 2008. Ponta Delgada: 5.

⁵⁸² “Coliseu inaugura hoje Museu para comemorar os 90 anos”. 2007, in *Diário dos Açores*. 10 de Maio. Ponta Delgada: 10.

⁵⁸³ Mello, 2007: fl. 4, 5.

de Ponta Delgada e da própria ilha de São Miguel; compreender e enquadrar no tempo as grandes produções teatrais, quer nacionais, quer regionais ou locais, e o papel que tiveram na promoção sócio cultural dos habitantes; enriquecer a oferta cultural de Ponta Delgada, na salvaguarda do património de afectos que o Coliseu representa e na conservação de muitos testemunhos materiais da história desta instituição.⁵⁸⁴

A 7 de Janeiro de 2008, o Pólo Museológico do Coliseu começou a ter um horário de funcionamento fixo, semanal, destinado às visitas acompanhadas do público em geral.⁵⁸⁵ Porém, esta situação não se manteve. Actualmente, este espaço museológico, que continua aberto para quem o quiser visitar, não é dinamizado pois, segundo nos disse José de Mello⁵⁸⁶, ainda não existe pessoal exclusivamente destacado para aquele serviço, o que limita a gestão diária.

40. Sala Museológica da Igreja de Nossa Senhora da Conceição

A Sala Museológica da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira Grande encontra-se situada junto à sacristia norte, numa das dependências desta igreja do século XVII/XVIII, detentora de um rico património de arte sacra.⁵⁸⁷

A génese da Sala Museológica remonta à iniciativa do antigo pároco Edmundo Pacheco, na década de 90, quando este promoveu a recuperação de algumas peças de ourivesaria daquele templo, efectuada em estabelecimentos da especialidade, na Ribeira Grande e em Ponta Delgada. O padre Norberto da Cunha Pacheco, actual responsável por aquela igreja, deu continuidade a esse trabalho, tendo sido ainda o impulsionador da reunião de diversas peças que se encontravam dispersas naquela igreja, muitas já fora do uso litúrgico. Deste modo, com o objectivo de

⁵⁸⁴ Cf. Mello, 2007: 17.

“Coliseu de afectos”. 2007, in *ONDA*. Ano 6, n.º 21. Câmara Municipal de Ponta Delgada. Ponta Delgada: 22.

⁵⁸⁵ Gouveia, 2008: 6.

⁵⁸⁶ No âmbito de contacto estabelecido em Maio de 2009.

⁵⁸⁷ Igreja construída entre 1729 e 1736, e que veio substituir na função paroquial a ermida da Conceição Velha (actual ermida de Nossa Senhora da Dores), que havia sido sede de paróquia desde 1699, quando o bispo D. António Vieira Leitão criou a nova freguesia. Cf. Moura. 2009.

preservação patrimonial, e como forma de valorizar e divulgar os objectos de arte sacra, começou a reunir-se o espólio da Sala Museológica.

De salientar o forte contributo do Padre António Manuel de Sousa Rocha, natural daquela freguesia, que desde o início apoiou a criação desse espaço, sendo o seu principal mecenas.

Com a coordenação museológica do Dr. José de Mello, e o apoio do Conselho Económico da Comissão de Festas e de alguns paroquianos, procederam então ao inventário de todos os objectos, e respectivo registo fotográfico. Paralelamente, efectuaram obras de recuperação do espaço onde seria instalado o pequeno museu.

A museografia da sala também foi orientada por José de Mello, que deu especial atenção aos expositores, à iluminação e às condições de segurança.

A 28 de Julho de 2007, foi inaugurada a Sala Museológica da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, reunindo mais de meia centena de objectos de arte sacra, datados entre os séculos XVII e XX. O discurso museológico, coordenado por José de Mello, centrou-se unicamente na leitura dos objectos de uso litúrgico, ao longo de vários séculos, naquela igreja.

Por questões de segurança, este espaço é apenas visitável por marcação e com acompanhamento do pároco.

III - CARACTERIZAÇÃO DA REALIDADE MUSEOLÓGICA DA ILHA DE S. MIGUEL

1. Caracterização gráfica e análise

De acordo com a abordagem efectuada no capítulo anterior, e segundo uma lógica indutiva, nesta fase do trabalho caracterizaremos a realidade museológica micaelense, de 1974 a 2008.

Para o período em estudo, e relativamente à criação de espaços museológicos em São Miguel, cujos processos sociais e históricos, patrimoniais e museológicos analisámos, verifica-se um desenvolvimento gradual e contínuo, expresso na Figura 3.

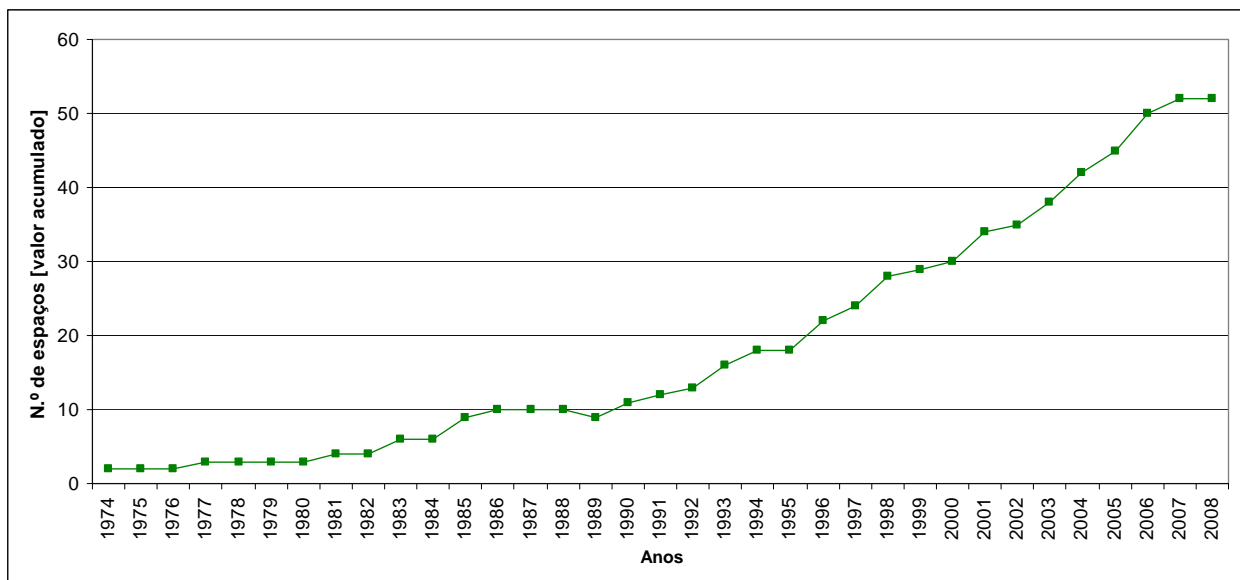


Figura 3 – Evolução do número de espaços museológicos na ilha de S. Miguel: 1974-2008.

Da observação desta representação gráfica, pode-se verificar que, em 1974 já, existiam dois museus, o Museu Carlos Machado e o Museu Rural da Casa do Povo de Vila Franca do Campo, situação que se manteve até 1977. A década de 1980 foi marcada pela criação de novos espaços museológicos, realidade que se intensificou significativamente nas décadas seguintes.

No período temporal em análise, a criação de espaços museológicos em São Miguel apresentou quase sempre uma curva evolutiva crescente, não obstante ter havido casos de

extinção ou integração noutros museus. Excepção foi o ano de 1989, altura em que foi criado apenas um espaço museológico, o Museu Municipal do Nordeste, e foram extintos dois, o Museu do Chá da Mafoma e o Museu do Ananás.

À informação constante na Figura 3 associamos os dados relativos à quantidade de espaços museológicos que anualmente foram criados, bem como aqueles que foram extintos ou integrados noutras realidades museológicas, esses últimos representados em barras situadas abaixo do eixo temporal. Tendo em conta a dinâmica criação/extinção apresenta-se na Figura 4 a combinação desses dois tipos de informação.

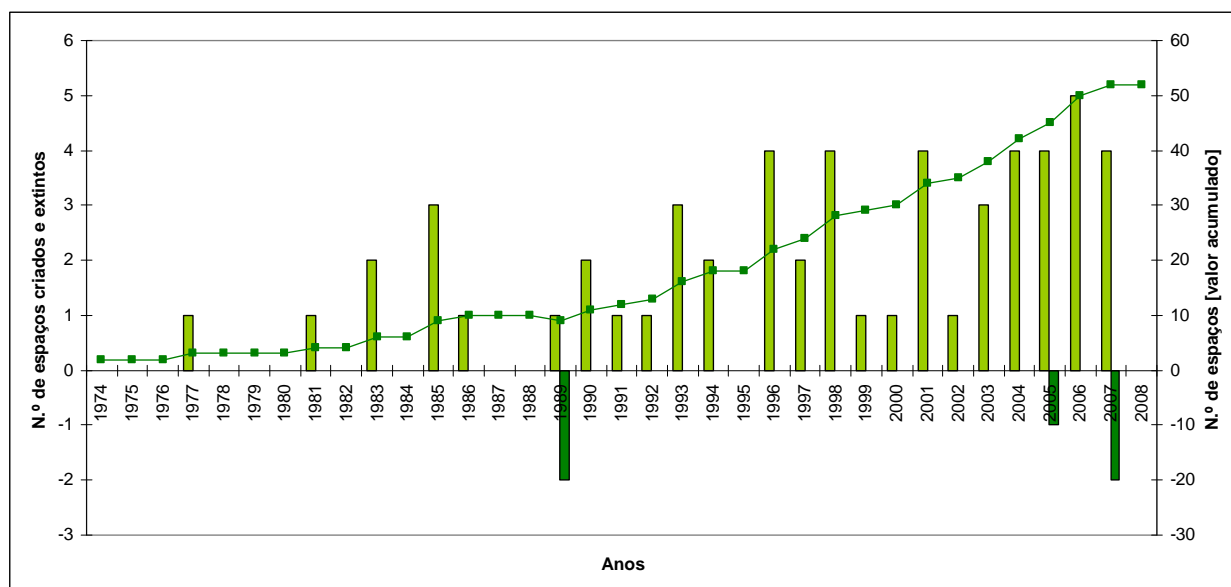


Figura 4 – Evolução e número anual de espaços museológicos criados e extintos na ilha de S. Miguel: 1974-2008.

Verificamos então que, desde 1989, e com excepção de 1995 e de 2008, tem surgido pelo menos uma nova realidade museológica por ano na ilha de São Miguel.

Ao longo do período temporal considerado foram extintos quatro espaços museológicos (Museu da Fábrica de Chá da Mafoma e Museu do Ananás, em 1989; Núcleo Museológico de Pesca Artesanal e Museu Etnográfico de São Pedro Nordestino, em 2007), e um foi integrado noutra realidade museológica (Museu Rural da Casa de Povo de Vila Franca do Campo integrado no Museu de Vila Franca do Campo, em 2005).

A fim de verificar se existia algum período temporal mais marcante a nível do surgimento de novos museus em S. Miguel, aplicámos um filtro sobre a informação constante da Figura 4, que consistiu em considerar como relevantes os anos em que foram criados dois ou mais espaços museológicos. Definimos ainda como critério que apenas pertenceriam ao mesmo intervalo os anos em que tinham sido criados novos espaços, e cujas diferenças entre si, não fossem superiores a dois anos.

O resultado desta operação apresenta-se na Figura 5 e permitiu-nos identificar três períodos, ou intervalos temporais, onde a criação de espaços museológicos foi mais marcante: de 1983 a 1985; de 1993 a 1998 e de 2001 a 2007.

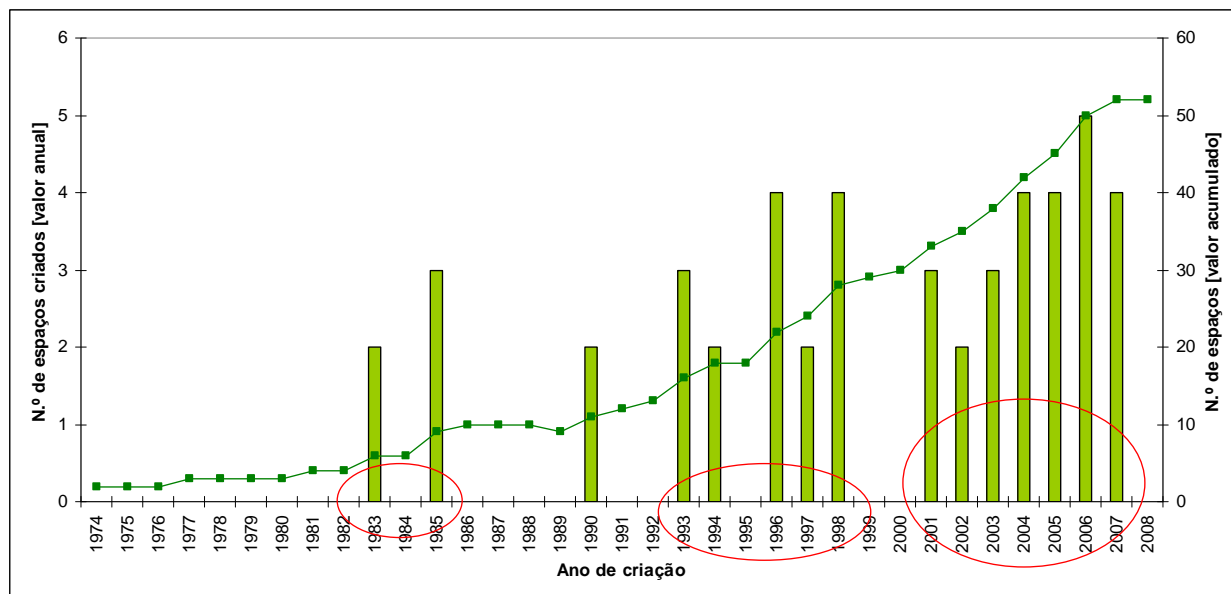


Figura 5 – Número de espaços museológicos, na ilha de S. Miguel, por ano de criação.

Esta operação gráfica evidencia ainda eventos relevantes em 1990, mas que foram considerados de forma isolada, pois não cumprem o requisito que impusemos de distar de outros, o máximo de dois anos.

Considerando novamente a totalidade dos espaços museológicos, apresentamos na Figura 6 a sua localização geográfica na ilha de São Miguel. Esta representação gráfica permite verificar a

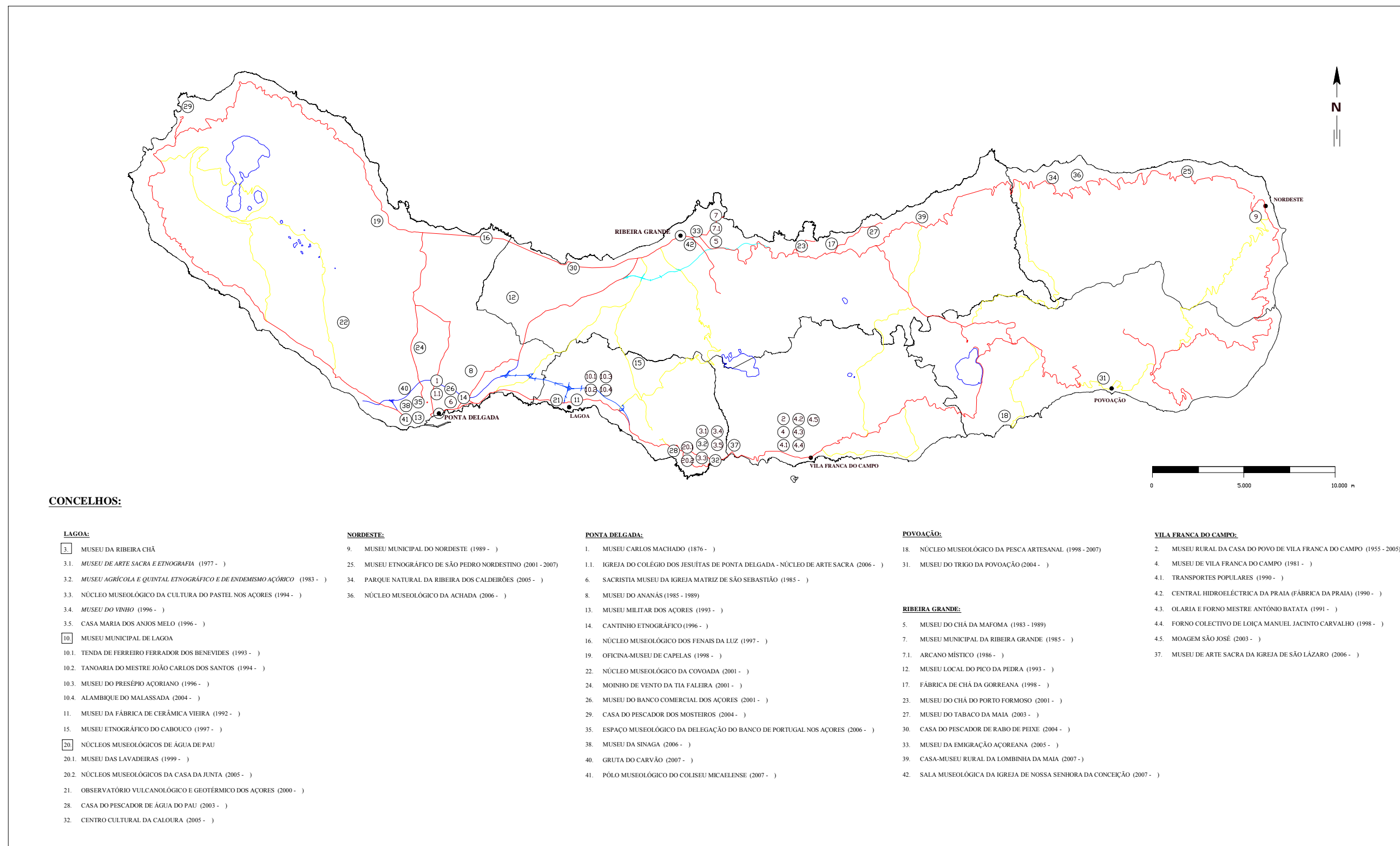


Figura 6 – Distribuição Geográfica dos Espaços Museológicos em São Miguel: 1974-2008.¹ (Base cartográfica: Direcção de Serviços de Cartografia e Informação Geográfica – SRCTE: 2009)

¹ Os espaços museológicos foram numerados por ordem cronológica de criação. Na legenda os concelhos são apresentados por ordem alfabética e, em cada um, os museus aparecem por ordem cronológica de formação. Os museus com o símbolo □ não estão representados no mapa pois na realidade não têm correspondência física.

inexistência de uma distribuição uniforme no território e a concentração de museus nos centros urbanos.

De facto, assinala-se uma maior concentração de espaços museológicos junto aos principais núcleos populacionais dos concelhos de Ponta Delgada, Lagoa e Vila Franca do Campo, contrastando com os restantes concelhos, onde esses espaços estão mais dispersos.

Embora se verifique a existência de espaços museológicos em todos os concelhos da ilha, Lagoa e Ponta Delgada detêm 56% do total de museus considerados, pois em cada um foram criados 16 espaços. Em contraste com esta situação, nos concelhos da Povoação e Nordeste registamos apenas a criação de 6 espaços museológicos, o que corresponde a 11% do total da ilha de São Miguel.

Ainda no que respeita à distribuição dos espaços museológicos por concelho, considerando a evolução ao longo do período temporal em análise, para o total de espaços da ilha, verificamos a realidade expressa na Figura 7.

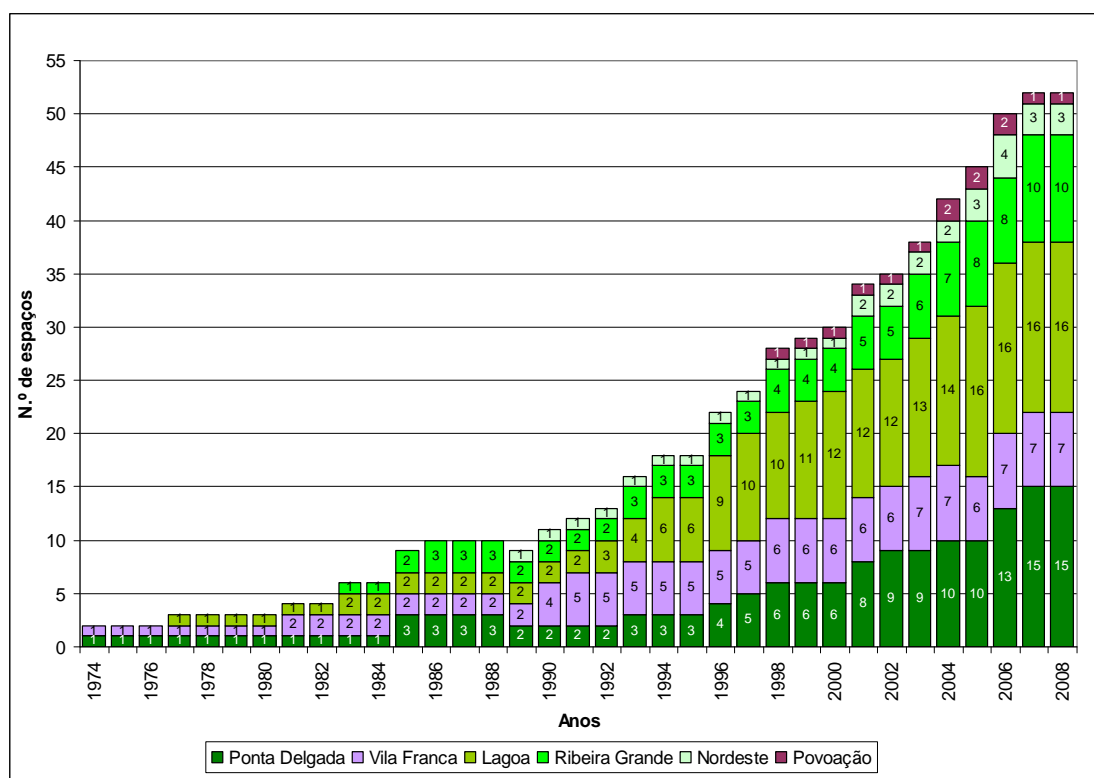


Figura 7 – Evolução do número de espaços museológicos: valor total e por concelho.

A evolução foi sempre crescente em todos os concelhos da ilha, apesar da extinção de cinco museus, já anteriormente referidos.

Embora a leitura dos valores citados faça transparecer um desequilíbrio entre os vários concelhos, a análise do número de espaços existentes em cada um quando se toma em linha de conta a respectiva população, revela outra perspectiva. De facto, a relação entre o número de espaços e a população residente para o concelho do Nordeste, apresenta o valor de 0,57 espaços/1000 habitantes,⁵⁸⁹ sendo esse valor de 0,23 espaços/1000 habitantes para Ponta Delgada. Ainda sob este prisma, refira-se o caso do concelho de lagoa, onde o valor encontrado é o mais elevado, registando 1,06 espaços/1000 habitantes.

Relativamente à natureza das colecções existentes nesses espaços museológicos, considerámos as seguintes categorias predominantes:

- Arquitectura e equipamento militar;
- Arte contemporânea;
- Arte e etnografia;
- Arte sacra;
- Energia hidroeléctrica;
- Espécies vivas animais;
- Etnografia regional;
- Etnografia das Pescas;
- Geologia;
- História;
- História natural, arte e etnografia;
- Miniaturas etnográficas;
- Técnica agro-alimentar;

⁵⁸⁹ Número calculado com base nos dados sobre a população residente na ilha de São Miguel. Cf. Serviço Regional de Estatística dos Açores, 2006.

- Técnica agro-industrial.

Na Figura 8, apresentamos a distribuição geográfica dos espaços museológicos de São Miguel e a respectiva classificação por categoria da colecção predominante.

Analisando a informação que consta na Figura 8, verificamos algumas situações que, pela sua relevância, importa referir:

Em relação aos espaços que integram a categoria *etnografia*, observa-se uma distribuição uniforme por toda a ilha, o que significa que além de estarem representados em maior número, são o resultado mais comum das opções museológicas. Este aspecto indicia também, ser a etnografia o tema onde a maioria da população se revê, com especial importância no caso das comunidades mais pequenas, onde existe apenas um espaço museológico.

Os espaços que fazem parte da categoria *técnica agro-industrial* ocupam, na sua grande maioria, a zona norte da ilha de São Miguel, e em particular o concelho da Ribeira Grande, reflexo da maior dinâmica industrial que desde sempre se observou nesta área.

A categoria arte contemporânea é a menos representada com apenas um espaço, o Centro Cultural da Caloura, que sendo tutelado por uma entidade privada, está localizado, por opção, fora de qualquer uma das cidades da ilha, por estar associado à casa atelier do artista tutelar e com o objectivo assumido de descentralizar a oferta cultural.

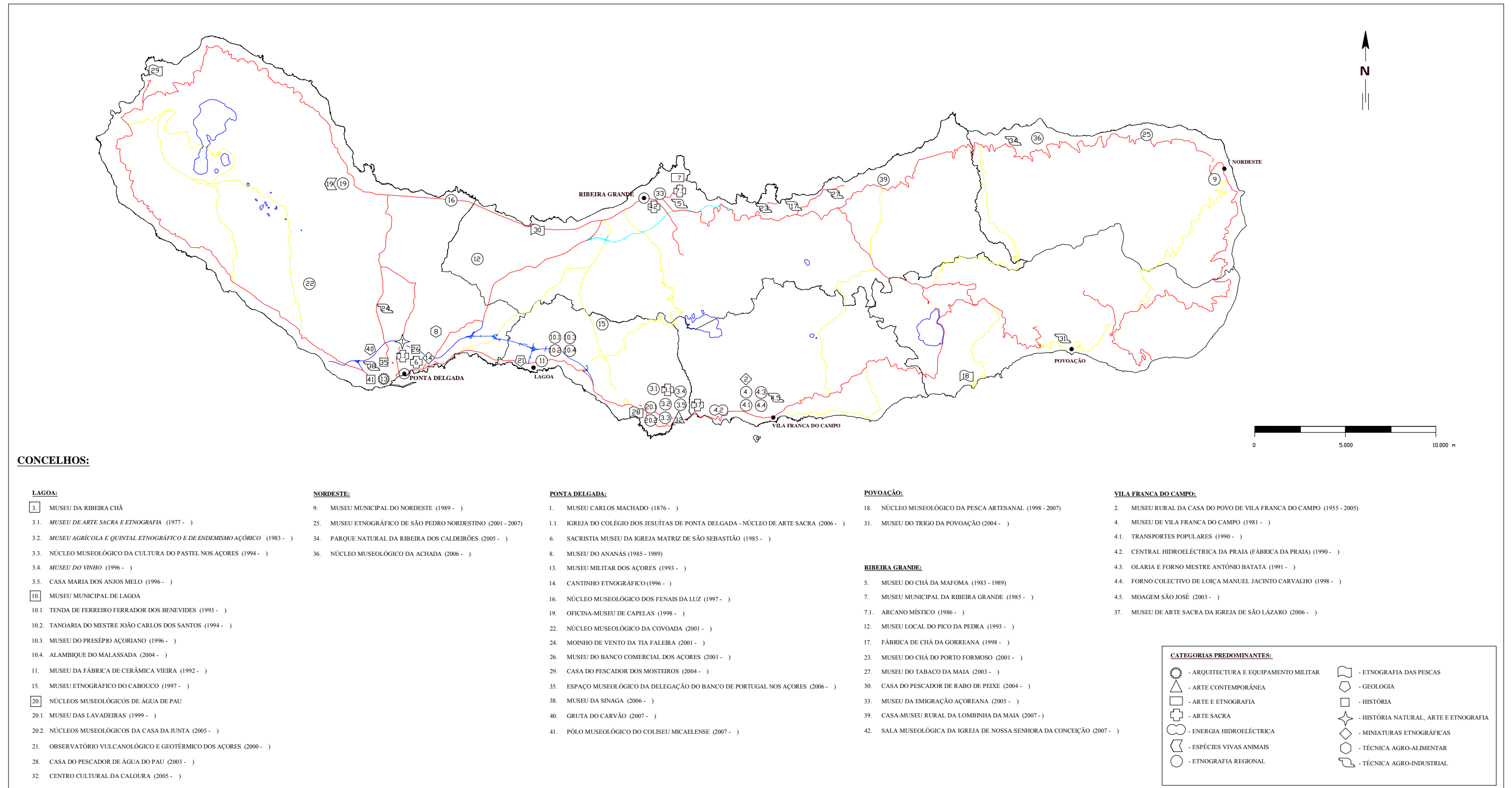


Figura 8 – Distribuição Geográfica dos Espaços Museológicos em São Miguel e respectiva classificação por categoria das colecções predominantes: 1974-2008.² (Base cartográfica: Direcção de Serviços de Cartografia e Informação Geográfica – SRCTE: 2009)

² Os espaços museológicos foram numerados por ordem cronológica de criação. Na legenda os concelhos são apresentados por ordem alfabética e, em cada um, os museus aparecem por ordem cronológica de formação. Os museus com o símbolo ◻ não estão representados no mapa pois na realidade não têm correspondência física.

A Figura 9 mostra a informação a que nos vimos reportando, traduzindo em percentagens o número de espaços museológicos, agrupados de acordo com a classificação por categoria das colecções predominantes, já referida na Figura 8.

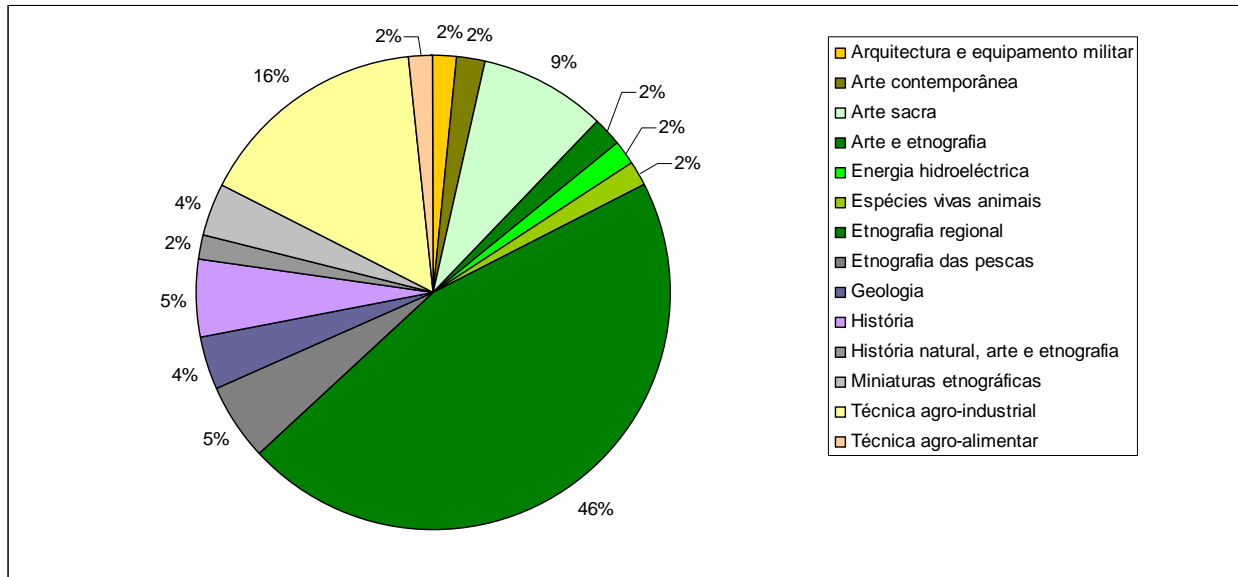


Figura 9 – Percentagem dos espaços museológicos, agrupados de acordo com a classificação por categoria das colecções predominantes

De acordo com a informação que apresentamos na Figura 10, os espaços museológicos da ilha de São Miguel são tutelados, de forma relativamente equilibrada, por entidades públicas (51%) e por entidades privadas (42%). De assinalar ainda, que 7% dos museus estão sob a tutela do terceiro sector.

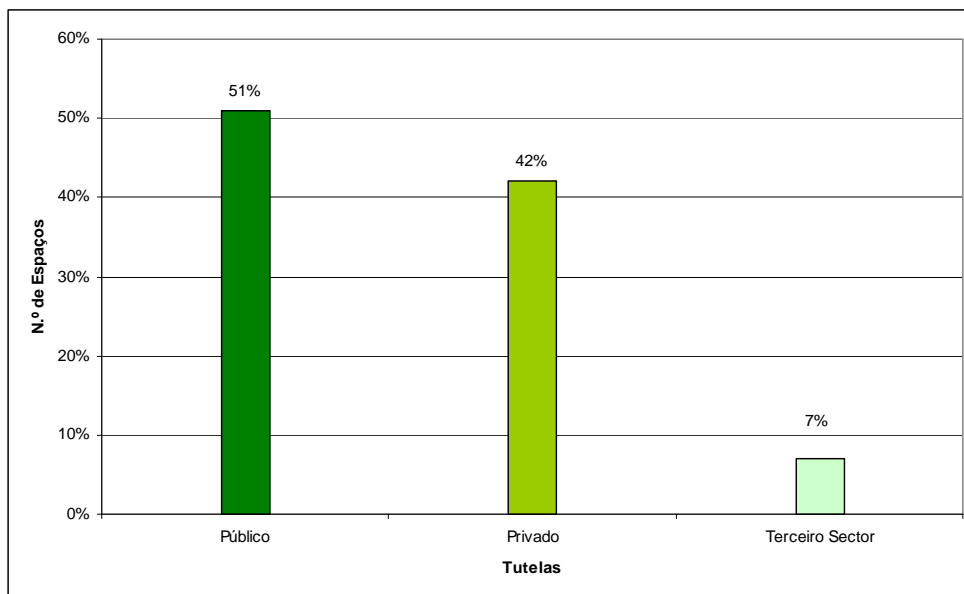


Figura 10 – Percentagem dos espaços museológicos de São Miguel, agrupados de acordo com a tutela.

Numa visão mais pormenorizada, e como podemos constatar na Figura 11, que representa a distribuição dos espaços museológicos da ilha de São Miguel de acordo com a entidade tutelar, verificamos uma predominância das autarquias locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), seguidas pelas instituições dependentes da Igreja Católica.

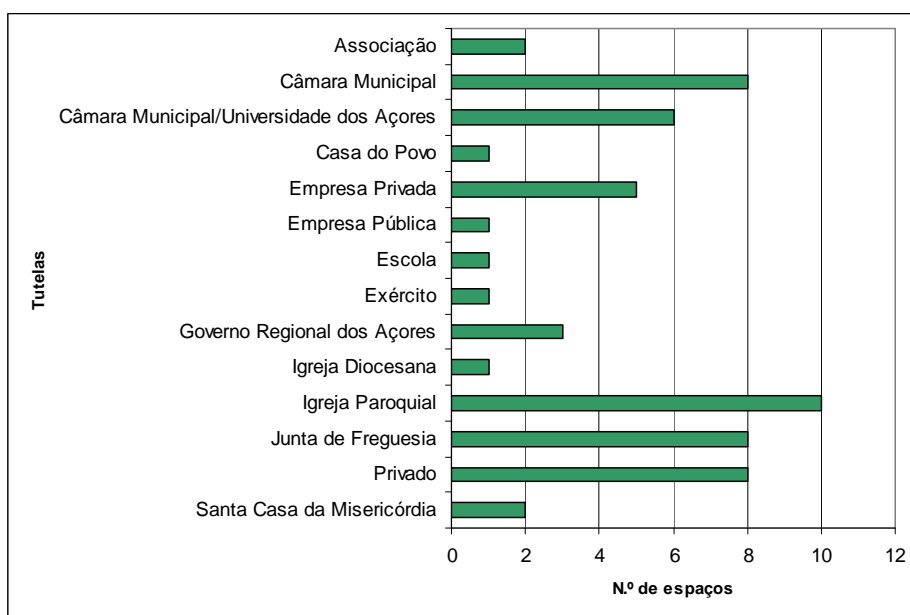


Figura 11 – Distribuição do número de espaços museológicos de São Miguel, de acordo com a entidade tutelar.

Como verificámos na caracterização e análise acima apresentadas, de 1974 a 2008, a criação de museus, públicos, privados e do terceiro sector, na ilha de São Miguel, mostrou quase sempre uma curva evolutiva crescente. A distribuição geográfica dos espaços museológicos apresenta diferenças entre os concelhos da ilha e, no âmbito da natureza das respectivas colecções, constatámos a existência de diferentes categorias, embora se destaque uma presença significativa de objectos etnográficos.

Procuraremos agora responder de forma substanciada às seguintes questões que levantámos no âmbito desta pesquisa.

- Que factores contribuíram para a formação de museus públicos, privados e do terceiro sector, na ilha de São Miguel, e como têm influenciado as diferentes etapas do processo de vida social de cada um deles?
- De que forma estes factores fundamentam a selecção dos objectos e a natureza das colecções, enquanto indicadores de memória, referentes patrimoniais e fontes de pesquisa?
- O processo social de cada instituição, as dinâmicas que lhe são inerentes e a sua história têm-se reflectido no tipo de museu, na sua organização, nas exposições, na equipa de trabalho, no edifício e nas actividades museológicas e científicas desenvolvidas?
- Que tipo de relações se estabelecem entre os museus, o território e a comunidade onde se integram, e o público?

No Capítulo II, na análise que efectuámos aos vários processos museológicos de São Miguel, de 1974 a 2008, a resposta a essas questões foi-se revelando naturalmente e de forma concreta em todos os museus.

Nesta fase da análise, dada a quantidade e a diversidade, tanto de espaços museológicos, como de processos sociais, patrimoniais e museológicos envolvidos, tornou-se difícil enumerar

exaustivamente todos os factores que respondem às questões levantadas. Deste modo, optámos por referir aqueles que identificámos como evidentes, basilares e, em alguns casos, comuns a vários museus.

Assim, relativamente às duas primeiras questões, e em termos gerais, identificámos os seguintes factores determinantes para a formação e desenvolvimento dos espaços museológicos, públicos, privados e do terceiro sector, na ilha de São Miguel:

- As políticas de valorização patrimonial e museológica, desenvolvidas pelo Governo Regional dos Açores.

A este respeito importa lembrar todo o quadro legislativo regional, produzido a partir de 1976, que consagra as políticas preconizadas para o desenvolvimento museológico regional e para a protecção do património cultural açoriano.

Em São Miguel, essas políticas reflectiram-se mais directamente no Museu Carlos Machado, uma vez que este tem como tutela o Governo Regional dos Açores. A partir de 1991, no âmbito do desenvolvimento da rede regional de museus dos Açores, o Governo Regional, através da Direcção Regional da Cultura, promoveu várias acções no sentido de formar e valorizar os recursos humanos, implementar a informatização dos inventários dos acervos museológicos, promover e divulgar o património móvel existente nos museus da Região.

Mas as medidas e políticas regionais de valorização patrimonial e museológica também se têm reflectido noutros espaços museológicos da ilha, nomeadamente com apoios, financeiros e técnicos, que o Governo Regional tem concedido, através dos organismos que tutela. Na análise que efectuámos aos espaços museológicas de São Miguel, assinalámos como tendo beneficiado de apoios regionais, o Museu da Ribeira Chã, a Sacristia Museu da Matriz de São Sebastião, o Museu Local do Pico da Pedra, a Oficina - Museu de Capelas, o Observatório Vulcanológico e

Geotérmico dos Açores, o Museu do Tabaco da Maia, as Casas do Pescador, e a Gruta do Carvão.

O reconhecimento e a consagração político institucional de iniciativas patrimoniais e museológicas desenvolvidas na ilha de São Miguel, manifestou-se na atribuição, pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, da *Insígnia Autónoma de Reconhecimento* à Associação Centro Cultural da Caloura - CCC e no facto desta associação ter sido declarada de utilidade pública pelo Governo Regional dos Açores, em 2008.

No âmbito da política regional de protecção e classificação jurídica do património, com incidência museológica destaca-se o processo de classificação do Arcano Místico como Tesouro Regional, na sequência de uma proposta apresentada pela Câmara Municipal da Ribeira Grande, em análise no ano de 2008.

De salientar que, as políticas de valorização patrimonial e museológica desenvolvidas na Região acabam também por contribuir para o despertar das iniciativas museológicas dos privados e das empresas.

- Os trabalhos de pesquisa e de museologia antropológica desenvolvidos pelo Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores.

Desde a sua criação em 1980,⁵⁹¹ a Universidade dos Açores, por acção do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais e do seu Centro de Estudos Etnológicos Dr. Luís da Silva Ribeiro,⁵⁹² tem estado directamente envolvida em vários processos museológicos no arquipélago açoriano.

⁵⁹¹ A Lei nº 5/76 criou o Instituto Universitário dos Açores e a Lei nº 252/80 promoveu esse instituto a Universidade dos Açores. Cf. Alves. 1999.

⁵⁹² Com o objectivo promover a investigação científica no domínio da Etnologia Açoriana, o Centro de Estudos Etnológicos Dr. Luís Ribeiro foi criado a 28 de Novembro de 1983, na sequência de uma proposta da Direcção do Departamento de História. Segundo Rui de Sousa Martins, estavam lançadas *as bases institucionais dos estudos antropológicos na Universidade dos Açores*. Martins, 1986a: 224.

Em São Miguel, desde 1980/81, a Universidade dos Açores tem sido responsável pela organização e direcção científica do Museu de Vila Franca do Campo, ao abrigo do protocolo estabelecido entre aquela instituição académica e a Câmara local.⁵⁹³ Esse Museu Laboratório de Antropologia da Universidade dos Açores tem vindo a desenvolver-se segundo um modelo museológico multipolar, combinando a instalação de colecções permanentes em edifícios, com a preservação *in situ* de construções e outros bens culturais, geridos de forma participada, numa perspectiva de desenvolvimento comunitário.⁵⁹⁴

Para além do Museu de Vila Franca, e à semelhança do que tem acontecido no arquipélago, em São Miguel, a Universidade dos Açores tem prestado apoio científico ao processo de criação de vários museus, designadamente: Museu da Ribeira Grande (1984); Museu Municipal da Lagoa (1996); Museu do Trigo da Povoação (2003); Projecto científico do Parque Temático da Maia, que integra o Museu do Tabaco (2004).

Importa referir ainda que a Universidade dos Açores, para além de vários projectos de etnomuseologia que tem desenvolvido, de pesquisas antropológicas que tem realizado, criou uma iconoteca, vários arquivos científicos, participou em dois filmes etnográficos e tem vindo a organizar uma biblioteca especializada de etnologia.⁵⁹⁵ Por iniciativa do Doutor Rui de Sousa Martins foi adquirido e integrado no Centro de Documentação da Universidade dos Açores, o espólio do etnógrafo Francisco Carreiro da Costa.

Ao nível do ensino e dos cursos ministrados pela Universidade dos Açores, muitos têm sido os desenvolvimentos nos domínios da antropologia cultural, museologia e património cultural, a registar: a abertura da disciplina de Sociedade e Culturas, leccionada pelo Dr. Francisco Carreiro da Costa, no âmbito da qual proferiu lições de Antropologia Cultural (1976),⁵⁹⁶ o início da

⁵⁹³ O protocolo foi homologado pelo Secretário Regional da Educação e Cultura, em 24 de Setembro de 1981. Martins, 1986a: 225.

⁵⁹⁴ Martins, 2009.

⁵⁹⁵ Cf. Martins, 1986a.

⁵⁹⁶ Essas lições de antropologia cultural constituem o capítulo IX da obra de Carreiro da Costa, *Esboço Histórico dos Açores*, publicada em 1978. Cf. Martins, 1986a.

cadeira de Antropologia Cultural (1976),⁵⁹⁷ inicialmente leccionada pelo Prof. Doutor José Enes e, a partir de 1980, pelo Dr. Rui de Sousa Martins; a abertura da cadeira de Etnomuseologia⁵⁹⁸ (1998/1999), no âmbito da qual se tem realizado o Seminário de Etnomuseologia, vocacionado para transmitir aos estudantes formação teórico-prática, centrada nas experiências da museologia antropológica implicadas no desenvolvimento do arquipélago açoriano; a criação da pós-graduação em Património, Museologia e Desenvolvimento (2001-2002), iniciativa da Universidade dos Açores com a colaboração da Universidade Nova de Lisboa; o início do mestrado e pós-graduação em Património, Museologia e Desenvolvimento (2005-2006); a criação da licenciatura em Património Cultural (2005).⁵⁹⁹ De salientar que, em 1982, o Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais aprovou a realização do curso Museologia Etnológica,⁶⁰⁰ que não se concretizou.

Em 1991, a Universidade dos Açores em parceria com o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa promoveu a realização de um Seminário sobre Museografia Etnológica e Investigação Expositiva, da responsabilidade do Doutor Jorge Freitas Branco, que decorreu no Museu Carlos Machado.

Toda esta dinâmica académica tem constituído um factor determinante para a formação da consciência patrimonial e museológica açoriana, designadamente na formação de recursos humanos ligados a instituições museológicas nos Açores.

⁵⁹⁷ Integrada na licenciatura de História e Ciências Sociais. Martins, 1986a: 222.

⁵⁹⁸ Integrada na licenciatura em Sociologia, que abriu nesse ano. Martins, 2009.

⁵⁹⁹ Martins, 2009.

⁶⁰⁰ Cf. Arquivo do Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores; Carta de 3 de Abril de 1981, do Dr. Rui de Sousa Martins para Dr. Henrique Coutinho Gouveia.

- A influência dos paradigmas dominantes no panorama museológico nacional e internacional.

Na formação e desenvolvimento de alguns dos processos museológicos analisados, verificámos a influência de algumas ideias dominantes que marcaram o panorama museológico nacional e internacional e que foram implementadas na realidade museológica micaelense pelos vários intervenientes.

A este respeito, refira-se desde logo a realização do Colóquio da Associação Portuguesa de Museologia, dedicado ao tema *Museu de Região. Pólo dinamizador de acção cultural*, que decorreu em Ponta Delgada, em 1977. Este foi um momento de reflexão importante, no âmbito do qual foram definidas as linhas teóricas de acção dos Museus Regionais, tendo sido salientada a função social dos museus. No contexto do colóquio, o Dr. Nestor de Sousa apresentou uma proposta de reestruturação do Museu Carlos Machado, de que era director, preocupando-se em conjugar as funções de investigação e de educação do museu.

Os conceitos de musealização de sítios e de ecomuseus veiculados a nível nacional e internacional, foram perfilhados em vários projectos que se desenvolveram em São Miguel, de modo particular ligados ao Museu de Vila Franca do Campo, ao Museu Municipal da Lagoa, ao da Ribeira Grande, ao Museu do Trigo, e mais recentemente ao Museu do Tabaco da Maia, integrado no Projecto científico do Parque Temático da Maia.

A formação e desenvolvimento desses museus tiveram a coordenação científica do Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores, através do seu responsável Doutor Rui de Sousa Martins, com a colaboração do Dr. José Pedro Gaspar, no caso do Museu da Lagoa.

Acompanhando as experiências museológicas nacionais e internacionais o Dr. Rui Martins participou na *Reunião-Colóquio sobre Ecomuseus*, que contou com a presença de George Henri-Revière, e que decorreu no Museu Calouste Gulbenkian, em Julho de 1978. Ainda nesse ano, participou também no Colóquio sobre Museus Universitários e *sua inserção activa na cultura*

portuguesa,⁶⁰¹ onde foram introduzidas algumas *sugestões visando promover aquilo que era designado como o aproveitamento museográfico de alguns monumentos ligados à Universidade de Coimbra.*⁶⁰² Os conceitos e as experiências dos ecomuseus reflectiram-se no projecto museológico que começou a desenvolver-se em Vila Franca do Campo, em 1980, e mais tarde também nos projectos desenvolvidos na Lagoa e na Povoação.

Em 1987, realizou-se na Figueira da Foz o Seminário Internacional sobre a *Musealização de sítios*, promovido pelo Departamento de Etnologia do Instituto Português do Património Cultural, o qual contou com a participação do Dr. Rui de Sousa Martins e de responsáveis de museus no arquipélago dos Açores. Na sequência dessa participação, e com base nas teorias e experiências apresentadas e debatidas, desenvolveram-se os processos de criação de pólos nos Museu de Vila Franca e da Lagoa.⁶⁰³ Referindo-se à irradiação para os Açores dessa modalidade de intervenção museológica, Henrique Coutinho Gouveia salientou que os projectos que se iniciaram no arquipélago açoriano⁶⁰⁴ *se traduziram ainda numa ampliação considerável da bibliografia relativa ao tema.*⁶⁰⁵ De facto, em 1992 foi feita uma primeira reflexão sobre o panorama museológico açoriano, de que é reflexo o número temático da revista *Património e Museus Locais.*⁶⁰⁶

Na década de 1980, começou também a desenvolver-se o projecto museológico da Ribeira Grande, inicialmente por orientação do Dr. Rui Martins, e do Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores e, a partir de 1986, sob a responsabilidade do Dr. Mário Moura, então docente do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores. A evolução do Museu da Ribeira Grande teve também como referência os conceitos de

⁶⁰¹ Realizado por iniciativa da Associação Portuguesa de Museologia. Cf. Gouveia e Carvalho, 2003: 10.

⁶⁰² Gouveia e Carvalho, 2003: 10.

⁶⁰³ Martins, 2009: 11; Gouveia e Carvalho, 2003: 11.

⁶⁰⁴ Sobretudo nas ilhas Graciosa e de São Miguel. Cf. Gouveia e Carvalho, 2003: 17.

⁶⁰⁵ Gouveia e Carvalho, 2003: 17.

⁶⁰⁶ *Património e Museus Locais*, n.º 1 / 2. II Série. Junho/Dezembro. Lisboa, Editor José Valle de Figueiredo.

musealização de sítios e de ecomuseologia, preconizando-se o desenvolvimento de um Museu de Comunidade.

Mais recentemente, a criação do Museu do Trigo da Povoação e do Museu do Tabaco da Maia, desenvolvidos sob a orientação científica do Doutor Rui Martins, do Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores, tiveram também como base as perspectivas da antropologia das técnicas, da ecomuseologia e a musealização de sítios.

Em 1994, o Museu Carlos Machado realizou o *1º Encontro das Instituições Museológicas dos Açores*, no âmbito do qual se promoveu uma reflexão e uma avaliação do panorama museológico açoriano e onde as perspectivas da Nova Museologia e a importância das disciplinas científicas nos projectos museológicos foram realçadas.

No âmbito deste encontro, os Amigos dos Açores apresentaram uma proposta de intervenção museológica na Gruta do Carvão, a qual tinha também por base a musealização de sítios. De salientar que, o Dr. João Paulo Constância, técnico superior do Museu Carlos Machado e associado dos Amigos dos Açores, desempenhou um papel importante relativamente ao modelo de intervenção museológica apresentado.

- O Museu Carlos Machado como referência museológica.

Em São Miguel, à semelhança do que aconteceu por todo o país, as décadas de 80 e 90 do século XX foram marcadas pelo surgimento de vários museus locais, públicos, privados e do terceiro sector, em grande parte de natureza etnográfica.

Sendo o Museu Carlos Machado, pela sua história e colecções, uma referência na museologia insular açoriana e, de modo particular em São Miguel, muitos dos museus locais da ilha têm procurado nele apoio técnico e científico, umas vezes para a concretização global de um projecto museológico, outras para colaborar em determinada área da museologia, designadamente no

domínio da investigação, documentação museológica, conservação, restauro e realização de exposições.

No âmbito dos processos museológicos que analisámos neste trabalho, verificámos que o Museu Carlos Machado, através da colaboração técnica e científica que prestou, contribuiu de forma significativa para a formação de vários espaços museológicos, designadamente a Sacristia Museu Igreja Matriz de São Sebastião, o Museu do Ananás, a Central Hidroelétrica da Praia – Fábrica da Praia, o Museu Militar dos Açores, o Museu Etnográfico do Cabouco, o Núcleo Museológico de Fenais Luz, o Núcleo Museológico da Pesca Artesanal, o Espaço Museu do Banco Comercial dos Açores, o Museu do Tabaco na Maia, as Casas do Pescador, o Núcleo Museológico da Achada e a Gruta do Carvão.

É interessante registar ainda a tendência que se verificou por parte de alguns museus locais (Núcleo Museológico de Fenais da Luz e Museu Etnográfico de São Pedro Nordestino) de apresentarem nas suas exposições o interior doméstico rural tradicional micalense (cozinha e quarto de cama), reproduzindo o modelo museográfico apresentado na exposição permanente de etnografia do Museu Carlos Machado.

- A iniciativa das autarquias: Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia

De 1974 a 2008, muitos dos museus que foram criados resultaram da iniciativa de Câmaras Municipais e de Juntas de Freguesia, que, nos novos espaços viram no seu surgimento agentes promotores da preservação do património cultural, da história, das vivências e das identidade locais, mas também elementos impulsionadores de desenvolvimento, de valorização e promoção social e cultural dos seus concelhos, nomeadamente pela sua contribuição no âmbito da dinamização turística.

Particularmente a nível das juntas de freguesia, constatámos em alguns processos museológicos um grande envolvimento, inclusive pessoal, dos seus responsáveis, que se

identificavam fortemente com o património que pretendiam salvaguardar, o qual, na maioria dos casos, era de natureza etnográfica. Foi o caso, por exemplo, do Museu Etnográfico do Cabouco, do Núcleo Museológico de Fenais Luz, dos Núcleos Museológicos de Água de Pau, do Núcleo Museológico da Covoada, do Museu do Ananás e do Museu Local do Pico da Pedra.

Para o desenvolvimento de muitos dos museus autárquicos, foi determinante o apoio dos seguintes programas comunitários direccionados para o desenvolvimento local: INTERREG III B – Extremos; REGIS II; EQUAL e LEADER. É da iniciativa comunitária LEADER que resultaram mais exemplos, designadamente o Núcleo Museológico da Covoada, o Moinho de Vento da Tia Faleira, o Alambique do Malassada e o Núcleo Museológico da Achada.

- A importância das iniciativas privadas

No período que considerámos, é de registar também o surgimento de vários museus privados, resultado de iniciativas individuais (CCC- Centro Cultural da Caloura; Oficina - Museu de Capelas, Cantinho Etnográfico), de empresas (Museu do Chá do Porto Formoso; Fábrica de Chá da Gorreana; Museu da Fábrica de Chá da Mafoma; Museu do Ananás; Museu de Cerâmica Vieira; Museu da Sinaga; Espaço Museológico da Delegação do Banco de Portugal nos Açores; Espaço Museu do Banco Comercial dos Açores), e de associações (Núcleo Museológico da Pesca Artesanal e Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores).

Alguns desses espaços museológicos tiveram na sua génese a prática de coleccionar dos seus proprietários, designadamente o Centro Cultural da Caloura, a Oficina - Museu de Capelas, o Cantinho Etnográfico, o Museu de Cerâmica Vieira e o Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores.

Na sequência do desenvolvimento da consciência patrimonial na sociedade açoriana, em São Miguel têm sido criados alguns museus de empresa, com o intuito de preservar os testemunhos materiais, a história e as memórias associadas a determinada actividade, de que são exemplo, a

Fábrica de Chá da Mafoma, o Espaço Museu do Banco Comercial dos Açores e o Museu da Sinaga. Noutras situações, os espaços museológicos de empresa surgiram num contexto produtivo, no âmbito do qual exercem um papel de interpretação, dinamização e de promoção da própria actividade e respectivos produtos, envolvendo a visita às instalações fabris, como é o caso do Museu do Chá do Porto Formoso, da Fábrica de Chá da Gorreana, do Museu do Ananás e do Museu de Cerâmica Vieira, este último também resultado da prática de coleccionar do seu proprietário.

De salientar ainda, os casos particulares das Casas do Pescador e do Museu do Tabaco na Maia. As primeiras foram desenvolvidas pela Associação Marítima Açoriana e surgiram da necessidade de potenciar novas perspectivas sociais e profissionais para as comunidades piscatórias de Água de Pau, Mosteiros e Rabo de Peixe, associada à urgência de registar tradições e preservar artes de pesca artesanais. O Museu do Tabaco na Maia é um organismo científico cultural da Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia e um dos elementos que integram o amplo projecto sócio-cultural em desenvolvimento, o Parque Temático da Maia, o qual visa a promoção integrada da zona oriental do concelho da Ribeira Grande e a dinamização social e económica da comunidade da Maia e das freguesias vizinhas.

No âmbito das instituições do terceiro sector, é de realçar as preocupações centradas no desenvolvimento local participado, nos casos particulares das Casas do Pescador e do Museu do Tabaco da Maia.

- A acção dos párocos na preservação e na gestão patrimonial.

A consciência patrimonial, o gosto e a sensibilidade de alguns párocos de São Miguel estiveram na base da criação de alguns espaços museológicos nesta ilha, designadamente, o Museu da Ribeira Chã, a Sacristia Museu da Igreja Matriz de São Sebastião, o Museu

Etnográfico de São Pedro Nordestino, o Museu Arte Sacra da Igreja de São Lázaro, o Núcleo Museológico da Achada e a Sala Museológica da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

À iniciativa individual dos párocos associaram-se as directivas da Igreja,⁶⁰⁷ no sentido da salvaguarda e da valorização do património material e religioso existente nos templos. De acordo com as indicações do *Concilium Vaticano II*,⁶⁰⁸ o património artístico e religioso das igrejas deverá ser preservado em espaços que garantam a sua segurança e fruição cultural. A este respeito, D. Aurélio Granada Escudeiro, 37º Bispo da Diocese de Angra, referiu em 1984: *Em cada paróquia deverá haver um pequeno museu, em lugar próprio, ao menos uma vitrina bem ordenada e segura, onde possam guardar-se paramentos antigos e objectos litúrgicos de algum valor ou interesse. Louvável é o trabalho já realizado por alguns Párocos que, (...) têm organizado colecções e até museus já hoje muito apreciados e que no futuro o serão ainda mais, constituindo alguns deles verdadeiro repositório de objectos de valor*.⁶⁰⁹ E acrescentava que, *esses objectos deveriam ser devidamente classificados - estilo, data, autor, origem - constando isso de placa anexa à mesma para conhecimento de visitantes. Tudo deverá ser inventariado por forma ordenada e incluído em catálogo para conhecimento geral e em particular de turistas e outros com interesse por coisas de arte ou valor histórico. Bom seria que, em cada paróquia, houvesse algumas pessoas da confiança do Pároco, que pudessem ser preparadas para mostrarem e explicarem a visitantes o espólio desses pequenos museus ou colecções paroquiais. Os mesmos explicariam ao povo da localidade quanto respeite a esses objectos, que dessa maneira serão mais estimados e melhor guardados*.⁶¹⁰

É de registar ainda que, na realidade de São Miguel, existem duas situações distintas, ambas impulsionadas por párocos locais: os espaços museológicos cujas colecções são exclusivamente de Arte Sacra, e que foram instalados nos respectivos templos (Sacristia Museu da Igreja Matriz

⁶⁰⁷ Cf. Escudeiro, 1984.

⁶⁰⁸ Idem.

⁶⁰⁹ Idem: 11.

⁶¹⁰ Idem.

de São Sebastião; Museu Arte Sacra da Igreja de São Lázaro; Sala Museológica da Igreja de Nossa Senhora da Conceição) e os espaços museológicos que integram colecções de Arte Sacra e de Etnografia Regional e que foram instalados em edifícios independentes dos templos (Museu da Ribeira Chã; Museu Etnográfico de São Pedro Nordestino; Núcleo Museológico da Achada).

Relativamente às últimas duas questões a que procurámos responder no âmbito deste trabalho, verificámos que, no período em análise, à pluralidade de espaços museológicos que emergiram em São Miguel, correspondiam estruturas organizativas e funcionais distintas, resultantes de processos sociais, históricos e museológicos específicos.

Constatámos ainda que, à diversidade de processos museológicos analisados corresponde também uma multiplicidade de formas de relacionamento dos museus com o território e a comunidade onde se integram, e com o público que os visita.

A esse respeito considerámos pertinente realçar ainda dois aspectos:

- O desenvolvimento de modelos de gestão participada do património cultural.

No âmbito deste trabalho registámos que, nalguns museus, a participação das populações na gestão patrimonial e museológica. Esta realidade pode verificar-se nos processos museológicos que se desenvolveram segundo modelos polinucleados, e onde os princípios dos ecomuseus e da musealização de sítios têm sido implementados. A Olaria e Forno Mestre António Batata, em Vila Franca do Campo, a Tenda de Ferreiro Ferrador dos Benevides e a Tanoaria do Mestre João Carlos dos Santos, na Lagoa são os exemplos mais marcantes. O desenvolvimento desses modelos de gestão participada do património cultural tem, conseqüentemente, conduzido a uma nova abordagem do público.

De referir outros dois exemplos nos quais a participação e o envolvimento da comunidade local foram determinantes para a criação dos espaços museológicos, mas que acabaram por não

ser asseguradas na fase subsequente de gestão. Foi o caso do Museu da Ribeira Chã que, ao longo do seu processo de criação, estabeleceu uma forte ligação com a comunidade local, através do pároco da freguesia. A comunidade participou de forma activa nas recolhas de testemunhos materiais, na realização de exposições e outras acções de dinamização. Porém, o seu envolvimento na vida do museu diluiu-se quando o Padre João Caetano Flores faleceu, pois a gestão funcional daquele espaço museológico estava centrada na sua pessoa. Outro caso, foi o Núcleo de Pesca Artesanal da Ribeira Quente, desenvolvido a partir de um projecto escolar e em cuja concretização se envolveu toda a comunidade. Porém, não foi assegurado um edifício próprio para a sua instalação permanente, nem um responsável que desse continuidade ao projecto, nem apoios financeiros, técnicos ou humanos que permitissem o seu desenvolvimento, pelo que o Núcleo de Pesca Artesanal da Ribeira Quente acabou por encerrar.

Finalmente, importa ainda referir uma outra forma de participação activa da comunidade na gestão dos museus, que se manifesta através da acção de grupos de amigos de museus. A este respeito, regista-se o exemplo recente da criação da Associação Grupo de Amigos do Museu Carlos Machado,⁶¹¹ que tem como objectivos genéricos apoiar, colaborar e enriquecer aquela instituição.

- Os museus como agentes de valorização e desenvolvimento local.

Ao analisarmos os vários processos museológicos desenvolvidos em S. Miguel, de 1974 a 2008, constatámos que, nalguns casos, os museus têm sido criados com o intuito da defesa do património mas também, com base nos valores patrimoniais, se constituírem agentes de desenvolvimento e valorização locais e de promoção turística. Os museus locais, muitos sob tutela autárquica, são aqueles em que essa realidade melhor se evidencia. O recurso a apoios

⁶¹¹ Associação constituída formalmente em Maio de 2007. Cf, Constituição de Associação; in *Jornal Oficial*, III Série – Número 10. 31 de Maio de 2007.

comunitários, destinados ao desenvolvimento local, para a criação e/ou manutenção de espaços museológicos, é mais um aspecto que reforça essa realidade.

Um caso particular da realidade museológica micaelense foi a criação das Casas do Pescador, que surgiram no âmbito do projecto Mudança de Maré, através do qual se pretendia a valorização e o desenvolvimento da pesca artesanal açoriana. Os núcleos museológicos Casas do Pescador foram um dos vários instrumentos criados com vista à valorização das comunidades piscatórias açorianas, da sua cultura e do seu património.

O Museu do Tabaco da Maia é outro exemplo, criado no âmbito de um projecto alargado que tem como objectivo central a promoção integrada da zona oriental do concelho da Ribeira Grande e a dinamização cultural e económica da comunidade da Maia e freguesias vizinhas.

IV - CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Como se procurou demonstrar ao longo deste trabalho, a Museologia na ilha de São Miguel, de 1974 a 2008, tem apresentado grandes desenvolvimentos, reflexo de uma diversidade de factores que conduziram a uma realidade plural, com dinâmicas significativas.

Para compreendermos esta realidade e definidos o nosso objecto de estudo e o período temporal a considerar, identificámos os espaços museológicos a estudar tendo por base o conceito de museu do International Council of Museums (ICOM), e da Lei-Quadro dos museus portugueses, considerando também as recentes orientações da *Nova Museologia*.

A problemática do objecto museológico e da formação de colecções, públicas, privadas e do terceiro sector, a evolução dos conceitos de museu e de museologia, assim como as recentes políticas nacionais e regionais de valorização patrimonial e museológica, foram o nosso quadro teórico de referência.

Numa fase posterior, centrámo-nos no estudo dos processos históricos e sociais, patrimoniais e museológicos concretizados em São Miguel, de 1974 até 2008 inclusive, procurando apreender a multiplicidade de factores que contribuíram para a formação e desenvolvimento dos museus na ilha. Neste âmbito, considerámos as trajectórias sociais, as motivações, as perspectivas teóricas e as representações da realidade dos responsáveis pelas instituições consideradas. Analisámos também de que forma os processos sociais e históricos, inerentes a cada espaço museológico, condicionaram a selecção dos objectos e a natureza das colecções e de que forma se reflectiram na sua estrutura organizativa e funcional. Foi ainda nossa preocupação perceber que tipo de relações se estabeleceram entre os espaços museológicos, o território e a comunidade onde se integram, e o público.

Organizámos a análise aos museus segundo uma ordem cronológica, tendo como referência a sua data de criação oficial. Em alguns casos, surgiram posteriormente vários pólos, que foram considerados na evolução da instituição em estudo.

A resposta às questões levantadas foi-se revelando naturalmente e, de forma concreta, na análise sucessiva dos diferentes casos.

Deste modo, foi possível caracterizar a realidade museológica da ilha de S. Miguel, de 1974 a 2008, na qual registámos uma evolução crescente e contínua no que respeita à criação de espaços museológicos, que se tornou mais intensa a partir de meados da década de 80.

Nesta realidade museológica identificámos diversos factores que estiveram na génese e no desenvolvimento dos vários processos museológicos, nomeadamente, as políticas regionais de valorização patrimonial e museológica; a acção da Universidade dos Açores no desenvolvimento de estudos antropológicos, patrimoniais e museológicos nos Açores; a influência dos paradigmas dominantes no panorama museológico nacional e internacional, sobretudo a ecomuseologia e a musealização de sítios; o Museu Carlos Machado como referência museológica na ilha; as iniciativas autárquicas, privadas e do terceiro sector; a acção dos párocos na preservação e gestão patrimonial.

Registámos ainda que, em alguns museus, se verificou o desenvolvimento de modelos de gestão participada do património cultural, por parte das comunidades locais. Constatámos também a tendência para o surgimento de museus aos quais é atribuído um importante papel na valorização e desenvolvimento local.

No âmbito da caracterização efectuada, recorreremos à representação cartográfica para assinalar a localização geográfica dos espaços museológicos. Esta representação permitiu-nos verificar a existência de uma distribuição desigual a nível dos vários concelhos da ilha de São Miguel.

Relativamente à natureza das colecções predominantes nos espaços museológicos analisados, constatámos a existência de diferentes categorias, destacando-se uma presença significativa do património etnológico, móvel e imóvel. A elaboração de uma representação cartográfica da distribuição dos espaços museológicos em São Miguel por categorias predominantes, revelou a forma como estas se relacionam com os espaços ecológicos e culturais da ilha.

De salientar, que o recurso à representação cartográfica se revelou uma ferramenta de trabalho muito importante, permitindo uma visão gráfica global da realidade museológica da ilha, podendo constituir também uma base de estudo para outras iniciativas neste domínio, e um precioso utensílio no âmbito da gestão patrimonial.

Considerando o actual panorama museológico da ilha de São Miguel, e o percurso das últimas três décadas, não podemos deixar de levantar novas questões que consideramos pertinentes no âmbito da sua evolução futura, designadamente:

- De que modo a criação de uma rede micaelense de museus poderá contribuir para uma articulação eficaz e profícua dos vários espaços museológicos da ilha?

Uma reflexão sobre este problema parece importante, na medida em que, a par da multiplicidade de espaços museológicos na ilha, verificámos alguma repetição de colecções, que poderá reflectir a ausência de uma política de gestão patrimonial global, enquanto outros sectores do património se encontram abandonados e carecendo de urgente gestão museológica.

Essa questão é também pertinente na medida em que alguns espaços museológicos manifestam dificuldades a nível da subsistência ou desenvolvimento, por falta de recursos técnicos e/ou financeiros, o que eventualmente poderia ser atenuado ou resolvido com soluções de apoio transversais.

- De que forma um estudo dos públicos dos museus de São Miguel, poderá contribuir também para renovar e desenvolver novos processos museológicos?

- Em que medida a gestão museológica global das diferentes categorias do património micaelense exige a criação de novos museus e a reformulação dos existentes?

- Qual o papel dos museus de São Miguel na implementação de um novo modelo de desenvolvimento centrado nos valores patrimoniais?

- De que forma os museus de São Miguel poderão participar no aprofundamento da realidade museológica e patrimonial açoriana?

V - FONTES

Bibliografia Geral

Açores. Roteiros dos Museus. 1998. Direcção Regional dos Assuntos Culturais. Coingra.

Acta de Reunião. 1984. Comissão Instaladora do Circulo dos Amigos da Ribeira Grande. 03 de Maio: 3 págs.

Acta da Reunião-Colóquio sobre Ecomuseus. 1978. Realizada no Museu Calouste Gulbenkian no dia 8 de Julho. Notas redigidas por Maria Rosa Figueiredo. Texto fotocopiado: 9 págs.

Acta da Reunião Ordinária. 1978. Câmara Municipal da Ribeira Grande. Vereação de 20-12-1976 a 25-01-1978. 18 de Janeiro: 3 págs.

Acta da Reunião Ordinária. 1993. Câmara Municipal da Ribeira Grande. 15 de Outubro.

Actas de Reuniões Ordinárias. 1992-1994. Câmara Municipal de Lagoa.

Acta n.º 10. Reunião Ordinária. 2006. Câmara Municipal da Ribeira Grande. 16 de Maio.

Acta n.º 8. Reunião Ordinária da Câmara Municipal. 2007. Câmara Municipal da Ribeira Grande. 17 de Abril.

Albergaria, Maria Emanuel. 2009. “Museu Móvel do Museu Carlos Machado”, in *Museus em Rede*. Boletim da Rede Portuguesa de Museus. 32. Junho. Instituto dos

Almeida, Victor. 1997. *Núcleo Museológico de Fenais da Luz*. Discurso de inauguração. 7 de Dezembro. Fotocópia: 1 pág.

Alves, Mariano. 1999. “A criação da Universidade dos Açores e o seu impacto na cidade de Ponta Delgada”, in *Actas do Colóquio Comemorativo dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada*. Universidade dos Açores, Câmara Municipal de Ponta Delgada. Ponta Delgada: 357-372.

“Alunos elucidados para a poupança e origem da água. Visita à Rota da Água no Nordeste”, in *Nordestense*. Boletim Municipal n.º 309. Abril de 2009. Câmara Municipal de Nordeste.

Amigos dos Açores. 1997. *Proposta de Classificação da Gruta do Carvão como Monumento Natural Regional*. 1 de Outubro. Ponta Delgada. Fotocópia: 13 págs.

Amigos dos Açores. 2006. *Monumento Natural Regional da Gruta do Carvão - Troço da Rua do Paim - Plano de Gestão*. 30 de Novembro. Angra do Heroísmo. Fotocópia: 4 págs.

Andrade, M. J. 1995. “Luz eléctrica há 95 ano”; in *Açoriano Oriental*. 18 de Março. Ponta Delgada: 4-5.

Andrade, Teotónio M. de. 1977. “A Biblioteca e o Museu de Vila Franca”, in *A Crença*. 16 de Janeiro. Vila Franca do Campo.

Anglin, João. 1944. “O Museu Municipal de Carlos Machado”; in *Insulana*, vol. 1, n.º 2. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada: 230-253.

Antunes, Carla. 2007. *Olaria do Desterro: dos anos 60 à actualidade. Proposta de musealização*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Museologia. Lisboa. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Dezembro.

“Artes do Mar uma Nova Secção do Museu Municipal”. 2008; in *Vila Franca do Campo*. Revista da Câmara Municipal. Ano VII, n.º 32. Câmara Municipal de Vila Franca do Campo: 13.

Assembleia Legislativa Regional. 2001. “Proposta de Resolução - Defesa e preservação do património da indústria do chá e a criação de uma “Denominação de Origem Protegida” para o chá de São Miguel apresentada pelo Partido Socialista.”, in *Diário da Sessão n.º 021*. 10 de Maio: 11 págs.

Associação Cultural do Núcleo Museológico de Fenais da Luz. 2008. *Projecto de Revitalização*. <http://fenaisdaluz.com>.

Associação Marítima Açoriana, s/d. *Plano de Acção 17 – Criação de Núcleos Museológicos*. Ponta Delgada.

Associação para a Defesa e Investigação do Património. 2001. *O Coliseu Micaelense e as Arquitecturas de Espectáculo*. V Fórum Cidadania e Património. Coliseu Micaelense. 18 de Abril.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1915. *Notas sobre Arte*. Ponta Delgada, Oficinas da Papelaria Micaelense.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1919. “Novos Subsídios para a Ethnographia e para a História da Arte Portuguezas. VI – A Banqueta e as duas Custódias do Museu da Matriz de Ponta Delgada”; in *Revista Michaelense*. 2. Ano, n.º 2º. Ponta Delgada, Oficina de Artes Graphics: 179-183.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1919. “Novos Subsídios para a Etnografia e para a História da Arte Portuguezas”; in *Revista Michaelense*. 2. Ano, n.º 4. Ponta Delgada, Oficina de Artes Graphics: 426-430.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1921. “Organização de Museus em Ponta Delgada”; in *Revista Michaelense*, 3. Ponta Delgada: 1238-1259.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1921. *Catálogo da Secção de Arte do Museu Municipal de Ponta Delgada*. Ponta Delgada, Museu Carlos Machado. Tipografia Ruy Moraes.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1930. “O Museu Etnográfico Açoriano. Um novo apêlo”; in *Património e Museus Locais*, n.º 1 / 2 - II Série. Junho/Dezembro. Lisboa, Editor José Valle de Figueiredo: 193-196.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1944. *As secções de arte e etnografia do Museu de Ponta Delgada Dr. Carlos Machado*. Ponta Delgada, Edição do Autor.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1955. “A secção de arte do Museu de Ponta Delgada e a sua missão educativa”; in *Livro do Primeiro Congresso Açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de Março de 1938*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura: 204-208.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1973. "O interesse da arte rústica e a sua representação no museu de Ponta Delgada"; in *Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores*, I, Cap. III. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade: 131-144.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1974. *Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores*, II. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1992. "O Museu Etnográfico Açoreano - um novo apelo"; in *Património e Museus Locais*.1-2. Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor: 193-196.

Auto de Cessão celebrado entre a Região Autónoma dos Açores e a Câmara Municipal da Ribeira Grande. 1 de Setembro de 1980: 3 págs.

Ávila, Ermelindo. 1997. "Roteiro dos museus dos Açores"; in *Diário dos Açores*, 2 de Maio de 1997. Ponta Delgada: 9.

Belchior, Dina. 2003. "Fardas Militares contam história no forte de S. Brás"; in *Diário dos Açores*. Ano 134, nº 37139. 24 de Julho. Ponta Delgada: 3.

Bensaúde, Alfredo. 1992. "O Povo Açoreano e a urgência de o estudar"; in *Património e Museus Locais*. 1-2. Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor: 187-192.

Bento, Carlos Melo. 1990. *Escavações Arqueológicas em Vila Franca do Campo*. Associação Arqueológica do Arquipélago dos Açores. Ponta Delgada.

Bernardo, Gilberto. 2007. *Pico da Pedra Percorso de um Povo (Sécs. XVI-XXI)*. Pico da Pedra. Casa do Povo do Pico da Pedra.

Blanco, Ángela Garcia. 1999. *La Exposición. Un medio de comunicación*. Madrid, Arte Y Estética. Ediciones Akal.

Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese dos Açores. 1900. Tomo décimo quinto. Nº 338. Outubro. Angra do Heroísmo, Tipografia de A Verdade: 30-31.

Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese dos Açores. 1915. Tomo vinte e dois. Nº 543. Angra do Heroísmo, Tipografia de A Verdade.

Boletim do Museu Etnográfico da Graciosa. 1986. Nº 1. Dezembro. Edição do Museu Etnográfico da Ilha Graciosa.

Botelho, João Manuel de Agorreta de Alpuim Correia. 2007. *Panorama museológico do Alto Minho*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Museologia e Património. Lisboa. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Janeiro.

Bouquet, Mary. 2001. “Introduction: Academic anthropology and the museum. Back to the future”; in *Academic anthropology and the museum. Back to the future*. New York, Oxford, Berghahn Books.: 1-16.

Branco, Jorge Freitas. 1989. “Da análise de contextos materiais”; in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol. XXIX. Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia: 144-165.

Branco, Jorge Freitas e Oliveira, Luís Tiago de. 1994. *Ao encontro do Povo II – A Coleção*. Oeiras, Celta Editora.

Branco, Jorge Freitas. 1995. “Lugares para o povo: uma periodização da cultura popular em Portugal”; in *Revista Lusitana*. Nova Série 13-14. Lisboa, Centro de Tradições Populares Portuguesas: 145-177.

Branco, Jorge Freitas. 2005. *Máquinas nos Campos. Uma Visão Museológica*. Oeiras, Celta Editora.

Braña, Fátima. 2008. *O Museo do Pobo Galego: contedor de valores*. Fundação António Fraguas Fraguas. Galícia. Museo do Pobo Galego.

Brum, João de. 1984. “Museu de Arte Sacra e Etnografia. Ribeira Chã – Comunidade Viva”, in *Despertar*. Ano IX, n.º 65. Julho. Ribeira Chã: 12-32.

Brum, João. 1985. “Museus e Casas Etnográficas – Sua importância cultural para as comunidades Açorianas”; in *Despertar*, Ano X, n.º 70. Maio: 5-18.

Brum, João de. 1994. “Comunidade Museu”, in *Ribeira Chã. Comunidade Museu*. Ribeira Chã. Casa da Cultura de Ponta Delgada: 4-20.

“Câmara de Lagoa inaugurou Museu de Alambique do Malassada”. 2004; in *Terra Nostra*. 28 de Maio. Ponta Delgada.

Câmara Municipal de Ponta Delgada. 1996. *Alvará de licença de utilização n.º 26/96*. Processo n.º 52/SP. 1 de Fevereiro.

Cameron, D.F. 1983 *Museums and public access, Planning our Museums*, Lord & Lord [ed.], Canadian Museums Association: 84-102.

Canto, Tomás Ivens do. 1984. “Aproveitamento da Grotta dos Quatro Alqueires”; in *Despertar*, Ano IX, n.º 65. Julho. Ribeira Chã.

Carreiro, Sandy (Coord.). 2006. “Núcleo Museológico abre na freguesia da Achada”; in *O Nordestense*. Ano X. N.º 173. 25 de Agosto: 1.

“Casa do Povo do Pico da Pedra. Sala etnográfica arranca com um livro de 431 anos”. 1980; in *Correio dos Açores*. 14 de Outubro. Ponta Delgada: 1, 8.

Casqueira, Fernando António Monteiro de Almeida. 2001. *Sons de Alcáçovas: estudo de uma colecção de chocalhos*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutoramento em Antropologia Social. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Castelo-Branco, Salwa El-Shawan e Branco, Jorge Freitas (Orgs.). 2003. “Folclorização em Portugal: Uma perspectiva”; in *Vozes do Povo. A Folclorização em Portugal*. Oeiras, Celta Editora.

Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores. 2003. *Programa da deslocação do Professor Doutor Henrique Coutinho Gouveia ao Concelho da Lagoa, na ilha de São Miguel a realizar em Março de 2003*. 14 de Fevereiro. 3 págs.

Céu, Maria do. 1984. “Um Exemplo a Seguir...”, in *Despertar*. Ano IX, n.º 62. Janeiro. Ribeira Chã: 9-16.

Chaves, Francisco Afonso. 1919. “Paramentos Religiosos do século XIV das Igrejas, Matriz de Ponta Delgada, e do Collegio de Angra do Heroísmo”; in *Revista Michaelense*. 3. Ano 2º. Julho. Ponta Delgada: 255-259.

Circulo dos Amigos da Ribeira Grande, 1969. *Abaixo-assinado dirigido ao Governador Civil do Distrito Autónomo de Ponta Delgada*. Ribeira Grande. 25 de Junho: 2 págs.

Coelho, Isabel Alves. 2004. “Museu do Trigo de S. Miguel”; in *Expresso das Nove*. 6 de Agosto. Ponta Delgada: 20.

Coelho, Isabel Alves. 2007. “História Vulcanológica dos Açores na internet”; in *Expresso das Nove*. 18 de Maio. Ponta Delgada: 7.

“Coliseu de afectos”. 2007; in *ONDA*. Ano 6, n.º 21. Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada: 22.

“Coliseu inaugura hoje Museu para comemorar os 90 anos”. 2007; in *Diário dos Açores*. 10 de Maio. Ponta Delgada: 10.

“Coliseu Micaelense revive o passado”. 2005; in *Terra Nostra*. 4 de Fevereiro. Ponta Delgada: 12.

“Coliseu reúne espólio”. 2007; in *Correio dos Açores*. 13 de Março. Ponta Delgada: 3.

“Coliseu reúne espólio para museu dos 90 anos”. 2007; in *Diário dos Açores*. 13 de Março. Ponta Delgada: 6.

“Comemorações do 1º Centenário da Escola Primária”. 1979; in *Despertar*. Ano V, n.º 30. Setembro. Ribeira Chã: 1-6.

Comissão Coordenadora do Museu Local do Pico da Pedra, s/d. Panfleto.

Confraria do Chá do Porto Formoso (Coord.). 2008. *Ao Encontro do Chá*. Resumos do Seminário.

“Conheça Vila Franca do Campo. Uma vila virada para o mar!”. 2004. *Revista Municipal*. Câmara Municipal de Vila Franca do Campo: 38-47.

Constância, J. P.; et al. 1994. "Proposta de Intervenção Museológica na Gruta do Carvão, ilha de S. Miguel"; in *1º Encontro das Instituições Museológicas dos Açores. Comunicações*. Ponta Delgada, Museu Carlos Machado: 151-159.

Constância, J. P.; J. C. Nunes E T. Braga. 1994. *Património Espeleológico da Ilha de S. Miguel*. Ponta Delgada, Amigos dos Açores.

Constância, J. P.; J. C. Nunes E T. Braga. 1997. *Proposta de Intervenção Museológica na Gruta do Carvão, ilha de S. Miguel*. Ponta Delgada, Amigos dos Açores.

Constituição da República Portuguesa. 1976. Coimbra, Atlântida Editora.

Cordeiro, Carlos. 1999. "Regionalismo e Identidade Açoriana durante a Primeira República"; in *Patrimonia*, 5. Edição e propriedade de Patrimonia - Associação de Projectos Culturais e Formação Turística: 45-52.

Côrtes-Rodrigues, Armando. 1949. "A etnografia e a sua aplicação no Distrito de Ponta Delgada"; in *Insulana*. V, n.º 3 e 4. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada: 303-330.

Côrtes-Rodrigues, Armando. 1973. "Requiem pela Louça da Vila"; in *Voz do Longe*. I Volume. Ponta Delgada: 125-129.

Côrtes-Rodrigues, Armando. 1973. "Olarias"; in *Voz do Longe*. I Volume. Ponta Delgada: 429-433.

Costa, Cármen. 2006. "Museu Etnográfico à margem dos circuitos turísticos"; in *Correio do Norte*. Ano V, 2ª Quinzena de Novembro. Ponta Delgada: 14-15.

Costa, Cármen. 2007. "Museu do Tabaco abre até ao final do ano"; in *Correio do Norte*. Ano VI, n.º. 131, 2ª Quinzena de Fevereiro. Ponta Delgada: 8-9.

Couto, Luísa. 2005. "Misericórdia da Maia avança com parque temático"; in *Expresso da Nove*. 24 de Junho: 10.

Couto, Luísa; Carreiro, Fernanda. 2006. "Stock de bens culturais motiva expansão do Museu da Achada"; in *Açoriano Oriental*. 20 de Agosto: 7.

Couto, Luísa. 2006. “Museu não foi além de sala de exposições”; in *Açoriano Oriental*. 3 de Outubro: 8.

Couto, Luísa. 2007. “Câmara quer revitalizar Museu da emigração”; in *Açoriano Oriental*. 25 de Fevereiro: 8.

Couto, Luísa. 2007a. “Casa rural convertida em pólo museológico”; in *Açoriano Oriental*. Ano CLXXIII. 25 de Agosto: 6.

Couto, Luísa. 2007b. “Maia revive os tempos em que as colheitas eram uma festa”; in *Açoriano Oriental*. Ano CLXXIII, n.º. 16224. 30 de Setembro: 6.

Despertar. 1976. Ano II, n.º 11. Agosto. Ribeira Chã.

Despertar. 1979. Ano V, n.º 25. Março. Ribeira Chã.

Despertar. 1979. Ano V, n.º 28. Julho. Ribeira Chã.

Despertar. 1979. Ano V, n.º 30. Setembro. Ribeira Chã.

Despertar. 1981. Ano VII, n.º 50. Setembro. Ribeira Chã.

Despertar. 1982. Ano VIII, n.º 55. Agosto. Ribeira Chã.

Despertar. 1983. Ano IX, n.º 60. Junho. Ribeira Chã.

Despertar. 1984. Ano IX, n.º 62. Janeiro. Ribeira Chã.

Despertar. 1984. Ano IX, n.º 64. Abril. Ribeira Chã.

Despertar. 1984. Ano IX, n.º 65. Julho. Ribeira Chã.

Despertar. 1985. Ano X, n.º 70. Maio. Ribeira Chã.

Despertar. 1985. Ano X, n.º 70. Agosto. Ribeira Chã.

Despertar. 1986. Ano XI, n.º 80. Agosto. Ribeira Chã.

Despertar. 1988. Ano XIII, n.º 90. Agosto. Ribeira Chã.

Despertar. 1989. Ano XIV, n.º 100. Dezembro. Ribeira Chã.

Despertar. 1990. Ano XV, n.º 106. Outubro. Ribeira Chã.

Despertar. 1991. Ano XVI, n.º 114. Outubro. Ribeira Chã.

Despertar. 1992. Ano XVII, n.º 125. Maio. Ribeira Chã.

Despertar. 1993. Ano XVIII, n.º 133. Julho. Ribeira Chã.

Despertar. 2008. Ano XXXIV, n.º 1. Janeiro. Ribeira Chã.

Despertar. 2008. Ano XXXIV, n.º 4. Abril. Ribeira Chã.

Despertar. 2008. Ano XXXIV, n.º 5. Maio. Ribeira Chã.

Dias, Carla. 2005. “Minerais da vida. Observatório expõe minerais”; in *Açores Magazine*. N.º 11375. 4 de Setembro: 12-13.

Dias, Nélia. 1991. *Le Musée D’Ethnographie du Trocadéro (1878-1908)*. Anthropologie et Muséologie en France. Centre Régional de Publication de Paris. Paris. Editions du Centre National de la Recherche Scientifique.

Dias, Nélia. 1997. “Modes de voir et modes de présentation: antropologie et museés au XIX^e siècle”; in *Antropologia Portuguesa*. 14. Coimbra.

Dias, Nélia (Coord. Científica). 1999. *Roteiro de Museus (Colecções Etnográficas Açores e Madeira)*. Quinto volume. Projecto Representações da Cultura Portuguesa nas Colecções Etnográficas dos Museus Locais. Lisboa, Caminus – Actividades Culturais. Olhachim Edições.

Dias, Nélia. 2001. ““Does anthropology need museums?” Teaching ethnographic museology in Portugal thirty years later”; in *Academic anthropology and the museum. Back to the future*. New York. Oxford, Berghahn Books: 92-104.

Direcção-Geral de Administração Política e Civil, 1969. Ofício n.º B-2548. Lisboa, 08 de Agosto.

Duarte, Ana Maria Lopes. 1997. “Experiências Museológicas numa Comunidade de S. Miguel, Açores”; in *Arquivos da Memória*, N.º 2. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa. Lisboa, Edições Colibri: 23-47.

“Em Vila Franca do Campo. Artes e tradições populares ganham espaço museológico”. 2003; in *Terra Nostra. Suplemento Autarquias*. Ano II. N.º 42. 18 de Setembro. Ponta Delgada.

1.º Encontro de Instituições Museológicas dos Açores 1994. Ponta Delgada, Museu Carlos Machado.

Escudeiro, D. Aurélio Granada. 1984. “A Igreja e a Arte”, in *Despertar*. Ano IX, n.º 65. Julho. Ribeira Chã: 8-11.

Espaço Museu. Núcleo Museológico do Banco Comercial dos Açores. 2002. Coord. Geral João Manuel Machado dos Santos. Banco Comercial dos Açores. Interact.

Estatutos da Associação para a Defesa e Investigação do Património Cultural e Natural da Ilha de S. Miguel. 1982. Associação para a Defesa e Investigação do Património Cultural e Natural da Ilha de S. Miguel. Texto fotocopiado: 5 págs.

Estatutos do Círculo dos Amigos da Ribeira Grande. 1969. 12 págs.

“Estudantes do Lyceu Nacional”; in *Arquivo dos Açores*, II. 1980. Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores: 83-84.

“Extremos: Desenvolvimento Socio-económico em Zonas Rurais Periféricas com Elevados Níveis de Pobreza”. 2005; in *Boletim Notícias INTERREG III B Açores Madeira Canárias*. Número 2. Fevereiro: 28-29.

Faustino, Paulo. 2005. “Museu do Chá da Ribeira Seca em morte lenta”; in *Açoriano Oriental*. 9 de Agosto. Ponta Delgada: 8.

Faustino, Paulo. 2005. “Primeiro Museu da Emigração abre dentro de dias”; in *Açoriano Oriental*. 2 de Setembro. Ponta Delgada: 8.

Fernández, Luís Alonso. 2001. *Museologia y museografía*. Segunda edición. Barcelona, Ediciones del Serbal.

Ferreira, Ana Filipa. 2008. “Museu Militar aberto à sociedade”; in *Revista Venha Ver*. Nº 13. Fevereiro.

Ferreira, Padre Ernesto. 1922. “Loiça da Vila”; in *Os Açores*. Novembro de 1922: 11.

Ferreira, Manuel. 1992. “Ribeira Chã – A Via-Sacra de um Povo, de um Padre e de uma Igreja”, in *Despertar*. Ano XVII, n.º 125: 26-59.

Ferreira, Manuel. 1992. *Ribeira Chã. A Via-Sacra de um Povo, de um Padre e de uma Igreja*. Centro de Catequese e Cultura da Ribeira Chã. Ponta Delgada. Empresa Gráfica Açoriana.

Figuras, Bonecos e Representações de Presépios, 1984. Ponta Delgada. Museu Carlos Machado. Etnografia Regional.

Flores, João Caetano. 1976. “D, Manuel Afonso de Carvalho. O Bispo dos Açores mais ligado à história da Ribeira Chã”, in *Despertar*. Ano II, n.º 11. Agosto. Ribeira Chã: 2-4.

Fonseca, Ana Paula. 2000. “Lama e chuva “afundam” fábrica de chá Mafoma”, in *Açoriano Oriental*. 14 de Fevereiro. Ponta Delgada: 8-9.

Fonseca, Ana Paula. 2002. “Primeira ecoteca de São Miguel será instalada no museu local”; in *Açoriano Oriental*. 14 de Maio. Ponta Delgada: 14.

Fonseca, Ana Paula. 2004. “Museu do Trigo abre sábado na Povoação”; in *Açoriano Oriental*. 29 de Julho. Ponta Delgada: 6.

Fonseca, Ana Paula. 2005. “Mercado de peixe dá lugar a museu”; in *Açoriano Oriental*. 3 de Janeiro. Ponta Delgada: 8.

França, Igor Tavares de Melo. 2006. *O Centro Cultural da Caloura. Uma colecção privada ao serviço do público*. Trabalho realizado no âmbito da disciplina de Teoria e História da museologia, do Mestrado em Museologia e Património, da Universidade dos Açores. Ponta Delgada.

França, Igor Tavares de Melo. 2007. *Remodelação e ampliação da Sede do Museu Carlos Machado, Ponta Delgada, Açores. Programa Preliminar*. Ponta Delgada. Fevereiro.

França, Igor Tavares de Melo. 2008. *Programação Museológica e Espaço Arquitectónico. O Museu Carlos Machado de Ponta Delgada – Açores*. Dissertação para a obtenção do grau de

Mestre em Património, Museologia e Desenvolvimento. Ponta Delgada. Universidade dos Açores.

Garcia, Eduíno Borges. 1982. “Ecomuseus e a acção cultural (um programa para os Açores)”; in *Museus de Região. Pólo dinamizador de acção cultural*. Actas do Colóquio APOM 77. APOM. Lisboa: 57-67.

Gaspar, José Pedro. 1991. *A Arte d Tanoaria – Exposição*. Câmara Municipal de Lagoa.

Gaspar, José Eduardo Pedro. 1992a. “Um Projecto de Etnologia Museológica para o Concelho de Lagoa”; in *Património e Museus Locais*. N.º 1 – 2, 2ª Série. Junho-Dezembro: 159-160.

Gaspar, José Eduardo Pedro. 1992b. “Os “Benevides”, uma Família de Ferreiros-Ferradores”; in *Património e Museus Locais*. N.º 1 – 2, 2ª Série. Junho-Dezembro: 169-177.

Gaspar, José Eduardo Pedro. 1994. “Programa Etnomuseológico do Concelho de Lagoa”; in *1.º Encontro de Instituições Museológicas dos Açores*. Ponta Delgada, Museu Carlos Machado: 63-66.

Gaspar, José Eduardo Pedro. 1995. *Museu Regional da Cestaria em Água de Pau*. 7 de Dezembro. Lagoa: 7 págs.

Gaspar, José Pedro. 1996. *Projecto de Musealização de uma Tanoaria da Vila da Lagoa*. Sep. de Arquipélago: Ciências Sociais. N.º 7-8. 1992/93. Ponta Delgada, Câmara Municipal de Lagoa.

Gaspar, José Pedro. 1997. *Núcleo Museológico da Tanoaria e do Alambique de destilação de aguardente*. Projecto de candidatura do projecto de reanimação do Alambique / organização e um espaço museológico ao programa Comunitário Leader II. Dezembro.

Gaspar, José Pedro. 1999. “Salvaguarda e valorização do património etnológico do concelho de Lagoa (São Miguel - Açores)”; in *Actas do IV Encontro Nacional Museologia e Autarquias*. Tondela, Câmara Municipal de Tondela: 21-30.

Gonçalves, Maria Cristina. 2002. “Museus da rede regional dos Açores: evolução do enquadramento legal”; in *Atlântida*. Vol. XLVII. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura. Revista de Cultura: 295-320.

Gonçalves, Maria da Piedade Lima Lalanda. 1984. *Documento com as condições da prestação da colaboração na montagem e direcção da Casa da Cultura da Ribeira Grande*. Ponta Delgada. 7 de Novembro. 2 págs.

Gouveia, Henrique Coutinho. 1992. *A musealização de sítios – questões relativas á formulação do programa interpretativo*. Sep. de Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Vol. 32. Porto.: 87-96.

Gouveia, Henrique Coutinho. 1992. “Projecto de um Museu Etnográfico Açoriano”; in *Património e Museus Locais*, n.º 1 / 2. II Série. Junho/Dezembro. Lisboa, Editor José Valle de Figueiredo: 181-186.

Gouveia, Henrique Coutinho. 1992. “Comentário breve a mais um número”; in *Património e Museus Locais*, n.º 1/2 - II Série - Junho/Dezembro.

Gouveia, Henrique Coutinho. 1997. *Museologia e etnologia em Portugal. Instituições e personalidades*. 2 Volumes. Dissertação para a obtenção do grau de Doutoramento em Antropologia, área de Museologia. Lisboa. Universidade Nova de Lisboa.

Gouveia, Henrique Coutinho. 1998. “Sobre o Arcano da Ribeira Grande, de Mário Moura”, in *Correio dos Açores*. Suplemento Açoriano de Cultura. 28 de Outubro: 11.

Gouveia, Henrique Coutinho e Carvalho, Margarida Chorão de. 2003. *Musealização de sítios na bacia hidrográfica do Mondego*. Município de Penacova.

Gouveia, Henrique Coutinho. 2003. *Panorama museológico do Município de Lagoa. Elementos de diagnóstico e estudo preliminar de um modelo de desenvolvimento da situação actual*. Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores. Março. 14 págs.

Gouveia, Henrique Coutinho e Margarida Chorão de Carvalho. 2003. *Musealização de sítios na bacia hidrográfica do Mondego*. Penacova, Município de Penacova.

Gouveia, Paula. 2007. “Castelo Centro Cultural recebe apoio da autarquia”; in *Açoriano Oriental*. 8 de Março. Ponta Delgada: 10.

Gouveia, Paula. 2008. “Pólo Museológico do Coliseu com visitas guiadas”; in *Açoriano Oriental*. 4 de Janeiro. Ponta Delgada: 1, 6.

Granada, Olímpia. 2005. “Museu da Emigração já abriu as portas na Ribeira Grande”; in *Açores*. 18 de Março. Ponta Delgada: 22-24.

Granada, Olímpia. 2007. “Museu do açúcar da Sinaga é o único em todo o País”; in *Açoriano Oriental*. 18 de Março. Ponta Delgada: 3.

Hernández, Francisca Hernández. 1994. *Manual de Museología*. Madrid, Editorial Síntesis.

Hernández, Francisca Hernández. 1998. *El museo como espacio de comunicación*. Asturias, Ediciones Trea, Gijón.

“Homenagem aos emigrantes”. 2003; in *Revista Municipal de Ponta Delgada*, n.º 6, Ano 2. II Trimestre.

Hubert, François. 1990. “Vignoble de Pico. Quelques reflexions pour une musee de site”; in *Arquipélago: Ciências Sociais*. N.º 5. Ponta Delgada: 93-123.

Hubert, François. 1991. “Ethnologie et muséologie dans un milieu insulaire. Entretien avec Rui de Sousa Martins”; in *TERRAIN* 17: 135-138.

Hubert, François. 1993. “Historia de los ecomuseos”; in *Georges Henri Rivière. La Museología. Curso de Museología / Textos y testimonios*. Trad. Antón Rodríguez Casal. Colección Arte Y Estética 30. Los Berrocales del Jarama, Ediciones Akal: 195-206.

Igreja do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada: Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado. 2006. Angra do Heroísmo, Presidência do Governo Regional dos Açores. Direcção Regional da Cultura. Museu Carlos Machado.

Iniesta i González, Montserrat. 1994. *Els Gabinetes del món. Antropologia, museus i museologies*. Lleida, Pagès Editors.

Inquérito aos Museus em Portugal. 2000. 1ª Edição. Ministério da Cultura. Instituto Português de Museus. Observatório das Actividades Culturais.

International Council of Museums. 2007. *Estatutos do ICOM*. Viena, Áustria. 24 de Agosto.

Jornal Oficial das Comunidades Europeias. 2000. *Comunicação aos Estados Membros (2000/C 127/02)*: 2-10.

Junta de Freguesia de Fenais da Luz. 1997. *Concurso Público para Concessão do Uso Privativo das Instalações da “Casa do Dízimo” na Freguesia de Fenais da Luz, concelho de P. Delgada, Destinadas à Instalação do Núcleo Museológico, Etnográfico e Galeria de Exposições dos Fenais da Luz*. Documento de abertura de concurso. 19 de Agosto: 5 págs.

Lagarto, Pedro. 1998. “Câmara quer dar vida a museus locais”; in *Açoriano Oriental*. 11 de Abril. Ponta Delgada: 4.

Lagarto, Pedro. 2007. “Projecto turístico inclui Gruta do Carvão”; in *Açoriano Oriental*. 24 de Janeiro. Ponta Delgada: 6.

Leal, João. 2008. “Retratos do povo: etnografia portuguesa e imagem”; in *O visual e o quotidiano*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais: 117-143.

Leite, José Guilherme Reis. 1988. “O porquê das Casas Etnográficas”; in *Boletim do Museu Etnográfico da ilha Graciosa*, 1. Santa Cruz da Graciosa: 7-10.

Livro de Tombo da Matriz de São Sebastião. 1985

Maduro-Dias, Francisco dos Reis. 1986. “A memória colectiva na comunidade açoriana insular. Uma proposta de museu global”; in *II Congresso de Comunidades Açorianas*. Angra do Heroísmo, Direcção de Serviços de Emigração: 511-516.

Maduro-Dias, Francisco dos Reis. 1996. “Museologia social e identidade regional nos Açores. Notas para uma intervenção museal”; in *Atlântida*, 42. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura: 109-117.

Mafra, Ana Margarida. 1998. *Fábrica do chá Mafoma/Museu do Chá (elementos para uma sensibilização)*. Documento enviado ao Director Regional dos Assuntos Culturais. Ribeira Grande. 4 de Maio.

Manso, Lina. 2005. “Memórias do Coliseu em exibição na Sala Santos Figueira”; in *Açoriano Oriental*. 3 de Fevereiro. Ponta Delgada: 7.

Martins, Luís Miguel Rodrigues. 2000. “Lugar da Praia (Água d’Alto). Berço e Museu da Electricidade”; in *Correio dos Açores*. 2 de Abril. Ponta Delgada: 13.

Martins, Rui de Sousa. 1982. *A Arte do Barro em Vila Franca do Campo. Guia da Secção de Olaria. Sala I*. Vila Franca do Campo – Ponta Delgada, Museu Municipal de Vila Franca do Campo. Universidade dos Açores.

Martins, Rui de Sousa. 1984a. *A Arte do Barro em Vila Franca do Campo. Roteiro da Secção de Olaria. Sala I*. Vila Franca do Campo – Ponta Delgada, Museu Municipal de Vila Franca do Campo. Universidade dos Açores.

Martins, Rui de Sousa. 1984b. *A Louça de Vila Franca na Vida do Povo Açoriano. Roteiro da Secção de Olaria. Sala II*. Vila Franca do Campo – Ponta Delgada, Museu Municipal de Vila Franca do Campo. Universidade dos Açores.

Martins, Rui de Sousa. 1986. *A Música Popular e a Arte dos Violeiros. Roteiro da exposição*. Vila Franca do Campo – Ponta Delgada, Museu Municipal de Vila Franca do Campo. Universidade dos Açores.

Martins, Rui de Sousa. 1986a. “A Antropologia Cultural na Universidade dos Açores”, in *Arquipélago*. Revista da Universidade dos Açores. Ciências Sociais, n.º 1. Vol. VIII. Universidade dos Açores. Ponta Delgada: 221-227.

Martins, Rui de Sousa. 1987. “Projecto de Musealização de uma Olaria de Vila Franca do Campo”; in *Arquipélago: Ciências Sociais* - N.º 2. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 251-267.

Martins, Rui de Sousa. 1988. *O Barro, A Técnica e a Arte: A Cerâmica dos Açores e as Olarias de Vila Franca do Campo*. Braga, Museu Municipal de Vila Franca do Campo. Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, Lda.

Martins, Rui de Sousa. 1989. *A influência do Brasil na Cerâmica de Vila Franca do Campo. São Miguel - Açores*. Vila Franca do Campo – Ponta Delgada, Museu Municipal de Vila Franca do Campo. Universidade dos Açores.

Martins, Rui de Sousa. 1992a. “Etnomuseologia no Arquipélago dos Açores”; in *Património e Museus Locais*, 1-2, 2ª Série, Junho/Dezembro. Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor: 41-50.

Martins, Rui de Sousa. 1992b. “O Cenário dos Museus Locais na Ilha de São Miguel”; in *Património e Museus Locais*, 1 – 2. 2ª Série. Junho-Dezembro. Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor: 133-135.

Martins, Rui de Sousa. 1992c. “Projecto de Musealização de uma Oficina de Ferreiro-Ferrador na Vila da Lagoa”; in *Património e Museus Locais*, 1 – 2. 2ª Série. Junho-Dezembro. Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor: 161- 168.

Martins, Rui de Sousa. 1993a. *A Cerâmica dos Açores. Sistemas Produtivos, formas de articulação e processos de mudança*. Ponta Delgada, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais. Universidade dos Açores.

Martins, Rui de Sousa. 1993b. “A cerâmica de Vila Franca do Campo (S. Miguel-Açores) na produção haliêutica”; in *Arquipélago: Ciências Sociais*. N.º 7-8 (1992-1993). Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 163-199.

Martins, Rui de Sousa. 1996. *Vila Franca do Campo*. Colecção Lugares. Ponta Delgada, Jornal de Cultura/Editorial ÉTER.

Martins, Rui de Sousa. 1998. “O Museu de Vila Franca do Campo. Laboratório de Etnologia da Universidade dos Açores”; in *A Vila*, 13 de Novembro. Vila Franca do Campo.

Martins, Rui de Sousa. 1999. *A Cerâmica modelada feminina dos Açores. Sistemas produtivos, formas de articulação e processos de mudança*. Cascais. Patrimonia Anthropologia. Série Dissertações.

Martins, Rui de Sousa. 1999. “Os costumes populares e a construção oitocentista de identidade no arquipélago dos Açores”; in *Patrimonia*, 5. Edição e propriedade de Patrimonia, associação de projectos culturais e formação turística: 35-44.

Martins, Rui de Sousa. 2001. “A Cerâmica da Lagoa”; in *Lagoa*. 1ª Edição. Publiçor. Ponta Delgada.

Martins, Rui de Sousa. 2001a. *Centro de Estudos Etnológicos (CET). Universidade dos Açores. 25 anos*. Suplemento do Açoriano Oriental. 14 de Janeiro. Ponta Delgada: 28.

Martins, Rui de Sousa. 2001b. “Laboratório de Antropologia” (LAUA). *Universidade dos Açores. 25 anos*. Suplemento do *Açoriano Oriental*, 14 de Janeiro. Ponta Delgada: 29.

Martins, Rui de Sousa. 2003. “Museu Terceirense: benemerência brasileira, rotativismo e história natural”; in *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo*. Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso/Universidade dos Açores.: 341-386.

Martins, Rui de Sousa. 2003. “A mulher nas artes de fazer um arquipélago”. Separata de *A Mulher nos Açores e nas Comunidades*. Volume II. Ponta Delgada, EGA: 213-240.

Martins, Rui de Sousa. 2004. *O Museu do Trigo da Povoação*. Ponta Delgada, Centro de Estudos Etnológicos do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais. Universidade dos Açores: 2 págs.

Martins, Rui de Sousa. 2004a. *Modelo Conceptual del Parque Temático de Maia. Isla de São Miguel-Azores*.

Martins, Rui de Sousa. 2006. *Proposta de Classificação como Tesouro Regional do Arcano Místico de Madre Margarida Isabel do Apocalipse, Existente na Igreja Matriz da Cidade da Ribeira Grande, Ilha de São Miguel, Açores*. Parecer. Universidade dos Açores. Departamento de História, filosofia e Ciências Sociais, Centro de Estudos Etnológicos. Ponta Delgada, Fevereiro.

Martins, Rui de Sousa *et al.* 2006. *Sistemas Técnicos da Fábrica de tabacos da Maia*. 5ª Versão. Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia. Centro de estudos Etnológicos da Universidade dos Açores.

Martins, Rui de Sousa. 2009. *Programa do Seminário de Etnomuseologia*. Ponta Delgada, Centro de Estudos Etnológicos do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais. Universidade dos Açores: 54 págs.

Martins, Rui de Sousa. 2009a. “Centrar progresso dos Açores na herança cultural açoriana”, in *Correio dos Açores*. 16 de Agosto. Ponta Delgada: 1, 13.

Medeiros, João Alberto. 2006. “Novo museu de arte sacra”; in *Açoriano Oriental*. 21 Agosto. Ponta Delgada: 5.

Medeiros, Roberto. 2004. “Construindo a Nossa História... Casa da Estrela – Água de Pau”; in *Terra Nostra*. 2 de Abril. Ponta Delgada: 4.

Mello, José de Almeida. 2006. *Museu da Emigração Açoriana. Projecto – Sumário*. São Miguel. 24 de Maio: 1 pág.

Melo, Floriberto Correia de. 1995. *Exposição de miniaturas de Floriberto Correia de Melo*. Desdobrável. Ponta Delgada.

Melo, Manuel João. 2003. “Oficina Museu – Capelas. Apresentação de uma experiência concretizada”. Comunicação apresentada no *Seminário Serviço Educativo nos Museus. Experiências e Novos Projectos*. 17-20 Março. Museu Carlos Machado: 2 págs.

Melo, Manuel João. 2007. *Escritos*. Tipografia Aníbal.

Melo, Pedro Jorge Pascoal Ferreira de. 2008. *A Casa da Mafoma - Estudo Monográfico*. Trabalho realizado no âmbito da disciplina Antropologia Cultural, da Licenciatura em Património Cultural, da Universidade dos Açores. Ribeira Grande.

Melo, Rui Leite. 2002. “Antiga colheita do chá recriada no Porto Formoso”; in *Açores magazine*. Ponta Delgada, Açormedia: 18-19.

Mello, José de Almeida. 2007. *Pólo Museológico do Coliseu Micaelense – Proposta*. 8 de Fevereiro. Ponta Delgada: 36 págs.

Mello, José de Almeida. 2007. “Pólo Museológico do Coliseu Micaelense”; in *Coliseu*. Revista Trimestral, n.º 1. Julho. Ponta Delgada, Nova Gráfica. Anima: 16-17.

Mendes, Nuno. 1994. “Ribeira Chã presta homenagem à cultura do pastel”; in *Açoriano Oriental*. Entrevista de Nuno Mendes a João Caetano Flores. 7 de Agosto. Ponta Delgada.

Meneres, António. 1994. "Santa Bárbara - Um projecto de recuperação, como significado duma entidade cultural"; in *1º Encontro das Instituições Museológicas dos Açores. Comunicações*. Ponta Delgada, Museu Carlos Machado: 161-163.

Miguel, Edite. 2001. “Fábrica de chá do final do século XIX ao abandono por falta de apoios”; in *Açoriano Oriental*. 4 de Março. Ponta Delgada: 5.

Miguel, Edite. 2004. “Museu do trigo de S. Miguel abriu as Portas”; in *Terra Nostra. Suplemento Autarquias. Concelho da Povoação*. Ano VI, n.º 97. 20 de Agosto. Ponta Delgada: 1.

Montaner, Josep Maria. 2003. *Museus para o século XXI*. Barcelona, Ed. Gustavo Gili, AS.

Monteiro, Fernando. 1976. “A Exposição do Milho na Ribeira Chã”, in *Despertar*. Ano II, n.º 11. Agosto. Ribeira Chã: 2-4.

Moreira, Raquel. 2008. “Outra faceta do Chá Verde”, in *Terra Nostra*. Grande reportagem. Ano XIII, n.º 363. 25 de Julho. Ponta Delgada: 2, 3.

Moscatel, Cristina. 2001. “Ponta Delgada vai receber “Memórias da Emigração” açoriana na CMPD”, in *Diário dos Açores*. 29 de Novembro.

Moura, Mário. 1992. “Rede Museológica na (e da) Ribeira Grande e Desenvolvimento de uma Comunidade nos Açores: Uma proposta de Museu de Identidade Regional”; in *Património e Museus Locais*, N.º 1 – 2. 2ª Série. Junho-Dezembro: 137-158.

Moura, Mário. 1996a. *O Arcano Místico de Madre Margarida Isabel do Apocalipse, da musealização ao museu*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Museologia. Universidade Nova. Lisboa.

Moura, Mário. 1996b. *Museu Paroquial Madre Margarida Isabel do Apocalipse*. Câmara Municipal da Ribeira Grande. Ribeira Grande.

Moura, Mário. 1997. *Arcano Místico de Madre Margarida do Apocalipse: Um Percorso de Identidade na Ribeira Grande*. Ribeira Grande. Novembro.

Moura, Mário. 1998. *Cacos Falantes: Azulejos de corda seca e da aresta das terras do ex-mosteiro de Jesus da Ribeira Grande*. Amigos dos Açores.

Moura, Mário. 1999. “Arcano Místico de Madre Margarida Isabel do Apocalipse: Percursos e identidade”; in *Actas do IV Encontro Nacional Museologia e Autarquias*. Tondela, Câmara Municipal de Tondela: 67-77.

Moura, Mário. 2000a. *Museu da Ribeira Grande*. Ribeira Grande, Universidade Nova de Lisboa.

Moura, Mário. 2000b. *Ribeira Grande: Em Defesa da Biblioteca e do Museu*. Ribeira Grande, Museu da Ribeira Grande.

Moura, Mário. 2000c. *Desenvolvimento museológico dos Açores: subsídio*. Ribeira Grande, Museu da Ribeira Grande.

Moura, Mário. 2000d. *Casa da Freira do Arcano. Proposta de um museu de igreja*. Ribeira Grande, Museu da Ribeira Grande.

Moura, Mário. 2000e. *Casa da Freira do Arcano. Proposta de gestão*. Ribeira Grande, Museu da Ribeira Grande.

Moura, Mário. 2000f. *Projecto Interdisciplinar do Mosteiro de Jesus. Relatório Preliminar*. Ribeira Grande. 6 de Setembro de 2000.

Moura, Mário. 2005. Divisão de Acção Sócio-Cultural. *Exposição acerca desta Divisão*. Ribeira Grande. Museu da Ribeira Grande. 17 de Outubro: 11 págs.

Moura, Mário. 2009. Nascimento de uma Paróquia na Ribeira Grande: Nossa Senhora da Conceição (século XVII). Ribeira Grande. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição.

Museologia.pt. 2007. N.º 1/Maio. Lisboa. Instituto dos Museus e da Conservação.

Museos y museología en Portugal. Una ruta ibérica para el futuro. 1997. Revista de Museología. Asociación Española de Museólogos. Coord. Maria da Luz Nolasco.

“Museu da Lagoa”. 1996; in *Expresso das Nove*, Ponta Delgada, 19 a 25 de Julho.

“Museu Municipal candidata-se à Rede Portuguesa de Museus”, 2008; in *Terra Nostra*. Suplemento A Ilha. 25 de Janeiro: 3.

“Museu da PSP em Vila Franca do Campo”. 2007; in *Revista Municipal*. Ano VI. N.º 26. Câmara Municipal de Vila Franca do Campo: 20-21.

“Museu da PSP em Vila Franca do Campo”. 2007; in *Açoriano Oriental*. 6 de Janeiro. Ponta Delgada.

Museu de Vila Franca do Campo. s/d. Desdobrável. Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.

“Museu de Vila Franca do Campo inaugura três novas secções”. 2004; in *Revista Municipal*. Ano 3, n.º 12 e 13. Março / Julho. Câmara Municipal de Vila Franca do Campo: 28-29.

“Museu do Coliseu abre este mês”; in *Correio dos Açores*. 4 de Janeiro de 2008. Ponta Delgada: 5.

Museu do Presépio Açoriano. s/d. Câmara Municipal da Lagoa. Lagoa.

“Museu do Trigo de S. Miguel já abriu as portas ao público”. 2004; in *Açoriano Oriental*. 4 de Agosto. Ponta Delgada: 6.

“Museu do Trigo é considerado único no mundo pelo seu valor”. 2005; in *Açoriano Oriental*. Suplemento Povoação. 3 de Julho. Ponta Delgada: 4.

“Museu Militar dos Açores abre ao público”. 2006; in *Expresso das Nove*. 3 de Março. Ponta Delgada.

“Museu Municipal de Vila Franca vai ser aumentado”. 2008; in *Açoriano Oriental*. 25 de Janeiro. Ponta Delgada.

“Museu Municipal de Vila Franca vai ser aumentado”. 2008; in *Terra Nostra*. 25 de Janeiro de Ponta Delgada.

“Museu privado nas Capelas está à margem do turismo”. 2005; in *Diário dos Açores*. 2 de Setembro: 3.

Nabais, António José C. Maia e Carvalho, José Maria Cruz de. 1993. “O Discurso Expositivo”; in *Iniciação à Museologia*. Coord. Maria Beatriz Rocha-Trindade. Lisboa. Universidade Aberta: 135-146.

Nóia, Sara. 1999. “Moagem da Ribeira Seca. Relíquia do passado que o tempo pode triturar”; in *Atlântico Expresso. Sociedade*. 2 de Agosto de 1999. Ponta Delgada: 16-17.

Núcleo Museológico da Pesca Artesanal. Brochura. 1998. Povoação, Escola Básica-Jardim de Infância da Ribeira Quente.

Nunes, José. 1983. “Nas Festas da Ribeira Grande Inauguração do Museu do Chá”, in *Açoriano Oriental*. Ano CXLVIII, n.º 6045. 5 de Julho. Ponta Delgada: 6.

“O Arquipélago dos Açores visitado por uma missão de Continentaes Ilustres”, 1924; *Os Açores - Revista Ilustrada*. Ano I, n.º 10. Ponta Delgada, Barbosa & Irmão Lda.: 18-29.

Olaria e cerâmica dos Açores, 1983. Ponta Delgada. Museu Carlos Machado. Etnografia Regional.

Oliveira, Albertina Maria Costa. 2007. *Ribeira Chã*. GLOBALEDA – GB Multimédia.

Oliveira, António Silva de, Oliveira; Margarida Teves de. 1985. “Tesouro da Igreja Matriz de Ponta Delgada”; in *SINAL*. Ano VII. Nº 64. Mensário da Comunidade Paroquial da Matriz de S. Sebastião de Ponta Delgada: 6-7.

Oliveira, António Silva de. 1992. “O Museu Carlos Machado, em Ponta Delgada 111 anos ao serviço da Sociedade”; in *Património e Museus Locais*, 1 – 2. 2ª Série. Junho-Dezembro. Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor: 33-40.

Oliveira, António Manuel Silva de. 1994. "O Museu Carlos Machado - Mudança na Continuidade"; in *1º Encontro das Instituições Museológicas dos Açores. Comunicações*. Ponta Delgada, Museu Carlos Machado: 17-28.

Oliveira, António Manuel Silva de e Oliveira, Maria Margarida Teves de. 2006. “Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado”; in *Igreja do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada: Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado*. Angra do Heroísmo, Presidência do Governo Regional dos Açores. Direcção Regional da Cultura. Museu Carlos Machado.

Oliveira, Maria Margarida Teves de. 1994. “O Serviço Educativo no Museu Carlos Machado – Áreas de Intervenção e Desenvolvimento”, *1º Encontro das Instituições Museológicas dos Açores*. Ponta Delgada, Edição do Museu Carlos Machado: 77-83.

O Mar e a Terra, 1984. Ponta Delgada. Museu Carlos Machado. Etnografia Regional.

Pacheco, Eugênio. 1897. “Museu Ethnographico”; in *O Preto no Branco*, Ano 2º, n.º 65. Ponta Delgada.

Pacheco, Eugênio. 1897a. “Museu Ethnographico - II”; in *O Preto no Branco*, Ano 2º, n.º 66. Ponta Delgada.

Pacheco, Eugênio. 1897b. “Museu Ethnographico - III”; in *O Preto no Branco*, Ano 2º, n.º 67. Ponta Delgada.

- Pacheco, Eugênio. 1897c. “O Edifício do Museu”; in *O Preto no Branco*, Ano 2º, n.º 67. Ponta Delgada.
- Pacheco, Edmundo. 1968. “Um Museu é uma escola de Formação”, in *Correio dos Açores*. 3 de Julho: 1.
- Pacheco, José António. 2005. *Porto formoso. Um chá no oceano*. Pacheco & Mendonça, Lda.
- Pacheco, Sandra. 2003. “Valor cultural e museológico da Moagem de São José realçado”; in *Açoriano Oriental*. 24 de Junho. Ponta Delgada: 8.
- Pascoal, Rafaela e Medeiros, João. 2007. “Caloura assume-se como pólo de descentralização cultural”; in *Açoriano Oriental*. 25 de Novembro. Ponta Delgada: 6.
- Pastor, Natacha. 2002. “Museu da Ribeira Quente. Repositório da mais antiga actividade artesanal do concelho”; in *Terra Nostra. Suplemento Autarquias. Povoação – artes e ofícios*. 30 de Outubro. Ponta Delgada.
- Pastor, Natacha. 2003. “Artesanato Vilafranquense, a sua importância no património cultural do concelho”; in *Terra Nostra. Suplemento Autarquias*. N.º 42. 18 de Setembro. Ponta Delgada.
- Paz, João. 2009. “Rui Sousa Martins não tem dúvida São Miguel não pode ter só um Museu”, in *Correio dos Açores*. Ano 90, n.º 26281. 16 de Agosto: 1, 13.
- Pearce, Susan Mary (org.). 1989. *Museum studies in material culture*. London, Leicester University Press.
- Pearce, Susan M. 1992. *Museums Objects and Collections – a cultural study*. London. Leicester University Press.
- Pearce, Susan Mary (org.). 1996. *Interpreting objects and collections*. London. Routledge.
- Pereira, Fernando A. Batista. 1996. “Museus e novos espaços de exposição”; in *Architecti*, 32, (Ano VII Jan/Fev/Mar). Oeiras. Ed. Trifório: 24-29.

Pereiro, Xerardo. 2006. "Património cultural: o casamento entre património e cultura"; in *ADRA. Revista dos sócios do Museu do Povo Galego*. N.º 2: 23-41.

Pessoa, Fernando. 2001. *Reflexões sobre ecomuseologia*. Porto, Edições Afrontamento.

Pimentel, Cristina. 2005. *O sistema museológico português (1833-1991). Em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Pomiam, Krzysztof. 1984. "Colecções", in *Enciclopédia Einaudi*, 1. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda: 51-86.

Pomiam, Krzysztof. 1987. *Collectionneurs, amateurs et curieux*. Paris, Venise: XVI^e-XVIII^e siècle. Bibliothèque des Histories. Paris. Gallimard.

Presidência do Governo Regional dos Açores. 2006. *Transcrição Parcial das Declarações do Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, à Comunicação Social Durante Uma Visita Ao Museu Carlos Machado*. 26 de Abril. Ponta Delgada: 9 págs.

Primo, Judite (Organização e apresentação de). 1999. *Museologia e Património: Documentos fundamentais*. Cadernos de Sociomuseologia. N.º 15. Lisboa, Centro de Estudos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Primo, Judite. 1999. "Pensar Contemporaneamente a Museologia"; in *Museologia: Teoria e Prática*. Cadernos de Sociomuseologia. N.º 16. Lisboa, Centro de Estudos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: 5-36.

Primo, Judite. 2007. *Património, Política Cultural e Globalização em Contexto Museal*. Cadernos de Sociomuseologia. N.º 27. Lisboa, Centro de Estudos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Programa do Museu da Lagoa. s/d. Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores. Câmara Municipal de Lagoa. 17 págs.

Protocolo entre a Câmara Municipal de Lagoa e o senhor Afrânio António Furtado Branco Pereira, para a musealização do Forno de Cal, localizado na Avenida Infante D. Henrique.

1998. Lagoa. 3 págs.

Protocolo entre a Câmara Municipal da Ribeira Grande e a Confraria do Santíssimo Sacramento da Matriz de Nossa Senhora da Estrela. 2008. 5 de Novembro: 2 págs.

Rangel, Eduardo. 1984. Comissão Instaladora da Casa de Cultura da Ribeira Grande. Achega para a concretização de actividades. Lagoa. 7 de Maio. 7.

Rebelo, Ana. 2005. “Roteiro Turístico de S. Miguel “Esquece” Fábrica de Chá do Porto Formoso”, in *Terra Nostra*. 5 de Setembro: 7.

Rego, Paula. 1999. “Sobre o Arcano da Ribeira Grande”, in *Correio dos Açores*. Suplemento Açoriano de Cultura. 28 de Outubro: 11.

Regulamento do Museu Local do Pinto da Pedra. 1990. Assembleia da Junta de Freguesia do Pico da Pedra. 29 de Abril. Pico da Pedra.

“Revitalizar a fábrica de tabaco da Maia”. 2004; in *Expresso das Nove*. 29 de Outubro: 25.

Ribeira Chã - Comunidade Museu. 1994. Ed. Casa da Cultura de Ponta Delgada.

Ribeira Chã - Comunidade Museu. 1996. Ed. Casa da Cultura de Ponta Delgada.

Rivière, Georges Henri. 1977. *DOSSIER ECOMUSEE*. 25 de Outubro. Paris. Texto fotocopiado: 8 págs.

Rivière, Georges Henri. 1985. “Définition évolutive de l’ecomusée”; in *Museum*, 148. Paris, UNESCO: 182-183.

Rivière, Georges Henri. 1993. *La Museología. Curso de Museología / Textos y testimonios*. Trad. Antón Rodríguez Casal. Colección Arte Y Estética 30. Los Berrocales del Jarama, Ediciones Akal.

Rodrigues, António Roberto Oliveira. S/d. *O Ananás da Ilha de São Miguel*. Plantação de Ananases de Augusto Arruda. Fajã de Baixo.

Rodrigues, Luís e Silva, Marco. 2003. *Unidades Museológicas ligadas ao mar como factores de desenvolvimento local*. Comunicação apresentada no Seminário Serviço Educativo nos Museus - Experiências e Novos Projectos. Museu Carlos Machado. 17-20 Março: 6 págs.

Rosa, Márcia Olival da. 2007. “Ilhas ricas em matéria de geoturismo”; in *Expresso das Nove*. 23 de Março. Ponta Delgada: 8.

Roteiro dos museus dos Açores. 2005. Ponta Delgada, Presidência do Governo Regional dos Açores. Direcção Regional da Cultura.

Rudolf, Antony. 1999. “Carta da ... Ribeira Grande”. Trad. Maria F. Menezes Moura, in *Açoriano Oriental*. 28 de Outubro.

Santos, Carlos. 2007. “O Turismo no Concelho da Ribeira Grande”; in *Ribeira Grande 500 Anos de História*. Revista da Câmara Municipal da Ribeira Grande, n.º 7. Ribeira Grande, Edição Especial Comemorativa de Elevação da Ribeira Grande a Vila. Agosto de 2007: 58-63.

“São Pedro e os Oleiros da Vila Nova”. 1998; in *A Vila 2000*. Ano I, N.º13. 5 de Novembro. Vila Franca do Campo: 2-3.

Secretaria da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada. 1976. *Contrato de compra e venda de um prédio rústico e urbano, sito na freguesia de Matriz, concelho de Ribeira Grande*. Ribeira Grande. 31 de Maio. Folhas 10 a 13.

Serviço Regional de Estatística dos Açores. 2006. *Demografia 2006*. Região Autónoma dos Açores. Vice-Presidência do Governo. Serviço Regional de Estatística dos Açores.

Serviço Regional de Estatística dos Açores. 2008. *Os Açores em Números, 2007*. Região Autónoma dos Açores. Vice-Presidência do Governo. Serviço Regional de Estatística dos Açores.

Shelton, Antony. 2001. “Introduction: The Return of the Subject”; in *Collectors. Expressions of Self and Other*. The Honiman Museum and Gardens. London. Museu Antropológico da Universidade de Coimbra: 11- 22.

Shelton, Antony. 2001a. “Introduction: “Doubts Affirmations””; In *Collectors. Individuals and Institutions*. The Honiman Museum and Gardens, London. Museu Antropológico da Universidade de Coimbra: 13- 22.

Shelton, Antony. 2001b. “Unsettling the meaning: Critical museology, art and anthropological discourses”; in *Academic anthropology and the museum. Back to the future*. New York. Oxford, Berghahn Books: 1-16.

Silva, Maria Alice Duarte. 1997. *Colecções e Antropologia. Uma Relação Variável Segundo as Estratégias de Objectivação do Saber*. Dissertação de mestrado em Antropologia Cultural e Social. Braga. Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais.

Silva, Luís Pedro. 2007. “Vila Franca com projecto para museu contemporâneo”; in *Açoriano Oriental*. 16 de Janeiro. Ponta Delgada: 8.

Silva, Luísa. 2001. “Eco-museus preservam tradição e cultura”; in *Sata Azorean Spirit. Revista de Bordo*, n.º 1. Ponta Delgada: 77-79.

Silva, Luísa. 2001. “Os bonequeiros da Lagoa”; in *Sata Azorean Spirit. Revista de Bordo*, n.º 2. Ponta Delgada: 52-55.

Silva, Marco. 2003. “Casa Museu em Água de Pau”; in *Voz dos Marítimos*. Edição n.º 3. Suplemento do Açoriano Oriental. 8 de Fevereiro. Ponta Delgada: 2.

Silva, Silvina. 2004. “Concelho da Povoação com Museu do Trigo”; in *Açoriano Oriental. Suplemento. Povoação*. 3 de Julho. Ponta Delgada: 2.

Silva, Tânia. 2008. “Museu Municipal de Vila Franca do Campo em Roteiro”; in *Açoriano Oriental*. 22 de Agosto. Ponta Delgada: 30.

Silva, Tânia. 2008. “A Oficina-Museu Artes e Ofícios das Capelas em Roteiro”; in *Açoriano Oriental*. 9 de Maio. Ponta Delgada: 30.

Silva, Tânia. 2008. “Gruta do Carvão em Ponta Delgada em Roteiro”; in *Açoriano Oriental*. 4 de Julho. Ponta Delgada: 34.

Simas, Luiz Augusto Teixeira de. 1990. *Comemoração do Nonagésimo Aniversário da Electrificação de Vila Franca do Campo. Conferência proferida pelo Engenheiro Técnico Luiz Augusto Teixeira de Simas no Salão Paroquial de São Miguel de Vila Franca do Campo*. 18 de Março. Vila Franca do Campo. Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.

Soares, Paulo Ribeiro. 2004. *O Sistema Técnico da Cultura do Trigo em S. Miguel*. Texto preliminar para a exposição no Museu de Trigo na Povoação. Ponta Delgada, Universidade dos Açores. Centro de Estudos Etnológicos. Fevereiro. Texto fotocopiado: 37 págs.

Sousa, Nestor de. 1977. “Museu Carlos Machado, Ponta Delgada. Da fundação ao presente”; in *APOM – Informações*, 16, Lisboa: 4-8.

Sousa, Nestor de. 1979. “O Museu Carlos Machado, Ponta Delgada precisa urgentemente de ser ampliado”; in *Açoriano Oriental*. 12 de Agosto. Ponta Delgada.

Sousa, Nestor de. 1982. “Projecto de reestruturação do Museu Carlos Machado”; in *Museu de Região. Pólo dinamizador de acção cultural, - Actas do Colóquio APOM/77*. Lisboa. APOM: 93-96.

Sousa, Nestor de. 1983. “A Secção de Etnografia do Museu Carlos Machado”; in *Olaria e Cerâmica dos Açores*. Ponta Delgada, Museu Carlos Machado: 5-6.

Sousa, Nestor de. 1986. *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII*. Universidade dos Açores. Ponta Delgada.

Sousa, Nestor de. 2006. “A Igreja do Colégio da Companhia de Jesus de Ponta Delgada: sinais de arquitectura chã e inovações de gosto barroco”; in *Igreja do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada: Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado*. Angra do Heroísmo, Presidência do Governo Regional dos Açores. Direcção Regional da Cultura. Museu Carlos Machado: 9-24.

Sousa, Roberto. 2005. *A Casa da Junta*. Junta de Freguesia de Água de Pau.

Sousa, Roberto. 2006. “Núcleos Museológicos criados na Casa da Junta”; in *Revista da Junta de Freguesia de Água de Pau*, nº 8. Junta de Freguesia de Água de Pau.

Sousa, Roberto. 2008. “Visita de S.^a Ex.^a o Bispo dos Açores à Casa da Junta”; in *Revista da Junta de Freguesia de Água de Pau*, nº 9. Junta de Freguesia de Água de Pau.

Sousa, Sílvia Fonseca e. 2002. *A Salvaguarda do Património Etnográfico na Ilha de S. Miguel*. Trabalho realizado no âmbito da disciplina Gestão Patrimonial e Museológica, da Pós-Graduação em Património, Museologia e Desenvolvimento, da Universidade dos Açores. Ponta Delgada.

Sousa, Sílvia Fonseca e. 2006. “Preservação da Cultura Popular Açoriana em Coleções e Museus Etnográficos: A Realidade Museológica de S. Miguel”; in *Estudos sobre Cultura Popular*. Ponta Delgada. Câmara Municipal de Ponta Delgada: 269-292.

Stanford Enciclopédia of Philosophy. <http://plato.satnford.edu>. Último acesso em 2009-09-12.

Tavares, Joaquim Francisco da Ponte. 1985. “Ananás em estufa nos Açores”, in *Arquipélago*. Série de Ciências da Natureza, nº 6. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 181-208.

Tejo, Sandra Pacheco. 2008. “Entre os vulcões de... Açores não têm cultura de protecção civil”; in *Terra Nostra*. Ano XIII, nº 355. 30 de Maio. Ponta Delgada: 8-9.

Teodoro, Hermano. 2004. *Museu de Comunidade da Ribeira Grande: Guia explicativo*. Câmara Municipal da Ribeira Grande. Ponta Delgada.

Tiago, Susana. 2009. *A Fábrica de Tabacos da Maia. Breve resenha histórica*: 4 fls.

Universidade dos Açores. 1980. *Protocolo do Programa de Apoio a Conceder pela Universidade dos Açores à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo na Organização do Museu Municipal*. 24 de Setembro. Ponta Delgada: 6 págs.

“Valor cultural e museológico da Moagem de São José realçado. A Moagem de S. José, situada na Ribeira seca, é o novo pólo do Museu da Vila”. 2003; in *Açoriano Oriental*, 24 de Junho. Ponta Delgada: 8.

Varine, Hugues-Bohan. 1974. *Património Cultural – A experiência internacional*. Aula proferida na Universidade de São Paulo. 12 de Agosto de 1974. São Paulo. Brasil.

Varine, Hugues-Bohan. 1985. “L’ecomusée: au-delà du mot”; in *Museum*, 148. Paris, UNESCO.

Varine, Hugues-Bohan. 1993. “Papel internacional de Georges Henri Rivière”; in *Georges Henri Rivière. La Museología. Curso de Museología / Textos y testimonios*. Trad. Antón Rodríguez Casal. Coleção Arte Y Estética 30. Los Berrocales del Jarama, Ediciones Akal.: 98-102.

Vasconcelos, José Maria da Câmara. 1858. “Tributo de Gratidão”, in *A União*. Dezembro.

Vasconcelos, José Leite de. 1992. *Mês de Sonho*. Ponta Delgada, 2ª edição, Prefácio de J. Almeida Pavão. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

Vasconcelos, José Leite de. 1992. “O Museu Etnográfico Açoriano: Um apoio do Dr. Leite de Vasconcelos”, *Património e Museus Locais*, n.º 1 / 2. II Série. Junho/Dezembro. Lisboa, Editor José Valle de Figueiredo: 197-198.

Vieira, Tomaz de Borba. 1997. *Centro Cultural da Caloura*. Desdobrável. Ponta Delgada.

Vieira, Tomaz de Borba. 1997. *Relatório de enquadramento e rentabilização de uma colecção de arte*. Ponta Delgada.

“Vila Franca do Campo e do Mar”. 2003, in *Vila Franca do Campo*. Revista Municipal de Vila Franca do Campo. Ano 2, n.º 10. Outubro / Dezembro.

“Vila Franca com projecto para museu contemporâneo”. 2007; in *Açoriano Oriental*. 16 de Janeiro. Ponta Delgada: 8.

“Vila Franca do Campo e a sua Casa do Povo”. 1956, in *Mensário das Casas de Povo*. Ano X, n.º 116. Fevereiro. Lisboa, Junta Geral das Casas de Povo: 10, 11. Edição do Museu de Vila Franca do Campo. 2005.

Bibliografia Relativa a Instituições Museológicas de São Miguel

- Açores. Roteiros dos Museus*. 1998. Direcção Regional dos Assuntos Culturais. Coingra.
- Albergaria, Maria Emanuel. 2009. “Museu Móvel do Museu Carlos Machado”, in *Museus em Rede*. Boletim da Rede Portuguesa de Museus. 32. Junho. Instituto dos Museus e da Conservação. Rede Portuguesa de Museus: 9-11.
- Acta da Reunião Ordinária*. 1978. Câmara Municipal da Ribeira Grande. Vereação de 20-12-1976 a 25-01-1978. 18 de Janeiro: 3 págs.
- Acta de Reunião*. 1984. Comissão Instaladora do Circulo dos Amigos da Ribeira Grande. 03 de Maio: 3 págs.
- Acta da Reunião Ordinária*. 1993. Câmara Municipal da Ribeira Grande. 15 de Outubro.
- Actas de Reuniões Ordinárias*. 1992-1994. Câmara Municipal de Lagoa.
- Acta n.º 10 da Reunião Ordinária*. 2006. Câmara Municipal da Ribeira Grande. 16 de Maio.
- Acta n.º 8. Reunião Ordinária da Câmara Municipal*. 2007. Câmara Municipal da Ribeira Grande. 17 de Abril.
- Almeida, Victor. 1997. *Núcleo Museológico de Fenais da Luz*. Discurso de inauguração. 7 de Dezembro. Fotocópia: 1 pág.
- Alves, Mariano. 1999. “A criação da Universidade dos Açores e o seu impacto na cidade de Ponta Delgada”, in *Actas do Colóquio Comemorativo dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada*. Universidade dos Açores, Câmara Municipal de Ponta Delgada. Ponta Delgada: 357-372.
- “Alunos elucidados para a poupança e origem da água. Visita à Rota da Água no Nordeste”, in *Nordestense*. Boletim Municipal n.º 309. Abril de 2009. Câmara Municipal de Nordeste.
- Amigos dos Açores. 1997. *Proposta de Classificação da Gruta do Carvão como Monumento Natural Regional*. 1 de Outubro. Ponta Delgada. Fotocópia: 13 págs.

Amigos dos Açores. 2006. *Monumento Natural Regional da Gruta do Carvão - Troço da Rua do Paim - Plano de Gestão*. 30 de Novembro. Angra do Heroísmo. Fotocópia: 4 págs.

Andrade, M. J. 1995. “Luz eléctrica há 95 ano”; in *Açoriano Oriental*. 18 de Março. Ponta Delgada: 4-5.

Andrade, Teotónio M. de. 1977. “A Biblioteca e o Museu de Vila Franca”, in *A Crença*. 16 de Janeiro. Vila Franca do Campo.

Anglin, João. 1944. “O Museu Municipal de Carlos Machado”; in *Insulana*, vol. 1, n.º 2. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada: 230-253.

“Artes do Mar uma Nova Secção do Museu Municipal”. 2008; in *Vila Franca do Campo*. Revista da Câmara Municipal. Ano VII, n.º 32. Câmara Municipal de Vila Franca do Campo: 13.

Assembleia Legislativa Regional. 2001. “Proposta de Resolução - Defesa e preservação do património da indústria do chá e a criação de uma “Denominação de Origem Protegida” para o chá de São Miguel apresentada pelo Partido Socialista.”, in *Diário da Sessão n.º 021*. 10 de Maio: 11 págs.

Associação Cultural do Núcleo Museológico de Fenais da Luz. 2008. *Projecto de Revitalização*. <http://fenaisdaluz.com>.

Associação Marítima Açoriana, s/d. *Plano de Acção 17 – Criação de Núcleos Museológicos*. Ponta Delgada.

Associação para a Defesa e Investigação do Património. 2001. *O Coliseu Micaelense e as Arquitecturas de Espectáculo*. V Fórum Cidadania e Património. Coliseu Micaelense. 18 de Abril.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1915. *Notas sobre Arte*. Ponta Delgada, Oficinas da Papelaria Micaelense.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1919. “Novos Subsídios para a Ethnographia e para a História da Arte Portuguezas. VI – A Banqueta e as duas Custódias do Muzeu da Matriz de

Ponta Delgada”; in *Revista Michaelense*. 2. Ano, n.º 2º. Ponta Delgada, Oficina de Artes Graphics: 179-183.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1919. “Novos Subsídios para a Etnografia e para a História da Arte Portuguesas”; in *Revista Michaelense*. 2. Ano, n.º 4. Ponta Delgada, Oficina de Artes Graphics: 426-430.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1921. “Organização de Museus em Ponta Delgada”; in *Revista Michaelense*, 3. Ponta Delgada: 1238-1259.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1921. *Catálogo da Secção de Arte do Museu Municipal de Ponta Delgada*. Ponta Delgada, Museu Carlos Machado. Tipografia Ruy Moraes.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1930. “O Museu Etnográfico Açoriano. Um novo apêlo”; in *Património e Museus Locais*, n.º 1 / 2 - II Série. Junho/Dezembro. Lisboa, Editor José Valle de Figueiredo: 193-196.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1944. *As secções de arte e etnografia do Museu de Ponta Delgada Dr. Carlos Machado*. Ponta Delgada, Edição do Autor.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1955. “A secção de arte do Museu de Ponta Delgada e a sua missão educativa”; in *Livro do Primeiro Congresso Açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de Março de 1938*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura: 204-208.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1973. “O interesse da arte rústica e a sua representação no museu de Ponta Delgada”; in *Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores*, I, Cap. III. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade: 131-144.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1974. *Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores*, II. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 1992. "O Museu Etnográfico Açoreano - um novo apelo"; in *Património e Museus Locais*.1-2. Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor: 193-196.

Auto de Cessão celebrado entre a Região Autónoma dos Açores e a Câmara Municipal da Ribeira Grande. 1 de Setembro de 1980: 3 págs.

Ávila, Ermelindo. 1997. “Roteiro dos museus dos Açores”; in *Diário dos Açores*, 2 de Maio de 1997. Ponta Delgada: 9.

Belchior, Dina. 2003. “Fardas Militares contam história no forte de S. Brás”; in *Diário dos Açores*. Ano 134, nº 37139. 24 de Julho. Ponta Delgada: 3.

Bensaúde, Alfredo. 1992. "O Povo Açoreano e a urgência de o estudar"; in *Património e Museus Locais*. 1-2. Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor: 187-192.

Bento, Carlos Melo. 1990. *Escavações Arqueológicas em Vila Franca do Campo*. Associação Arqueológica do Arquipélago dos Açores. Ponta Delgada.

Bernardo, Gilberto. 2007. *Pico da Pedra Percorso de um Povo (Sécs. XVI-XXI)*. Pico da Pedra. Casa do Povo do Pico da Pedra.

Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese dos Açores. 1900. Tomo décimo quinto. Nº 338. Outubro. Angra do Heroísmo, Tipografia de *A Verdade*: 30-31.

Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese dos Açores. 1915. Tomo vinte e dois. Nº 543. Angra do Heroísmo, Tipografia de *A Verdade*.

Boletim do Museu Etnográfico da Graciosa. 1986. Nº 1. Dezembro. Edição do Museu Etnográfico da Ilha Graciosa.

Brum, João de. 1984. “Museu de Arte Sacra e Etnografia. Ribeira Chã – Comunidade Viva”, in *Despertar*. Ano IX, nº 65. Julho. Ribeira Chã: 12-32.

Brum, João. 1985. “Museus e Casas Etnográficas – Sua importância cultural para as comunidades Açorianas”; in *Despertar*, Ano X, nº 70. Maio: 5-18.

Brum, João de. 1994. “Comunidade Museu”, in *Ribeira Chã. Comunidade Museu*. Ribeira Chã. Casa da Cultura de Ponta Delgada: 4-20.

“Câmara de Lagoa inaugurou Museu de Alambique do Malassada”. 2004; in *Terra Nostra*. 28 de Maio. Ponta Delgada.

Câmara Municipal de Ponta Delgada. 1996. *Alvará de licença de utilização n.º 26/96*. Processo n.º 52/SP. 1 de Fevereiro.

Canto, Tomás Ivens do. 1984. “Aproveitamento da Grotta dos Quatro Alqueires”; in *Despertar*, Ano IX, n.º 65. Julho. Ribeira Chã.

Carreiro, Sandy (Coord.). 2006. “Núcleo Museológico abre na freguesia da Achada”; in *O Nordestense*. Ano X. N.º 173. 25 de Agosto: 1.

“Casa do Povo do Pico da Pedra. Sala etnográfica arranca com um livro de 431 anos”. 1980; in *Correio dos Açores*. 14 de Outubro. Ponta Delgada: 1, 8.

Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores. 2003. *Programa da deslocação do Professor Doutor Henrique Coutinho Gouveia ao Concelho da Lagoa, na ilha de São Miguel a realizar em Março de 2003*. 14 de Fevereiro. 3 págs.

Céu, Maria do. 1984. “Um Exemplo a Seguir...”, in *Despertar*. Ano IX, n.º 62. Janeiro. Ribeira Chã: 9-16.

Chaves, Francisco Afonso. 1919. “Paramentos Religiosos do século XIV das Igrejas, Matriz de Ponta Delgada, e do Collegio de Angra do Heroísmo”; in *Revista Michaelense*. 3. Ano 2º. Julho. Ponta Delgada: 255-259.

Círculo dos Amigos da Ribeira Grande, 1969. *Abaixo-assinado dirigido ao Governador Civil do Distrito Autónomo de Ponta Delgada*. Ribeira Grande. 25 de Junho: 2 págs.

Coelho, Isabel Alves. 2004. “Museu do Trigo de S. Miguel”; in *Expresso das Nove*. 6 de Agosto. Ponta Delgada: 20.

Coelho, Isabel Alves. 2007. “História Vulcanológica dos Açores na internet”; in *Expresso das Nove*. 18 de Maio. Ponta Delgada: 7.

“Coliseu de afectos”. 2007; in *ONDA*. Ano 6, n.º 21. Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada: 22.

“Coliseu inaugura hoje Museu para comemorar os 90 anos”. 2007; in *Diário dos Açores*. 10 de Maio. Ponta Delgada: 10.

“Coliseu Micaelense revive o passado”. 2005; in *Terra Nostra*. 4 de Fevereiro. Ponta Delgada: 12.

“Coliseu reúne espólio”. 2007; in *Correio dos Açores*. 13 de Março. Ponta Delgada: 3.

“Coliseu reúne espólio para museu dos 90 anos”. 2007; in *Diário dos Açores*. 13 de Março. Ponta Delgada: 6.

“Comemorações do 1º Centenário da Escola Primária”. 1979; in *Despertar*. Ano V, n.º 30. Setembro. Ribeira Chã: 1-6.

Comissão Coordenadora do Museu Local do Pico da Pedra, s/d. Panfleto.

Confraria do Chá do Porto Formoso (Coord.). 2008. *Ao Encontro do Chá*. Resumos do Seminário.

“Conheça Vila Franca do Campo. Uma vila virada para o mar!”. 2004. *Revista Municipal*. Câmara Municipal de Vila Franca do Campo: 38-47.

Constância, J. P.; et al. 1994. "Proposta de Intervenção Museológica na Gruta do Carvão, ilha de S. Miguel"; in *1º Encontro das Instituições Museológicas dos Açores. Comunicações*. Ponta Delgada, Museu Carlos Machado: 151-159.

Constância, J. P.; J. C. Nunes E T. Braga. 1994. *Património Espeleológico da Ilha de S. Miguel*. Ponta Delgada, Amigos dos Açores.

Constância, J. P.; J. C. Nunes E T. Braga. 1997. *Proposta de Intervenção Museológica na Gruta do Carvão, ilha de S. Miguel*. Ponta Delgada, Amigos dos Açores.

Cordeiro, Carlos. 1999. “Regionalismo e Identidade Açoriana durante a Primeira República”; in *Patrimonia*, 5. Edição e propriedade de Patrimonia - Associação de Projectos Culturais e Formação Turística: 45-52.

Côrtes-Rodrigues, Armando. 1949. “A etnografia e a sua aplicação no Distrito de Ponta Delgada”; in *Insulana*. V, n.º 3 e 4. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada: 303-330.

Côrtes-Rodrigues, Armando. 1973. “Requiem pela Louça da Vila”; in *Voz do Longe*. I Volume. Ponta Delgada: 125-129.

Côrtes-Rodrigues, Armando. 1973. “Olarias”; in *Voz do Longe*. I Volume. Ponta Delgada: 429-433.

Costa, Cármen. 2006. “Museu Etnográfico à margem dos circuitos turísticos”; in *Correio do Norte*. Ano V, 2ª Quinzena de Novembro. Ponta Delgada: 14-15.

Costa, Cármen. 2007. “Museu do Tabaco abre até ao final do ano”; in *Correio do Norte*. Ano VI, n.º. 131, 2ª Quinzena de Fevereiro. Ponta Delgada: 8-9.

Couto, Luísa. 2005. “Misericórdia da Maia avança com parque temático”; in *Expresso da Nove*. 24 de Junho: 10.

Couto, Luísa; Carreiro, Fernanda. 2006. “Stock de bens culturais motiva expansão do Museu da Achada”; in *Açoriano Oriental*. 20 de Agosto: 7.

Couto, Luísa. 2006. “Museu não foi além de sala de exposições”; in *Açoriano Oriental*. 3 de Outubro: 8.

Couto, Luísa. 2007. “Câmara quer revitalizar Museu da emigração”; in *Açoriano Oriental*. 25 de Fevereiro: 8.

Couto, Luísa. 2007a. “Casa rural convertida em pólo museológico”; in *Açoriano Oriental*. Ano CLXXIII. 25 de Agosto: 6.

Couto, Luísa. 2007b. “Maia revive os tempos em que as colheitas eram uma festa”; in *Açoriano Oriental*. Ano CLXXIII, n.º. 16224. 30 de Setembro: 6.

Despertar. 1976. Ano II, n.º 11. Agosto. Ribeira Chã.

Despertar. 1979. Ano V, n.º 25. Março. Ribeira Chã.

Despertar. 1979. Ano V, n.º 28. Julho. Ribeira Chã.

Despertar. 1979. Ano V, n.º 30. Setembro. Ribeira Chã.

Despertar. 1981. Ano VII, n.º 50. Setembro. Ribeira Chã.

Despertar. 1982. Ano VIII, n.º 55. Agosto. Ribeira Chã.

Despertar. 1983. Ano IX, n.º 60. Junho. Ribeira Chã.

Despertar. 1984. Ano IX, n.º 62. Janeiro. Ribeira Chã.

Despertar. 1984. Ano IX, n.º 64. Abril. Ribeira Chã.

Despertar. 1984. Ano IX, n.º 65. Julho. Ribeira Chã.

Despertar. 1985. Ano X, n.º 70. Maio. Ribeira Chã.

Despertar. 1985. Ano X, n.º 70. Agosto. Ribeira Chã.

Despertar. 1986. Ano XI, n.º 80. Agosto. Ribeira Chã.

Despertar. 1988. Ano XIII, n.º 90. Agosto. Ribeira Chã.

Despertar. 1989. Ano XIV, n.º 100. Dezembro. Ribeira Chã.

Despertar. 1990. Ano XV, n.º 106. Outubro. Ribeira Chã.

Despertar. 1991. Ano XVI, n.º 114. Outubro. Ribeira Chã.

Despertar. 1992. Ano XVII, n.º 125. Maio. Ribeira Chã.

Despertar. 1993. Ano XVIII, n.º 133. Julho. Ribeira Chã.

Despertar. 2008. Ano XXXIV, n.º 1. Janeiro. Ribeira Chã.

Despertar. 2008. Ano XXXIV, n.º 4. Abril. Ribeira Chã.

Despertar. 2008. Ano XXXIV, n.º 5. Maio. Ribeira Chã.

Dias, Carla. 2005. “Minerais da vida. Observatório expõe minerais”; in *Açores Magazine*. N.º 11375. 4 de Setembro: 12-13.

Dias, Nélia (Coord. Científica). 1999. *Roteiro de Museus (Colecções Etnográficas Açores e Madeira)*. Quinto volume. Projecto Representações da Cultura Portuguesa nas Colecções Etnográficas dos Museus Locais. Lisboa, Caminus – Actividades Culturais. Olhapim Edições.

Direcção-Geral de Administração Política e Civil, 1969. Ofício n.º B-2548. Lisboa, 08 de Agosto.

Duarte, Ana Maria Lopes. 1997. “Experiências Museológicas numa Comunidade de S. Miguel, Açores”; in *Arquivos da Memória*, N.º 2. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa. Lisboa, Edições Colibri: 23-47.

“Em Vila Franca do Campo. Artes e tradições populares ganham espaço museológico”. 2003; in *Terra Nostra. Suplemento Autarquias*. Ano II. N.º 42. 18 de Setembro. Ponta Delgada.

1.º Encontro de Instituições Museológicas dos Açores 1994. Ponta Delgada, Museu Carlos Machado.

Escudeiro, D. Aurélio Granada. 1984. “A Igreja e a Arte”, in *Despertar*. Ano IX, n.º 65. Julho. Ribeira Chã: 8-11.

Espaço Museu. Núcleo Museológico do Banco Comercial dos Açores. 2002. Coord. Geral João Manuel Machado dos Santos. Banco Comercial dos Açores. Interact.

Estatutos da Associação para a Defesa e Investigação do Património Cultural e Natural da Ilha de S. Miguel. 1982. Associação para a Defesa e Investigação do Património Cultural e Natural da Ilha de S. Miguel. Texto fotocopiado: 5 págs.

Estatutos do Círculo dos Amigos da Ribeira Grande. 1969. 12 págs.

“Estudantes do Lyceu Nacional”; in *Arquivo dos Açores*, II. 1980. Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores: 83-84.

“Extremos: Desenvolvimento Socio-económico em Zonas Rurais Periféricas com Elevados Níveis de Pobreza”. 2005; in *Boletim Notícias INTERREG III B Açores Madeira Canárias*. Número 2. Fevereiro: 28-29.

Faustino, Paulo. 2005. “Museu do Chá da Ribeira Seca em morte lenta”; in *Açoriano Oriental*. 9 de Agosto. Ponta Delgada: 8.

Faustino, Paulo. 2005. “Primeiro Museu da Emigração abre dentro de dias”; in *Açoriano Oriental*. 2 de Setembro. Ponta Delgada: 8.

Ferreira, Ana Filipa. 2008. “Museu Militar aberto à sociedade”; in *Revista Venha Ver*. Nº 13. Fevereiro.

Ferreira, Padre Ernesto. 1922. “Loiça da Vila”; in *Os Açores*. Novembro de 1922: 11.

Ferreira, Manuel. 1992. “Ribeira Chã – A Via-Sacra de um Povo, de um Padre e de uma Igreja”, in *Despertar*. Ano XVII, n.º 125: 26-59.

Ferreira, Manuel. 1992. *Ribeira Chã. A Via-Sacra de um Povo, de um Padre e de uma Igreja*. Centro de Catequese e Cultura da Ribeira Chã. Ponta Delgada. Empresa Gráfica Açoriana.

Figuras, Bonecos e Representações de Presépios, 1984. Ponta Delgada. Museu Carlos Machado. Etnografia Regional.

Flores, João Caetano. 1976. “D, Manuel Afonso de Carvalho. O Bispo dos Açores mais ligado à história da Ribeira Chã”, in *Despertar*. Ano II, n.º 11. Agosto. Ribeira Chã: 2-4.

Fonseca, Ana Paula. 2000. “Lama e chuva “afundam” fábrica de chá Mafoma”, in *Açoriano Oriental*. 14 de Fevereiro. Ponta Delgada: 8-9.

Fonseca, Ana Paula. 2002. “Primeira ecoteca de São Miguel será instalada no museu local”; in *Açoriano Oriental*. 14 de Maio. Ponta Delgada: 14.

Fonseca, Ana Paula. 2004. “Museu do Trigo abre sábado na Povoação”; in *Açoriano Oriental*. 29 de Julho. Ponta Delgada: 6.

Fonseca, Ana Paula. 2005. “Mercado de peixe dá lugar a museu”; in *Açoriano Oriental*. 3 de Janeiro. Ponta Delgada: 8.

França, Igor Tavares de Melo. 2006. *O Centro Cultural da Caloura. Uma colecção privada ao serviço do público*. Trabalho realizado no âmbito da disciplina de Teoria e História da

museologia, do Mestrado em Museologia e Património, da Universidade dos Açores. Ponta Delgada.

França, Igor Tavares de Melo. 2007. *Remodelação e ampliação da Sede do Museu Carlos Machado, Ponta Delgada, Açores. Programa Preliminar*. Ponta Delgada. Fevereiro.

França, Igor Tavares de Melo. 2008. *Programação Museológica e Espaço Arquitectónico. O Museu Carlos Machado de Ponta Delgada – Açores*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Património, Museologia e Desenvolvimento. Ponta Delgada. Universidade dos Açores.

Garcia, Eduíno Borges. 1982. “Ecomuseus e a acção cultural (um programa para os Açores)”; in *Museus de Região. Pólo dinamizador de acção cultural*. Actas do Colóquio APOM 77. APOM. Lisboa: 57-67.

Gaspar, José Pedro. 1991. *A Arte d Tanoaria – Exposição*. Câmara Municipal de Lagoa.

Gaspar, José Eduardo Pedro. 1992a. “Um Projecto de Etnologia Museológica para o Concelho de Lagoa”; in *Património e Museus Locais*. N.º 1 – 2, 2ª Série. Junho-Dezembro: 159-160.

Gaspar, José Eduardo Pedro. 1992b. “Os “Benevides”, uma Família de Ferreiros-Ferradores”; in *Património e Museus Locais*. N.º 1 – 2, 2ª Série. Junho-Dezembro: 169-177.

Gaspar, José Eduardo Pedro. 1994. “Programa Etnomuseológico do Concelho de Lagoa”; in *1.º Encontro de Instituições Museológicas dos Açores*. Ponta Delgada, Museu Carlos Machado: 63-66.

Gaspar, José Eduardo Pedro. 1995. *Museu Regional da Cestaria em Água de Pau*. 7 de Dezembro. Lagoa: 7 págs.

Gaspar, José Pedro. 1996. *Projecto de Musealização de uma Tanoaria da Vila da Lagoa*. Sep. de Arquipélago: Ciências Sociais. N.º 7-8. 1992/93. Ponta Delgada, Câmara Municipal de Lagoa.

Gaspar, José Pedro. 1997. *Núcleo Museológico da Tanoaria e do Alambique de destilação de aguardente*. Projecto de candidatura do projecto de reanimação do Alambique / organização e um espaço museológico ao programa Comunitário Leader II. Dezembro.

Gaspar, José Pedro. 1999. “Salvaguarda e valorização do património etnológico do concelho de Lagoa (São Miguel - Açores)”]; in *Actas do IV Encontro Nacional Museologia e Autarquias*. Tondela, Câmara Municipal de Tondela: 21-30.

Gonçalves, Maria Cristina. 2002. “Museus da rede regional dos Açores: evolução do enquadramento legal”]; in *Atlântida*. Vol. XLVII. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura. Revista de Cultura: 295-320.

Gonçalves, Maria da Piedade Lima Lalanda. 1984. *Documento com as condições da prestação da colaboração na montagem e direcção da Casa da Cultura da Ribeira Grande*. Ponta Delgada. 7 de Novembro. 2 págs.

Gouveia, Henrique Coutinho. 1992. “Projecto de um Museu Etnográfico Açoriano”]; in *Património e Museus Locais*, n.º 1 / 2. II Série. Junho/Dezembro. Lisboa, Editor José Valle de Figueiredo: 181-186.

Gouveia, Henrique Coutinho. 1997. *Museologia e Etnologia em Portugal – Instituições e personalidades*, I e II. Lisboa. Universidade Nova de Lisboa.

Gouveia, Henrique Coutinho. 1998. “Sobre o Arcano da Ribeira Grande, de Mário Moura”, in *Correio dos Açores*. Suplemento Açoriano de Cultura. 28 de Outubro: 11.

Gouveia, Henrique Coutinho e Carvalho, Margarida Chorão de. 2003. *Musealização de sítios na bacia hidrográfica do Mondego*. Município de Penacova.

Gouveia, Henrique Coutinho. 2003. *Panorama museológico do Município de Lagoa. Elementos de diagnóstico e estudo preliminar de um modelo de desenvolvimento da situação actual*. Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores. Março. 14 págs.

Gouveia, Paula. 2007. “Castelo Centro Cultural recebe apoio da autarquia”; in *Açoriano Oriental*. 8 de Março. Ponta Delgada: 10.

Gouveia, Paula. 2008. “Pólo Museológico do Coliseu com visitas guiadas”; in *Açoriano Oriental*. 4 de Janeiro. Ponta Delgada: 1, 6.

Granada, Olímpia. 2005. “Museu da Emigração já abriu as portas na Ribeira Grande”; in *Açores*. 18 de Março. Ponta Delgada: 22-24.

Granada, Olímpia. 2007. “Museu do açúcar da Sinaga é o único em todo o País”; in *Açoriano Oriental*. 18 de Março. Ponta Delgada: 3.

“Homenagem aos emigrantes”. 2003; in *Revista Municipal de Ponta Delgada*, n.º 6, Ano 2. II Trimestre.

Hubert, François. 1990. “Vignoble de Pico. Quelques reflexions pour une musee de site”; in *Arquipélago: Ciências Sociais*. N.º 5. Ponta Delgada: 93-123.

Hubert, François. 1991. “Ethnologie et muséologie dans un milieu insulaire. Entretien avec Rui de Sousa Martins”; in *TERRAIN* 17: 135-138.

Igreja do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada: Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado. 2006. Angra do Heroísmo, Presidência do Governo Regional dos Açores. Direcção Regional da Cultura. Museu Carlos Machado.

Jornal Oficial das Comunidades Europeias. 2000. *Comunicação aos Estados Membros* (2000/C 127/02): 2-10.

Junta de Freguesia de Fenais da Luz. 1997. *Concurso Público para Concessão do Uso Privativo das Instalações da “Casa do Dízimo” na Freguesia de Fenais da Luz, concelho de P. Delgada, Destinadas à Instalação do Núcleo Museológico, Etnográfico e Galeria de Exposições dos Fenais da Luz*. Documento de abertura de concurso. 19 de Agosto: 5 págs.

Lagarto, Pedro. 1998. “Câmara quer dar vida a museus locais”; in *Açoriano Oriental*. 11 de Abril. Ponta Delgada: 4.

Lagarto, Pedro. 2007. “Projecto turístico inclui Gruta do Carvão”; in *Açoriano Oriental*. 24 de Janeiro. Ponta Delgada: 6.

Leite, José Guilherme Reis. 1988. “O porquê das Casas Etnográficas”; in *Boletim do Museu Etnográfico da ilha Graciosa*, 1. Santa Cruz da Graciosa: 7-10.

Livro de Tombo da Matriz de São Sebastião. 1985

Maduro-Dias, Francisco dos Reis. 1986. “A memória colectiva na comunidade açoriana insular. Uma proposta de museu global”; in *II Congresso de Comunidades Açorianas*. Angra do Heroísmo, Direcção de Serviços de Emigração: 511-516.

Maduro-Dias, Francisco dos Reis. 1996. “Museologia social e identidade regional nos Açores. Notas para uma intervenção museal”; in *Atlântida*, 42. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura: 109-117.

Mafra, Ana Margarida. 1998. *Fábrica do chá Mafoma/Museu do Chá (elementos para uma sensibilização)*. Documento enviado ao Director Regional dos Assuntos Culturais. Ribeira Grande. 4 de Maio.

Manso, Lina. 2005. “Memórias do Coliseu em exibição na Sala Santos Figueira”; in *Açoriano Oriental*. 3 de Fevereiro. Ponta Delgada: 7.

Martins, Luís Miguel Rodrigues. 2000. “Lugar da Praia (Água d’Alto). Berço e Museu da Electricidade”; in *Correio dos Açores*. 2 de Abril. Ponta Delgada: 13.

Martins, Rui de Sousa. 1982. *A Arte do Barro em Vila Franca do Campo. Guia da Secção de Olaria. Sala I*. Vila Franca do Campo – Ponta Delgada, Museu Municipal de Vila Franca do Campo. Universidade dos Açores.

Martins, Rui de Sousa. 1984a. *A Arte do Barro em Vila Franca do Campo. Roteiro da Secção de Olaria. Sala I*. Vila Franca do Campo – Ponta Delgada, Museu Municipal de Vila Franca do Campo. Universidade dos Açores.

Martins, Rui de Sousa. 1984b. *A Louça de Vila Franca na Vida do Povo Açoriano. Roteiro da Secção de Olaria. Sala II*. Vila Franca do Campo – Ponta Delgada, Museu Municipal de Vila Franca do Campo. Universidade dos Açores.

Martins, Rui de Sousa. 1986. *A Música Popular e a Arte dos Violeiros. Roteiro da exposição*. Vila Franca do Campo – Ponta Delgada, Museu Municipal de Vila Franca do Campo. Universidade dos Açores.

Martins, Rui de Sousa. 1986a. “A Antropologia Cultural na Universidade dos Açores”, in *Arquipélago*. Revista da Universidade dos Açores. Ciências Sociais, n.º 1. Vol. VIII. Universidade dos Açores. Ponta Delgada: 221-227.

Martins, Rui de Sousa. 1987. “Projecto de Musealização de uma Olaria de Vila Franca do Campo”; in *Arquipélago: Ciências Sociais - N.º 2*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 251-267.

Martins, Rui de Sousa. 1988. *O Barro, A Técnica e a Arte: A Cerâmica dos Açores e as Olarias de Vila Franca do Campo*. Braga, Museu Municipal de Vila Franca do Campo. Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, Lda.

Martins, Rui de Sousa. 1989. *A influência do Brasil na Cerâmica de Vila Franca do Campo. São Miguel - Açores*. Vila Franca do Campo – Ponta Delgada, Museu Municipal de Vila Franca do Campo. Universidade dos Açores.

Martins, Rui de Sousa. 1992a. “Etnomuseologia no Arquipélago dos Açores”; in *Património e Museus Locais*, 1-2, 2ª Série, Junho/Dezembro. Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor: 41-50.

Martins, Rui de Sousa. 1992b. “O Cenário dos Museus Locais na Ilha de São Miguel”; in *Património e Museus Locais*, 1 – 2. 2ª Série. Junho-Dezembro. Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor: 133-135.

Martins, Rui de Sousa. 1992c. “Projecto de Musealização de uma Oficina de Ferreiro-Ferrador na Vila da Lagoa”; in *Património e Museus Locais*, 1 – 2. 2ª Série. Junho-Dezembro. Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor: 161- 168.

Martins, Rui de Sousa. 1993a. *A Cerâmica dos Açores. Sistemas Produtivos, formas de articulação e processos de mudança*. Ponta Delgada, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais. Universidade dos Açores.

Martins, Rui de Sousa. 1993b. “A cerâmica de Vila Franca do Campo (S. Miguel-Açores) na produção haliêutica”; in *Arquipélago: Ciências Sociais*. N.º 7-8 (1992-1993). Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 163-199.

Martins, Rui de Sousa. 1996. *Vila Franca do Campo*. Coleção Lugares. Ponta Delgada, Jornal de Cultura/Editorial ÉTER.

Martins, Rui de Sousa. 1998. “O Museu de Vila Franca do Campo. Laboratório de Etnologia da Universidade dos Açores”; in *A Vila*, 13 de Novembro. Vila Franca do Campo.

Martins, Rui de Sousa. 1999. *A Cerâmica modelada feminina dos Açores. Sistemas produtivos, formas de articulação e processos de mudança*. Cascais. Patrimonia Anthropologia. Série Dissertações.

Martins, Rui de Sousa. 1999. “Os costumes populares e a construção oitocentista de identidade no arquipélago dos Açores”; in *Patrimonia*, 5. Edição e propriedade de Patrimonia, associação de projectos culturais e formação turística: 35-44.

Martins, Rui de Sousa. 2001. “A Cerâmica da Lagoa”; in *Lagoa*. 1ª Edição. Publiçor. Ponta Delgada.

Martins, Rui de Sousa. 2001a. *Centro de Estudos Etnológicos (CET). Universidade dos Açores. 25 anos*. Suplemento do Açoriano Oriental. 14 de Janeiro. Ponta Delgada: 28.

Martins, Rui de Sousa. 2001b. “Laboratório de Antropologia” (LAUA). *Universidade dos Açores. 25 anos*. Suplemento do Açoriano Oriental, 14 de Janeiro. Ponta Delgada: 29.

Martins, Rui de Sousa. 2003. “Museu Terceirense: benemerência brasileira, rotativismo e história natural”; in *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo*. Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso/Universidade dos Açores.: 341-386.

Martins, Rui de Sousa. 2003. “A mulher nas artes de fazer um arquipélago”. Separata de *A Mulher nos Açores e nas Comunidades*. Volume II. Ponta Delgada, EGA: 213-240.

Martins, Rui de Sousa. 2004. *O Museu do Trigo da Povoação*. Ponta Delgada, Centro de Estudos Etnológicos do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais. Universidade dos Açores: 2 págs.

Martins, Rui de Sousa. 2004a. *Modelo Conceptual del Parque Temático de Maia. Isla de São Miguel-Azores*.

Martins, Rui de Sousa. 2006. *Proposta de Classificação como Tesouro Regional do Arcano Místico de Madre Margarida Isabel do Apocalipse, Existente na Igreja Matriz da Cidade da Ribeira Grande, Ilha de São Miguel, Açores*. Parecer. Universidade dos Açores. Departamento de História, filosofia e Ciências Sociais, Centro de Estudos Etnológicos. Ponta Delgada, Fevereiro.

Martins, Rui de Sousa *et al.* 2006. *Sistemas Técnicos da Fábrica de tabacos da Maia*. 5ª Versão. Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia. Centro de estudos Etnológicos da Universidade dos Açores.

Martins, Rui de Sousa. 2009. *Programa do Seminário de Etnomuseologia*. Ponta Delgada, Centro de Estudos Etnológicos do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais. Universidade dos Açores: 54 págs.

Martins, Rui de Sousa. 2009a. “Centrar progresso dos Açores na herança cultural açoriana”, in *Correio dos Açores*. 16 de Agosto. Ponta Delgada: 1, 13.

Medeiros, João Alberto. 2006. “Novo museu de arte sacra”; in *Açoriano Oriental*. 21 Agosto. Ponta Delgada: 5.

Medeiros, Roberto. 2004. “Construindo a Nossa História... Casa da Estrela – Água de Pau”; in *Terra Nostra*. 2 de Abril. Ponta Delgada: 4.

Mello, José de Almeida. 2006. *Museu da Emigração Açoriana. Projecto – Sumário*. São Miguel. 24 de Maio: 1 pág.

Melo, Floriberto Correia de. 1995. *Exposição de miniaturas de Floriberto Correia de Melo*. Desdobrável. Ponta Delgada.

Melo, Manuel João. 2003. “Oficina Museu – Capelas. Apresentação de uma experiência concretizada”. Comunicação apresentada no *Seminário Serviço Educativo nos Museus. Experiências e Novos Projectos*. 17-20 Março. Museu Carlos Machado: 2 págs.

Melo, Manuel João. 2007. *Escritos*. Tipografia Aníbal.

Melo, Pedro Jorge Pascoal Ferreira de. 2008. *A Casa da Mafoma - Estudo Monográfico*. Trabalho realizado no âmbito da disciplina Antropologia Cultural, da Licenciatura em Património Cultural, da Universidade dos Açores. Ribeira Grande.

Melo, Rui Leite. 2002. “Antiga colheita do chá recriada no Porto Formoso”; in *Açores magazine*. Ponta Delgada, Açormedia: 18-19.

Mello, José de Almeida. 2007. *Pólo Museológico do Coliseu Micaelense – Proposta*. 8 de Fevereiro. Ponta Delgada: 36 págs.

Mello, José de Almeida. 2007. “Pólo Museológico do Coliseu Micaelense”; in *Coliseu*. Revista Trimestral, n.º 1. Julho. Ponta Delgada, Nova Gráfica. Anima: 16-17.

Mendes, Nuno. 1994. “Ribeira Chã presta homenagem à cultura do pastel”; in *Açoriano Oriental*. Entrevista de Nuno Mendes a João Caetano Flores. 7 de Agosto. Ponta Delgada.

Meneres, António. 1994. "Santa Bárbara - Um projecto de recuperação, como significado duma entidade cultural"; in *1º Encontro das Instituições Museológicas dos Açores. Comunicações*. Ponta Delgada, Museu Carlos Machado: 161-163.

Miguel, Edite. 2001. “Fábrica de chá do final do século XIX ao abandono por falta de apoios”; in *Açoriano Oriental*. 4 de Março. Ponta Delgada: 5.

Miguel, Edite. 2004. “Museu do trigo de S. Miguel abriu as Portas”; in *Terra Nostra. Suplemento Autarquias. Concelho da Povoação*. Ano VI, n.º 97. 20 de Agosto. Ponta Delgada: 1.

Monteiro, Fernando. 1976. “A Exposição do Milho na Ribeira Chã”, in *Despertar*. Ano II, n.º 11. Agosto. Ribeira Chã: 2-4.

Moreira, Raquel. 2008. “Outra faceta do Chá Verde”, in *Terra Nostra*. Grande reportagem. Ano XIII, n.º 363. 25 de Julho. Ponta Delgada: 2, 3.

Moscatel, Cristina. 2001. “Ponta Delgada vai receber “Memórias da Emigração” açoriana na CMPD”, in *Diário dos Açores*. 29 de Novembro.

Moura, Mário. 1992. “Rede Museológica na (e da) Ribeira Grande e Desenvolvimento de uma Comunidade nos Açores: Uma proposta de Museu de Identidade Regional”; in *Património e Museus Locais*, N.º 1 – 2. 2ª Série. Junho-Dezembro: 137-158.

Moura, Mário. 1996a. *O Arcano Místico de Madre Margarida Isabel do Apocalipse, da musealização ao museu*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Museologia. Universidade Nova. Lisboa.

Moura, Mário. 1996b. *Museu Paroquial Madre Margarida Isabel do Apocalipse*. Câmara Municipal da Ribeira Grande. Ribeira Grande.

Moura, Mário. 1997. *Arcano Místico de Madre Margarida do Apocalipse: Um Percorso de Identidade na Ribeira Grande*. Ribeira Grande. Novembro.

Moura, Mário. 1998. *Cacos Falantes: Azulejos de corda seca e da aresta das terras do ex-mosteiro de Jesus da Ribeira Grande*. Amigos dos Açores.

Moura, Mário. 1999. “Arcano Místico de Madre Margarida Isabel do Apocalipse: Percursos e identidade”; in *Actas do IV Encontro Nacional Museologia e Autarquias*. Tondela, Câmara Municipal de Tondela: 67-77.

Moura, Mário. 2000a. *Museu da Ribeira Grande*. Ribeira Grande, Universidade Nova de Lisboa.

Moura, Mário. 2000b. *Ribeira Grande: Em Defesa da Biblioteca e do Museu*. Ribeira Grande, Museu da Ribeira Grande.

Moura, Mário. 2000c. *Desenvolvimento museológico dos Açores: subsídio*. Ribeira Grande, Museu da Ribeira Grande.

Moura, Mário. 2000d. *Casa da Freira do Arcano. Proposta de um museu de igreja*. Ribeira Grande, Museu da Ribeira Grande.

Moura, Mário. 2000e. *Casa da Freira do Arcano. Proposta de gestão*. Ribeira Grande, Museu da Ribeira Grande.

Moura, Mário. 2000f. *Projecto Interdisciplinar do Mosteiro de Jesus. Relatório Preliminar*. Ribeira Grande. 6 de Setembro de 2000.

Moura, Mário. 2005. Divisão de Acção Sócio-Cultural. *Exposição acerca desta Divisão*. Ribeira Grande. Museu da Ribeira Grande. 17 de Outubro: 11 págs.

Moura, Mário. 2009. Nascimento de uma Paróquia na Ribeira Grande: Nossa Senhora da Conceição (século XVII). Ribeira Grande. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição.

“Museu da Lagoa”. 1996; in *Expresso das Nove*, Ponta Delgada, 19 a 25 de Julho.

“Museu Municipal candidata-se à Rede Portuguesa de Museus”, 2008; in *Terra Nostra*. Suplemento A Ilha. 25 de Janeiro: 3.

“Museu da PSP em Vila Franca do Campo”. 2007; in *Revista Municipal*. Ano VI. N.º 26. Câmara Municipal de Vila Franca do Campo: 20-21.

“Museu da PSP em Vila Franca do Campo”. 2007; in *Açoriano Oriental*. 6 de Janeiro. Ponta Delgada.

Museu de Vila Franca do Campo. s/d. Desdobrável. Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.

“Museu de Vila Franca do Campo inaugura três novas secções”. 2004; in *Revista Municipal*. Ano 3, n.º 12 e 13. Março / Julho. Câmara Municipal de Vila Franca do Campo: 28-29.

“Museu do Coliseu abre este mês”; in *Correio dos Açores*. 4 de Janeiro de 2008. Ponta Delgada: 5.

Museu do Presépio Açoriano. s/d. Câmara Municipal da Lagoa. Lagoa.

“Museu do Trigo de S. Miguel já abriu as portas ao público”. 2004; in *Açoriano Oriental*. 4 de Agosto. Ponta Delgada: 6.

“Museu do Trigo é considerado único no mundo pelo seu valor”. 2005; in *Açoriano Oriental*. Suplemento Povoação. 3 de Julho. Ponta Delgada: 4.

“Museu Militar dos Açores abre ao público”. 2006; in *Expresso das Nove*. 3 de Março. Ponta Delgada.

“Museu Municipal de Vila Franca vai ser aumentado”. 2008; in *Açoriano Oriental*. 25 de Janeiro. Ponta Delgada.

“Museu Municipal de Vila Franca vai ser aumentado”. 2008; in *Terra Nostra*. 25 de Janeiro de Ponta Delgada.

“Museu privado nas Capelas está à margem do turismo”. 2005; in *Diário dos Açores*. 2 de Setembro: 3.

Nóia, Sara. 1999. “Moagem da Ribeira Seca. Relíquia do passado que o tempo pode triturar”; in *Atlântico Expresso, Sociedade*. 2 de Agosto de 1999. Ponta Delgada: 16-17.

Núcleo Museológico da Pesca Artesanal. Brochura. 1998. Povoação, Escola Básica-Jardim de Infância da Ribeira Quente.

Nunes, José. 1983. “Nas Festas da Ribeira Grande Inauguração do Museu do Chá”, in *Açoriano Oriental*. Ano CXLVIII, n.º 6045. 5 de Julho. Ponta Delgada: 6.

“O Arquipélago dos Açores visitado por uma missão de Continentaes Ilustres”, 1924; *Os Açores - Revista Ilustrada*. Ano I, n.º 10. Ponta Delgada, Barbosa & Irmão Lda.: 18-29.

Olaria e cerâmica dos Açores, 1983. Ponta Delgada. Museu Carlos Machado. Etnografia Regional.

Oliveira, Albertina Maria Costa. 2007. *Ribeira Chã*. GLOBALEDA – GB Multimédia.

Oliveira, António Silva de, Oliveira; Margarida Teves de. 1985. “Tesouro da Igreja Matriz de Ponta Delgada”; in *SINAL*. Ano VII. Nº 64. Mensário da Comunidade Paroquial da Matriz de S. Sebastião de Ponta Delgada: 6-7.

Oliveira, António Silva de. 1992. “O Museu Carlos Machado, em Ponta Delgada 111 anos ao serviço da Sociedade”; in *Património e Museus Locais*, 1 – 2. 2ª Série. Junho-Dezembro. Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor: 33-40.

Oliveira, António Manuel Silva de. 1994. "O Museu Carlos Machado - Mudança na Continuidade"; in *1º Encontro das Instituições Museológicas dos Açores. Comunicações*. Ponta Delgada, Museu Carlos Machado: 17-28.

Oliveira, António Manuel Silva de e Oliveira, Maria Margarida Teves de. 2006. “Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado”; in *Igreja do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada: Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado*. Angra do Heroísmo, Presidência do Governo Regional dos Açores. Direcção Regional da Cultura. Museu Carlos Machado.

Oliveira, Maria Margarida Teves de. 1994. “O Serviço Educativo no Museu Carlos Machado – Áreas de Intervenção e Desenvolvimento”, *1º Encontro das Instituições Museológicas dos Açores*. Ponta Delgada, Edição do Museu Carlos Machado: 77-83.

O Mar e a Terra, 1984. Ponta Delgada. Museu Carlos Machado. Etnografia Regional.

Pacheco, Eugênio. 1897. “Museu Ethnographico”; in *O Preto no Branco*, Ano 2º, n.º 65. Ponta Delgada.

Pacheco, Eugênio. 1897a. “Museu Ethnographico - II”; in *O Preto no Branco*, Ano 2º, n.º 66. Ponta Delgada.

Pacheco, Eugênio. 1897b. “Museu Ethnographico - III”; in *O Preto no Branco*, Ano 2º, n.º 67. Ponta Delgada.

Pacheco, Eugênio. 1897c. “O Edifício do Museu”; in *O Preto no Branco*, Ano 2º, n.º 67. Ponta Delgada.

Pacheco, Edmundo. 1968. “Um Museu é uma escola de Formação”, in *Correio dos Açores*. 3 de Julho: 1.

Pacheco, José António. 2005. *Porto formoso. Um chá no oceano*. Pacheco & Mendonça, Lda.

Pacheco, Sandra. 2003. “Valor cultural e museológico da Moagem de São José realçado”; in *Açoriano Oriental*. 24 de Junho. Ponta Delgada: 8.

Pascoal, Rafaela e Medeiros, João. 2007. “Caloura assume-se como pólo de descentralização cultural”; in *Açoriano Oriental*. 25 de Novembro. Ponta Delgada: 6.

Pastor, Natacha. 2002. “Museu da Ribeira Quente. Repositório da mais antiga actividade artesanal do concelho”; in *Terra Nostra. Suplemento Autarquias. Povoação – artes e ofícios*. 30 de Outubro. Ponta Delgada.

Pastor, Natacha. 2003. “Artesanato Vilafranquense, a sua importância no património cultural do concelho”; in *Terra Nostra. Suplemento Autarquias*. N.º 42. 18 de Setembro. Ponta Delgada.

Paz, João. 2009. “Rui Sousa Martins não tem dúvida São Miguel não pode ter só um Museu”, in *Correio dos Açores*. Ano 90, n.º 26281. 16 de Agosto: 1, 13.

Presidência do Governo Regional dos Açores. 2006. *Transcrição Parcial das Declarações do Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, à Comunicação Social Durante Uma Visita Ao Museu Carlos Machado*. 26 de Abril. Ponta Delgada: 9 págs.

Programa do Museu da Lagoa. s/d. Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos açores. Câmara Municipal de Lagoa. 17 págs.

Protocolo entre a Câmara Municipal de Lagoa e o senhor Afrânio António Furtado Branco Pereira, para a musealização do Forno de Cal, localizado na Avenida Infante D. Henrique. 1998. Lagoa. 3 págs.

Protocolo entre a Câmara Municipal da Ribeira Grande e a Confraria do Santíssimo Sacramento da Matriz de Nossa Senhora da Estrela. 2008. 5 de Novembro: 2 págs.

Rangel, Eduardo. 1984. Comissão Instaladora da Casa de Cultura da Ribeira Grande. *Achega para a concretização de actividades*. Lagoa. 7 de Maio. 7.

Rebelo, Ana. 2005. “Roteiro Turístico de S. Miguel “Esquece” Fábrica de Chá do Porto Formoso”, in *Terra Nostra*. 5 de Setembro: 7.

Rego, Paula. 1999. “Sobre o Arcano da Ribeira Grande”, in *Correio dos Açores*. Suplemento Açoriano de Cultura. 28 de Outubro: 11.

Regulamento do Museu Local do Pinto da Pedra. 1990. Assembleia da Junta de Freguesia do Pico da Pedra. 29 de Abril. Pico da Pedra.

“Revitalizar a fábrica de tabaco da Maia”. 2004; in *Expresso das Nove*. 29 de Outubro: 25.

Ribeira Chã - Comunidade Museu. 1994. Ed. Casa da Cultura de Ponta Delgada.

Ribeira Chã - Comunidade Museu. 1996. Ed. Casa da Cultura de Ponta Delgada.

Rodrigues, António Roberto Oliveira. S/d. *O Ananás da Ilha de São Miguel*. Plantação de Ananases de Augusto Arruda. Fajã de Baixo.

Rodrigues, Luís e Silva, Marco. 2003. *Unidades Museológicas ligadas ao mar como factores de desenvolvimento local*. Comunicação apresentada no Seminário Serviço Educativo nos Museus - Experiências e Novos Projectos. Museu Carlos Machado. 17-20 Março: 6 págs.

Rosa, Márcia Olival da. 2007. “Ilhas ricas em matéria de geoturismo”; in *Expresso das Nove*. 23 de Março. Ponta Delgada: 8.

Roteiro dos museus dos Açores. 2005. Ponta Delgada, Presidência do Governo Regional dos Açores. Direcção Regional da Cultura.

Rudolf, Antony. 1999. “Carta da ... Ribeira Grande”. Trad. Maria F. Menezes Moura, in *Açoriano Oriental*. 28 de Outubro.

Santos, Carlos. 2007. “O Turismo no Concelho da Ribeira Grande”; in *Ribeira Grande 500 Anos de História*. Revista da Câmara Municipal da Ribeira Grande, n.º 7. Ribeira Grande, Edição Especial Comemorativa de Elevação da Ribeira Grande a Vila. Agosto de 2007: 58-63.

“São Pedro e os Oleiros da Vila Nova”. 1998; in *A Vila 2000*. Ano I, N.º13. 5 de Novembro. Vila Franca do Campo: 2-3.

Secretaria da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada. 1976. *Contrato de compra e venda de um prédio rústico e urbano, sito na freguesia de Matriz, concelho de Ribeira Grande*. Ribeira Grande. 31 de Maio. Folhas 10 a 13.

Serviço Regional de Estatística dos Açores. 2006. *Demografia 2006*. Região Autónoma dos Açores. Vice-Presidência do Governo. Serviço Regional de Estatística dos Açores.

Serviço Regional de Estatística dos Açores. 2008. *Os Açores em Números, 2007*. Região Autónoma dos Açores. Vice-Presidência do Governo. Serviço Regional de Estatística dos Açores.

Silva, Luís Pedro. 2007. “Vila Franca com projecto para museu contemporâneo”; in *Açoriano Oriental*. 16 de Janeiro. Ponta Delgada: 8.

Silva, Luísa. 2001. “Eco-museus preservam tradição e cultura”; in *Sata Azorean Spirit. Revista de Bordo*, n.º 1. Ponta Delgada: 77-79.

Silva, Luísa. 2001. “Os bonequeiros da Lagoa”; in *Sata Azorean Spirit. Revista de Bordo*, n.º 2. Ponta Delgada: 52-55.

Silva, Marco. 2003. “Casa Museu em Água de Pau”; in *Voz dos Marítimos*. Edição n.º 3. Suplemento do Açoriano Oriental. 8 de Fevereiro. Ponta Delgada: 2.

Silva, Silvina. 2004. “Concelho da Povoação com Museu do Trigo”; in *Açoriano Oriental. Suplemento. Povoação*. 3 de Julho. Ponta Delgada: 2.

Silva, Tânia. 2008. “Museu Municipal de Vila Franca do Campo em Roteiro”; in *Açoriano Oriental*. 22 de Agosto. Ponta Delgada: 30.

Silva, Tânia. 2008. “A Oficina-Museu Artes e Ofícios das Capelas em Roteiro”; in *Açoriano Oriental*. 9 de Maio. Ponta Delgada: 30.

Silva, Tânia. 2008. “Gruta do Carvão em Ponta Delgada em Roteiro”; in *Açoriano Oriental*. 4 de Julho. Ponta Delgada: 34.

Simas, Luiz Augusto Teixeira de. 1990. *Comemoração do Nonagésimo Aniversário da Electrificação de Vila Franca do Campo. Conferência proferida pelo Engenheiro Técnico Luiz Augusto Teixeira de Simas no Salão Paroquial de São Miguel de Vila Franca do Campo*. 18 de Março. Vila Franca do Campo. Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.

Soares, Paulo Ribeiro. 2004. *O Sistema Técnico da Cultura do Trigo em S. Miguel*. Texto preliminar para a exposição no Museu de Trigo na Povoação. Ponta Delgada, Universidade dos Açores. Centro de Estudos Etnológicos. Fevereiro. Texto fotocopiado: 37 págs.

Sousa, Nestor de. 1977. “Museu Carlos Machado, Ponta Delgada. Da fundação ao presente”; in *APOM – Informações*, 16, Lisboa: 4-8.

Sousa, Nestor de. 1979. “O Museu Carlos Machado, Ponta Delgada precisa urgentemente de ser ampliado”; in *Açoriano Oriental*. 12 de Agosto. Ponta Delgada.

Sousa, Nestor de. 1982. “Projecto de reestruturação do Museu Carlos Machado”; in *Museu de Região. Pólo dinamizador de acção cultural, - Actas do Colóquio APOM/77*. Lisboa. APOM: 93-96.

Sousa, Nestor de. 1983. “A Secção de Etnografia do Museu Carlos Machado”; in *Olaria e Cerâmica dos Açores*. Ponta Delgada, Museu Carlos Machado: 5-6.

Sousa, Nestor de. 1986. *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII*. Universidade dos Açores. Ponta Delgada.

Sousa, Nestor de. 2006. “A Igreja do Colégio da Companhia de Jesus de Ponta Delgada: sinais de arquitectura chã e inovações de gosto barroco”; in *Igreja do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada: Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado*. Angra do Heroísmo, Presidência do Governo Regional dos Açores. Direcção Regional da Cultura. Museu Carlos Machado: 9-24.

Sousa, Roberto. 2005. *A Casa da Junta*. Junta de Freguesia de Água de Pau.

Sousa, Roberto. 2006. “Núcleos Museológicos criados na Casa da Junta”; in *Revista da Junta de Freguesia de Água de Pau*, nº 8. Junta de Freguesia de Água de Pau.

Sousa, Roberto. 2008. “Visita de S.^a Ex.^a o Bispo dos Açores à Casa da Junta”; in *Revista da Junta de Freguesia de Água de Pau*, nº 9. Junta de Freguesia de Água de Pau.

Sousa, Sílvia Fonseca e. 2002. *A Salvaguarda do Património Etnográfico na Ilha de S. Miguel*. Trabalho realizado no âmbito da disciplina Gestão Patrimonial e Museológica, da Pós-Graduação em Património, Museologia e Desenvolvimento, da Universidade dos Açores. Ponta Delgada.

Sousa, Sílvia Fonseca e. 2006. “Preservação da Cultura Popular Açoriana em Coleções e Museus Etnográficos: A Realidade Museológica de S. Miguel”; in *Estudos sobre Cultura Popular*. Ponta Delgada. Câmara Municipal de Ponta Delgada: 269-292.

Tavares, Joaquim Francisco da Ponte. 1985. “Ananás em estufa nos Açores”, in *Arquipélago*. Série de Ciências da Natureza, n.º 6. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 181-208.

Tejo, Sandra Pacheco. 2008. “Entre os vulcões de... Açores não têm cultura de protecção civil”; in *Terra Nostra*. Ano XIII, n.º 355. 30 de Maio. Ponta Delgada: 8-9.

Teodoro, Hermano. 2004. *Museu de Comunidade da Ribeira Grande: Guia explicativo*. Câmara Municipal da Ribeira Grande. Ponta Delgada.

Tiago, Susana. 2009. *A Fábrica de Tabacos da Maia. Breve resenha histórica*: 4 fls.

Universidade dos Açores. 1980. *Protocolo do Programa de Apoio a Conceder pela Universidade dos Açores à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo na Organização do Museu Municipal*. 24 de Setembro. Ponta Delgada: 6 págs.

“Valor cultural e museológico da Moagem de São José realçado. A Moagem de S. José, situada na Ribeira seca, é o novo pólo do Museu da Vila”. 2003; in *Açoriano Oriental*, 24 de Junho. Ponta Delgada: 8.

Vasconcelos, José Maria da Câmara. 1858. “Tributo de Gratidão”, in *A União*. Dezembro.

Vasconcelos, José Leite de. 1992. *Mês de Sonho*. Ponta Delgada, 2ª edição, Prefácio de J. Almeida Pavão. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

Vasconcelos, José Leite de. 1992. “O Museu Etnográfico Açoriano: Um apoio do Dr. Leite de Vasconcelos”, *Património e Museus Locais*, n.º 1 / 2. II Série. Junho/Dezembro. Lisboa, Editor José Valle de Figueiredo: 197-198.

Vieira, Tomaz de Borba. 1997. *Centro Cultural da Caloura*. Desdobrável. Ponta Delgada.

Vieira, Tomaz de Borba. 1997. *Relatório de enquadramento e rentabilização de uma colecção de arte*. Ponta Delgada.

“Vila Franca do Campo e do Mar”. 2003, in *Vila Franca do Campo*. Revista Municipal de Vila Franca do Campo. Ano 2, n.º 10. Outubro / Dezembro.

“Vila Franca com projecto para museu contemporâneo”. 2007; in *Açoriano Oriental*. 16 de Janeiro. Ponta Delgada: 8.

“Vila Franca do Campo e a sua Casa do Povo”. 1956, in *Mensário das Casas de Povo*. Ano X, n.º 116. Fevereiro. Lisboa, Junta Geral das Casas de Povo: 10, 11. Edição do Museu de Vila Franca do Campo. 2005.

Arquivos

Arquivo Casa Cabral de Mello

Arquivo de Correspondência da Associação Regional para o Desenvolvimento (ARDE).

- Certificado de Conclusão do Projecto Financiado pelo Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II, nº 5.0.03.006/PD/98.

Arquivo de Correspondência da Câmara Municipal de Lagoa. 1997.

Arquivo de Correspondência da Junta de Freguesia da Fajã de Cima. 1993-2009.

Arquivo de Correspondência da Santa Casa da Misericórdia da Maia. 2003-2008.

Arquivo de Correspondência do Museu da Ribeira Grande: 1985-2009.

Arquivo de Correspondência Recebida da Câmara Municipal da Povoação. 2003-2004.

Arquivo do Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores.

Arquivo do Museu Carlos Machado.

- *Actas da Comissão Protectora e Administradora do Museu Municipal “Dr. Carlos Machado”*. 1892. Ponta Delgada: 2-50.

- *Actas do Museu Carlos Machado de 1925 a 1960*.

- Correspondência recebida e expedida. 1975-2009.

- Correspondência expedida do Museu Carlos Machado. 1923-1958.

- Correspondência recebida do Museu Carlos Machado. 1923-1958.

- Correspondência expedida da Secção de Etnografia do Museu Carlos Machado. 1959.

- Dossier n.º 56. Década de 1960. *Fotos sobre a Cultura do Ananás*. Fotos de Gilberto Nóbrega. Museu Carlos Machado.
- Dossier n.º 56a. 1985. *Elementos sobre a Cultura do Ananás de S. Miguel*. Estudo de António Oliveira e Margarida Oliveira. Museu Carlos Machado.
- Regulamento Interno do Museu Carlos Machado. 2007.

Secretaria Notarial de Ponta Delgada, 2º Cartório.

- Livro de notas para escrituras diversas, número 732 C, folhas 5-7.

Legislação

- Associação Grupo de Amigos do Museu Carlos Machado. Constituição de Associação; in *Jornal Oficial*, III Série – Número 10. 31 de Maio de 2007.
- Decreto n.º 39175; in *Diário da República*, I Série, n.º 77. 17 de Abril de 1953.
- Decreto Regulamentar Regional n.º 21/77; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 7. 18 de Julho de 1977.
- Despacho do Secretário de Estado da Cultura, 20 de Julho de 1977, in *Diário da República*, II Série, n.º 166. 20 de Julho de 1977.
- Portaria n.º 23/77; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 9. 20 de Agosto de 1977.
- Decreto Regulamentar Regional n.º 25/77; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 12. 14 de Outubro de 1977.
- Decreto Regulamentar Regional n.º 13/78/A; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 19. 19 de Julho de 1978.
- Decreto-Lei n.º 408/78 de 19 de Dezembro de 1978; in *Diário da República*, I Série, n.º 290. 19 de Dezembro de 1978.
- Despacho Normativo n.º 131/78; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 41. 29 de Dezembro de 1978.

- Decreto n.º 49/79, de 6 de Junho; in *Diário da República*. I Série, Número 130. 6 de Junho de 1979.
- Decreto Regional n.º 13/79/A; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 23. 4 de Setembro de 1979.
- Decreto-Lei n.º 59/80, de 3 de Abril; in *Diário da República*. I Série, Número 79. 3 de Abril de 1980.
- Decreto Regulamentar n.º 34/80, de 2 de Agosto; in *Diário da República*. I Série, Número 177. 02 de Agosto de 1980.
- Decreto Regulamentar Regional n.º 54/80/A; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 40. 4 de Dezembro de 1980.
- Despacho Normativo n.º 16/82; in *Diário da República*. I Série, Número 43. 20 de Fevereiro de 1982.
- Resolução n.º 64/84; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 14. 30 de Abril de 1984.
- Lei n.º 13/85, de 6 de Julho; in *Diário da República*. I Série, Número 153. 6 de Julho de 1985.
- Resolução N.º 89/1988; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 19. 10 de Maio de 1988.
- Decreto-Lei n.º 278/91, de 9 de Agosto; in *Diário da República*. I Série-A, Número 182. 9 de Agosto de 1991.
- Decreto Regulamentar Regional n.º 40/91/A; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 49. 5 de Dezembro de 1991.
- Resolução n.º 43/97; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 11. 13 de Março de 1997.
- Resolução n.º 44/97; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 11. 13 de Março de 1997.
- Resolução n.º 45/97; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 11. 13 de Março de 1997.
- Despacho D/SREAS/97/106; in *Jornal Oficial*, II Série – Número 19. 13 de Maio de 1997.
- Aviso n.º 1576/98 (2ª série) – AP.; in *Diário da República*. Apêndice n.º 38/98, II Série, Número 73/98. 27 de Março de 1998.

- Decreto Regulamentar Regional n.º 13/98/A; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 33. 13 de Agosto de 1998.
- Decreto-Lei n.º 398/99, de 13 de Outubro; in *Diário da República*. I Série-A, Número 239. 13 de Outubro de 1999.
- Portaria n.º 80/1999; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 44. 4 de Novembro de 1999.
- Resolução do Governo n.º 43/2000; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 11. de 16 de Março.
- Despacho n.º 616/2000, de 17 de Maio; in *Diário da República*. II Série, Número 130. 5 de Junho de 2000.
- Aviso – Quadro de Pessoal; in *Diário da República*. II Série, n.º 219. 17 de Setembro de 1993: 9738-9750
- Aviso n.º 9286/2000 (2ª Série-AP); in *Diário da República*. II Série, Número 280. 5 de Dezembro de 2000: 77-84.
- Decreto Regulamentar Regional n.º 36/2000/A; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 50. 14 de Dezembro de 2000.
- Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro; in *Diário da República*. I Série-A, Número 209. 8 de Setembro de 2001.
- Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2001/A; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 46. 15 de Novembro de 2001.
- Portaria n.º 22/2004; in *Jornal Oficial*, I Série – Número 13. 25 de Março 2004.
- Portaria n.º 69/2004; in *Jornal Oficial*, I Série - Número 33. 12 de Agosto de 2004.
- Despacho n.º 635/2004; in *Jornal Oficial*, II SÉRIE – Número 33. 17 de Agosto de 2004
- Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto; in *Diário da República*, I Série - A – Número 195. 19 de Agosto de 2004.
- Decreto Regulamentar Regional n.º 38-A/2004/A; in *Diário da República*, I Série-B Número 289. 11 de Dezembro de 2004.

- Decreto Legislativo Regional n.º 4/2005/A; in *Jornal Oficial*, I Série - Número 20. 19 de Maio de 2005.
- Decreto-Lei n.º 228/2005, de 28 de Dezembro; in *Diário da República*. I Série-A, Número 248. 28 de Dezembro de 2005.
- Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2006/A; in *Jornal Oficial*, I Série, Número 3. 19 de Janeiro de 2006.
- Despacho Normativo n.º 3/2006, de 10 de Janeiro de 2006; in *Diário da República*. I Série-B, Número 18. 25 de Janeiro de 2006.
- Decreto Regulamentar Regional nº19/2006/A; in *Jornal Oficial*, I Série, Número 24. 16 de Junho de 2006.
- Constituição de Associação N.º 877/2006; in *Jornal Oficial*, III Série – Número 16. 31 de Agosto de 2006.
- Decreto-Lei n.º 97/2007, de 29 de Março; in *Diário da República*. I Série, Número 63. 29 de Março de 2007.
- Aviso n.º 6104-AR/2007, de 30 de Março; in *Diário da República*. II Série, Número 64. 30 de Março de 2007.
- Despacho n.º 327/2008 de 9 de Abril; in *Jornal Oficial*. II Série, Número 69. 9 de Abril de 2008.
- Edital n.º 301/2009 de 24 de Março; in *Diário da República*. II Série, Número 58. 24 de Março de 2009.

Páginas da Internet

<http://cm-lagoa.azoresdigital.pt/>

Último acesso em 2009-08-22.

<http://criar2009.azores.gov.pt/>

Último acesso em 2009-07-21.

<http://cvc.instituto-camoes.pt/>

Último acesso em 2009-07-21.

http://fenaisdaluz.com	Último acesso em 2009-08-17.
http://icom.museum/international/	Último acesso em 2009-08-21.
http://icom.museum/international/icofom.html	Último acesso em 2009-08-21.
http://ilhascommemoria.blogspot.com	Último acesso em 2009-08-23.
http://mea.cm-ribeiragrande.pt/	Último acesso em 2009-09-14.
http://mnmachadodecastro.imc-ip.pt/	Último acesso em 2009-07-21.
http://museucarlosmachado.azores.gov.pt/	Último acesso em 2009-09-23.
http://museus.azores.gov.pt	Último acesso em 2009-09-23.
http://peco-a-palavra.blogspot.com	Último acesso em 2009-09-20.
http://qca.pt/iniciativas/pdf/regis.pdf	Último acesso em 2009-09-21.
http://scmaia.com.sapo.pt/	Último acesso em 2009-09-10.
http://virtualazores.com/vfranca	Último acesso em 2009-07-25.
www.amigosdosacores.pt	Último acesso em 2009-08-20.
www.bmwmotoclube.com	Último acesso em 2008-12-15.
www.cccaloura.com	Último acesso em 2009-02-02.
www.chaportoformoso.com	Último acesso em 2009-05-09.
www.cm-nordeste.pt	Último acesso em 2009-01-15.
www.cm-povoacao.pt/	Último acesso em 2008-12-12.
www.cm-ribeiragrande.pt	Último acesso em 15-11-2008.
www.cmvfc.pt/	Último acesso em 2009-07-15.
www.coliseumicaelense.pt/	Último acesso em 2009-08-17.
www.ecomusee-creusot-montceau.fr/	Último acesso em 2009-02-13.
www.exercito.pt	Último acesso em 2009-02-14.
www.expressodasnoves.pt	Último acesso em 2009-08-17.
www.ippar.pt	Último acesso em 2009-02-24.

www.leme.pt/biografias/

Último acesso em 2009-07-21;

www.ovga-azores.org

Último acesso em 2009-08-26.

www.primeirarepublica.org/

Último acesso em 2009-09-26.

www.psacores.org

Último acesso em 2009-09-26.

www.riac.azores.gov.pt

Último acesso em 2009-02-25.

www.ribeiracha.com/museus.php.

Último acesso em 2008-11-06.

www.sinaga.pt

Último acesso em 2009-06-20.

www.uac.pt

Último acesso em 2009-07-25.

ANEXOS

Anexo A - Lista de espaços museológicos de São Miguel⁶¹²

<i>MUSEUS/ NÚCLEOS</i>	<i>PÓLOS</i>	<i>DATA DE CRIAÇÃO</i>
CONCELHO DE LAGOA		
Museu da Ribeira Chã	Museu de Arte Sacra e Etnografia	1977
	Museu Agrícola, Quintal Etnográfico e de Endemismo Açórico	1982
	Núcleo Museológico da Cultura do Pastel dos Açores	1993
	Museu do Vinho	1996
	Casa Museu de Maria dos Anjos Melo	1996
Museu Municipal de Lagoa	Tenda de Ferreiro Ferrador dos Benevides	1993
	Tanoaria do Mestre João Carlos dos Santos	1994
	Museu do Presépio Açoriano	1996
	O Alambique do Malassada	2004
Museu da Fábrica Cerâmica Vieira		1992
Museu Etnográfico do Cabouco		1997
Núcleos museológicos de Água de Pau	Museu das Lavadeiras	1999
	Núcleos museológicos da Casa da Junta	2005
Casa do Pescador de Água de Pau		2003
Centro Cultural da Caloura		2005
Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores		2006

⁶¹² Os espaços aqui enumerados são apresentados com as designações pelas quais são vulgarmente conhecidos. Para uma melhor visualização da sua distribuição territorial, agrupamo-los, aqui, por concelho.

<i>MUSEUS/ NÚCLEOS</i>	<i>PÓLOS</i>	<i>DATA DE CRIAÇÃO</i>
CONCELHO DE NORDESTE		
Museu Municipal do Nordeste		1989
Museu Etnográfico de São Pedro Nordestino		2001
Parque Natural da Ribeira dos Caldeirões		2005
Núcleo Museológico da Achada		2006
CONCELHO DE PONTA DELGADA		
Museu Carlos Machado		1876
	Igreja do Colégio dos Jesuítas: Núcleo de Arte Sacra	2006
Sacristia Museu da Igreja Matriz de São Sebastião		1985
Museu do Ananás		1985
Museu Militar dos Açores		1993
Cantinho Etnográfico		1996
Núcleo Museológico de Fenais Luz		1997
Oficina Museu		1998
Núcleo Museológico da Covoada		2001
Moinho de Vento da Tia Faleira		2001
Espaço Museu do Banco Comercial dos Açores		2002
Casa do Pescador dos Mosteiros		2004
Museu da Sinaga		2006
Espaço Museológico da Delegação do Banco de Portugal nos Açores		2006
Gruta do Carvão		2007
Pólo Museológico do Coliseu Micaelense		2007

<i>MUSEUS/ NÚCLEOS</i>	<i>PÓLOS</i>	<i>DATA DE CRIAÇÃO</i>
CONCELHO DE POVOAÇÃO		
Núcleo Museológico da Pesca Artesanal		1998
Museu do Trigo da Povoação		2004
CONCELHO DE RIBEIRA GRANDE		
Museu Municipal da Ribeira Grande		1985
	Arcano Místico (1835-1845 período de construção)	1986
Museu do Chá da Mafoma		1982
Fábrica de Chá da Gorreana		1992
Museu Local do Pico da Pedra		1993
Museu do Chá do Porto Formoso		2001
Casa do Pescador de Rabo de Peixe		2004
Museu da Emigração Açoreana		2005
Museu do Tabaco na Maia		2007
Casa-Museu Rural da Lombinha da Maia		2007
Sala Museológica da Igreja de Nossa Senhora da Conceição		2007
CONCELHO DE VILA FRANCA DO CAMPO		
Museu Rural da Casa de Povo de Vila Franca do Campo		1955
Museu de Vila Franca do Campo		1981
	Transportes populares	1990

<i>MUSEUS/ NÚCLEOS</i>	<i>PÓLOS</i>	<i>DATA DE CRIAÇÃO</i>
	Central Hidroeléctrica da Praia: Fábrica da Praia	1990
	Olaria e Forno do Mestre António Batata	1991
	Forno Colectivo de Loiça de Manuel Jacinto Carvalho	1998
	Moagem S. José	2003
Museu Arte Sacra da Igreja de São Lázaro		2006

Anexo B - Lista de espaços museológicos considerados, por ilha⁶¹³

<i>MUSEUS/ NÚCLEOS</i>	<i>PÓLOS</i>
SÃO MIGUEL	
Museu da Ribeira Chã	Museu de Arte Sacra e Etnografia
	Museu Agrícola, Quintal Etnográfico e de Endemismo Açórico
	Núcleo Museológico da Cultura do Pastel dos Açores
	Museu do Vinho
	Casa Museu de Maria dos Anjos Melo
Museu Municipal de Lagoa	Tenda de Ferreiro Ferrador dos Benevides
	Tanoaria do Mestre João Carlos dos Santos
	Museu do Presépio Açoriano
	O Alambique do Malassada
Museu da Fábrica Cerâmica Vieira	
Museu Etnográfico do Cabouco	
Núcleos museológicos de Água de Pau	Museu das Lavadeiras
	Núcleos museológicos da Casa da Junta
Casa do Pescador de Água de Pau	
Centro Cultural da Caloura	
Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores	
Museu Municipal do Nordeste	
Parque Natural da Ribeira dos Caldeirões	
Núcleo Museológico da Achada	
Museu Carlos Machado	
	Igreja do Colégio dos Jesuítas: Núcleo de Arte Sacra
Sacristia Museu Igreja Matriz de São Sebastião	
Museu Militar dos Açores	
Cantinho Etnográfico	
Núcleo Museológico de Fenais Luz	
Oficina Museu	
Núcleo Museológico da Covoada	
Moinho de Vento da Tia Faleira	
Espaço Museu do Banco Comercial dos Açores	
Casa do Pescador dos Mosteiros	
Museu da Sinaga	
Espaço Museológico da Delegação do Banco de Portugal nos Açores	
Gruta do Carvão	
Pólo Museológico do Coliseu Micaelense	

⁶¹³ Os espaços museológicos aqui enumerados são apresentados com as designações pelas quais são vulgarmente conhecidos.

<i>MUSEUS/ NÚCLEOS</i>	<i>PÓLOS</i>
Museu do Trigo da Povoação	
Museu Municipal da Ribeira Grande	
	Arcano Místico
Museu do Ananás	
Museu do Chá da Mafona	
Fábrica de Chá da Gorreana	
Museu Local do Pico da Pedra	
Museu do Chá do Porto Formoso	
Casa do Pescador de Rabo de Peixe	
Museu da Emigração Açoreana	
Museu do Tabaco na Maia	
Casa-Museu Rural da Lombinha da Maia	
Sala Museológica da Igreja de Nossa Senhora da Conceição	
Museu Municipal de Vila Franca do Campo	
	Pólo dos Transportes
	Central Hidroelétrica da Praia: Fábrica da Praia
	Olaria e Forno do Mestre António Batata
	Forno Colectivo de Loiça de Manuel Jacinto Carvalho
	Moagem S. José
Museu Arte Sacra da Igreja de São Lázaro	
SANTA MARIA	
Museu de Santa Maria	
TERCEIRA	
Museu de Angra do Heroísmo	
	Igreja de N.ª S.ª da Guia
	Ermida da Boa Nova
	Ermida do Espírito Santo
	Império da Rua de São Pedro
	Armazém da Canada de Belém
	Bateria Antiaérea da 2.ª Guerra Mundial
	Forte de Santa Catarina
	Forte de São Pedro
Museu do Carnaval da Ilha Terceira “Hélio Costa”	
Casa Vitorino Nemésio	
Museu Vulcanoespeleológico “Machado Fagundes”	
Museu do Vinho (da Casa Agrícola Brum)	
Museu de uma Casa Típica da Ribeirinha	
Eco Museu Doutor Marcelino da Costa Moules	

<i>MUSEUS/ NÚCLEOS</i>	<i>PÓLOS</i>
Casa Museu Francisco Ernesto de Oliveira Martins	
Museu Arte Sacra dos Açores “Tesouro da Sé”	
Casa de Fósforos - Museu	
Museu do Raminho	
Museu Etnográfico dos Altares	
Núcleo Museológico de São Bartolomeu de Regatos	
GRACIOSA	
Museu da Graciosa	
	Barracão das Canoas Baleeiras
	Moinho de Vento – Fontes
	Tenda de Ferreiro – Barreiro
	Núcleo Marítimo – Rochela
	Núcleo das Debulhadoras
SÃO JORGE	
Museu Francisco de Lacerda	
Centro de Exposição Rural da Urzelina	
Museu de Arte Sacra	
PICO	
Museu do Pico	Museu dos Baleeiros,
	Museu da Indústria Baleeira
	Museu do Vinho
Casa do Pico - Museu <i>O Alvião</i>	
Museu Missionário	
Museu Marítimo	
Núcleo Museológico da Escola Profissional de Artesanato de Santo Amaro	
Núcleo Museológico do Lajido de Santa Luzia	
Centro de Artes e de Ciências do Mar	
FAIAL	
Museu da Horta	
	Núcleo Museológico dos Capelinhos
Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos	
Museu do Scrimshaw José Azevedo “Peter”	

<i>MUSEUS/ NÚCLEOS</i>	<i>PÓLOS</i>
Museu de Arte Sacra	
Centro do Mar – Fábrica da Baleia do Faial	
Casa Etnográfica dos Cedros	
FLORES	
Museu das Flores	Convento de São Boaventura
	Casa Museu Pimentel de Mesquita
	Fábrica da Baleia do Boqueirão
Casa de Derreter Baleias das Lajes das Flores	
CORVO	
Centro de Interpretação Ambiental e Cultural do Corvo	

Anexo C - Pessoas contactadas relativamente aos espaços museológicos de São Miguel⁶¹⁴

<i>MUSEUS/ NÚCLEOS</i>	<i>PÓLOS</i>	<i>PESSOAS CONTACTADAS</i>
CONCELHO DE LAGOA		
Museu da Ribeira Chã		Dra. Maria de Lurdes Pacheco (Directora) Dr. José Miguel (Téc. Superior)
	Museu de Arte Sacra e Etnografia da Ribeira Chã	
	Museu Agrícola, Quintal Etnográfico e de Endemismo Açórico	
	Núcleo Museológico da Cultura do Pastel dos Açores	
	Museu do Vinho	
	Casa Museu de Maria dos Anjos Melo	
Museu de Lagoa		Eng. João Ponte (Presidente da Câmara Municipal de Lagoa) Sr. Frederico Mendonça (Colaborador do Vereador Roberto Medeiros)
	Tenda de Ferreiro Ferrador dos Benevides	Sr. João dos Santos (Proprietário)

⁶¹⁴ Os espaços aqui enumerados são apresentados com as designações pelas quais são vulgarmente conhecidos. Para uma melhor visualização, a nível da sua distribuição territorial, agrupamo-los, aqui, por concelhos.

	Tanoaria do Mestre João Carlos dos Santos	Sr. João Benevides (Proprietário)
	Museu do Presépio Açoriano	Sr. Frederico Mendonça (Colaborador do Vereador Roberto Medeiros)
	O Alambique do Malassada	
Museu Cerâmica Vieira		Sr. António Vieira (Proprietário) D. Manuela Vieira (Filha do proprietário)
Museu Etnográfico do Cabouco		Sr. Carlos Ponte (Antigo Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco)
Núcleos Museológicos de Água de Pau		Sr. Roberto Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau)
	Museu das Lavadeiras	
	Núcleos Museológicos da Casa da Junta	
Casa do Pescador de Água de Pau		Sr. Roberto Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau) D. Cármen Santos (Responsável pela Casa do Pescador)
Centro Cultural da Caloura		Dr. Tomás Borba Vieira Sr. D. Maria da Conceição Vieira (Proprietários)
Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores		Professor Doutor Victor Hugo Forjaz (Presidente do OVGA) Dr. Luís Almeida (Téc. Sup. do OVGA)

CONCELHO DE NORDESTE		
Museu Municipal do Nordeste		Dr. José Carlos Barbosa Carreiro (Presidente da Câmara Municipal do Nordeste) Dra. Sandy Carreiro (Gab. de Comunicação e Cultura)
Parque Natural da Ribeira dos Caldeirões		
Núcleo Museológico da Achada		
Museu Etnográfico de São Pedro Nordestino		Padre José Cabral
CONCELHO DE PONTA DELGADA		
Museu Carlos Machado		Dr. Duarte Melo (Director do Museu)
	Igreja do Colégio dos Jesuítas - Núcleo de Arte Sacra	
Museu Militar dos Açores		Tenente Sérgio Resendes (Técnico Superior)
Oficina Museu		Sr. Manuel João Melo (Proprietário)
Núcleo Museológico de Fenais Luz		Sr. João José Correia de Medeiros (Presidente da Junta de Freguesia dos Fenais da Luz)
Museu Etnográfico da Covoada		Sr. D. Maria do Rosário Aragão (Presidente da Junta de Freguesia da Covoada)
Espaço Museu do Banco Comercial dos Açores		Dra. Paula Sousa Pedro (Responsável pelo espaço museológico)
Casa do Pescador dos Mosteiros		Sr. Octávio Medeiros (Funcionário da Cooperativa Porto de Abrigo)

Museu da Sinaga		Dr. Armando Soares (Responsável pelo museu e Director de Produção) Dra. Zulmira Teves (Téc. Sup. Qualidade)
Gruta do Carvão		Dr. Sérgio Diogo Caetano (Presidente Amigos dos Açores)
Pólo Museológico do Coliseu Micaelense		Dr. José de Almeida Mello (Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Ponta Delgada)
Moinho de Vento da Tia Faleira		Sr. Manuel de Oliveira (Secretário Junta de Freguesia da Fajã de Cima)
Espaço Museológico da Delegação do Banco de Portugal nos Açores		Sr. Egberto Mendes (Responsável pelo museu) Dra. Ibéria Serpa (Técnica Superior)
Sacristia Museu da Igreja Matriz de São Sebastião		Padre Nemésio Medeiros (Pároco da Igreja Matriz de São Sebastião) D. Adelina (Arquivo Paroquial da Matriz de São Sebastião)
Museu do Ananás		Dr. António Oliveira (Antigo director do Museu Carlos Machado) Sr. João Carlos Macedo (Antigo presidente da Junta de Freguesia da Fajã de Baixo) Dr. João Carlos Carreiro (Presidente da Junta de Freguesia da

		Fajã de Baixo D. Maria Oliveira (Funcionária da Plantação de Ananases de Augusto Arruda)
Cantinho Etnográfico		Sr. Floriberto Correia (Proprietário)
CONCELHO DE POVOAÇÃO		
Núcleo Museológico da Pesca Artesanal		Sr. Gualberto Rita (Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Quente)
Museu do Trigo da Povoação		D. Maria de Fátima Medeiros Vieira (Vereadora da Cultura da Câmara Municipal da Povoação) D. Filomena e D. Luísa (Funcionárias)
CONCELHO DE RIBEIRA GRANDE		
Museu Municipal da Ribeira Grande	Arcano Místico	Dr. Ricardo Silva (Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande) Dr. Mário Moura (Director do Museu Municipal da Ribeira Grande) Dr. Hermano Teodoro (Téc. Sup. do Museu Municipal da Ribeira Grande) Professor Doutor Rui de Sousa Martins (Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores)

Museu Local do Pico da Pedra		Sr. Gilberto Bernardo (Impulsionador e responsável pelo museu)
Museu do Chá do Porto Formoso		Eng. António Pacheco (Proprietário)
Museu do Chá da Mafona		Eng. Hermano Mota (Descendente dos antigos proprietários)
Casa do Pescador de Rabo de Peixe		Sr. Octávio Medeiros (Funcionário da Cooperativa Porto de Abrigo)
Museu da Emigração		Dr. Ricardo Silva (Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande) Dr. José de Almeida Mello (Impulsionador e comissário da primeira exposição do museu)
Museu do Tabaco na Maia		Professor Doutor Rui de Sousa Martins (Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores) Dra. Susana Tiago (Responsável pelo Museu)
Casa-Museu Rural da Lombinha da Maia		
Fábrica de Chá da Gorreana		Eng. Hermano Mota (Proprietário)
Sala Museológica da Igreja Nossa Senhora da Conceição		Padre Norberto da Cunha Pacheco

CONCELHO DE VILA FRANCA DO CAMPO		
Museu de Vila Franca do Campo		Professor Doutor Rui de Sousa Martins (Director do Museu)
	Núcleo dos Transportes	
	Fábrica da Luz - Lugar da Praia - Água D' Alto	
	Olaria e Forno do Mestre António Batata	
	Forno Colectivo de Loiça de Manuel Jacinto Carvalho	
	Moagem S. José	
Museu Rural da Casa de Povo de Vila Franca do Campo		
Museu de Arte Sacra da Igreja de São Lázaro		Padre José Alfredo Borges (Pároco da Igreja de São Lázaro)

Anexo D - Fichas de identificação e registo fotográfico das instituições.

Museu Carlos Machado

Edifício Sede

<i>Ano de criação oficial</i>	1876
<i>Tutela</i>	Governo Regional dos Açores
<i>Endereço</i>	Convento de Santo André Rua João Moreira 9500-054 Ponta Delgada
<i>Contactos</i>	296 283 814
<i>Horário funcionamento</i>	Desde Outubro de 2006 – encontra-se encerrado ao público por motivo de obras de conservação e remodelação.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-1 Aspecto exterior do Museu Carlos Machado - Edifício Sede.

Fotografia: Espólio do Museu.



Figura D-2 Aspecto exterior da Igreja de Santo André.

Fotografia: Espólio do Museu.



Figura D-3 Aspecto sala dos cetáceos.

Fotografia: Espólio do Museu 2006.



Figura D-4 Aspecto da sala de Actividades Domésticas.

Fotografia: Espólio do Museu 2006.



Figura D-5 Aspecto da sala Domingos Rebelo.

Fotografia: Espólio do Museu 2006.



Figura D-6 Aspecto da dos brinquedos.

Fotografia: Espólio do Museu 2006.

Igreja do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada: Núcleo de Arte Sacra

Ano de criação oficial	2006
Tutela	Governo Regional dos Açores
Endereço	Igreja do Colégio Largo do Colégio 9500-054 Ponta Delgada
Contactos	296 283 814
Horário funcionamento	Terça a Sexta-feira 10h00 - 17h30 Sábados e Domingos 14h00 - 17h30

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-7 Aspecto exterior da Igreja do Colégio.
Fotografia: Espólio do Museu 2006.



Figura D-8 Aspecto interior da Igreja do Colégio.
Fotografia: Espólio do Museu 2006.



Figura D-9 Aspecto inauguração do Núcleo de Arte Sacra - Igreja do Colégio.
Fotografia: Espólio do Museu 2006.



Figura D-10 Aspecto interior da Igreja do Colégio.
Fotografia: Espólio do Museu 2006.



Figura D-11 Aspecto da galeria do Núcleo de Arte Sacra.
Fotografia: Espólio do Museu 2006.



Figura D-12 Aspecto da Sacristia da Igreja do Colégio.
Fotografia: Espólio do Museu 2006.

Museu Rural da Casa do Povo de Vila Franca do Campo

Ano de criação oficial	1955
Tutela	Casa de Povo de Vila Franca do Campo até 2005 Câmara Municipal de Vila Franca do Campo desde 2005
Endereço	Rua Visconde Botelho, n.º 13 Vila Franca do Campo
Contactos	296 539 118
Horário funcionamento	Segunda a Sexta feira 09h00 - 12h00; 14h00 - 17h00 Sábados e Domingos 14h00 - 17h00

REGISTO FOTOGRÁFICO

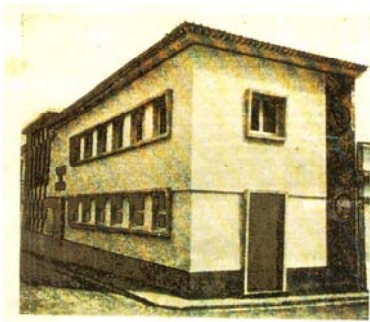


Figura D-13 Aspecto exterior da sede da Casa do Povo de Vila Franca do Campo. 1955.
Fotografia: “Vila Franca do Campo e a sua Casa do Povo”. 1956, in *Mensário das Casas de Povo*. Ano X, n.º 116. Fevereiro. Lisboa



Figura D-14 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-15 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-16 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-17 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-18 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.

Museu da Ribeira Chã

Museu de Arte Sacra e Etnografia

<i>Ano de criação oficial</i>	1977 (conclusão em 1983)
<i>Tutela</i>	Igreja Paroquial - Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã.
<i>Endereço</i>	Ribeira Chã
<i>Contactos</i>	296 913 770
<i>Horário funcionamento</i>	Visitas por marcação. Verão horário de expediente.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-19 Aspecto exterior.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-20 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-21 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-22 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-23 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-24 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008.

Museu Agrícola e Quintal Etnográfico e de Endemismo Açórico

<i>Ano de criação oficial</i>	1983
<i>Tutela</i>	Igreja Paroquial - Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã.
<i>Endereço</i>	Rua da Boa Vista Ribeira Chã
<i>Contactos</i>	296 913 770
<i>Horário funcionamento</i>	Visitas por marcação. Verão horário de expediente.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-25 Aspecto exterior – Museu Agrícola.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-26 Aspecto interior – Museu Agrícola.
Fotografia: Da autora. 2002.



Figura D-27 Aspecto interior – Museu Agrícola.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figuras D-28; D-29 Aspecto Quintal Etnográfico
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-30 Aspecto Quintal Etnográfico
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-31 Aspecto Endemismo Açórico.
Fotografia: Da autora. 2008.

Núcleo Museológico da Cultura do Pastel nos Açores

<i>Ano de criação oficial</i>	1994
<i>Tutela</i>	Igreja Paroquial - Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã.
<i>Endereço</i>	Rua da Boa Vista Ribeira Chã
<i>Contactos</i>	296 913 770
<i>Horário funcionamento</i>	Visitas por marcação. Verão horário de expediente.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-32 Aspecto exterior Museu Agrícola/
Núcleo do Pastel.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-33 Aspecto interior – Núcleo do Pastel.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-34 Aspecto interior – Mó do pisão.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-35 Aspecto interior – Núcleo do Pastel.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-36 Aspecto interior – Núcleo do
Pastel.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-37 Aspecto interior – Núcleo do Pastel.
Fotografia: Da autora. 2008.

Museu do Vinho

<i>Ano de criação oficial</i>	1996
<i>Tutela</i>	Igreja Paroquial - Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã.
<i>Endereço</i>	Rua da Boa Vista Ribeira Chã
<i>Contactos</i>	296 913 770
<i>Horário funcionamento</i>	Visitas por marcação. Verão horário de expediente.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-38 Aspecto exterior – Museu do Vinho
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-39 Aspecto interior – Museu do Vinho
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-40 Aspecto interior – Museu do Vinho
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-41 Aspecto interior – Museu do Vinho
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-42 Aspecto interior – Museu do Vinho
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-43 Aspecto interior – Museu do Vinho
Fotografia: Da autora. 2008.

Casa Museu Maria dos Anjos Melo

<i>Ano de criação oficial</i>	1996
<i>Tutela</i>	Igreja Paroquial - Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã.
<i>Endereço</i>	Ribeira Chã
<i>Contactos</i>	296 913 770
<i>Horário funcionamento</i>	Visitas por marcação. Verão horário de expediente.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-44 Aspecto exterior Casa Maria dos Anjos Melo
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-45 Aspecto exterior (placa) – Casa Maria dos Anjos Melo
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-46 Aspecto interior Casa Maria dos Anjos Melo
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-47 Aspecto interior Casa Maria dos Anjos Melo
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-48 Aspecto interior Casa Maria dos Anjos Melo
Fotografia: Da autora. 2002.



Figura D-49 Aspecto interior Casa Maria dos Anjos Melo
Fotografia: Da autora. 2008.

Museu de Vila Franca do Campo

Edifício Sede

<i>Ano de criação oficial</i>	1981
<i>Tutela</i>	Câmara Municipal de Vila Franca do Campo
<i>Endereço</i>	Rua Visconde Botelho, n.º 13 Vila Franca do Campo
<i>Contactos</i>	296 539 118
<i>Horário funcionamento</i>	Segunda a Sexta feira 09h00 - 12h00; 14h00 - 17h00 Sábados e Domingos 14h00 - 17h00

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-50 Aspecto exterior
Fotografia: Martins, 1996: 44



Figura D-51 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-52 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-53 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-54 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-55 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-56 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-57 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-58 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-59 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-60 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-61 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.

Transportes Populares

Ano de criação oficial	1990
Tutela	Câmara Municipal de Vila Franca do Campo
Endereço	Rua Visconde Botelho, n.º 13 Vila Franca do Campo
Contactos	296 539 118
Horário funcionamento	Segunda a Sexta feira 09h00 - 12h00; 14h00 - 17h00 Sábados e Domingos 14h00 - 17h00

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-62 Pólo Transportes Populares. Antiga Estrebaria e cocheira do Solar dos Botelhos

Desenho: *Museu de Vila Franca do Campo*. s/d.
Desdobrável. Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.



Figura D-63 Aspecto interior
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-64 Aspecto interior
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-65 Aspecto interior
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-66 Aspecto interior
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-67 Aspecto interior
Fotografia: Da autora. 2009.

Central Hidroelétrica da Praia: Fábrica da Praia

<i>Ano de criação oficial</i>	1990
<i>Tutela</i>	Câmara Municipal de Vila Franca do Campo
<i>Endereço</i>	Lugar Classificado da Praia – Trinta Reis Freguesia de Água D'Alto
<i>Contactos</i>	296 539 118
<i>Horário funcionamento</i>	Por marcação.

REGISTO FOTOGRÁFICO

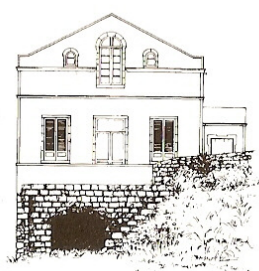


Figura D-68 Central Hidroelétrica da Praia.
Desenho: *Museu de Vila Franca do Campo*.
s/d. Desdobrável. Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.



Figura D-69 Aspecto interior
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-70 Aspecto interior
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-71 Aspecto interior
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-72 Aspecto interior
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-73 Aspecto interior
Fotografia: Da autora. 2009.

Olaria e Forno do Mestre António Batata

<i>Ano de criação oficial</i>	1991
<i>Tutela</i>	Câmara Municipal de Vila Franca do Campo
<i>Endereço</i>	Rua Pe. Lucindo de Andrade Freguesia de São Pedro
<i>Contactos</i>	296 539 118
<i>Horário funcionamento</i>	Por marcação.

REGISTO FOTOGRÁFICO

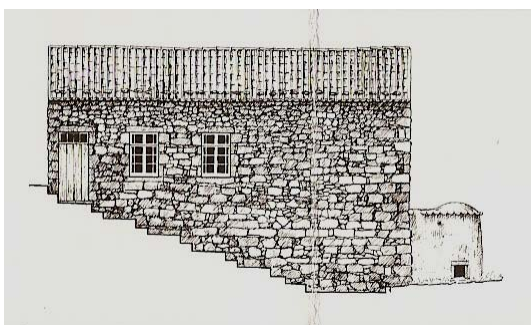


Figura D-74 Olaria e Forno do Mestre António Batata.

Desenho: *Museu de Vila Franca do Campo*. s/d. Desdobrável. Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.



Figura D-75 Aspecto exterior.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-76 Aspecto exterior.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-77 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2002.



Figura D-78 Aspecto do forno.
Fotografia: Da autora. 2002.



Figura D-79 Aspecto do forno em funcionamento.
Fotografia: Da autora. 2002.

Forno Colectivo de Loiça de Manuel Jacinto Carvalho

<i>Ano de criação oficial</i>	1998
<i>Tutela</i>	Câmara Municipal de Vila Franca do Campo
<i>Endereço</i>	Rua Pe. Lucindo de Andrade Freguesia de São Pedro
<i>Contactos</i>	296 539 118
<i>Horário funcionamento</i>	Segunda a Sexta feira 09h00 - 12h00; 14h00 - 17h00 Sábados e Domingos 14h00 - 17h00

REGISTO FOTOGRÁFICO

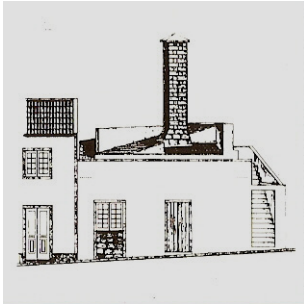


Figura D-80 Aspecto do forno Colectivo de Loiça de Manuel Jacinto Carvalho.

Desenho: *Museu de Vila Franca do Campo*. s/d. Desdobrável. Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.



Figura D-81 Aspecto interior.

Fotografia: “Conheça Vila Franca do Campo. Uma vila virada para o mar!”, 2004. *Revista Municipal*. Vila Franca do Campo: 39.

Moagem S. José

Ano de criação oficial	2003
Tutela	Câmara Municipal de Vila Franca do Campo
Endereço	Rua do Jogo, n. 73 Freguesia da Ribeira Seca
Contactos	296 539 118
Horário funcionamento	Segunda a Sexta feira 09h00 - 12h00; 14h00 - 17h00 Sábados e Domingos 14h00 - 17h00

REGISTO FOTOGRÁFICO

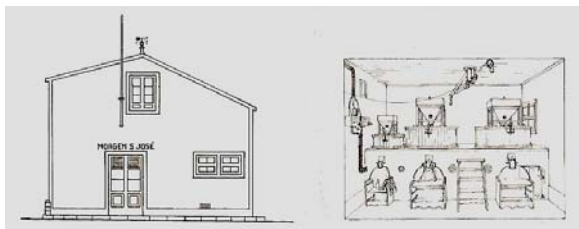


Figura D-82 Aspecto exterior.

Desenho: *Museu de Vila Franca do Campo*. s/d. Desdobrável. Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.



Figura D-83 Aspecto exterior.

Fotografia: “Vila Franca do Campo e do Mar”. 2003, in *Vila Franca do Campo*. Revista Municipal de Vila Franca do Campo. Ano 2, n.º 10. Outubro / Dezembro:14.



Figura D-84 Aspecto da inauguração.

Fotografia: “Vila Franca do Campo e do Mar”. 2003, in *Vila Franca do Campo*. Revista Municipal de Vila Franca do Campo. Ano 2, n.º 10. Outubro / Dezembro:14.

Museu do Chá da Mafoma

<i>Ano de criação oficial</i>	1983
<i>Tutela</i>	Privado.
<i>Endereço</i>	Rua Dr. Hermano da Silva Mota, n.º 137 Ribeira Seca
<i>Contactos</i>	---
<i>Horário funcionamento</i>	Desativado.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-85 Aspecto exterior do Solar da Mafoma.
Fotografia: Melo, 2008.



Figura D-86 Aspecto exterior da Fábrica de Chá da Mafoma.
Fotografia: Melo, 2008.



Figura D-87 Aspecto da Fábrica de Chá da Mafoma - Locomóvel.
Fotografia: Mafra, 1998.



Figura D-88 Aspecto da Fábrica de Chá da Mafoma.
Fotografia: Mafra, 1998.



Figura D-89 Aspecto interior da Fábrica de Chá da Mafoma.
Fotografia: Mafra, 1998.



Figura D-90 Cartaz do Museu do Chá.
Fotografia: Mafra, 1998.

Sacristia Museu da Igreja Matriz de São Sebastião

<i>Ano de criação oficial</i>	1985
<i>Tutela</i>	Igreja – Diocese de Angra e Ilhas dos Açores
<i>Endereço</i>	Igreja Matriz de São Sebastião Largo Matriz 9500-094 Ponta Delgada
<i>Contactos</i>	296 285 321 / 296 285 183
<i>Horário funcionamento</i>	Visita por marcação.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-91 Aspecto exterior da Igreja Matriz de São Sebastião
Fotografia: cm-pontadelgada.azoresdigital.pt. 2008.



Figura D-92 Aspecto da Sacristia Museu da Igreja Matriz de São Sebastião
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-93 Aspecto da Sacristia Museu da Igreja Matriz de São Sebastião
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-94 Aspecto da Sacristia Museu da Igreja Matriz de São Sebastião
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-95 Aspecto da Sacristia Museu da Igreja Matriz de São Sebastião
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-96 Aspecto da Sacristia Museu da Igreja Matriz de São Sebastião
Fotografia: Da autora. 2008.

Museu Municipal da Ribeira Grande

<i>Ano de criação oficial</i>	1985
<i>Tutela</i>	Câmara Municipal da Ribeira Grande
<i>Endereço</i>	Rua de São Vicente Ferreira, n.º 10 9600 539 Ribeira Grande
<i>Contactos</i>	296 472 118
<i>Horário funcionamento</i>	Segunda a Sexta-feira 08h30-17h30

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-97 Aspecto exterior
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-98 Aspecto do altar da Capela de São Vicente.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-99 Aspecto.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-100 Aspecto.
Fotografia: Da autora. 2009.

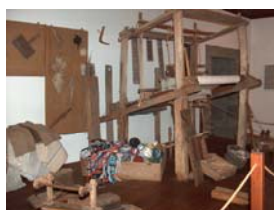


Figura D-101 Aspecto.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-102 Aspecto.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-103 Aspecto.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-104 Aspecto do Presépio do Prior Evaristo Gouveia.
Fotografia: Da autora. 2009.

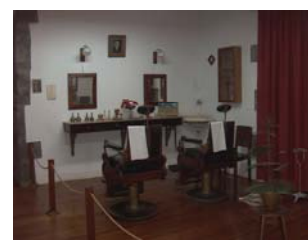


Figura D-105 Aspecto.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-106 Aspecto.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-107 Aspecto.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-108 Aspecto.
Fotografia: Da autora. 2009.

Arcano Místico

Ano de criação oficial	1986
Tutela	Igreja Paroquial - Confraria do Santíssimo Sacramento da Matriz de Nossa Senhora da Estrela.
Endereço	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Estrela Coro Alto 9600 539 Ribeira Grande
Contactos	296 472 118
Horário funcionamento	Horário da Igreja (até ir para o novo espaço, na rua João d'Horta).

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-109 Aspecto exterior da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Estrela.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-110 Aspecto do Arcano.
Fotografia: Mário Moura.
<http://peco-a-palavra.blogspot.com> Último acesso em 2009-09-20.



Figura D-111 Aspecto do Arcano.
Fotografia: Mário Moura.
<http://peco-a-palavra.blogspot.com> Último acesso em 2009-09-20.

Museu do Ananás

Ano de criação oficial	1985
Tutela	Privado
Endereço	Plantação de ananases de Augusto Arruda Rua Doutor Augusto Arruda - Fajã de Baixo 9500 454 Ponta Delgada
Contactos	296 384 438 / 296 381 126
Horário funcionamento	Maio a Setembro: Segunda a Sexta-feira 09h00-20h00 Outubro a Abril: Segunda a Sexta-feira 09h00-18h00

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-112 Aspecto exterior da plantação.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-113 Busto do Dr. Augusto Arruda.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-114 Aspecto exterior da casa Arruda e sala de exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura A4-115 Aspecto exterior da sala de exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura A4-116 Aspecto exterior
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-117 Aspecto exterior da plantação.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-118 Aspecto exterior da plantação.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-119 Aspecto de museografia.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-120 Aspecto interior de estufa.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-121 Preparação do terreno.
Fotografia: Gilberto Nóbrega. Década de 1960. Dossier n.º 56. Década de 1960. *Fotos sobre a Cultura do Ananás.* Fotos de Gilberto Nóbrega. Museu Carlos Machado.



Figura D-122 Corte das folhas.
Fotografia: Gilberto Nóbrega. Década de 1960. Dossier n.º 56. Década de 1960. *Fotos sobre a Cultura do Ananás.* Fotos de Gilberto Nóbrega. Museu Carlos Machado.



Figura D-123 Corte e embalagem do ananás.
Fotografia: Gilberto Nóbrega. Década de 1960. Dossier n.º 56. Década de 1960. *Fotos sobre a Cultura do Ananás.* Fotos de Gilberto Nóbrega. Museu Carlos Machado.

Museu Municipal do Nordeste

<i>Ano de criação oficial</i>	1989
<i>Tutela</i>	Câmara Municipal do Nordeste
<i>Endereço</i>	Rua D. Maria do Rosário, 5 9630-144 Nordeste
<i>Contactos</i>	296 488 105 / 296 480 060
<i>Horário funcionamento</i>	Segunda a Sexta-feira 10h00-12h00; 14h00-17h30

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-124 Aspecto exterior
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-125 Aspecto exterior
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-126 Aspecto interior
Fotografia: Da autora. 2002.

Nota: Não nos foi autorizado tirar mais fotografias no interior do museu.

Museu Municipal de Lagoa

Tenda de Ferreiro Ferrador dos Benevides

<i>Ano de criação oficial</i>	1993
<i>Tutela</i>	Privado / Câmara Municipal de Lagoa
<i>Endereço</i>	Avenida Conselheiro Poças Falcão Santa Cruz 9560-016 Lagoa
<i>Contactos</i>	296 912 159
<i>Horário funcionamento</i>	Por marcação.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-127 Aspecto exterior.
Fotografia: Gaspar, 1994: 65.



Figura D-128 Aspecto da calçada exterior à tenda.
Fotografia: Da autora. 2008.

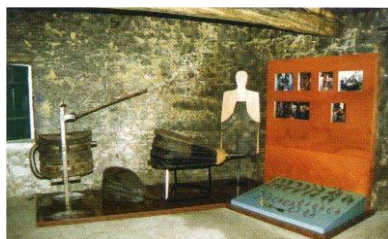


Figura D-129 Aspecto interior.
Fotografia: Gaspar, 1994: 65.



Figura D-130 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-131 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2009.

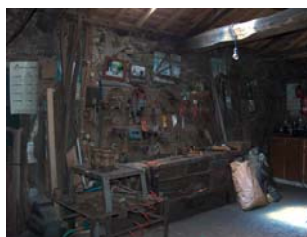


Figura D-132 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-133 Aspecto interior.
Fotografia: Silva, 2001: 79.

Tanoaria do Mestre João Carlos dos Santos

<i>Ano de criação oficial</i>	1994
<i>Tutela</i>	Privado / Câmara Municipal de Lagoa
<i>Endereço</i>	Rua Dr. Herculano Amorim Ferreira, 5 Rosário 9560-095 Lagoa
<i>Contactos</i>	296 912 159
<i>Horário funcionamento</i>	Por marcação.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-134 Aspecto exterior.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-135 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-136 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-137 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-138 Aspecto painel do Processo Técnico da Feitura de um Barril
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-139 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008.

Museu do Presépio Açoriano

<i>Ano de criação oficial</i>	1996
<i>Tutela</i>	Câmara Municipal de Lagoa
<i>Endereço</i>	Edifício dos Paços do Concelho Largo D. João III Santa Cruz 9560-045 Lagoa
<i>Contactos</i>	296 912 159
<i>Horário funcionamento</i>	Segunda a Sexta-feira 09h00-16h30

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-140 Aspecto exterior.
Fotografia: Da autora. 2008

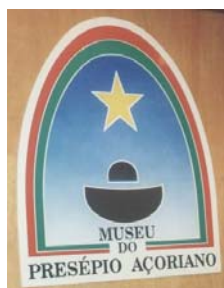


Figura D-141 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008



Figura D-142 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008



Figura D-143 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008



Figura D-144 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008

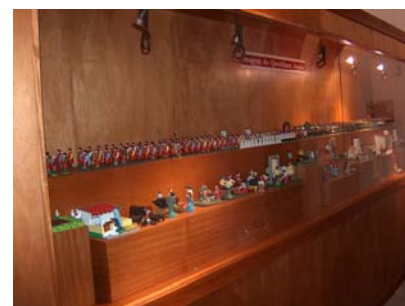


Figura D-145 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008



Figura D-146 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008



Figura D-147 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008



Figura D-148 Aspecto obras do novo espaço para o museu do presépio.
Fotografia: Da autora. 2009.

O Alambique do Malassada

Ano de criação oficial	2004
Tutela	Câmara Municipal de Lagoa
Endereço	Travessa da Rua do Estaleiro Rosário 9560-080 Lagoa
Contactos	296 912 159
Horário funcionamento	Por marcação.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-149 Aspecto exterior.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-150 Aspecto interior / placa.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-151 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008



Figura D-152 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008



Figura D-153 Aspecto painel do Processo Técnico da Feitura de um Barril
Fotografia: Da autora. 2008



Figura D-154 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008

Museu da Fábrica de Cerâmica Vieira

Ano de criação oficial	1992
Tutela	Empresa privada - Cerâmica Vieira.
Endereço	Rua das Alminhas, n.º 10, 12 9560-073 Rosário Lagoa
Contactos	296 912 116
Horário funcionamento	Segunda a Sexta-feira 09h00-12h30; 14h00-18h00

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-155 Aspecto exterior das primeiras instalações da cerâmica Vieira. Fotografia: Da autora. 2008



Figura D-156 Aspecto exterior. Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-157 Aspecto interior. Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-158 Aspecto interior. Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-159 Aspecto interior. Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-160 Aspecto interior. Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-161 Aspecto interior. Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-162 Aspecto interior. Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-163 Aspecto interior. Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-164 Aspecto exterior. Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-165 Aspecto interior. Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-166 Aspecto interior. Fotografia: Da autora. 2008.

Museu Local do Pico da Pedra

<i>Ano de criação oficial</i>	1993
<i>Tutela</i>	Junta de Freguesia do Pico da Pedra
<i>Endereço</i>	Av. da Paz 9600-053 Pico da Pedra
<i>Contactos</i>	296 498 004
<i>Horário funcionamento</i>	Quando está patente uma exposição temporária - Visita por marcação.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-167 Aspecto da construção do edifício.
Fotografia: Espólio Gilberto Bernardo. 1992.



Figura D-168 Aspecto inauguração do Museu Local do Pico da Pedra.
Fotografia: Espólio Gilberto Bernardo. 1993.



Figura D-169 Aspecto exterior,
Fotografia: Espólio Gilberto Bernardo. 1993.



Figura D-170 Aspecto da exposição inaugural.
Fotografia: Espólio Gilberto Bernardo. 1993.



Figura D-171 Aspecto de exposição temporária.
Fotografia: Espólio Gilberto Bernardo.



Figura D-172 Aspecto de exposição temporária.
Fotografia: Espólio Gilberto Bernardo.



Figura D-173 Aspecto de exposição temporária.
Fotografia: Espólio Gilberto Bernardo.



Figura D-174 Aspecto de dinamização (ateliers artes plásticas).
Fotografia: Espólio Gilberto Bernardo.

Museu Militar dos Açores

<i>Ano de criação oficial</i>	1993
<i>Tutela</i>	Exército português
<i>Endereço</i>	Forte de São Brás Av. Infante D. Henrique 9500-150 Ponta Delgada
<i>Contactos</i>	296 308 634 / 296 308 633
<i>Horário funcionamento</i>	Terça a Sexta-feira 10h00 - 17h30 Sábado 14h00 - 17h30

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-175 Forte de São Brás, Ponta Delgada
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-176 Forte de São Brás, Ponta Delgada
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-177 Placa do Museu Militar dos Açores
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-178 Túnel de Comunicação - II Guerra Mundial
Fotografia: www.exercito.pt. Último acesso em 2009-06-19.



Figura D-179 Bateria D. Maria
Fotografia: www.exercito.pt. Último acesso em 2009-06-19.

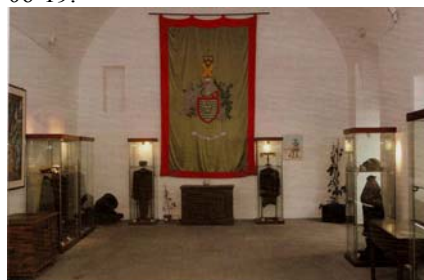


Figura D-180 Aspecto de sala de exposições
Fotografia: Tito Cardoso.

Cantinho Etnográfico

<i>Ano de criação oficial</i>	1996
<i>Tutela</i>	Privado
<i>Endereço</i>	Travessa das Laranjeiras, n.º 61 9500-318 Ponta Delgada
<i>Contactos</i>	296 382 002
<i>Horário funcionamento</i>	Por marcação.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-181 Aspecto exterior.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-182 Aspecto exterior.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-183 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-184 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-185 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-186 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-187 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-188 Aspecto da exposição. Caixa de luz acesa.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-189 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.

Museu Etnográfico do Cabouco

<i>Ano de criação oficial</i>	1997
<i>Tutela</i>	Junta de Freguesia do Cabouco
<i>Endereço</i>	Rua do Tanque, 1 Cabouco 9560 – 311 Lagoa
<i>Contactos</i>	296 929 365
<i>Horário funcionamento</i>	Segunda e Quinta-feira 9h30 – 11h30

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-190 Aspecto exterior do Museu Etnográfico do Cabouco
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-191 Aspecto do Museu Etnográfico do Cabouco
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-192 Aspecto do Museu Etnográfico do Cabouco
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-193 Aspecto do Museu Etnográfico do Cabouco
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-194 Aspecto do Museu Etnográfico do Cabouco
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-195 Aspecto do Museu Etnográfico do Cabouco
Fotografia: Da autora. 2008.

Núcleo Museológico de Fenais da Luz

<i>Ano de criação oficial</i>	1997
<i>Tutela</i>	Junta de Freguesia dos Fenais da Luz
<i>Endereço</i>	Rua do Barreiro, n.º 1 e 3 Rua Professor Manuel Moniz Morgado, n.º 2, 4 e 6 9500-504 Ponta Delgada
<i>Contactos</i>	296 919 908
<i>Horário funcionamento</i>	Visita por marcação.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-196 Aspecto exterior do Núcleo Museológico dos Fenais da Luz
Fotografia: Da autora. 2002.



Figura D-197 Aspecto exterior do Núcleo Museológico dos Fenais da Luz
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-198 Placa do Núcleo Museológico dos Fenais da Luz
Fotografia: Da autora. 2008.

Fábrica de Chá da Gorreana

Ano de criação oficial	1998
Tutela	Empresa privada.
Endereço	Estrada Regional Gorreana 9625 Maia
Contactos	296 442 349
Horário funcionamento	Segunda a Sábado 09h00 - 17h30.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-199 Aspectos exteriores
Fotografia: Da autora. 2006.



Figura D-200 Aspecto exterior.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-201 Aspecto exterior.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-202 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-203 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-204 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-205 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-206 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-207 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-208 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-209 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-210 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2009.

Núcleo Museológico da Pesca Artesanal

<i>Ano de criação oficial</i>	1998
<i>Tutela</i>	Escola Básica e Jardim de Infância da Ribeira Quente. Cooperativa de Economia Solidária dos Pescadores da Ribeira Quente.
<i>Endereço</i>	Escola Básica do Fogo Avenida 31 de Outubro 9675 133 Ribeira Quente
<i>Contactos</i>	296 584 776
<i>Horário funcionamento</i>	Desactivado

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-211 Aspecto exterior Núcleo Museológico de Pesca Artesanal.

Fotografia: Da autora, 2002.



Figura D-212 Placa do Núcleo Museológico de Pesca Artesanal.

Fotografia: Da autora, 2002.



Figura D-213 Aspecto interior.

Fotografia: Da autora, 2002.



Figura D-214 Aspecto interior.

Fotografia: Da autora, 2002.



Figura D-215 Aspecto interior.

Fotografia: Da autora, 2002.



Figura D-216 Aspecto interior.

Fotografia: Da autora, 2002.

Oficina Museu

<i>Ano de criação oficial</i>	1998
<i>Tutela</i>	Privado - Manuel João Melo
<i>Endereço</i>	Rua do Loural, 56 9545-137 Capelas
<i>Contactos</i>	296 298 202
<i>Horário funcionamento</i>	Segunda-feira a Sábado 14h00 - 18h00

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-217 Aspecto exterior
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-218 Aspecto interior
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-219 Aspecto interior
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-220 Aspecto da mercearia
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-221 Aspecto da farmácia
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-222 Aspecto do quintal
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-223 Aspecto da construção da estrutura da 2ª fase (rua)
Fotografia: Da autora. 2002.



Figura D-224 Aspecto interior (rua)
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-225 Aspecto interior (rua)
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-226 Oficina de sapateiro (Manuel Melo a trabalhar)
Fotografia: Da autora. 1998.



Figura D-227 Teares (artesãos a trabalhar)
Fotografia: Da autora. 2002.



Figura D-228 Aspecto da oficina
Fotografia: Da autora. 2008.

Núcleos Museológicos de Água de Pau

Museu das Lavadeiras

Ano de criação oficial	1999
Tutela	Junta de Freguesia de Água de Pau
Endereço	Rua do Paul Água de Pau 9560-246 Lagoa
Contactos	296 913 440
Horário funcionamento	Visita por marcação.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-229 Aspecto exterior “Tanques do Paul”
Fotografia: Da autora. 2002.



Figura D-230 Aspecto exterior “Tanques do Paul”
Fotografia: Da autora. 2002.

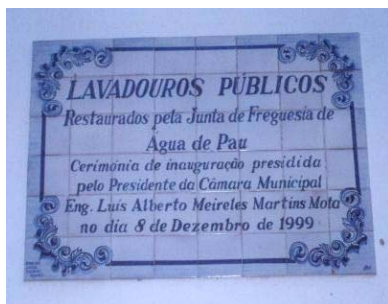


Figura D-231 Placa identificadora “Tanques do Paul”
Fotografia: Da autora. 2002.



Figura D-232 Sinalética Museu das Lavadeiras
Fotografia: Da autora. 2002.

Núcleos Museológicos da Casa da Junta

<i>Ano de criação oficial</i>	2005
<i>Tutela</i>	Junta de Freguesia de Água de Pau
<i>Endereço</i>	Largo de Santiago, 27 Água de Pau 9560-217 Lagoa
<i>Contactos</i>	296 913 440
<i>Horário funcionamento</i>	Horário da Junta de Freguesia. Segunda a Sexta-feira 9h00 - 17h30 Terça e Quinta-feira 20h00 - 22h00



Figura D-233 Aspecto Museu Adega Regional.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-234 Aspecto Museu Adega Regional.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-235 Aspecto de Dinamização no Museu da Adega Regional
Fotografia: Sousa, 2006.



Figura D-236 Aspecto de Dinamização no Museu da Adega Regional
Fotografia: Sousa, 2006.



Figura D-237 Aspecto Museu dos Teares.
Fotografia: Sousa, 2006:



Figura D-238 Aspecto Museu dos Teares.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-239 Aspecto Museu Capacharia
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-240 Aspecto Museu Capacharia
Fotografia: Da autora. 2009.

Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores

<i>Ano de criação oficial</i>	2000
<i>Tutela</i>	Privado - Associação OVGA
<i>Endereço</i>	Avenida Vulcanológica Atalhada, Rosário 9560 Lagoa
<i>Contactos</i>	965353694 / 962414877 / 918958071
<i>Horário funcionamento</i>	Segunda, quarta e sexta-feira 14h30 - 16h30 (Público em geral) Por marcação. Todos os dias 09h00 – 12h30 (escolas).

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-241 Aspecto exterior do OVGA.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-242 Aspecto interior do OVGA (recepção).
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-243 Aspecto interior do OVGA.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figuras D-244; D-245 Aspecto interior do OVGA (túnel de lava).
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-246 Aspecto interior do OVGA.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-247 Aspecto interior do OVGA.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-248 Aspecto interior do OVGA.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-249 Aspecto interior do OVGA.
Fotografia: Da autora. 2009.

Núcleo Museológico da Covoada

<i>Ano de criação oficial</i>	2001
<i>Tutela</i>	Junta de Freguesia da Covoada
<i>Endereço</i>	Avenida 6 de Janeiro Covoada 9500-406 Ponta Delgada
<i>Contactos</i>	296 682 695
<i>Horário funcionamento</i>	Desactivado

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-250 Aspecto exterior do Núcleo Museológico da Covoada
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-251 Placa do Núcleo Museológico da Covoada
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-252 Aspecto da sala do Núcleo Museológico da Covoada
Fotografia: Da autora. 2002.



Figura D-253 Aspecto da sala Núcleo Museológico da Covoada
Fotografia: Da autora. 2002.



Figura D-254 Aspecto da sala do Núcleo Museológico da Covoada
Fotografia: Da autora. 2002.



Figura D-255 Aspecto da sala do Núcleo Museológico da Covoada
Fotografia: Da autora. 2002.

Museu do Chá do Porto Formoso

<i>Ano de criação oficial</i>	2001
<i>Tutela</i>	Empresa privada. Chá do Porto Formoso, Pacheco & Mendonça, Lda.
<i>Endereço</i>	Estrada Regional, n.º 24 9625-421 Porto Formoso
<i>Contactos</i>	296 442 342
<i>Horário funcionamento</i>	Segunda a Sexta-feira 10h00 – 18h00.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-256 Aspectos exteriores.
Fotografias: Da autora. 2008.

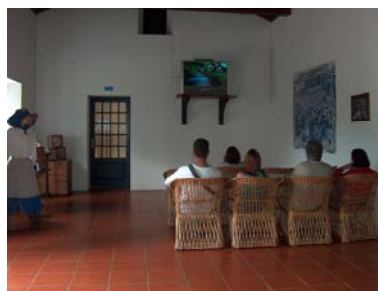


Figura D-257 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-258 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-259 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-260 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-261 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-262 Aspecto interiores (Sala de chá).
Fotografias: Da autora. 2008.



Figura D-263 Trabalhos da apanha de chá -
dinamização
Fotografia: Melo, 2002: 18.

Moinho de Vento da Tia Faleira

<i>Ano de criação oficial</i>	2001
<i>Tutela</i>	Junta de Freguesia da Fajã de Cima
<i>Endereço</i>	Rua da Vila Nova, nº 71 Fajã de Cima 9500-504 Ponta Delgada
<i>Contactos</i>	296 638 014 / 914460197 / 914460997
<i>Horário funcionamento</i>	Visita por marcação.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-264 Fotografia da Tia Faleira e marido.
Fotografia: Espólio da Junta de Freguesia da Fajã de Cima. Século XIX.



Figura D-265 Aspecto exterior do Moinho de Vento da Tia Faleira antes da intervenção de recuperação
Fotografia: espólio da Junta de Freguesia da Fajã de Cima. Século XX.



Figura D-266 Aspecto do Moinho de Vento da Tia Faleira - fase de recuperação.
Fotografia: Espólio da Junta de Freguesia da Fajã de Cima. 2000.



Figura D-267 Aspecto do Moinho de Vento da Tia Faleira - fase de recuperação e espaço do Posto de Artesanato.
Fotografia: Espólio da Junta de Freguesia da Fajã de Cima. 2000.



Figura D-268 Aspecto do Moinho de Vento da Tia Faleira - fase de recuperação.
Fotografia: Espólio da Junta de Freguesia da Fajã de Cima. 2000.



Figura D-269 Aspecto exterior do Moinho de Vento da Tia Faleira depois da intervenção de recuperação
Fotografia: Da autora. 2009.

Museu Etnográfico de São Pedro Nordeste

<i>Ano de criação oficial</i>	2001
<i>Tutela</i>	Igreja Paroquial.
<i>Endereço</i>	São Pedro Nordeste
<i>Contactos</i>	296 480 060
<i>Horário funcionamento</i>	Desactivado

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-270 Fotografia da Tia Faleira e marido.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-271 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2002.



Figura D-272 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2002.



Figura D-273 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2002.



Figura D-274 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2002.



Figura D-275 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2002.

Espaço Museu do Banco Comercial dos Açores

<i>Ano de criação oficial</i>	2002
<i>Tutela</i>	Empresa privada. BCA; Banif.
<i>Endereço</i>	Largo da Matriz, 42-43 9500-118 Ponta Delgada
<i>Contactos</i>	296 305 402 / 296 303 050
<i>Horário funcionamento</i>	Visita por marcação.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-276 Logótipo do Espaço Museu do BCA
Fotografia: Espólio do Banco Comercial dos Açores. 2002.



Figura D-277 Aspecto do Espaço Museu
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-278 Aspecto do Espaço Museu
Fotografia: Da autora. 2008.

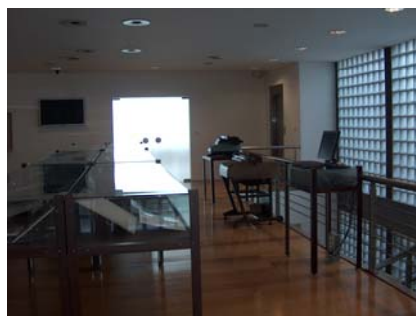


Figura D-279 Aspecto do Espaço Museu
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-280 Aspecto do Espaço Museu
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-281 Aspecto do Espaço Museu
Fotografia: Da autora. 2008.

Museu do Tabaco da Maia

<i>Ano de criação oficial</i>	2003
<i>Tutela</i>	Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia.
<i>Endereço</i>	Estrada Regional 9625-380 Maia
<i>Contactos</i>	296 442905 / 296 442293
<i>Horário funcionamento</i>	Segunda a Sexta-feira 9h00 - 13h00; 14h00 - 17h00 Fins-de-semana e feriados - Grupos por marcação prévia.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-282 Aspecto exterior
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-283 Aspecto exterior
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-284 Aspecto exterior
recepção
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-285 Aspecto exterior
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-286 Aspecto interior
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-287 Aspecto interior
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-288 Aspecto interior
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-289 Aspecto interior
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-290 Aspecto exterior
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-291 Aspecto interior
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-292 Aspecto exterior -
secadores
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-293 Reservas e futuro
Centro de Interpretação do Parque
Temático da Maia.
Fotografia: Da autora. 2009.

Casa do Pescador de Água de Pau

Ano de criação oficial	2003
Tutela	Junta de Freguesia da Água de Pau
Endereço	Rua dos Ferreiros, nº 26 Água de Pau 9560-235 Lagoa
Contactos	296 913 829
Horário funcionamento	Segunda a Sexta-feira 08h30 – 19h00. Sábado 10h00-13h00.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-294 Aspecto exterior Casa do Pescador de Água de Pau.

Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-295 Placa registando a inauguração.

Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-296 Aspecto interior Casa do Pescador de Água de Pau.

Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-297 Aspecto interior Casa do Pescador de Água de Pau.

Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-298 Aspecto interior Casa do Pescador de Água de Pau.

Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-299 Aspecto interior Casa do Pescador de Água de Pau.

Fotografia: Da autora. 2008.

Casa do Pescador dos Mosteiros

<i>Ano de criação oficial</i>	2004
<i>Tutela</i>	Associação Marítima Açoriana.
<i>Endereço</i>	Rua do Porto, nº 26 Mosteiros
<i>Contactos</i>	296 915 500
<i>Horário funcionamento</i>	Segunda a Sexta-feira 09h00 – 18h00.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-300 Aspecto exterior da Casa do Pescador dos Mosteiros
Fotografia: Da autora. 2008.

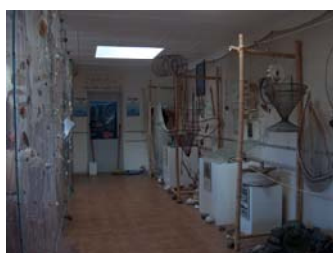


Figura D-301 Aspecto interior Casa do Pescador dos Mosteiros
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-302 Aspecto interior Casa do Pescador dos Mosteiros
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-303 Aspecto interior Casa do Pescador dos Mosteiros
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-304 Aspecto interior Casa do Pescador dos Mosteiros
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-305 Aspecto interior Casa do Pescador dos Mosteiros
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-306 Aspecto interior Casa do Pescador dos Mosteiros
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-307 Aspecto interior Casa do Pescador dos Mosteiros
Fotografia: Da autora. 2008.

Casa do Pescador de Rabo de Peixe

<i>Ano de criação oficial</i>	2004
<i>Tutela</i>	Associação Marítima Açoriana.
<i>Endereço</i>	Rua do Pires, nº 71 Rabo de Peixe
<i>Contactos</i>	296 915 500
<i>Horário funcionamento</i>	Segunda a Sexta-feira 09h00 – 17h30.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-308 Aspecto interior Casa do Pescador de Rabo de Peixe
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-309 Aspecto interior Casa do Pescador de Rabo de Peixe
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-310 Aspecto interior Casa do Pescador de Rabo de Peixe
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-311 Aspecto interior Casa do Pescador de Rabo de Peixe
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-312 Aspecto interior Casa do Pescador de Rabo de Peixe
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-313 Aspecto interior Casa do Pescador de Rabo de Peixe
Fotografia: Da autora. 2008.

Museu do Trigo da Povoação

<i>Ano de criação oficial</i>	2004
<i>Tutela</i>	Câmara Municipal de Povoação
<i>Endereço</i>	Caminho das Brenhas – Ribeira dos Bispos Lomba do Loução 9650 Povoação
<i>Contactos</i>	296 585 549
<i>Horário funcionamento</i>	Terça-feira Domingo 10h30 - 12h00; 12h30 - 18h00 (Verão). 10h30 - 12h00; 12h30 - 17h00 (Inverno).

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-314 Aspecto da sinalética do Museu do Trigo.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-315 Aspecto exterior do Museu do Trigo.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-316 Aspecto interior do Museu do Trigo.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-317 Aspecto interior do Museu do Trigo.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-318 Aspecto interior do Museu do Trigo.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-319 Aspecto interior do Museu do Trigo.
Fotografia: Da autora. 2009.

Centro Cultural da Caloura

<i>Ano de criação oficial</i>	2005
<i>Tutela</i>	Privado - Tomaz Borba Vieira.
<i>Endereço</i>	Rua do Castelo. Ap. 15 Água de Pau 9560-998 Lagoa
<i>Contactos</i>	296 913 300 / 296 231 675
<i>Horário funcionamento</i>	Segunda-feira a Sábado 10h30-12h30; 13h30 - 17h30 Outro horário por marcação.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-320 Aspecto exterior do CCC.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-321 Aspecto exterior do CCC.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-322 Visita de estudo ao CCC.
Fotografia: Espólio CCC. 2008.



Figura D-323 Aspecto da inauguração.
Fotografia: Tomaz Borba Vieira. 2005.



Figura D-324 Aspecto no dia da inauguração.
Fotografia: Tomaz Borba Vieira. 2005.



Figura D-325 Ateliers Serviço Educativo.
Fotografia: Espólio CCC. 2007.

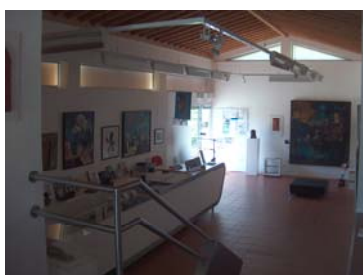


Figura D-326 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-327 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-328 Ateliers Serviço Educativo.
Fotografia: Espólio CCC. 2007.

Museu da Emigração Açoreana

<i>Ano de criação oficial</i>	2005
<i>Tutela</i>	Câmara Municipal da Ribeira Grande
<i>Endereço</i>	Rua da Estrela 9600 525 Ribeira Grande
<i>Contactos</i>	296 474 064
<i>Horário funcionamento</i>	Segunda a Sexta-feira 09h30 - 17h30

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-329 Aspecto exterior.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-330 Aspecto da exposição *Os Cabral de Mello, New Bedford 1890-1930*
Fotografia: Da autora. 2005.



Figura D-331 Aspecto da exposição *Os Cabral de Mello, New Bedford 1890-1930*
Fotografia: Da autora. 2005.



Figura D-332 Aspecto da exposição *Açores no Mundo*
Fotografia: Da autora. 2005.



Figura D-333 Aspecto da exposição *Verde Esperança. A Mulher e a Emigração para o Canadá nos anos 50.*
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-334 Aspecto da exposição *De Emigrante à Terra Natal*
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-335 Aspecto da exposição *Memórias da Emigração Açoriana*
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-336 Aspecto interior.
Fotografia: Da autora. 2009.

Parque Natural da Ribeira dos Caldeirões

<i>Ano de criação oficial</i>	2005
<i>Tutela</i>	Câmara Municipal do Nordeste
<i>Endereço</i>	Achadinha 9630 Achadinha
<i>Contactos</i>	296 488 105 / 296 480 060
<i>Horário funcionamento</i>	Segunda a Sexta-feira 10h00-12h00; 14h00-17h30

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-337 Aspecto do parque.
Fotografia: www.cm-nordeste.pt Último acesso em 2009-01-15.



Figura D-338 Aspecto do parque.
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-339 Aspecto do parque.
Fotografia: www.cm-nordeste.pt Último acesso em 2009-01-15. Janeiro 2006



Figura D-340 Aspecto do parque.
Fotografia: www.cm-nordeste.pt Último acesso em 2009-01-15. Junho 2006.



Figura D-341 Aspecto do parque..
Fotografia: Da autora. 2006.



Figura D-342 Aspecto do parque.
Fotografia: Da autora. 2006.

Espaço Museológico da Delegação do Banco de Portugal nos Açores

<i>Ano de criação oficial</i>	2006
<i>Tutela</i>	Empresa Pública. Banco de Portugal.
<i>Endereço</i>	Praça do Município, nº 8 9500-101 Ponta Delgada
<i>Contactos</i>	296 202 860
<i>Horário funcionamento</i>	Segunda a Sexta-feira 08h30 - 15h00. Visita acompanhada para grupos por marcação.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-343 Aspecto exterior do edifício do Banco de Portugal em Ponta Delgada
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-344 Aspecto exterior do edifício do Banco de Portugal em Ponta Delgada
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-345 Aspecto da inauguração da Espaço Museológico do Banco de Portugal em Ponta Delgada.
Fotografia: <http://criar2009.azores.gov.pt/> Último acesso em 2009-06-19.



Figura D-346 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2008.

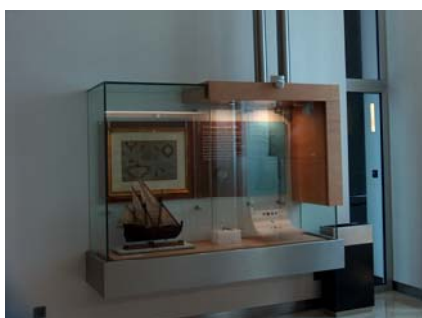


Figura D-347 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2008.

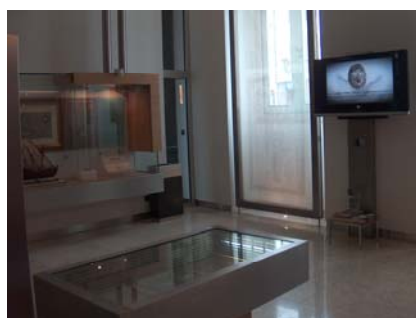


Figura D-348 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2008.

Núcleo Museológico da Achada

<i>Ano de criação oficial</i>	2006
<i>Tutela</i>	Igreja Paroquial. Comissão Fabriqueira da Achada.
<i>Endereço</i>	Rua da Igreja Rua da Igreja 9630-021 Achada
<i>Contactos</i>	296 480 060
<i>Horário funcionamento</i>	Segunda a Sexta-feira 9h00 – 12h30; 14h30 - 17h30

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-349 Fase de recolha e organização
Fotografia: Fotografia António Oliveira. 2006.



Figura D-350 Fase de recolha e organização
Fotografia: Fotografia António Oliveira. 2006.



Figura D-351 Fase de recolha e organização
Fotografia: Fotografia António Oliveira. 2006.

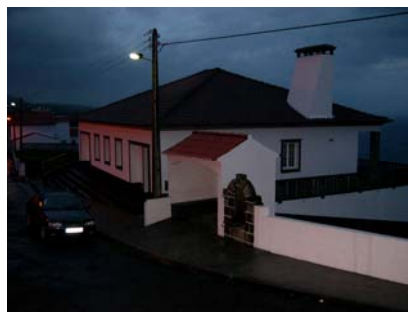


Figura D-352 Aspecto exterior do edifício
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-353 Aspecto da inauguração
Fotografia: Fotografia António Oliveira. 2006.



Figura D-354 Aspecto da inauguração
Fotografia: Fotografia António Oliveira. 2006.

Museu de Arte Sacra da Igreja de São Lázaro

<i>Ano de criação oficial</i>	2006
<i>Tutela</i>	Igreja Paroquial.
<i>Endereço</i>	Igreja Paroquial de Água D'Alto Travessa da Igreja 9680-315 Água D'Alto
<i>Contactos</i>	296 583 699
<i>Horário funcionamento</i>	Visita por marcação.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-355 Aspecto exterior da Igreja de São Lázaro.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-356 Aspecto do coro alto da Igreja de São Lázaro.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-357 Aspecto da inauguração.
Fotografia: www.cmvfc.pt/. Último acesso em 2009-07-15.



Figura D-358 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-359 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.

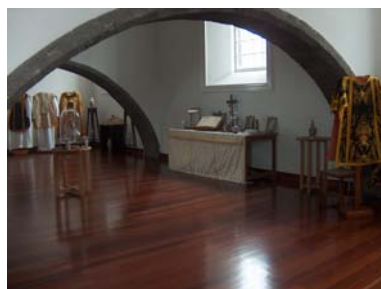


Figura D-360 Aspecto da exposição.
Fotografia: Da autora. 2009.

Museu da SINAGA

<i>Ano de criação oficial</i>	2006
<i>Tutela</i>	Empresa privada. SINAGA (Sociedade Industrias Agrícolas Açorianas S. A.)
<i>Endereço</i>	R. Lisboa 75 Ponta Delgada 9500-216 Ponta Delgada
<i>Contactos</i>	296 205 360 / 296 205 367
<i>Horário funcionamento</i>	Visita por marcação.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-361 Aspecto exterior da Fábrica SINAGA – Antiga Sala Ensacamento
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-362 Inauguração do Museu da SINAGA – aspecto.
Fotografia: www.azores.gov.pt/GaCS/Noticias/.
Último acesso em 2009-07-04.



Figura D-363 Aspecto do Museu da SINAGA
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-364 Aspecto do Museu da SINAGA
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-365 Aspecto do Museu da SINAGA
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-366 Aspecto do Museu da SINAGA
Fotografia: Da autora. 2009.

Casa-Museu Rural da Lombinha da Maia

Ano de criação oficial	2007
Tutela	Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia
Endereço	Estrada Regional, n.º. 28 9625-380 Lombinha da Maia
Contactos	296 442905 / 296 442293
Horário funcionamento	Segunda a Sexta-feira Visita por marcação.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-367 Aspecto exterior
Fotografia: <http://scmaia.com.sapo.pt/> Último acesso em 2009-09-10.



Figura D-368 Aspecto exterior – inauguração.
Fotografia: <http://scmaia.com.sapo.pt/> Último acesso em 2009-09-10.



Figura D-369 Aspecto interior - cozinha.
Fotografia: <http://scmaia.com.sapo.pt/> Último acesso em 2009-09-10.



Figura D-370 Aspecto interior - quarto de cama.
Fotografia: <http://scmaia.com.sapo.pt/> Último acesso em 2009-09-10.



Figura D-371 Aspecto do quinta l -cafua de milho.
Fotografia: <http://scmaia.com.sapo.pt/> Último acesso em 2009-09-10.



Figura D-372 Aspecto do quintal - curral do porco.
Fotografia: <http://scmaia.com.sapo.pt/> Último acesso em 2009-09-10.

Gruta do Carvão

<i>Ano de criação oficial</i>	2007
<i>Tutela</i>	Governo Regional dos Açores.
<i>Endereço</i>	R. do Paim – 2ª Circular 9500 Ponta Delgada
<i>Contactos</i>	296 498 004
<i>Horário funcionamento</i>	Visita por marcação.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-373 Aspecto exterior do edifício de acesso à Gruta do Carvão.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-374 Aspecto interior do acesso à Gruta do Carvão
Fotografia: Da autora. 2008.



Figura D-375 Aspecto da Gruta do Carvão
Fotografia: Constância et al., 1994: 36.



Figura D-376 Aspecto do Túnel lávico que constitui a Gruta do Carvão
Fotografia: <http://vulcoesverdes.blogspot.com/2006>
Último acesso em 2009-08-07.



Figura D-377 Aspecto interior da Gruta do Carvão: estalactites lávicas
Fotografia: http://www.azores.com/b/gruta_do_carvao.html
Último acesso em 2009-08-07.

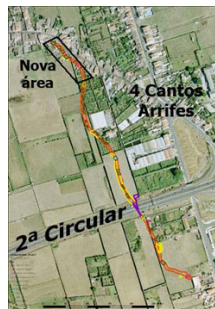


Figura D-378 Aspecto exterior do edifício de acesso à Gruta do Carvão.
Fotografia: www.amigosdosazores.pt
Último acesso em 2009-08-20.

Pólo Museológico do Coliseu Micaelense

<i>Ano de criação oficial</i>	2007
<i>Tutela</i>	Câmara Municipal de Ponta Delgada
<i>Endereço</i>	Edifício Coliseu Micaelense, Rua de Lisboa s/n, 9500-153 Ponta Delgada
<i>Contactos</i>	296 209 500
<i>Horário funcionamento</i>	Segunda, quarta e sexta-feira 14h30 - 16h30; ou por marcação.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-379 Aspecto exterior do Coliseu Micaelense.
Fotografia: Da autora 2009

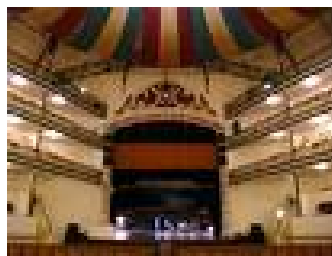


Figura D-380 Aspecto interior do Coliseu Micaelense.

Fotografia: www.coliseumicaelense.pt/ Último acesso em 2009-08-17.



Figura D-381 Aspecto da Inauguração do Pólo Museológico do Coliseu.

Fotografia: www.coliseumicaelense.pt/ Último acesso em 2009-08-17.



Figura D-382 Aspecto da exposição do Pólo Museológico do Coliseu Micaelense.

Fotografia: www.coliseumicaelense.pt/ Último acesso em 2009-08-17.



Figura D-383 Aspecto da exposição do Pólo Museológico do Coliseu Micaelense.

Fotografia: www.coliseumicaelense.pt/ Último acesso em 2009-08-17.



Figura D-384 Aspecto da exposição do Pólo Museológico do Coliseu Micaelense.

Fotografia: www.coliseumicaelense.pt/ Último acesso em 2009-08-17.

Sala Museológica da Igreja de Nossa Senhora da Conceição

<i>Ano de criação oficial</i>	2007
<i>Tutela</i>	Igreja Paroquial.
<i>Endereço</i>	Igreja de Nossa Senhora da Conceição Rua Nossa Senhora da Conceição 9600-568 Ribeira Grande
<i>Contactos</i>	Padre Norberto da Cunha Pacheco
<i>Horário funcionamento</i>	Por marcação.

REGISTO FOTOGRÁFICO



Figura D-385 Aspecto exterior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-386 Aspecto da Sala Museológica.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-387 Aspecto da Sala Museológica.
Fotografia: Da autora. 2009.

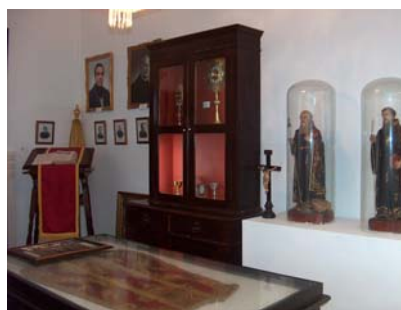


Figura D-388 Aspecto da Sala Museológica.
Fotografia: Da autora. 2009.

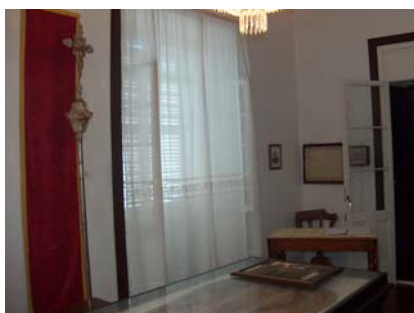


Figura D-389 Aspecto da Sala Museológica.
Fotografia: Da autora. 2009.



Figura D-390 Aspecto da Sala Museológica.
Fotografia: Da autora. 2009.

ANEXO E - O Museu Carlos Machado de 1876 a 1974 – Síntese

Criação e percurso

1876-1912

A criação do Museu Carlos Machado reflectiu a mentalidade científica oitocentista. O grande interesse pelas ilhas demonstrado pelos naturalistas da segunda metade do século XIX, a par da divulgação da teoria da evolução das espécies de Darwin e das campanhas oceanográficas de Suas Altezas o Príncipe Alberto de Mónaco e El-Rei D. Carlos, terão sido factores determinantes para a fundação do Museu de História Natural. As primeiras colecções foram reunidas por Carlos Maria Gomes Machado, Reitor do então Liceu Nacional de Ponta Delgada e professor da disciplina de Introdução à História Natural.

Fundado em 1876 passou a estar aberto ao público com o nome de *Museu Açoriano*, a partir de 10 de Junho de 1880, aquando das Comemorações do Tricentenário da morte de Camões. Nessa ocasião, os alunos do Liceu Nacional organizaram uma procissão, que saiu dos paços do Concelho e se dirigiu para aquele liceu, onde *finda esta grande demonstração de apreço, em que sempre teve a mocidade académica d'este lyceu o grande vulto do immortal cantor das glorias pátrias, procede-se á abertura inaugural do Museu pelo ex.^{mo} sr. dr. Carlos Maria Gomes Machado.*⁶¹⁵ À inauguração assistiram convidados e um enorme número de habitantes da cidade.⁶¹⁶

Nasceu este museu num contexto escolar, estando-lhe associados interesses científicos, pedagógicos e educativos. O Dr. Carlos Machado, em ofício de 14 de Novembro de 1876, referiu que as colecções eram *para proveito do ensino deste estabelecimento e do público em geral.*⁶¹⁷ Noutro ofício ao Governador Civil, de 19 de Novembro do mesmo ano, referiu que *era necessário adquirir muito maior cópia de espécies em história natural, de preferência as espécies açoreanas,*

⁶¹⁵ Arquivo dos Açores, 1980: 83-84.

⁶¹⁶ Anglin, 1944: 245.

⁶¹⁷ Idem: 235.

*que mais directamente interessam aos alunos e não só a estes, mas ao mundo científico em geral.*⁶¹⁸

Depois de 1880, as colecções do *Museu Açoriano* foram sendo enriquecidas com o apoio de vários micaelenses de prestígio intelectual e social, nomeadamente o Marquês da Praia e Monforte, Francisco Arruda Furtado, Dr. Bruno Tavares Carreiro, Coronel Francisco Afonso de Chaves, e o Conde de Fonte Bela, Jacinto da Silveira Gago da Câmara. De salientar que, desde os primeiros tempos da existência do museu houve a preocupação não só com o enriquecimento das colecções, mas também com a preparação e conservação das espécies.

Até 1884, o museu foi dirigido pelo Dr. Carlos Machado, com o apoio do taxidermista Manuel António de Vasconcelos. A partir dessa data, passou a ser o Coronel Afonso Chaves quem presidiu aos destinos do museu, com o apoio de particulares como o Conde de Fonte Bela, Dr. Bruno Tavares Carreiro, Manuel Inácio Correia entre outros, sem esquecer novamente a colaboração de Manuel António de Vasconcelos.

O museu viveu até 1886 de um subsídio cedido pela Junta Geral do Distrito e outro anual doado pelo Conde de Fonte Bela, passando em 25 de Outubro de 1890 de Liceal a Municipal, com a aprovação do Conselho do Liceu e do Governo. Continuando instalado no mesmo espaço, passou a estar dependente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, que começou a conceder-lhe um subsídio anual, mantendo-se também o apoio do Conde de Fonte Bela. Nessa altura foram nomeados os directores para as três secções existentes: Dr. Carlos Machado e Coronel Afonso Chaves para a Zoologia; Dr. Bruno Tavares Carreiro para a Botânica; Dr. Eugénio Pacheco do Canto e Castro para a Geologia e Mineralogia. Ainda em 1890 foi criada a Comissão Protectora e Administradora do Museu Municipal, que passou a ser presidida por Carlos Machado.

De salientar que, nesse período vivia-se o designado *Movimento Regionalista*, assistindo-se a uma consciencialização dos valores regionalistas que começaram a emergir na segunda metade do

⁶¹⁸ Idem: 238.

século XIX. Em 1897, Eugénio Pacheco defendeu um velho desejo que era também uma necessidade: a criação de um *Museu Etnográfico* que representasse fielmente o povo micalense.⁶¹⁹ Nesse museu, deveriam estar representados os testemunhos em que estava impresso o carácter, a alma anónima do povo micalense. Esse museu traria vantagens quer a nível científico, quer a nível mais prático, e constituiria também um agente de instrução e educação do povo. Para a concretização deste projecto, Eugénio Pacheco propôs que a Comissão Protectora e Administradora do Museu Municipal de Ponta Delgada, então presidida pelo Dr. Carlos Machado, começasse a coleccionar objectos de carácter local, solicitando donativos a todas as classes, e com as primeiras colecções, sugeriu ainda que se fizesse uma exposição numa sala pública, até existir um espaço próprio para a instalação do *Museu Etnográfico*⁶²⁰.

Terá sido no âmbito do espírito regionalista que se vivia, que em 1890, segundo o Dr. Nestor de Sousa, o Dr. Carlos Machado preconizou o início da recolha de alfaias agrícolas, louças e tecidos dos Açores, entre outros testemunhos⁶²¹. Deste modo, e ainda segundo Nestor de Sousa, o Dr. Carlos Machado foi o primeiro a chamar a atenção dos seus colaboradores para o *quanto importava proceder-se de imediato à recolha de alfaias e outros objectos artesanais significativos do viver e actividades das gentes destas ilhas, reforçando coerentemente o conteúdo subjacente à designação de Museu Açoriano*⁶²². Pode assim dizer-se que radica na visão e iniciativa do Dr. Carlos Machado o começo da *Secção de Etnografia do Museu*.⁶²³

Em 1893 foi oferecida ao museu, pelo Conde de Fonte Bela, uma colecção de objectos africanos, que aquele Conde havia adquirido à viúva do Contra-Almirante Craveiro Lopes.

O Dr. Carlos Machado faleceu em 1901 e o Dr. Bruno Tavares Carreiro em 1911, ficando o Coronel Afonso Chaves a dirigir sozinho o museu. Nessa altura, por proposta sua à Câmara

⁶¹⁹ Pacheco, 1897.

⁶²⁰ Pacheco, 1897b.

⁶²¹ Sousa, 1977: 4.

⁶²² Sousa, 1983: 5.

⁶²³ Sousa, 1977: 4.

Municipal, esta nomeou directores para todas as secções do museu, ficando ele como o director mais antigo.⁶²⁴

Em 1914, por proposta do Coronel Chaves, o museu passou a denominar-se *Museu Municipal Dr. Carlos Machado*, em homenagem ao seu fundador.

1912-1926

Em 1911, o Dr. Luís Bernardo Leite de Ataíde, um dos amigos do museu, apresentou ao Coronel Francisco Afonso Chaves a sugestão de ser criada uma secção de arte naquela instituição.⁶²⁵ A ideia agradou ao Coronel Chaves que, em 1912, propôs à Câmara Municipal a criação da referida secção, bem com uma de etnografia. Convidou ainda o Dr. Luís Bernardo para organizar e dirigir essas duas secções, o que veio a concretizar-se nesse ano.⁶²⁶

Relativamente à arte, a secção começou a constituir-se a partir dessa data. Em Ponta Delgada promoveram-se várias exposições de pintura, com artistas nacionais e locais, tendo as aquisições e ofertas constituindo o primeiro núcleo de pintura do museu.

Na Tabela a, apresentamos uma listagem das exposições de Arte realizadas em Ponta Delgada, no período de 1910 a 1915.

Luís Bernardo Ataíde referiu a respeito destas exposições, que *nelas está a prova evidente e clara do desenvolvimento que nestes últimos anos tem tido, em S. Miguel, a cultura das artes, especialmente do desenho e da pintura, muito impulsionadas, não só pela Escola de Desenho Industrial Velho Cabral, como ainda pelo ensino particular, criteriosamente ministrado por alguns professores que pela referida escola têm passado.*⁶²⁷

⁶²⁴ Na Tabela b, no final deste anexo, apresentamos Lista Cronológica dos Directores do Museu Carlos Machado.

⁶²⁵ Ataíde, 1944: 9.

⁶²⁶ Ataíde, 1944: 10.

⁶²⁷ Ataíde, 1974: 237.

Tabela a - Exposições de Arte que se realizam em Ponta Delgada de 1910 a 1915

ANO	EXPOSIÇÃO	LOCAL DE REALIZAÇÃO
1910	Artur May e seus discípulos	Escola de Desenho Industrial Velho Cabral
1911	Constâncio Gabriel da Silva e seus discípulos	Casa na R. Bruno Tavares Carreiro
1912	Constâncio Gabriel da Silva e seus discípulos ⁶²⁸	Casa na R. António José de Almeida
1912	João Cabral ⁶²⁹	Salão Nobre do Teatro Micaelense
1912	João Cabral e seus discípulos ⁶³⁰	Associação “Século XX”
1912	Domingos Rebelo ⁶³¹	Na sua casa na R. da Arquinha
1913	Constâncio Gabriel da Silva e seus discípulos ⁶³²	Associação “Século XX”
1913	Belas-Artes, por ocasião das Festas de Confraternização Açoriana ⁶³³	Associação “Século XX”
1913	Domingos Rebelo ⁶³⁴	Associação “Século XX”
1913	Augusto Cabral ⁶³⁵	Associação “Século XX”
1914	Constâncio Gabriel da Silva e seus discípulos ⁶³⁶	Asilo de Infância Desvalida
1914	Belas-Artes ⁶³⁷	Paço Fonte Bela
1915	Belas-Artes ⁶³⁸	Paço Fonte Bela
1915	D. Maria Sabina de Vasconcelos ⁶³⁹	Salão Nobre do Teatro Micaelense

Para a constituição do primeiro núcleo de pintura, contaram com subsídios da Câmara Municipal, da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada e ainda com a generosidade de alguns particulares, como o Marquês de Jácome Correia. Das colecções de Arte salientavam-se pinturas de alguns artistas como Carlos Reis, Veloso Salgado, Ezequiel Pereira, António Saúde, Marciano Henriques da Silva, bem como Ernesto Condeixa, que registou a visita régia a S. Miguel de Suas Majestades o Rei D. Carlos e a Rainha D. Amélia.⁶⁴⁰

De salientar ainda, que com a criação da secção de Arte, sobressaíram novamente os interesses pedagógicos e educativos do museu. De facto, em 1915, Luís Bernardo manifestou alguns objectivos didácticos, afirmando que *no museu estará um bom auxiliar de Educação, não só*

⁶²⁸ Catálogo da exposição publicado em: Ataíde, 1974.

⁶²⁹ Idem.

⁶³⁰ Idem.

⁶³¹ Idem.

⁶³² Idem.

⁶³³ Idem.

⁶³⁴ Idem. Exposições organizadas pelo Dr. Luís Bernardo Leite Ataíde.

⁶³⁵ Catálogo da exposição publicado em: Ataíde, 1974.

⁶³⁶ Idem.

⁶³⁷ Idem. Exposições organizadas pelo Dr. Luís Bernardo Leite Ataíde.

⁶³⁸ Idem. Exposições organizadas pelo Dr. Luís Bernardo Leite Ataíde. Nesta exposição 5% sobre os preços das vendas pertenciam à comissão organizadora, pois destinavam-se a auxiliar a compra de produções de arte para o Museu Municipal.

⁶³⁹ Catálogo da exposição publicado em: Ataíde, 1974.

⁶⁴⁰ Ataíde, 1921. Nesta obra estão registadas as colecções que existiam na referida secção de Arte, a 1 de Agosto de 1921.

*porque nele se encontram guias seguros, mas ainda porque contamos promover a abertura de cursos de pintura e escultura, onde se serão criteriosamente iniciadas as aptidões artísticas.*⁶⁴¹

Relativamente à secção de Etnografia Regional, apesar das intenções que se tinham manifestado no século XIX, e a que já nos referimos, em 1912, quando foi criada no então *Museu Municipal Carlos Machado*, este apenas possuía peças de História Natural, e *uma colecção de armas e utensílios africanos, nada possuindo dos Açores ou do continente Português.*⁶⁴²

A partir dessa data, a secção de Etnografia Regional começou a desenvolver-se sob a direcção do Dr. Luís Bernardo Ataíde, passando mais tarde também pela orientação do Dr. Alfredo Bensaúde e Dr. Armando Côrtes Rodrigues.

Desde logo Luís Bernardo pensou em representar na referida secção *a etnografia açoreana pelo menos, e muito especialmente a do distrito de Ponta Delgada, deixando ali revelada tanto quanto possível, a vida regional na sua feição típica e tradicional.*⁶⁴³ Neste sentido, projectou que no museu fosse representado *o tipo mais comum da casa do povo, mobilada com o que de mais caracteristicamente regional se puder colher, habitada por figuras de cera que reproduzam tipos e trajes nativos; reconstituindo-se as cenas originais da vida e das festas rústicas, as alfaias agrícolas, os utensílios domésticos, a indústria piscatória, os produtos industriais e artísticos das respectivas regiões, as reproduções das diversas modalidades dessa habitação, dos moinhos de vento e das demais instalações da industria agrícola, em pequenos modelos (...) e de tantas outras coisas dignas de figurar nessa secção, por vezes tão valiosas nos seus detalhes e nas suas minudências.*⁶⁴⁴

Este seu objectivo era reforçado pela emigração continua que se verificava, pois como referiu, *a invasão de novos usos e costumes, mantida pelas relações, sempre mais estreitas, com os Estados Unidos da América do Norte, cada vez mais fáceis e intensificadas, era então, como ainda*

⁶⁴¹ Ataíde, 1915: 287.

⁶⁴² Ataíde, 1944: 27.

⁶⁴³ Ataíde, 1944: 27.

⁶⁴⁴ Ataíde, 1973: 141.

hoje, uma ameaça perigosa e constante de abastardamento das tradições portuguesas aqui mantidas na sua forma mais pura.⁶⁴⁵ Neste sentido, o Dr. Luís Bernardo teve como intenção proceder à recolha de testemunhos da cultura popular de S. Miguel e de Santa Maria, e se fosse possível, também das outras ilhas do arquipélago. Porém, os meios pecuniários disponíveis para aquisições eram exíguos, começando então por reunir notas e desenhos de carácter etnográfico, muitos deles posteriormente publicados em livros e revistas. Esta sua postura *permite detectar a importância que atribuía ao trabalho de pesquisa etnográfica como base para a organização de um museu da especialidade.*⁶⁴⁶

Em 1916, no desejo de progredir da melhor forma nos seus trabalhos, consultou o Dr. Joaquim de Vasconcelos sobre o valor e o interesse do património etnográfico açoriano, enviando-lhe numerosos desenhos por ele feitos, acompanhados de respectivas descrições. O Dr. Joaquim de Vasconcelos foi muito receptivo ao projecto açoriano e incentivou o desenvolvimento da secção de Etnografia Regional, dando orientações muito importantes, nomeadamente no que dizia respeito a soluções cénicas para a montagem de uma futura exposição permanente. A este respeito, numa carta que enviou ao Dr. Luís Bernardo referia *as suas notas, motivos tradicionais de arte rústica, arte rústica doméstica; arte rústica religiosa, indumentária; mobiliário; e alfaia agrícola, contem provas de riqueza original que deve salvar no seu museu, na forma que propõe, casa completa mobilada e animada com figuras, tudo piedosamente reintegrado.*⁶⁴⁷

A correspondência com o Dr. Joaquim de Vasconcelos⁶⁴⁸ manteve-se durante alguns anos, chegando o Dr. Luís Bernardo a visitá-lo aquando de uma deslocação ao Porto.⁶⁴⁹ Nos contactos

⁶⁴⁵ Ataíde, 1944: 27.

⁶⁴⁶ Gouveia, 1992: 183.

⁶⁴⁷ Ataíde, 1944: 27.

⁶⁴⁸ Joaquim António da Fonseca Vasconcelos (1849-1936). Nasceu no Porto. Em 1859 foi para a Alemanha onde estudou Arte, Arqueologia, História da Literatura e Música. Na década de 1870 regressou a Portugal, e em 1876 casou com a alemã Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Ao longo da sua vida viajou pela Europa e o seu trabalho desenvolveu-se nas áreas das artes e da arqueologia, tendo deixado inúmeros estudos pioneiros da História de Arte em Portugal, bem como na área da Música. Foi professor da Escola de Belas-Artes de Lisboa e deixou uma vasta obra nas áreas da arqueologia, do estudo de monumentos, da ourivesaria e joalharia portuguesas. É considerado um dos fundadores da História da Arte em Portugal. <http://www.leme.pt/biografias/> Último acesso em 2009-07-21.

⁶⁴⁹ Ataíde, 1944.

que mantiveram, foi a etnografia micaelense o principal tema de conversa, sendo considerada muito valiosa, por possuir ainda elementos de importância não só para o estudo do povo açoriano, como também para o da etnografia nacional.

Luís Bernardo L. Ataíde contactou também com outras individualidades que o ajudaram e motivaram ao longo do seu trabalho, nomeadamente o Dr. José Leite de Vasconcelos,⁶⁵⁰ e o Dr. Vergílio Correia,⁶⁵¹ os quais sempre consideraram que o património etnográfico açoriano tinha muito valor, nomeadamente sob o ponto de vista histórico, artístico e científico.

Em 1924 o Dr. José Leite de Vasconcelos integrou o grupo de intelectuais do Continente⁶⁵², que durante um mês visitou os Açores, tendo contactado Luís Bernardo, a quem considerava um *artista de gosto e etnógrafo consciencioso*.⁶⁵³ No âmbito desta sua viagem visitou por duas vezes o Museu Municipal Dr. Carlos Machado, a 1 e a 11 de Junho daquele ano. Da primeira vez foi acompanhado pelo Dr. Luís Bernardo, o qual o esclareceu sobre o seu projecto para reinstalar o Museu no Convento de Santo André, o qual ele apoiou. Nos contactos que manteve com Luís Bernardo motivou-o a integrar no *Museu Municipal Dr. Carlos Machado*, uma secção dedicada a *toda a etnografia (ergologia) moderna dos Açores, tão típica em seus variados aspectos*.⁶⁵⁴ Na

⁶⁵⁰ José Leite de Vasconcelos Cardoso Pereira de Melo, mais conhecido por Leite de Vasconcelos (1848-1941). Foi linguista, filólogo, arqueólogo, etnólogo português. Licenciou-se em Ciências Naturais e em Medicina, pela Escola Médico Cirúrgica do Porto e doutorou-se em Letras, pela Universidade de Paris. Dedicou a sua vida às letras, à etnografia, à arqueologia e à filologia, disciplinas em que ficou como referência. A nível da etnografia portuguesa, foi fundador e primeiro director do Museu Etnográfico Português (1895). Nessa área, e da sua vasta produção escrita, destacamos a *Revista Lusitana* (1.ª série: 1887-1943, 39 volumes), que fundou e dirigiu; a revista *O Arqueólogo Português* (1.ª série: 1895-1931), que fundou e que foi criada no âmbito do referido Museu Etnográfico. <http://cvc.instituto-camoes.pt/> Último acesso em 2009-07-21.

⁶⁵¹ Vergílio Correia (1888-1944). Formou-se em Direito, na Universidade de Coimbra, onde também se doutorou em Letras, em 1935. Foi conservador do Museu Etnológico Português e do Museu Nacional de Arte Antiga, e assumiu a direcção do Museu Machado de Castro, em acumulação com a sua actividade de professor de História da Arte e Arqueologia, na Universidade de Coimbra. A morte prematura, em 1944, interrompeu uma carreira brilhante, indissociável do Inventário Artístico Nacional e da investigação de Conímbriga. <http://mnmachadocastro.imc-ip.pt/> Último acesso em 2009-07-21.

⁶⁵² Para além do Dr. Leite de Vasconcelos, faziam parte desse grupo, o Conselheiro Luiz de Magalhães, D. Luiz de Castro (Conde de Nova Gôa), Dr. Armindo Monteiro, Antero de Figueiredo, Dr. Trindade Coelho, António Teixeira Lopes, D. Manuel R. Da Silva de Bragança e Dr. Joaquim Manso. Esta iniciativa do jornal “Correio dos Açores”, cujo director era o Dr. José Bruno Carreiro, teve como objectivo dar a conhecer os Açores a um grupo de intelectuais, e através deles a todos os portugueses. Essa visita foi um sucesso, e de regresso ao Continente, entre outras iniciativas, os Açores foram descritos entusiasticamente nos mais importantes jornais e revistas, em conferências, e entrevistas concedidas aos quotidianos de maior circulação. “O Arquipélago dos Açores visitado por uma missão de Continentaes Ilustres”, 1924; *Os Açores - Revista Ilustrada*. Ano I, n.º 10. Ponta Delgada, Barbosa & Irmão Lda.: 18-29.

⁶⁵³ Vasconcelos, 1992: 52.

⁶⁵⁴ Idem: 156.

segunda visita que fez aquela instituição teve oportunidade de ver uma exposição de pintura regionalista de artistas açorianos, que foi organizada em honra dos ilustres visitantes.⁶⁵⁵

A presença nos Açores desse grupo de intelectuais, e de um modo especial do Dr. Leite de Vasconcelos, com quem continuou a manter contacto, contribuiu para motivar o trabalho do Dr. Luís Bernardo na secção de Etnografia Regional do Museu Carlos Machado, sendo sua intenção vir a formar um *Museu de Etnografia Açoriana*.

Em 1926, no âmbito de uma proposta de resolução do problema da instalação do museu, Luís Bernardo referiu que poderiam propor à Câmara Municipal a cedência do seu edifício na Praça da República, onde no segundo andar instalariam a secção de Arte e no rés-do-chão e primeiro andar, a de Etnografia, podendo assim dar a esta última secção *o desenvolvimento desejado e encaminhando-a para um museu de etnografia açoreana, que tarde, valioso seria sob o ponto de vista científico e tanto interesse ofereceria ao turista*.⁶⁵⁶

1926-1974

Em 1926 faleceu o Coronel Chaves e, em sua homenagem, a Comissão Protectora e Administradora do museu atribuiu o nome de *Coronel Chaves* à secção de Zoologia. O Eng.º Francisco Pacheco de Castro passou a ser o presidente da direcção do museu.

Em 1930, o museu passou a ficar à guarda administrativa da Junta Geral Autónoma do Distrito de Ponta Delgada, de forma a auferir de melhores orçamentos, e a poder ser instalado no antigo Convento de Santo André, que a dita Junta já havia adquirido. O museu não perdeu porém, o carácter de Municipal, por acordo de 20 de Junho de 1931.⁶⁵⁷

Em 1939 foi aprovado o Decreto-Lei n.º 30, de 22 de Dezembro, que veio proteger o património que existia no espólio do museu e o que futuramente o integrasse. De facto, o novo

⁶⁵⁵ Idem: 170. Os artistas açorianos que integraram a exposição foram Duarte Maia, Marciano Henriques da Silva, Domingos Rebelo e Luís Bernardo Leite de Ataíde.

⁶⁵⁶ Arquivo do Museu Carlos Machado, 1926. *Actas do Museu Carlos Machado de 1925 a 1960*.

⁶⁵⁷ Arquivo do Museu Carlos Machado, 1931. *Actas do Museu Carlos Machado de 1925 a 1960*.

Código Administrativo, dentro da orientação centralista que o dominava, deu às Juntas de Província atribuições culturais, as quais, nas ilhas açorianas, pelo referido Decreto-Lei, ficaram a cargo das Juntas Gerais dos Distritos, nos termos das bases de organização administrativa insular apresentadas pelo Governo à Assembleia Nacional. Das atribuições e competências culturais das Juntas Gerais dos Distritos Autónomos destacamos: criação e manutenção de museus de arte regional e de história natural, arquivos distritais e bibliotecas populares; recolha e defesa do folclore, dos monumentos artísticos e das belezas naturais; conservação e divulgação dos trajes e costumes locais; estudo das formas dialectais existentes; e auxílio a associações ou institutos culturais do distrito.

Em 1955, com o falecimento do Dr. Luís Bernardo Leite de Ataíde, a sua filha D. Maria Luísa Ataíde Costa Gomes ficou a dirigir a secção de Arte do Museu.

Nos anos sessenta, como reflexo da renovação museológica vivida em Portugal, surgiu por parte da então directora da secção de Arte, D. Maria Luísa, a iniciativa de aproximação do museu às camadas mais jovens. Neste sentido, com o intuito de criar um *Museu da Criança*, e com o apoio de particulares, Maria Luísa iniciou uma recolha considerável de brinquedos, especialmente dos séculos XIX e XX, realizando-se nessa época várias exposições infantis de carácter permanente, para que as crianças pudessem adquirir conhecimentos em relação às diferentes ciências e artes de que o museu possuía colecções. Estas exposições seriam o embrião de um *Museu da Criança* que não se concretizou, sendo posteriormente uma parte dos brinquedos expostos numa sala do Museu Carlos Machado. Paralelamente à referida recolha de brinquedos, foi também aberta temporariamente uma Biblioteca Juvenil.

Ao longo do tempo, o Museu Carlos Machado foi consolidando as suas estruturas, assumindo-se como Museu Regional, abrangendo as três grandes secções aí existentes: História Natural, Arte e Etnografia Regional.

O Museu Carlos Machado teve ao longo dos anos uma direcção geral única, que orientava os directores/colaboradores das várias secções.⁶⁵⁸ A partir de 1964, por razões de ordem interna, o museu passou a ser dirigido por duas direcções distintas. Uma com um director para a História Natural e outra com outro director para as Secções de Arte, Epigrafia e Etnografia. De salientar que, de 1961 a 1974 esteve na presidência da direcção geral do museu o Eng.º José Maria Álvares Cabral, também director da secção de História Natural.

Espaço de instalação

Inicialmente o museu encontrava-se desprovido de casa própria e meios de sustentação, pois, como já referimos, as primeiras colecções foram recolhidas pelo Dr. Carlos Machado, com a colaboração de alguns beneméritos e instaladas numa sala do Liceu Nacional de Ponta Delgada.

Em 1890, o museu passou a municipal, mas o orçamento desta instituição continuava a ser exíguo e a sala onde se encontravam as colecções começou a ser pequena. A este respeito, em Abril de 1897, Eugénio Pacheco referiu que por diligências do Coronel Afonso Chaves, a Câmara Municipal de Ponta Delgada tinha mandado elaborar um projecto de edificio para a instalação do Museu Municipal, na Avenida Roberto Ivens. A sala do Liceu em que o museu se encontrava instalado já não comportava mais peças, para além de ser necessária àquela instituição de ensino. O projecto foi elaborado e sujeito à aprovação do poder central tendo sido aprovado e atribuída uma verba para a sua execução. Porém, nada foi concretizado, e por essa razão, Eugénio Pacheco apelou à Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada uma verba para o orçamento da Câmara, por forma a esta dar início aquele projecto, pois era urgente *dotar o museu com um Edifício á altura da sua missão e do seu actual desenvolvimento*.⁶⁵⁹

⁶⁵⁸ Na Tabela b, no final deste anexo, apresentamos Lista Cronológica dos Directores do Museu Carlos Machado.

⁶⁵⁹ Pacheco, 1897c.

Mais tarde e novamente na sequência do empenhamento do Coronel Afonso Chaves, o espólio do Museu foi repartido pelo antigo Convento dos Gracianos (Zoologia e Etnografia), onde estava instalado do Liceu, e pelo edifício da Alameda de D. Pedro IV - Relvão (Botânica, Mineralogia, Geologia, Arte e a Biblioteca). A falta de espaço e de condições adequadas para salvaguardar as colecções do museu, começavam porém a preocupar os responsáveis daquela instituição.

De salientar a existência do legado de Manuel Inácio Correia,⁶⁶⁰ no valor de vinte e cinco contos de reis insulanos, destinado à construção de um edifício para o Museu, no prazo de sete anos. Porém, devido a dificuldades de vária ordem, e com o falecimento do Coronel Afonso Chaves em 1926, o plano para instalar o museu num edifício novo no Relvão, não se concretizou.

Em 1928, após considerarem várias hipóteses para a instalação do museu num espaço único, na sessão da Câmara Municipal de 16 de Maio, o Dr. Luís Bernardo Leite de Ataíde apresentou uma proposta que visava o alargamento do museu e a sua instalação no edifício do Convento de Santo André,⁶⁶¹ que na altura se encontrava em forte estado de degradação. Em 1930, a Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, então presidida pelo Conselheiro Luiz de Bettencourt de Medeiros e Câmara, contactou os herdeiros de José do Canto, e através do seu representante, Dr. Guilherme Fisher Berquó Poças Falcão, comprou o referido convento e igreja no dia 30 de Maio, pelo valor de 300 contos insulanos. Esta compra possibilitou que pudessem reunir num único edifício, as colecções do museu, organizadas em três grandes áreas, História Natural, Arte e Etnografia Regional, que a partir de 1934, começaram a ser transferidas, na sequência da realização de obras de recuperação e adaptação do imóvel. A respeito desta aquisição, e da instalação do museu no antigo Convento de Santo André, o Dr. Luís Bernardo referiu *que na fase inicial da sua história,*

⁶⁶⁰ Benemérito que faleceu em Lisboa, em Outubro de 1911. Arquivo do Museu Carlos Machado, 1892. *Acta da Comissão Protectora e Administradora do Museu Municipal "Dr. Carlos Machado"*. Ponta Delgada: fl. 4.

⁶⁶¹ A história deste imóvel remonta ao século XVI, tendo sido fundado em 1567, por Diogo Vaz Carreiro e sua mulher Beatriz Rodrigues Camelo, e entregue definitivamente à ordem feminina de S. Francisco, em 1577. Foi o segundo convento de clarissas a ser erigido em Ponta Delgada, depois do de Nossa Senhora da Esperança. Este edifício é um dos belos exemplares de arquitectura conventual de Ponta Delgada, tendo sofrido várias alterações, ao longo dos séculos, até ser adaptado a Museu, em 1930. Oliveira, 1994.

servira a Religião de Cristo, começou, na segunda, a instruir o público, acolhendo no seu seio as artes e as ciências.⁶⁶²

Em 1943, com a comparticipação do Estado, foram ultimadas as salas do rés-do-chão em volta do claustro, destinadas à Etnografia Regional.

Em 1953, o Convento de Santo André foi classificado como imóvel de interesse público pelo Decreto n.º 39175.⁶⁶³

Em 1974, apesar das modificações que foram realizadas ao longo do tempo, nomeadamente a nível do seu funcionamento e de aspectos museográficos, os espaços de exposição do museu continuavam distribuídos de acordo com o determinado aquando da instalação nesse edifício. Assim, a Etnografia Regional encontrava-se no rés-do-chão, a Arte no primeiro andar, a História Natural no edifício fronteiriço ao jardim, a Epigrafia e Arquitectura Regional no claustro inferior e a Arte Religiosa no coro alto e coro baixo e em algumas antigas celas.

Tabela b - Directores do Museu Carlos Machado
(Por ordem cronológica e secção)⁶⁶⁴

Secção de História Natural (Biologia, Botânica, Zoologia, Mineralogia e Geologia)

Directores ⁶⁶⁵	Período
Dr. Carlos Machado Fundador do Museu – Director da Secção de Ciências Naturais.	(1876 – 1901)
Coronel Francisco Afonso de Chaves ⁶⁶⁶ Presidente do Museu Municipal (1901-1926). Director da Secção de Zoologia.	(1877 – 1925)

⁶⁶² Ataíde, 1944: 26.

⁶⁶³ A classificação inclui igreja e convento. Decreto n.º 39175, in *Diário da República*, I Série, n.º 77. 17 de Abril de 1953.

⁶⁶⁴ Arquivo Museu Carlos Machado. *Actas da Comissão Protectora e Administradora do Museu Municipal “Dr. Carlos Machado”*. 1892. Ponta Delgada: 2-50; *Actas do Museu Carlos Machado de 1925 a 1960*; Correspondência expedida do Museu Carlos Machado.1923-1958; Correspondência recebida do Museu Carlos Machado.1923-1958; Correspondência expedida da Secção de Etnografia do Museu Carlos Machado. 1959; Correspondência recebida e expedida. 1975-2009.

⁶⁶⁵ Em 25 de Outubro de 1890, foi nomeada uma *Comissão Protectora do Museu pela Câmara Municipal* composta por Carlos Machado, Francisco Afonso Chaves e Bruno Tavares Carreiro. Por morte de Carlos Machado, em Abril de 1901, passou a Direcção a ser assegurada por Bruno Tavares Carreiro, sendo Francisco Afonso Chaves, o responsável pela parte financeira. Após o falecimento de Bruno Tavares Carreiro, o Coronel Chaves assumiu a Direcção do Museu Municipal. Falecendo este último a 27 de Julho de 1926, foi substituído no cargo por Francisco Xavier Pacheco de Castro. Arquivo Museu Carlos Machado. *Actas da Comissão Protectora e Administradora do Museu Municipal “Dr. Carlos Machado”*. 1892. Ponta Delgada: 2-50

⁶⁶⁶ A 28 de Janeiro de 1925, devido à sua avançada idade e estado de saúde pediu para ser substituído por uma Comissão Administradora do Museu. Arquivo do Museu Carlos Machado, 1925. *Actas do Museu Carlos Machado de 1925 a 1960*.

Dr. Bruno Tavares Carreiro Director da Secção de Botânica.	(1890 – 1911)
Eng.º Francisco Xavier Vaz Pacheco de Castro Director da Secção de Mineralogia e Geologia. (Nomeado Director da Secção de Mineralogia e Geologia em 28-10-1911. Foi responsável pela Biblioteca do Museu, e a 11 de Dezembro de 1952, a Comissão Executiva da Junta Geral nomeou-o Presidente do Museu Carlos Machado).	(1911 – 1969)
Sr. Nuno José Gago da Câmara Director da Secção de Botânica. (Nomeado Director da Secção de Botânica em 28-10-1911).	(1911 – 1913)
Dr. Antero Carreiro de Freitas Director da Secção de Botânica. (Nomeado Director da Secção de Botânica em 12-09-1914).	(1911 – 1913)
Teotónio da Silveira Moniz Director da Secção de Botânica. (Nomeado Director da Secção de Botânica em 02-04-1917).	(1911 – 1946)
Dr. Tomás Borba Vieira Director da Secção de Zoologia. (Nomeado Director da Secção de Zoologia em 02-04-1917).	(1912 – 1933)
<u>Prof. António da Silveira Vicente</u> Director interino da Secção de Botânica. (Proposto para Director da Secção de Botânica, pelo Dr. Tomás Borba Vieira).	(1930 – 1962)
Eng.º José Maria Alvares Cabral Director da Secção de Botânica - Consultor (1974 – 1989). Director da Secção de Zoologia (1970). (Nomeado em ofício de 13-02-1970).	(1959 – 1974)
Dr. Aníbal Cymbron Bettencourt Barbosa	(1962)
Dr. António Alcântara Mendonça Dias Director da Secção de Geologia. (Director-Assessor para assuntos relacionados com a Secção de Geologia).	(1965 – 1968)
Dr. Carlos Manuel da Silva Medeiros Co-Director das Secções de Mineralogia e Geologia.	(1966 – 1974)
Dr. João Gil Tavares da Fonte Director da Secção de Botânica. (Nomeado em ofício de 13-02-1970).	(1970 – 1974)
Dr. António Manuel Frias Martins Director da Secção de Biologia. Consultor (1974).	(1970 – 1974)

Secção de Arte, Etnografia e Epigrafia (Pintura, Azulejaria e Escultura)

Directores	Período
Dr. Luís Bernardo Leite de Ataíde Director da Secção de Arte, Etnografia e Epigrafia. (Nomeado Director da Secção de Arte em 28-10-1911. Foi encarregue pela Comissão Executiva da Junta Geral, em ofício de 19 de Janeiro de 1953, de dirigir provisoriamente a Secção de Epigrafia).	(1912 – 1953)

Dr. Alfredo Bensaúde Director da Secção de Etnografia. (Por proposta do Dr. Tomás Borba Vieira foi convidado para Presidente da Comissão Técnica do Museu em 1930).	(1930 – 1937)
Hugo Moreira Director da Secção de Epigrafia. (Por proposta do Dr. Luís Bernardo Leite de Ataíde, a Secção de Epigrafia ficou desintegrada da Secção de Arte, passando a ser uma Secção autónoma, sendo nomeado o Sr. Hugo Moreira para Director da mesma).	(1949 -1953)
D. Maria Luísa Ataíde Costa Gomes Directora da Secção de Arte (pintura e escultura). (Substitui o pai, Dr. Luís Bernardo Leite de Ataíde, no cargo de Director da Secção de Arte).	(1955 – 1974)
Dr. Armando Côrtes-Rodrigues Director da Secção de Etnografia. (Convidado, aceita ser Director da Secção de Etnografia).	(1949 – 1966)
D. Luísa Constantina A. de Abreu Directora do <i>Museu da Criança</i> e Directora da Secção de Arte, Escultura e Etnografia Africana. (Nomeada para a Secção de Escultura e Etnografia Africana em 08-03-1966).	(1966 – 1974)
D. Olga Maria Mota Faria C. Gomes Directora Secção de Arte (azulejaria). (Nomeada para a Secção de Azulejaria em 08-03-1966).	(1967 – 1974)
D. Maria Gabriela Ataíde da Mota Faria e Maia Directora da Secção de Trajes Antigos. (Proposta pela Direcção do Museu para Directora em 06-04-1970).	(1968 – 1974)
Arq.º Francisco Rego Costa Gomes Director da Biblioteca da Secção de Arte, Etnografia e Epigrafia. (Proposto pela Direcção do Museu para Director em 06-04-1970).	(1970)
Arq.º Manuel Jacinto Simões de Medeiros Director da Secção de Arte, Etnografia e Epigrafia. (Nomeado oficialmente para Presidente das Secções de Arte, Etnografia e Epigrafia, em 11-10-1966).	(1966 – 1974)

A partir de 1974, o Museu Carlos Machado passou a ter um único Director

Directores	Período
Dr. Nestor de Sousa Director do Museu Carlos Machado.	(1974 – 1985)
Dr. António Manuel da Silva Oliveira Director do Museu Carlos Machado. (Primeiro director com formação em museologia).	(1985 - 2005)
Dr. Duarte do Espírito Santo Melo Director do Museu Carlos Machado.	(2006-...)

ANEXO F – Registo fotográfico *Museu Móvel*



Figura F-1 Aspecto da inauguração do Museu Móvel.

Fotografia: <http://museucarlosmachado.azores.gov.pt/museumovel>. Último acesso em 2009-09-23.



Figura F-2 Aspecto da imagem do Museu Móvel.

Fotografia: <http://museucarlosmachado.azores.gov.pt/museumovel>. Último acesso em 2009-09-23.

ANEXO G – Registo fotográfico de atrelado em Merseyside
*National Museums & Galleries*⁶⁶⁷



Figura G-1 Aspecto de atrelado em Merseyside.
Fotografia: Alice Semedo, 1990/1991.



Figura G-2 Aspecto de atrelado em Merseyside.
Fotografia: Alice Semedo, 1990/1991.



Figura G-3 Aspecto interior de atrelado em Merseyside.
Fotografia: Alice Semedo, 1990/1991.



Figura G-4 Aspecto de atrelado em Merseyside.
Fotografia: Alice Semedo, 1990/1991.



Figura G-5 Aspecto de atrelado em Merseyside.
Fotografia: Alice Semedo, 1990/1991.

⁶⁶⁷ Fotografias cedidas pela Doutora Alice Semedo.

**Anexo H - Exposições Temporárias do Museu Local do Pico da Pedra
1993-2007**

1. Exposição de Pintura José Almeida - Junho 93
2. Exposição de Pintura Michael Hudec e Gilberto Bernardo - Setembro 1993
3. Exposição Culto a S. José - Março 94
4. Exposição de Pintura de Inês Pastor - Junho de 94
5. Exposição O Desporto no Pico da Pedra - Setembro 1994
6. Exposição de Vinicultura - Novembro 1994
7. Exposição de Pintura de Idelta Esteves - Junho 1995
8. Exposição 20 Anos de Informação - Setembro 1995
9. Exposição Do Stencil ao Satélite – Setembro 1995
10. Exposição de Pintura de Liliana Lopes - Setembro 1995
11. Exposição Voz da Terra, uma década de cantigas - Setembro 1995
12. Exposição Presépio de Pano da Sra. Estrela de Sousa - Dezembro 1995
13. Exposição Cantarias de Mestre Pimentel - Junho 1996
14. Exposição de Pintura de Emanuel Carreiro - Junho 1996
15. Exposição Emigrar, um verbo que se conjuga em tempos difíceis - Setembro 1996
16. Exposição de Pintura de Ferreira Pinto - Setembro 1996
17. Exposição Presépio de Pano da Sra. Estrela de Sousa - Dezembro 1996
18. Exposição Viagem ao Mundo dos Nossos Avós - Março 1997
19. Exposição Culto a S. José - Março 1997
20. Exposição Abril Recordado - Abril 1997
21. Exposição de Pintura de Pina Mamede - Junho 1997
22. Exposição Pico da Pedra nos Anos 50 e 60 - Junho 1997
23. Exposição de Pintura de Mário Roberto - Junho 1997
24. Exposição Cultura do Linho - Setembro 1997
25. Exposição Cozinha Doutrous Tempos - Setembro 1997
26. Exposição Presépio de Pano da Sra. Estrela de Sousa - Dezembro 1997
27. Exposição Festas do Divino Espírito Santo - Maio 1998
28. Exposição de Pintura de Filomena Medeiros - Maio 1998
29. Exposição Colectiva de Pintura - Junho 1998
30. Exposição Casa do Povo 20 Anos - Setembro 1998

31. Exposição Presépio de Pano da Sra. Estrela de Sousa - Dezembro 1998
32. Exposição 25 Anos de Abril - Abril 1999
33. Exposição de Bento de Jesus Caraça - Abril 1999
34. Exposição de Esculturas Decorativas de Dídio Correia - Junho 1999
35. Exposição de Cantarias de Rui Félix - Setembro 1999
36. Exposição Igreja Paroquial 200 Anos Depois - Dezembro 1999
37. Exposição Presépio de Pano da Sra. Estrela de Sousa - Dezembro 1999
38. Exposição Artesanato em ferro - Junho 2000
39. Exposição Bordados em Tela de Inês Aguiar - Junho 2000
40. Exposição O século em imagens - Setembro 2000
41. Exposição O Desporto no Pico da Pedra - Junho 2001
42. Exposição Colectiva de Pintores - Junho 2001
43. Exposição Artes Decorativas - Setembro 2001
44. Exposição Arte Musical no Pico da Pedra - Setembro 2001
45. Exposição Fotográfica de Ruy Ribeiro - Junho 2002
46. Exposição Pintura em azulejos - Setembro 2002
47. Exposição Casa do Povo 25 anos - Novembro 2002
48. Exposição de Presépios originais - Dezembro 2002
49. Exposição Olharte - Colectiva de artesanato - Junho 2003
50. Exposição Percurso da Igreja no Pico da Pedra - Setembro 2003
51. Exposição Presépios - Dezembro 2003
52. Exposição de Maios – Ecoteca - Maio 2004
53. Exposição de Peças Decorativas de Artesanato - Junho 2004
54. Exposição Amigos dos Açores - Passeios Pedestres - Junho 2004
55. Exposição de Pintura Rui Goulart - Setembro 2004
56. Exposição Presépio de Pano - Dezembro 2004
57. Exposição de Pintura e artes decorativas alunos da Azores Made - Junho 2005
58. Exposição de Pintura de Armando Moreira - Setembro 2005
59. Exposição de pintura de Micaela Pita - Junho 2006
60. Exposição Documental 200 anos da Bênção da Igreja - Setembro 2007
61. Exposição Documental Romaria Quaresmal - Setembro de 2007

Anexo I - Lista de Espaços da Oficina Museu em 2008

Adega
Alambique
Alfaiate
Barbeiro
Barraca
Baterias Tudor
Caça à baleia
Carpintaria
Casa de consertar rádios
Casa das Variedades
Casa do barco
Casa da Fotografia
Cozinha
CTT
Encadernação
Escola
Farmácia
Ferreiro
Fontenário
Gráfica
Império do Divino Espírito Santo
Latoeiro
Liquidadora
Livraria
Loja de fazendas
Material eléctrico
Mercearia
Olaria
Padaria
Papellaria
Quintal
Relojoeiro
Sapateiro
Souvenirs
Taberna
Tanoeiro
Tear
Tradições